



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

THAIENN PAES LEME ALBERTO

De UnU a UFU: movimentos de criação e federalização de uma universidade no município de Uberlândia, 1957-78.

UBERLÂNDIA
2023

THAIENN PAES LEME ALBERTO

De UnU a UFU: movimentos de criação e federalização de uma universidade no município de Uberlândia, 1957-78.

Tese apresentada ao Programa de Pós- graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de pesquisa: História Historiografia da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Betânia Laterza de Oliveira Ribeiro

UBERLÂNDIA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A334d Alberto, Thaienn Paes Leme, 1976-
2023 De UnU a UFU [recurso eletrônico] : movimentos de criação e
federalização de uma universidade no município de Uberlândia, 1957-78
/ Thaienn Paes Leme Alberto. - 2023.

Orientadora: Betânia Laterza de Oliveira Ribeiro.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8069>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Ribeiro, Betânia Laterza de Oliveira, 1961-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 28/2023/371, PPGED				
Data:	Vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	13:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11913EDU045				
Nome do Discente:	THAIENN PAES LEME ALBERTO				
Título do Trabalho:	"De UnU à UFU: movimentos de criação e federalização de uma universidade no município de Uberlândia, 1957 – 78."				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Educação, política e pobreza: a formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais, 1909 a 1927"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/betania-de-oliveira-laterza-ribeiro>) da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Alessandra Cristina Furtado - UFGD; Elizabeth Farias da Silva - UFSC; Carlos Henrique de Carvalho - UFU; José Carlos Souza Araujo - UFU e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/08/2023, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Farias da Silva, Usuário Externo**, em 26/08/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Carvalho, Presidente**, em 27/08/2023, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina Furtado, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 22:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 05/09/2023, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4756616** e o código CRC **5B121BD9**.

THAIENN PAES LEME ALBERTO

De UnU a UFU: movimentos de criação e federalização de uma universidade no município de Uberlândia, 1957-78.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Betânia Laterza de Oliveira Ribeiro — orientadora e presidente da banca
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho — examinador
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo — examinador
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Cristina Furtado – examinadora
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva – examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço as dádivas recebidas nessa existência terrena; sou fruto de uma família acolhedora e amorosa, parceiros de vida e de alma.

Àqueles que não estão na presença física, mas que me acompanham em cada passo dado, cada erro cometido e cada acerto comemorado: ao meu pai José Alberto e as minhas avós Águeda e Nair, obrigada por serem meus guias, minha força e meu consolo, amo vocês em todos os planos de existência.

Ao meu avô Poranga, que mesmo com sua mente hoje tão dispersa e confusa transborda amor, segurança e a certeza de um colo acolhedor.

À minha mãe Cleuza, por ser tão perfeita, mesmo com seus defeitos; sorrimos juntas, choramos juntas e vivemos juntas. As minhas conquistas são suas, minha caminhada é mais leve ao seu lado.

À minha irmã Patricia, obrigada por ser meu sustentáculo em todos os momentos de minha vida: você me faz forte, me impulsiona, me encoraja, me faz rir e me traz felicidade.

Ao meu irmão Abaporang, que me ensina a cada dia – por meio de suas ações – o valor da caridade e do amor ao próximo. Obrigada por ser tão presente, mesmo em minhas ausências.

Ao meu marido Fábio, companheiro de todos os momentos. Eu agradeço o amor nas pequenas e grandes coisas, a compreensão nas horas de ansiedade e irritação e a paciência com os longos períodos de confinamento para realizar a pesquisa.

À minha sogra, aos meus cunhados e cunhadas, pelo companheirismo precioso e estímulo constante, vocês são essenciais em cada caminho trilhado.

Aos meus filhos, José Alberto e Yolanda, duas pessoas tão diferentes e que juntas se equilibram e me completam. A maternidade foi e é meu projeto mais difícil, contudo me trouxe o resultado mais sublime, vocês são meu maior orgulho.

À minha neta Catarina, presente que ganhei há poucos meses, mas que tomou conta da minha casa, da minha vida e do meu coração. Meus dias ficaram mais tumultuados, mais movimentados e mais felizes.

Aos amigos que estiveram ao meu lado me ouvindo, incentivando e torcendo pelo meu sucesso, obrigada pelo carinho e apoio.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pelos ricos momentos de aprendizagem.

Aos professores doutores Carlos Henrique de Carvalho, José Carlos Souza Araújo, Alessandra Cristina Furtado e Elizabeth Farias da Silva que gentilmente aceitaram o convite para a banca de defesa, propiciando o enriquecimento de minha trajetória acadêmica.

À minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Betânia Laterza de Oliveira Ribeiro, pela maneira fraterna com que conduziu esse trabalho, por conseguir compreender meus momentos de turbulência, respeitar o meu tempo e caminhar comigo, por permitir testar meus limites e me direcionar de forma serena à produção científica.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se na linha História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem como objeto de pesquisa a Universidade Federal de Uberlândia entre os anos de 1957 e 1978; tal recorte está associado ao início do ensino superior no município – em 1957 – por meio das faculdades isoladas, a unificação das faculdades na Universidade de Uberlândia (UnU) – em 1969 – e sua federalização em 1978. O objetivo geral foi distinguir, dentro do contexto da história das universidades no Brasil, os movimentos políticos nacionais e locais que levaram à criação e à federalização da UFU, de forma a elucidar o papel desempenhado pelas lideranças locais em todo o processo. Partimos da hipótese que a UFU é resultado de um movimento político engendrado por lideranças locais uberlandenses, imbuídas do espírito desenvolvimentista que ideavam uma cidade articulada com o ideal de progresso, respaldadas pelo movimento político nacional de expansão e interiorização das universidades. Para alicerçar a pesquisa foram consultados documentos específicos do período estudado, que versam sobre a criação dos cursos superiores em Uberlândia, a implementação da universidade e sua federalização, tais como: legislação tramitada; atas da Câmara Municipal de Uberlândia; fotos; acervos pessoais; e depoimentos arquivados de personalidades envolvidas nos processos; além da imprensa representada aqui pelos jornais de época, a saber: O Correio de Uberlândia, Tribuna de Minas, O Triângulo e O Repórter. A pesquisa documental foi acompanhada do trabalho de fundamentação teórica, para tanto servimo-nos de vasta bibliografia especializada e também de trabalhos acadêmicos que versam sobre o município de Uberlândia, o governo dos militares e a UFU, com ênfase para os movimentos sociais, econômicos e políticos ideados pela elite local e seus representantes na política nacional. A pesquisa evidencia que a gênese o desenvolvimento e a federalização da UFU é resultado dos movimentos arquitetados por essas lideranças locais do município e seus representantes políticos (essencialmente no governo civil-militar) em prol de um projeto de construção de uma cidade industrial e moderna. Esses movimentos coadunaram com a política nacional desenvolvimentista de expansão e interiorização do Ensino Superior com características tecnicistas voltadas para a formação de mão de obra necessária ao mercado. As lideranças locais uberlandenses se posicionaram como aliadas do governo dos militares – marcado pela repressão, tortura e violência –, possibilitando não só a criação da Universidade, mas também sua federalização. A tese defendida é que a federalização da Universidade de Uberlândia só foi efetivada quase dez anos após sua criação – mesmo tendo sido criada com parâmetro para ser federal desde sua gênese – porque o mesmo grupo que a criou permaneceu na instituição como dirigentes das faculdades isoladas que a compuseram e não conceberam perder a autonomia que estava imbuída nas faculdades existentes, mesmo após a corporificação da universidade. Desta forma, a universidade foi criada e federalizada pelos movimentos oriundos de um grupo mandatário uberlandense – em sintonia com a política nacional – que em, contrapartida, também foi responsável pela demora na concretização da federalização.

Palavras-chave: Ensino Superior. Universidades. Federalização. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais.

ABSTRACT

This research is part of the History and Historiography of Education line within the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia (UFU). Its research object is UFU between the years 1957 and 1978; this period is associated with the beginning of higher education in the municipality – in 1957 – through isolated colleges, the unification of colleges into the University of Uberlândia (UnU) – in 1969 – and its federalization in 1978. The general objective was to understand, within the context of the history of universities in Brazil, the national and local political movements that led to the creation and federalization of UFU, in order to elucidate the role played by local leaders throughout the process. We hypothesized that UFU resulted from a political movement engendered by local leaders in Uberlândia, imbued with a development spirit that envisioned a city linked to the ideal of progress, supported by the national political movement to expand and internalize universities. To support the research, specific documents from the studied period were consulted, which deal with the creation of higher education courses in Uberlândia, the implementation of the university, and its federalization. These documents included passed legislation, minutes from the Municipal Council of Uberlândia, photos, personal archives, and archived testimonies from individuals involved in the processes. Additionally, newspapers from that time were used as sources of information, namely: *O Correio de Uberlândia*, *Tribuna de Minas*, *O Triângulo*, and *O Repórter*. The documentary research was accompanied by theoretical foundation work, drawing on extensive specialized bibliography and academic works focusing on Uberlândia, the military government, and UFU. Emphasis was given to the social, economic, and political movements conceived by the local elite and their representatives in national politics. The research highlights that the genesis, development, and federalization of UFU are the result of movements devised by local leaders and their political representatives (essentially during the civil-military government) in favor of a project to build an industrial and modern city. These movements aligned with the national development policy to expand and internalize higher education with a technical orientation aimed at providing the necessary workforce for the market. The local leaders in Uberlândia positioned themselves as allies of the military government – marked by repression, torture, and violence – enabling not only the creation of the University but also its federalization. The thesis argues that the federalization of the University of Uberlândia was only achieved almost ten years after its creation – even though it was intended to be federal from the beginning – because the same group that created it remained in the institution as leaders of the isolated colleges that composed it and did not conceive of losing the autonomy that was vested in the existing colleges, even after the university's corporatization. Thus, the university was created and federalized by movements originating from a ruling group in Uberlândia – in tune with national policy – which, in return, was also responsible for the delay in the federalization's realization.

Keywords: Higher Education. Universities. Federalization. Federal University of Uberlândia.

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição, torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal, é o fundamental da pesquisa. E se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto de manchete estampada no Jornal do Brasil, 1969	92
Figura 2 - Jornal Correio da Manhã, 25 de agosto de 1968	99
Figura 3 - Jornal Correio da Manhã, 22 de agosto de 1968	107
Figura 4 - Estado de Minas Gerais – Mesorregiões Geográficas.....	122
Figura 5 - Estado de Minas Gerais – Microrregiões Geográficas.....	123
Figura 6 - Localização Geoeconômica da cidade de Uberlândia.....	126
Figura 7 - Jornal O Repórter - Uberlândia e seus políticos.....	135
Figura 8 - Jornal Gazeta do Triângulo, 05 de dezembro de 1955.....	143
Figura 9 - Reportagem da página 3 do Correio de Uberlândia de 07 e 08 de abril de 1964... 154	
Figura 10 - Jornal Tribuna de Minas – 18 de março de 1967	156
Figura 11 - Jornal Tribuna de Minas – 19 de agosto de 1967	158
Figura 12 - Jornal Tribuna de Minas, 04 de abril de 1967 – Jacy de Assis na Guanabara	165
Figura 13 - Jornal O Repórter, 05 de fevereiro de 1952 – Campanha pró Faculdade de Medicina em Uberlândia.....	168
Figura 14 - Jornal O Repórter, 21 de julho de 1959 – Vitoriosa a Marcha dos 3 milhões	174
Figura 15 - Primeiro Prédio da Faculdade de Direito de Uberlândia.....	176
Figura 16 - Foto da fachada externa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.....	178
Figura 17 - Jornal O Repórter, 09 de fevereiro de 1960 – A “Faculdade de Filosofia” e o Progresso de Uberlândia	179
Figura 18 - Foto do edifício ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas.....	183
Figura 19 - Jornal O Repórter, 15 de maio de 1957 – Escola Federal de Engenharia de Uberlândia.....	186
Figura 20 - Foto do prédio da Faculdade Federal de Engenharia no Santa Mônica.....	190
Figura 21 - Conservatório Municipal, 1957.....	193
Figura 22 - Foto da Faculdade de Artes.....	193
Figura 23 - Jornal Tribuna de Minas, 03 de agosto de 1966 – Faculdade de Medicina a Caminho	196
Figura 24 - Jornal Correio de Uberlândia, 05 de agosto de 1966 – Faculdade de Medicina 198	
Figura 25 - Desfile das escolas de Uberlândia em 7 de setembro de 1966.....	200
Figura 26 - Um boi por uma escola	202
Figura 27 - Foto da área do Umuarama das obras da Faculdade de Medicina	204
Figura 28 - Fachada do Prédio onde funcionou a Faculdade de Odontologia.....	206
Figura 29 - Área do antigo clube Napoleão adaptada à Faculdade de Educação Física.....	207
Figura 30 - Jornal Tribuna de Minas, 06 de junho de 1967 – Não Esqueçamos de Nossa Universidade	209
Figura 31 - Jornal Tribuna de Minas, 21 de setembro de 1967 – Universidade Significação Histórica.....	210
Figura 32 - Jornal Tribuna de Minas, 08 de dezembro de 1967– O Ensino é o alicerce do progresso.....	211
Figura 33 - Jornal Folha Mineira, 11 de dezembro de 1950 – Consagração da Lei n 1.254/50	229

Figura 34 - Jornal O Triângulo, 09 de maio de 1978 – Câmara aprovou Federalização da UnU	236
Figura 35 - Jornal O Triângulo, 25 de maio de 1978 – Lei federalizando Universidade	236
Figura 36 - Jornal O Triângulo, 16 de novembro de 1978 – Fim das Anuidades na Universidade Federal de Uberlândia	245
Figura 37 – Jornal Tribuna de Minas, 13 de agosto de 1967 – A Cidade Universitária é esquecida	248
Figura 38 - Campus Santa Mônica, 1970.....	251
Figura 39 - Campus Umuarama, 1980.....	251
Figura 40 - Campus Educação Física, 1980.....	251
Figura 41 - Campus Santa Mônica	253
Figura 42 - Campus Umuarama.....	253
Figura 43 - Campus Educação Física	254
Figura 44 - Jornal O Triângulo, 05/07/1978 -Recuperação da visão.....	258
Figura 45 - Jornal O Triângulo, 11/12/1978 – Odonto Encerra “Operação Boca Rocha”	258
Figura 46 - Jornal O Triângulo, 09/11/1978 – UnU difunde arte no festival	259
Figura 47 - Jornal O Triângulo, 10/05/1978 – Recital de flauta e piano	259
Figura 48 - Jornal O Triângulo, 11/06/1978 – Presença do escritor Bernardo Elis.....	259
Figura 49 - Jornal O Triângulo, 28/04/1978 – Alunos da Faculdade de Educação Física promovem torneio de atletismo	260
Figura 50 - Jornal O Triângulo, 18/5/1978 – Curso de Extensão Universitária sobre Ensino Religioso	263
Figura 51 - Jornal O Triângulo, 23/05/1979 – Curso de Extensão Universitária sobre subdesenvolvimento.....	263
Figura 52 - Jornal O Triângulo, 16/09/1978 – Curso de Extensão Universitária sobre Literatura e Linguagem	264
Figura 53 - O Jornal da Universidade, julho de 1970 – Significado de Extensão Universitária	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de estabelecimentos de ensino superior no Brasil – 1968/1978	113
Tabela 2 - Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Superior – 1968/1978 ..	114
Tabela 3 - Evolução do número de estabelecimentos públicos e particulares de Ensino Superior – 1968/1978	115
Tabela 4 - Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados – Brasil 1960-1980	115
Tabela 5 - Distribuição regional do número de estabelecimentos de Ensino Superior – 1968/1978	118
Tabela 6 - População do município de Uberlândia e cidades vizinhas.....	129
Tabela 7 - População de Uberlândia por situação de domicílio, 1940-1970	140
Tabela 8 - Evolução do corpo docente e titulação da UFU	269
Tabela 9 - Número de inscrições no vestibular da UFU – 1978-1986.....	271
Tabela 10 - Balanço orçamentário da UFU – 1980-1985.....	272
Tabela 11 - Números da UFU em 1988	272
Tabela 12 - Demonstrativo das atividades de pesquisa em 1988	273
Tabela 13 - Demonstrativo de atendimentos realizados no complexo hospitalar – 1985 a 1989	273
Tabela 14 - Números da UFU em 1995	274
Tabela 15 - Atividades de Graduação e Pós-Graduação em 2000, 2003 e 2005	275
Tabela 16 - Evolução do Patrimônio líquido da UFU – 1995/2005	276

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia das universidades brasileiras entre 1920 e 1964.....	69
Quadro 2 - Movimentos importantes que antecederam a Reforma Universitária de 1968.....	103
Quadro 3 - Primeiras Escolas Superiores de Uberlândia	171
Quadro 4 - Linha do tempo – Fatos que marcaram a gênese da UFU	218
Quadro 5 - Cursos pertencentes à Universidade Federal de Uberlândia em maio/1978.....	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

AEU - Autarquia Educacional em Uberlândia

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (IBICT)

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFE - Conselho Federal de Educação

CONSUN - Conselho Universitário

Crub - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

DAU - Departamento de Assuntos Universitários

DIRPL - Diretoria de Planejamento

FEMECIU - Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia

Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de S. Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC - Ministério da Educação

SEGER - Secretaria Geral

Sesu - Secretaria de Educação Superior

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UnB - Universidade de Brasília

UnU - Universidade de Uberlândia

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Percursos da Pesquisa	25
2 UNIVERSIDADES NO BRASIL: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E INFLUÊNCIAS	34
2.1 A Universidade e suas marcas históricas	35
2.1.1 O modelo alemão, modelo humboldtiano ou universidade de pesquisa.....	38
2.1.2 O modelo francês (napoleônico).....	41
2.1.3 O modelo norte-americano	44
2.2 As influências euro-norte-americanas nas universidades brasileiras.....	48
2.3 O ensino superior em terras brasileiras	49
2.4 Anos de 1920: primeiras universidades brasileiras.....	53
2.5 Anos de 1930: universidades de pesquisa em pauta	59
2.6 Anos pós-1945: raízes do processo de modernização do ensino superior.....	66
2.7 Considerações parciais.....	72
3 A UNIVERSIDADE NO GOVERNO MILITAR: ECOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA	75
3.1 Cenário dos anos de 1960: marcos históricos – golpe, repressão e luta	76
3.2 Cenário universitário na ditadura civil militar: atuação dos militares e seus aliados civis.....	79
3.3 Os bastidores da Reforma Universitária: conjunturas, problemas e desafios	82
3.4 O movimento da Reforma Universitária Brasileira e a influência norte-americana.....	85
3.5 O movimento da Reforma Universitária Brasileira e o governo dos militares.....	96
3.6 Reforma Universitária: idealismo alemão, estrutura organizacional norte-americana	110
3.7 Legados da reforma universitária.....	113
3.8 Considerações parciais.....	118
4 O ENSINO SUPERIOR EM UBERLÂNDIA: O CAMINHO PARA A MODERNIZAÇÃO	121
4.1 Os alicerces de uma história	122
4.2 As lideranças locais como protagonistas de uma história.....	130
4.3 Uberlândia, descompasso entre o progresso e a educação.....	137
4.4 Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento.....	142
4.5 Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970.....	146
4.6 A cidade de Uberlândia sob a égide da ditadura civil-militar.....	150
4.7 Considerações parciais.....	161

SUMÁRIO

5 A UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA: OS MOVIMENTOS QUE IMPULSIONARAM SUA CRIAÇÃO	163
5.1 Rumo à Universidade.....	164
5.2 Ações pró-ensino superior	166
5.3 As Faculdades Isoladas e Autônomas.....	172
5.3.1 Faculdade de Direito.....	172
5.3.2 Filosofia, Ciências e Letras.....	177
5.3.3 Ciências Econômicas	181
5.3.4 Faculdade de Engenharia	184
5.3.5 Faculdade de Artes	191
5.3.6 Faculdade de Medicina	194
5.3.7 Autarquia Educacional de Uberlândia: Faculdades de Odontologia, Educação Física e Medicina Veterinária	204
5.4 Consolidação da Universidade de Uberlândia.....	207
5.5 Antinomias da Universidade de Uberlândia	219
5.6 Considerações parciais.....	221
6 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: OS MOVIMENTOS QUE IMPULSIONARAM A FEDERALIZAÇÃO.....	223
6.1 Um ideal: a universidade federalizada.....	224
6.2 A política nacional de federalização das universidades.....	227
6.3 A fundação da nova universidade pública	232
6.4 UFU: uma fundação com personalidade jurídica de direito privado.....	240
6.5 Um lugar para a instituição	246
6.5.1 O surgimento de escolas autônomas, isoladas e com patrimônio próprio.....	249
6.5.2 O interesse imobiliário determinante da localização dos espaços	251
6.5.3 A ausência de planejamento institucional.....	254
6.5.4 A precariedade das instalações físicas	255
6.6 A importância social da universidade na comunidade uberlandense.....	256
6.7 A extensão à cidade	262
6.8 A dissociabilidade do Ensino e da Pesquisa	267
6.9 A UFU consolidada.....	270
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
REFERÊNCIAS.....	282

1 INTRODUÇÃO

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos.

— PAULO FREIRE

Transpomos um período em que têm se agravado as dificuldades enfrentadas pelas instituições universitárias no Brasil, essencialmente as universidades públicas; trata-se não apenas de dificuldades financeiras, mas de consolidação da identidade institucional e dos projetos de desenvolvimento de cada uma delas. A redefinição dos rumos da universidade pública configura-se uma realidade a ser enfrentada. Assim, faz-se necessário revisitar caminhos percorridos, rever decisões tomadas e analisar projetos aventados, assegurando o respeito pelo pensamento e pela produção do conhecimento.

Tendo em vista essa afirmação, este estudo tem como objeto de pesquisa a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), criada em 1969 como Universidade de Uberlândia (UnU) e federalizada em 1978; uma universidade partícipe do processo da oferta de educação superior pública no país. Por certo, em conformidade com Nosella e Buffa (2009, p. 56), a escolha de um objeto de estudo define todo trabalho a ser realizado; mas o objeto “[...] nunca é dado; é construído”. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga e sim um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve.

As motivações que me levaram a este objeto de pesquisa têm naturezas diversas. A Universidade Federal de Uberlândia é uma presença contínua em minha trajetória acadêmica e profissional, fazendo um retrospecto passei quase metade da minha vida entrelaçada com essa instituição, primeiro como aluna de graduação do curso de História, a partir de 2010 como integrante do corpo técnico administrativo em educação desta instituição, e desde 2019, além de servidora, discente da pós-graduação.

Como membro do corpo técnico, participo efetivamente de colegiados institucionais, comissões administrativas, conselhos deliberativos como o Conselho Universitário (CONSUN) e Conselho Diretor (CONDIR), estatuinte e cargos gestores. Tenho envidado esforços para conhecer sua história, entender as decisões tomadas, reconhecer equívocos cometidos, apontar acertos e, acima de tudo, compreender os momentos em que as mudanças são necessárias. Em meus planos futuros a UFU está presente, e quando algo fez, faz e fará parte da minha trajetória, cabe também a mim o cuidado, o zelo e a contribuição para seu aprimoramento.

Já no mestrado com a dissertação intitulada: “A expansão, democratização e interiorização da educação superior: impactos dos programas expansionistas na UFU (2003 a 2012)”, decidi tomar a UFU como objeto de pesquisa, fato esse que me estimulou e estimula a percorrer os caminhos trilhados por essa instituição, desvelando fragmentos de seu passado, integrando seu presente e, quiçá, auxiliando no aprimoramento de seu futuro.

Quando do ingresso no doutorado muitas dúvidas surgiram quanto a continuar ou não tendo a UFU como objeto da pesquisa; relutei em fazê-lo justamente por esse entrelaçamento de nossas histórias: a UFU me é muito cara. No entanto, na graduação e no processo de seleção para o doutorado estive em contato com a obra de Antoine Prost, “Doze lições sobre a história”, na qual, dentre tantas outras preciosidades, ele declama não acreditar ser possível existir “um bom historiador sem um pouco de paixão, sinal de relevantes desafios pessoais” (PROST, 2012, p. 88).

Ainda sobre o objeto de estudo:

[...] conhecer, a partir do interior, como as coisas podem passar-se no âmago do grupo que é objeto de análise, acaba por sugerir hipóteses, orientar em direção de documentos e fatos que passariam despercebidos para o observador externo. No entanto, o risco de ser parcial, a favor ou contra, de preparar uma defesa ou uma acusação, não é menos evidente. (PROST, 2012, p. 89)

Alicerçada em Prost,

Na história, é impossível opinar de forma superficial e à distância: quem pretendesse defender tal postura seria um tresloucado e estaria confessando simplesmente sua incorrigível ingenuidade. Em vez de objetividade, seria preferível falar de imparcialidade e de verdade, as quais só podem ser conquistadas ao termo do intenso labor desenvolvido pelo historiador. (PROST, 2012, p. 93)

Decidida manter a UFU como meu objeto de pesquisa, algumas reflexões e indagações que surgiram ainda no mestrado foram se fortalecendo no decorrer do doutorado, nas disciplinas cursadas e nas profícuas conversas com meus professores e com a orientadora, a saber: houve um projeto de universidade a ser instituído no Brasil? A UFU foi criada sob qual concepção de universidade? Qual o papel dos militares na criação e federalização da UFU? Qual o papel das forças políticas uberlandenses na criação e federalização da UFU? Quais os interesses que motivaram a implantação de uma universidade na cidade de Uberlândia?

Com tais questões, a pesquisa ora apresentada partiu de um levantamento bibliográfico, buscamos livros e trabalhos publicados que poderiam contribuir para respondê-las. Fizemos uma perquirição no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações, assim como no repositório de instituições universitárias, referente a teses e dissertações que versam sobre: a história do ensino superior e das universidades, os modelos universitários que influenciaram a educação no Brasil, o projeto de educação dos militares, as universidades no período militar, a história da UFU e a gênese das faculdades que a integram; assim como os processos de federalização que a envolvem. Investigamos os sites de pesquisa acadêmica como o Scielo e Google Acadêmico à procura de artigos, resenhas, comunicações e apresentações em eventos científicos; o material catalogado compôs um rol numeroso de textos que propiciou a fundamentação teórica da pesquisa.

Lima e Miotto entendem,

[...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 44)

A pesquisa bibliográfica nos levou à problematização do objeto, engendrada pelas seguintes questões de pesquisa: como sobreveio o processo de gênese, consolidação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia? Os movimentos orquestrados pelas lideranças locais uberlandenses foram os responsáveis pela gênese e desenvolvimento do Ensino Superior em Uberlândia, que resultou na criação e posterior federalização da Universidade Federal de Uberlândia?

Não temos aqui a ambição de elucidar todas as questões que envolvem sua criação e federalização, mas ofertar subsídios para a compreensão da história da instituição, assim como ao estudo das universidades no país. Caracteriza-se como uma investigação, dentre outras possíveis, cientes que a veracidade dos acontecimentos não se finda nas objetivações que dela possamos fazer.

Coser dispersos fragmentos encontrados não significa a construção de um todo, o propósito foi buscar marcos históricos que sustentassem os pontos dados em nome da construção de um “sentido do passado” para a sociedade presente, à luz de Hobsbawm,

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema

para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBSBAWM, 1998, p. 22)

Por diversa vezes no decorrer da pesquisa vimos surgir, por meio de processos sociais aventados, promessas e expectativas de construção de um país melhor, mais democrático e igualitário; esses processos fundamentam-se na educação e para a educação; processos que têm história e são a história.

Ponderar sobre a universidade e a educação superior¹ é uma missão árdua, porque conjectura refletir, além de suas estruturas e organizações diversas, a respeito das relações políticas, filosóficas, históricas, sociais e culturais, dentre tantas outras. Segundo Fávero (2006), muito já se falou sobre a universidade no país e diferentes interpretações sobre sua história foram apresentadas; porém, o maior desafio é transformá-la, e para tanto, faz-se necessário conhecer sua realidade, criação e organização, tendo em vista que tais instituições fazem parte do conjunto da sociedade em toda sua complexidade.

O educador Anísio Teixeira, um dos responsáveis pela renovação do ensino universitário no Brasil, defende que a escola pública acessível a todas as parcelas da sociedade é o maior instrumento em prol da democracia e contra as desigualdades sociais. Em seu discurso na inauguração dos cursos da Universidade pioneira do então Distrito Federal, em 31/7/1935, destacou a importância da universidade. Nesse discurso, que perpassa as décadas e se mantém atual, ele proferiu estas palavras:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. [...] Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas que as universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber pelo saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva [...]. O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nossa geração, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem. (TEIXEIRA, 1962, p. 181-188)

Ao se pesquisar a universidade deve-se ter em vista que, por tratar-se “de uma instituição que estuda instituições, compreendê-la significa lidar com um objeto que procura falar sobre e para si mesmo” e que pesquisá-la “é, admitindo-se o risco de redundância, tomar por objeto uma instituição que se insere entre seus próprios objetos” (FIALHO, 2005, p. 15-16). Ainda segundo a autora, a universidade como campo de pesquisa tem sido objeto de estudos de

¹ A terminologia “educação superior” traz o entendimento que é constituída da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Em contraposição, a terminologia “ensino superior” limita esse nível de escolaridade à dimensão do ensino.

inúmeros pesquisadores, porém, apesar de oferecer-se “n(um) arco temático de inesgotável riqueza à investigação científica” (FIALHO, 2005, p. 15), ainda existem áreas carentes de estudos mais profundos e sistemáticos.

O ímpeto em investigar o contexto histórico que circundou a criação e federalização da UFU partiu da hipótese de que ela é resultado de um movimento político engendrado por lideranças locais uberlandenses, imbuídas do espírito desenvolvimentista que ideava uma cidade articulada com o ideal de progresso², respaldadas pelo movimento político nacional de expansão e interiorização das universidades.

Nesse cenário, definimos como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1957 e 1978. Tal recorte está associado ao início do ensino superior no município de Uberlândia (1957), por meio da criação do Conservatório Superior de Educação Musical, seguido da criação faculdades isoladas e posterior unificação na Universidade de Uberlândia (UnU) em 14 de agosto de 1969, e finda em sua federalização em 1978, passando a ser denominada Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Contudo, para substanciar a pesquisa e alicerçá-la fez-se não só necessário, mas imprescindível cruzar os limites cronológicos aventados; muitas foram as mudanças importantes na sociedade e por conseguinte na educação que ocorreram em diferentes épocas e que refletem diretamente em nosso recorte temporal. A grandeza do contexto social e político abarcado em tal recorte nos levou a pesquisar as circunstâncias, os meios e as motivações que o precederam. Esta pesquisa, desenvolvida na linha de História e Historiografia da Educação, constitui um olhar em torno das questões do passado, pois desvela elementos imprescindíveis para a compreensão do porvir.

Para orientar a pesquisa utilizamos como categorias de análise: modernização³, federalização, ensino superior, movimento político e legislação. O desdobramento da investigação nos conduziu ao objetivo geral da pesquisa: distinguir, dentro do contexto da

² O termo “progresso” foi amplamente utilizado pela imprensa uberlandense no período estudado, assim como foi encontrado em documentos catalogados e nos depoimentos arquivados de personalidades que fizeram parte, de forma direta, da história da UFU. Dessa forma, optamos por utilizá-lo na pesquisa, mesmo cientes que o termo se relaciona com a Primeira República.

³ A ideia de modernidade surge, segundo Jacques Le Goff, quando há um sentimento de ruptura com o passado. Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. No âmbito da América Latina, as oligarquias agroexportadoras durante muito tempo construíram obstáculos ao processo de modernização em razão de seus interesses internos de dominação dos demais grupos sociais, apesar de ter sido essa mesma oligarquia que, no final do século XIX, se propôs a modernizar as cidades, os transportes, o urbanismo latino-americano. Apesar disso, a educação formal, considerada uma das principais ferramentas para a modernização de uma sociedade, permaneceu como privilégio de minorias. (SILVA; SILVA, 2009).

história das universidades no Brasil, os movimentos políticos nacionais e locais que levaram a criação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia, de forma a elucidar o papel desempenhado pelas lideranças locais em todo o processo.

Para tanto, perpassamos pelos seguintes objetivos específicos:

- *Apresentar* uma compreensão histórica dos modelos universitários que influenciaram a gênese das universidades no Brasil;
- *Apontar* como se deu o processo de criação das universidades no Brasil;
- *Evidenciar* o impacto do regime militar sobre as universidades brasileiras;
- *Situar* o contexto histórico e político do município de Uberlândia quando da criação e federalização da Universidade;
- *Analisar* os movimentos políticos locais que propiciaram a criação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia.

Toda pesquisa requer uma ação pensada, um planejamento, uma trajetória a ser percorrida para alcançar um resultado científico, daí a importância da metodologia empregada. Ao buscar o conceito da palavra “método” no dicionário, encontramos: procedimento; processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa. Não é possível construir ciência sem método.

Na busca de resultados científicos, dentre as concepções epistemológicas sobre o mundo, temos como base a concepção materialista, com enfoque metodológico no materialismo histórico-dialético. Segundo o entendimento de Nosella e Buffa (2005, p. 359), o olhar para os dados deve ser um estudo que intenta “relacionar os contraditórios”, entender as discordâncias e seus pontos de intersecção. E ainda,

A dialética não é uma relação mecânica que descortina, para além da aparência (escola), uma essência metafísica (sociedade), mas, sim, uma condição recíproca de existência. Dito de outra maneira, a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar estão condicionados por uma determinada sociedade que, por sua vez, é influenciada pelos rumos que a escola venha a tomar. Essa influência adquire tamanha amplitude que chega a moldar suas relações de produção, sem esquecer, porém, que, na produção da escola, a sociedade opera de forma conflituosa, pois, as classes sociais opostas lutam em favor de escolas que atendam aos seus próprios interesses. (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 362)

Assim, inferimos que a pesquisa não pode envolver um único aspecto, para entender nosso objeto é preciso compreender todo o complexo que o cerca, sendo necessário estabelecer as máximas relações possíveis entre o objeto e a realidade observada, estabelecendo conexões com a problemática investigada. Neste caso, o acontecimento pesquisado passa a ser visto a partir de uma perspectiva de totalidade. Para Frigotto (1991), a orientação de mundo de caráter materialista histórico-dialética planeia entender a realidade do mundo a partir da totalidade.

Esta concepção parte do pressuposto de que tudo no universo tem uma existência material, concreta, e que tudo pode ser racionalmente conhecido. “No materialismo histórico, o conhecimento se dá na e pela práxis, a reflexão teórica tem função da ação para transformar” (FRIGOTTO, 1991, p. 82).

Nessa perspectiva, esse estudo transitou em diferentes esferas – de movimentos políticos, sociais e econômicos da esfera nacional aos movimentos regionais e locais – no intuito de compreender as circunstâncias: sociais (pela ação das lideranças locais); políticas (pela ação dos políticos locais em consonância com a esfera federal); econômicas (impulsionada pelos projetos desenvolvimentistas apensadas ao capitalismo); dentre outras, que levaram à criação dos cursos superiores em Uberlândia, ao ajuntamento das faculdades isoladas em uma universidade e sua posterior federalização. Nesse cenário, os movimentos em prol do ensino superior em Uberlândia se relacionavam com o processo de modernização articulado pelos movimentos políticos nacionais.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, essa abordagem metodológica parte do pressuposto de que “[...] o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49); assim, a metodologia sugere tentar não restringir o campo de observação, preconizar descrever as diversas dimensões e analisar os dados em toda a sua riqueza.

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48)

No desenvolvimento da pesquisa foram realizados procedimentos metodológicos que incluem pesquisa documental e bibliográfica, com o propósito de alicerçar a abordagem ao objeto com materialidade e referencial que permita a análise histórica.

O processo de coleta de dados incluiu: o levantamento de obras de fundamentação teórico-conceitual e histórico-contextual para compor uma compreensão sólida do processo histórico (político, econômico e educacional) apensado ao nosso recorte temporal; a pesquisa bibliográfica para verificação do conhecimento produzido que se relaciona com nosso objeto e tema proposto; e a busca por fontes documentais, a saber: decretos, leis, portarias, documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação (MEC), relatórios oficiais de comissões e assessorias, dados e estudos de órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com Severino (2007, p. 134), a pesquisa bibliográfica se “[...] realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...] os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados e devidamente registrados”. O levantamento bibliográfico permitiu ampliar os debates em torno da história das universidades, história da educação, modelos educacionais implementados no Brasil, reformas universitárias, período militar, políticas públicas para educação, enfim, todo o contexto que cerca nosso objeto de estudo.

A pesquisa documental, segundo Lüdke e André (1986), é uma técnica que busca identificar informações factuais nos documentos a partir das questões ou hipóteses de interesse. Neste trabalho foram utilizados também como fontes de dados: estatutos, resoluções, atas de conselhos superiores e regimentos; relatórios de comissões instituídas pela administração superior; websites do governo federal, da presidência da República, do Senado Federal, da Câmara Federal, dos ministérios da Educação e do Planejamento, do INEP, da Secretaria de Educação Superior (Sesu), da UFU, dentre outros. A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes, escritas ou não, é quase sempre a base do trabalho de investigação.

Ainda segundo Lüdke e André (1986, p. 39), uma vantagem da pesquisa documental é ser uma “[...] fonte não reativa, permitindo obtenção de dados quando a interação com os sujeitos pode alterar seu comportamento ou seus pontos de vista”.

Pesquisamos as fontes em arquivos públicos, na cidade de Uberlândia, bem como arquivos da UFU: fotos, jornais, revistas, documentos e registros que trazem uma informação direta, sem nenhuma mediação anterior sobre nosso objeto de estudo. Alguns órgãos da imprensa foram pesquisados, com destaque para os jornais “Tribuna de Minas”, “O Triângulo”, “Correio de Uberlândia” e “O Repórter”.

Para não ficarmos restritos a fontes oficiais e ao registro frio do papel (ou da imagem digital), foram consultados também alguns depoimentos, fontes orais que foram colhidas pelo projeto Pró-Memória UFU e constam – em sua maioria – na obra intitulada “A UFU no imaginário Social”; trata-se de entrevistas com professores, alunos e políticos envolvidos na gênese, federalização e consolidação da UFU.

Em nenhum momento almejamos a neutralidade, tão impossível quanto indesejada, princípios como democracia, inclusão, liberdade acadêmica, liberdade de expressão, autonomia

universitária, responsabilidade social e a certeza de que o conhecimento deve estar ao alcance de todos, regeram toda a investigação. A objetividade na pesquisa, imprescindível no fazer ciência, sim, foi buscada durante todo o percurso.

O trabalho foi dividido em sete seções, de forma que a primeira seção foi destinada à introdução, que visou apresentar nosso objeto de estudo, objetivos, problematizações, justificativas e a metodologia aplicada na pesquisa; e à sétima seção foi atribuída as considerações finais, na qual intentamos retomar, de maneira sucinta, os argumentos trabalhados no decorrer da pesquisa, expondo os resultados encontrados e as reflexões que deles possamos fazer.

A segunda seção procura elucidar as questões sobre as concepções de universidade e quais foram os projetos aventados no Brasil. Traz o estudo dos principais modelos clássicos estruturais de universidade do mundo moderno, a saber: modelos de universidade humboldtiano, napoleônico e norte-americano; e uma avaliação do papel que eles representaram na formação das universidades brasileiras. Para tanto, pontuamos algumas instituições no Brasil que tiveram a influência desses modelos em sua essência e que serviram de parâmetros para instituições vindouras.

Essa seção não tem a pretensão de levantar o debate da legitimidade dos modelos apresentados e nem sua eficácia, entendemos que para isso é preciso uma pesquisa específica e profunda sobre o tema, encontramos na literatura primorosas obras que podem auxiliar futuros trabalhos de pesquisadores que almejam discorrer sobre o assunto.

A terceira seção busca demonstrar o impacto do governo dos militares na organização e expansão do sistema universitário no Brasil, evidenciando os movimentos que resultaram na Reforma Universitária de 1968 e suas características e desvelando o caráter tecnicista facultado às universidades. A UFU surgiu e se consolidou nesse período conturbado da história do Brasil, governado por uma política desenvolvimentista e de expansão e interiorização do ensino superior. Compreender a conjuntura política nacional se faz imprescindível para a compreensão da conjuntura política local e dos movimentos que levaram à criação e federalização da universidade no município de Uberlândia.

O período marcado pelo Regime Militar apresenta uma multiplicidade de características, movimentos, ações, impactos econômicos, políticos e sociais que tornam árduo e instigante o trabalho do pesquisador no sentido de separação das fontes e do material a ser utilizado no estudo em questão. A opção de destinar um capítulo ao tema e de abordar determinados pontos que, em um primeiro momento, podem conduzir o leitor a não perceber a relação com o objeto de pesquisa, foi uma decisão respaldada na densidade do período, tendo em vista que os fatos

ocorridos perpassam os limites impostos pela investigação, pois atingem todos os campos da política nacional e refletem diretamente nos caminhos trilhados pelo sistema educacional e pela UFU.

A quarta seção intenta reconstituir fragmentos da história econômica, política e social de Uberlândia e sua inter-relação com o contexto nacional, evidenciado o papel desempenhado pelos grupos compostos por frações de classes uberlandense, empresários e políticos locais em sintonia com as políticas nacionais, na execução de projetos desenvolvimentista para a cidade de Uberlândia, projetos esses idealizados pelos mesmos grupos e colocados em prática em nome de toda a população. O sistema educacional do município configurou-se como parte integrante desses projetos, sendo que ao ensino superior foi computada a função de promotor do desenvolvimento e portador da imagem de modernidade.

A história do município de Uberlândia é marcada pelo protagonismo desses grupos de indivíduos que, apesar de nem sempre pertencerem à mesma coligação política, coadunavam nas ações em defesa do progresso da cidade, ressaltando o caráter ordeiro de seus cidadãos em prol do desenvolvimento do município – esse foi o discurso propagado pela imprensa, difundido para a população e refutado por algumas pesquisas.

A quinta seção traz o processo de criação e consolidação da Universidade de Uberlândia, evidenciando os movimentos das autoridades políticas locais e sociedade civil uberlandense que propiciaram a criação das faculdades isoladas que compuseram a universidade. O intuito é demonstrar que os movimentos em prol do ensino superior no município de Uberlândia estão diretamente relacionados com o ideal de desenvolvimento e modernização apregoado pela política nacional desenvolvimentista, responsável pela interiorização do ensino superior no país.

Essa seção demonstra que o ensino superior em Uberlândia resulta da correlação de forças entre a política nacional e a política local. As ações do governo federal e os interesses da sociedade civil uberlandense – bradada por sua classe política e por grupos locais – movimentaram-se juntas em prol de um mesmo ideal. A universidade ora criada foi resultado da junção das faculdades isoladas existentes; as fontes mostram que não houve um projeto de universidade a ser instalado, não houve uma discussão com a sociedade sobre qual a função que a universidade deveria exercer e a quem se destinaria.

A sexta seção expõe os movimentos que levaram à concretização da federalização da universidade, que foi criada dentro dos preceitos legais para ser uma universidade federal, contudo a resistência inicial dos dirigentes das faculdades em renunciar à autonomia administrativa e financeira em prol da universidade desencadeou em uma federalização tardia.

Esse capítulo resgata os movimentos necessários para que o governo reconhecesse o status de federal da universidade, dentre eles a elaboração de um novo estatuto alicerçado nas diretrizes do Ministério da Educação e em consonância com a organização universitária estabelecida na Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 da Reforma Universitária, e a procura de um local para a instalação da universidade, fato esse que movimentou parte da sociedade uberlandense, impulsionada principalmente por benefícios advindos da especulação imobiliária.

Os depoimentos coletados pelo projeto Pró-Memória UFU aludem que o governo dos militares intencionava fazer do processo de federalização da Universidade de Uberlândia um laboratório para demais universidades. Uma universidade federal, porém, sem gratuidade – fato esse que abre novas possibilidades de investigação.

Além disso, essa seção evidencia a inserção da universidade na comunidade local, e sua importância social não só para o município como para região. Contudo, não deixa de ressaltar que a UFU foi federalizada com todas as características de uma universidade voltada ao ensino, uma formadora de mão de obra para atender ao mercado, de forma que a pesquisa esteve dissociada do ensino, tanto no processo de criação quanto no de federalização.

A apresentação desta pesquisa tem em vista contribuir para o debate que hoje se trava em todo o mundo sobre o papel da universidade e seu lugar na luta por justiça social. Esse debate transcendeu, há muitos, das discussões intramuros de filósofos e pedagogos, para interessar e mobilizar toda sociedade.

Fato é que a história da educação superior em cada país não é um acontecimento isolado, mas está intrinsecamente ligada com a concepção do mundo e da vida presentes em cada sociedade; dessa forma, não podemos separá-la do desenvolvimento geral dos povos. Pesquisar a história da educação superior é perpassar pela história de cada nação, porém neste estudo nos limitaremos a assinalar alguns fatos que consideramos mais relevantes para compor o percurso traçado pelo nosso objeto: a Universidade Federal de Uberlândia.

Como resultado da pesquisa, podemos afirmar que a gênese o desenvolvimento e a federalização da UFU são resultado de movimentos arquitetados pela elite local uberlandense e seus representantes políticos (essencialmente no governo civil-militar) em prol de um projeto de construção de uma cidade industrial e moderna. Esses movimentos coadunaram com a política nacional desenvolvimentista, de expansão e interiorização do Ensino Superior, com características tecnicistas voltadas para a formação de mão de obra necessária ao mercado. As lideranças locais uberlandenses se posicionaram como aliadas do governo dos militares – marcado pela repressão, tortura e violência –, possibilitando não só a criação da Universidade, mas também sua federalização.

Assim, defendemos a tese de que a federalização da Universidade de Uberlândia só foi efetivada quase dez anos após sua criação – mesmo tendo sido criada com parâmetros para ser federal desde sua gênese – pois o mesmo grupo que a criou permaneceu como dirigentes das faculdades isoladas que a compuseram e não conceberam perder a autonomia financeira e administrativa que estava imbuída nas faculdades existentes, criando um estatuto que garantisse a autonomia das faculdades e de seus dirigentes, mesmo após a corporificação da universidade. Desta forma, a universidade foi criada e federalizada pelos movimentos oriundos de um grupo mandatário uberlandense – em sintonia com a política nacional – que, em contrapartida, também foi responsável pela demora na concretização da federalização.

1.1 Percursos da Pesquisa

O ingresso no programa de doutorado se deu em 2019, momento em que iniciamos um processo de definição do objeto de estudo, de elaboração do projeto de pesquisa e do mapeamento de fontes, além da dedicação às disciplinas cursadas. Contudo, em 2020 fomos acometidos pelo isolamento social proveniente da pandemia da COVID-19, acarretando o fechamento dos arquivos e dificultando o contato com determinadas fontes relacionadas ao nosso objeto.

Partimos, assim, para o levantamento bibliográfico de obras disponíveis na internet e na consulta a obras impressas para alicerçar a pesquisa. Em um primeiro momento recorremos a autores e obras que versam sobre as universidades, suas funções, princípios e modelos, dentre eles destacamos: Wilhelm von Humboldt e Gerhard Casper (1997); Christopher Charle e Jacques Verger (1996); Fausto Castilho (2008); Newton Sucupira (1972); Darcy Ribeiro (1969); Teixeira Mendes (1903); Anísio Teixeira (1962, 1964); José Leite Lopes (1998); e Cristovam Buarque (1994). Ao direcionarmos para a história das universidades no Brasil, além dos autores brasileiros citados acima, destacamos para essa pesquisa: Luiz Antônio Cunha (1983, 1988, 2007, 2011); Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1980, 1991, 2006, 2010); Antônio Paim (1981, 1982); e Valdemar Sguissardi (2000, 2009). Com ênfase no estudo das universidades no governo militar, destacamos: Rodrigo Patto Sá Motta (2014); José Willington Germano (1993); e Márcio Moreira Alves (1968). Finalmente, obras relacionadas ao nosso objeto de pesquisa, destacamos: Juarez Altafin (1997); Caetano & Dib (1988); Aguinaldo Rodrigues Gomes, Eduardo Moraes Warpechowski e Miguel Rodrigues de Souza Neto (2003).

Recorremos à pesquisa de produções acadêmicas em plataformas como o Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, além de trabalhos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e artigos científicos publicados nos

Cadernos de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia; destacamos os autores: Maria de Fátima de Paula (2002, 2008, 2009); Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (2008); José Carlos Souza Araújo (2008, 2009, 2013); Helena Sampaio (1991); José Luís Sanfelice (2009); Marília Costa Morosini (2006); Afrânio Mendes Catani (1999); José Carlos Rothen (2008); Sadi Franzon (2015); e Zuleide S. Silveira (2020). Também pesquisamos autores que versam sobre nosso objeto de pesquisa, como: Talamira Taita Rodrigues Brito (2009); Wenceslau Gonçalves Neto (2002); Élisson Cesar Prieto (2005, 2010); Aguinaldo Rodrigues Gomes e Eduardo Moraes Warpechowski (2003); e Maria Clara Tomaz Machado (2003).

Investigamos em sites oficiais do governo federal as publicações sobre o ensino superior no Brasil e destacamos:

- A Educação Superior no Brasil – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC, Unesco, Caracas, 2002;
- A Universidade no Brasil: concepções e modelos – INEP, Brasília-DF, 2006;
- Anais I Conferência Nacional de Educação, 1927 – INEP, Brasília-DF, 1997;
- Anais II Conferência Nacional de Educação da ABE, 1928: INEP, Brasília-DF 2004;
- Anais III Conferência Nacional de Educação, 1967 – MEC / Instituto Nacional de Assuntos Pedagógico, Salvador-BA, 1968;
- Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 – MEC / Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE, 2010;
- O Ensino Superior no Brasil, relatório 1974-1978 – MEC/SESu/CODEAC, Brasília-DF, 1979;
- Evolução do Ensino Superior no Brasil (Graduação), 1962-1990 – MEC / Secretaria de Administração Geral, Brasília-DF, 1992.

Sobre o Ensino Superior e as Universidades no Brasil, no período da ditadura civil-militar, destacamos:

- Diretrizes de Governo / Plano Estratégico de Desenvolvimento – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Brasília-DF, 1967;
- Rumo a Reformulação Estrutura da Universidade Brasileira (Rudolph P. Atcon) – MEC / Diretoria de Ensino Superior, Rio de Janeiro-RJ, 1966;
- Reforma Universitária / Relatório do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto n. 9 62.937/68 – MEC / Secretaria da Educação Superior, Brasília-DF, 1983;

- Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970: Área Estratégica IX – Infra-Estrutura Social. Vol. 1 – Educação e Recursos Humanos, 1969.

As pesquisas relacionadas com a história do município de Uberlândia e com a trajetória da UFU foram centradas em um levantamento realizado nos bancos de teses e dissertações de repositórios institucionais de universidades brasileiras, no CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT), com o intuito de inventariar estudos realizados sobre nosso objeto, essencialmente aqueles que correspondessem ao recorte temporal estabelecido. Das teses e dissertações, bem como dos trabalhos e artigos identificados, foram observados os objetos pesquisados, os objetivos propostos pelos pesquisadores, as abordagens temáticas e metodológicas, os documentos selecionados como fontes e os recortes temporais estabelecidos.

Entre as teses de doutorado relacionadas com a história do município de Uberlândia, destacamos a de Beatriz Ribeiro Soares, defendida em 1995, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, intitulada “Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado - imagens e representações no Triângulo Mineiro”, cujo objetivo foi de compreender os processos políticos, econômicos e sociais que consolidaram-se no espaço urbano de Uberlândia, fazendo com que a cidade se transformasse em um centro regional de expressiva importância no contexto de Minas Gerais, considerando o papel desempenhado pela elite local que elaborou projetos políticos que (re)criaram o espaço da cidade e mais, produziram imagens que representavam o progresso e a modernidade.

A tese de Luciene Maria de Souza, defendida em 2012, no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, intitulada “Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores”, apresentou como propósito analisar a construção do pensamento empresarial uberlandense representado pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores. Constatou que, diferentemente do discurso oficial de cidade ideal, rica e industrializada, existia outra realidade que foi ignorada por contrariar o projeto de cidade, idealizado pela elite econômica local. Por mais que o discurso ideológico insistisse em afirmar a eterna parceria entre capital e trabalho, a realidade histórica demonstrou que Uberlândia vivenciou nas décadas de 1940 a 1960 muitos conflitos de classes e que, na verdade, sua economia destacou-se por sua preponderância agropecuária e comercial, sobretudo no ramo atacadista.

A tese de Patricia Aparecida Amaral, defendida em 2021, no programa de Pós-Graduação em História da UFU, intitulada “Uma empresa de comunicação no cerrado: a TV Triângulo em tempos de ditadura militar”, procurou entender como se deu a relação da antiga

TV Triângulo com a ditadura militar (1964-1985). Foi enfatizado como na década de 1970 a emissora conviveu amistosamente com a imposição de censores na redação de Uberlândia e de Uberaba; além disso, a autora evidencia a presença constante de políticos de direita nos telejornais e programas de entrevistas, entre eles Rondon Pacheco, um uberlandense que participou de forma ativa do governo do general-ditador Costa e Silva. Em todos os momentos do trabalho houve a pretensão de correlacionar o que se passava em Uberlândia com o que acontecia politicamente no Brasil, particularmente na área das comunicações, salientando as múltiplas práticas de controle e silenciamento que pesavam sobre ela.

A dissertação de Orlanda Rodrigues Fernandes, apresentada em 2008 no programa de Pós-graduação em História da UFU, intitulada “Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal”, traz como objetivo compreender como a imprensa se constitui enquanto prática social na cidade de Uberlândia refletindo sobre a memória, relevando a singularidade das relações e interesses que influenciavam o posicionamento do periódico com relação ao Regime Militar e o que isso significava na luta por hegemonia, considerando que a imprensa organiza, articula e constrói interesses; analisa-se o jornal enquanto parte da cidade para entender como este intervém na sociedade e quem são os sujeitos que constroem essa intervenção.

Os trabalhos apresentados até então permitiram compreender a trajetória do município de Uberlândia, alicerçada no ideais desenvolvimentistas da elite local e seus políticos: a tese de Beatriz Ribeiro Soares possibilitou a compreensão dos movimentos políticos, econômicos e sociais engendrados pelas lideranças locais no intuito de consolidar os projetos desse grupo dominante para o município de Uberlândia, nos permitindo um primeiro contato com a força que emergia desse grupo e o empenho em materializar seus ideais. Já a tese de Luciene Maria de Souza desvelou os conflitos existentes entre o empresariado e a classe trabalhadora e nos apresentou uma conjuntura diferente daquilo que foi propagado na imprensa, além de evidenciar que os projetos educacionais aventados no município direcionavam à formação de mão de obra para o mercado. A tese de Patricia Aparecida Amaral e a dissertação de Orlanda Rodrigues Fernandes contribuíram na apresentação de um panorama do papel desempenhado pela imprensa uberlandense – no período da ditadura civil-militar – em organizar, articular e construir interesses de acordo com os projetos da elite local e proprietária da maioria dos jornais no período investigado; nos permitiram traçar um paralelo da conjuntura política uberlandense frente ao cenário político nacional.

Após percorrermos os caminhos trilhados pelo município de Uberlândia, por meio das pesquisas relacionadas com a sua história, passamos a investigar os estudos que versam sobre

a trajetória do ensino superior em Uberlândia e a implementação da universidade no município, essencialmente aqueles relacionados ao nosso recorte temporal.

Nesse contexto, destacamos a pesquisa de Wander Pereira, defendida em 2012, no programa de Pós-graduação em Educação da UFU, intitulada “A Ordem Política e a Reforma Universitária: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968-1978)”, que objetivou apreender as representações sociais voltadas para o processo que deu origem ao Ensino Superior em Uberlândia, cujo resultado evidenciou que a gênese/desenvolvimento e consolidação da Escola de Odontologia pertence a um momento próprio da História do Brasil – o Regime Militar e suas ingerências na sociedade, na política e na Educação, ressaltando a subordinação da prática acadêmica à ordem política. A pesquisa defende que a Faculdade de Odontologia instalada em Uberlândia, Minas Gerais, se coaduna ao contexto de formação de pessoal técnico/graduado para atuar em projetos de composição dos profissionais necessários para o desenvolvimento da cidade; o que ocorreu em Uberlândia foi a realização do intento da sociedade civil representada pela sua classe política e pelos grupos locais, contando ainda com a adesão da juventude que almejava uma formação universitária.

A tese de Aluísio José Alves, defendida em 2013 no programa de Pós-graduação em Educação da UFU, intitulada “A gênese, a constituição e a implementação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia – 1954 a 1978”, destaca que havia um projeto das classes mandatárias para a cidade de Uberlândia, uma determinação para a ampliação de todos os campos possíveis para engendrar e apoiar o crescimento da indústria, do comércio, da educação superior, enfim, de todos os segmentos produtivos da sociedade local. É demonstrado ainda que a gênese da Escola de Medicina de Uberlândia estava fortemente ligada ao projeto de cidade que estava em curso por ocasião das “cruzadas” em favor da criação da Universidade de Uberlândia, sendo a instituição universitária uma das mais valiosas representações para a sociedade local.

A tese de Ana Lúcia Araujo Borges, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE), intitulada “Gênese, implantação e consolidação da FACEU - Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia-MG (1962-1978)”, indica a investigação do processo de gênese, implantação e consolidação da Faceu entre 1962 e 1978 como objetivo geral da pesquisa. Para tanto, intenta investigar e analisar o processo de expansão e interiorização do ensino superior na cidade de Uberlândia, na conjuntura das lideranças locais e institucionais. A pesquisa traz que o Ensino Superior na FACEU teve sua gênese e desenvolvimento a partir do empenho de lideranças locais e dirigentes da instituição.

A tese de Ruth Sousa Ferreira Silva, defendida em 2021 no programa de Pós-graduação em Educação da UFU, intitulada “Genealogia do curso superior de Música da Universidade de Uberlândia, MG (1957-69)”, trouxe a trajetória do curso superior de Música em Uberlândia, primeiro curso superior do município, revelando que o processo transitava entre o privado e público; o curso partiu do contexto particular para se tornar federal, porém mesmo no contexto privado recebia subvenções do governo em nome do desenvolvimento cultural regional. A tese ressalta que a criação do curso superior de música se mistura com o desenvolvimento de Uberlândia.

Entre as dissertações encontradas, destacamos a de Élisson César Prieto, apresentada em 2005 no programa de Pós-graduação em Geografia da UFU, intitulada “Os desafios institucionais e municipais para implantação de uma cidade universitária: o câmpus Glória da Universidade Federal de Uberlândia”. A dissertação se propôs entender a formação urbana, cultural e socioeconômica da cidade de Uberlândia, para então compreender as relações que se processaram para a constituição da universidade. O autor nos trouxe a discussão de como os espaços da universidade foram constituídos e apresentou a necessidade de implantação de um novo espaço universitário em Uberlândia – o campus Glória –, com enormes potencialidades para a UFU e para a cidade.

Os trabalhos ora apresentados contribuíram para, em conjunto com outras fontes, elucidar como se processou a implementação dos cursos superiores no município de Uberlândia; foi possível colher fragmentos do papel desempenhado pelas lideranças locais, bem como dos projetos por ela alavancados. O estudo desse material nos possibilitou compreender que a Universidade proveio de um projeto desenvolvimentista do município, engendrado por uma parcela da sociedade em nome do bem comum.

Após a pesquisa bibliográfica, seguimos para a pesquisa documental; catalogamos decretos, leis, exposição de motivos, regimentos, relatórios, estatutos, portarias, instruções normativas, resoluções, atas, jornais, fotografias, entrevistas e afins, disponíveis em sites oficiais, a saber: Portal da Legislação – Planalto; Portal da Câmara dos Deputados; Edições Câmara; Biblioteca Digital; e Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Com a reabertura dos arquivos públicos, analisamos no Arquivo Público Municipal de Uberlândia as Atas da Câmara Municipal. O intuito, em um primeiro momento, foi investigar se a classe política uberlandense em algum momento colocou em pauta o modelo de universidade a ser instalado no município. Acompanhamos, por meio das atas, os debates sobre a criação das escolas superiores e a quantidade de verba a ser destinada, sobre a necessidade de se ter o ensino superior em Uberlândia e os impactos econômicos para o município sobre a

necessidade de implementação de uma universidade – visto que Uberaba já possuía –, entre outros assuntos afins que surgiam no perpassar das leituras. Inferimos que as discussões convergiram sobretudo para: a necessidade de desenvolvimento do município e a essencialidade de formação de mão de obra para o mercado, para além do status advindo da implementação ensino superior. Contudo, não entrevemos um debate profícuo sobre qual deveria ser o modelo de universidade a ser implementado.

A averiguação das atas da Câmara Municipal nos possibilitou constatar que o ensino superior em Uberlândia contou com verbas públicas municipais, por meio de créditos destinados aos cursos, assim como a utilização de verbas federais derivadas de políticos que atuavam na esfera federal e captaram recursos para o município.

Ainda no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, foram consultadas as edições do jornal Correio de Uberlândia correspondentes ao nosso recorte temporal, com o intuito de averiguar as notícias relacionadas à consumação dos projetos desenvolvimentistas, as ações políticas empreendidas em prol da educação, à implementação do ensino superior em Uberlândia e estruturação da universidade, entre outros assuntos que nos permitissem uma amostra dos movimentos feitos por parte da sociedade uberlandense para que o município conquistasse o status de se ter uma universidade.

Consultamos o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, limitando a investigação ao estado de Minas Gerais e aos periódicos de Uberlândia e região. Utilizamos como temas para pesquisa: ensino superior, ensino superior em Uberlândia, faculdade, federalização, Universidade de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, o nome e as siglas das faculdades implementadas no município e temas afins que surgiam à medida que a pesquisa avançava.

Percorremos os arquivos da Universidade Federal de Uberlândia à procura de documentos, depoimentos e registros que nos permitisse averiguar o processo de gênese e federalização da universidade sob a perspectiva interna, os processos intra instituição. Iniciamos pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU (CDHIS); dentre os achados destacamos a coleção Uberlândia, contendo livros, memórias, revistas, folhetos, fotos e documentos diversos, sobre a história do município. Encontramos livros encadernados e organizados por ano e por data de exemplares do Jornal “Tribuna de Minas” da década de 1960, páginas preservadas da história.

Ainda no CDHIS, exploramos o acervo da coleção do Projeto Pró-Memória UFU⁴, composto por fotografias, fitas cassete, fitas de vídeos, slides, jornais, formulários de vestibular, manuais do aluno e documentos diversos sobre a universidade, em um total de 11.500 documentos. As entrevistas foram realizadas com os fundadores das escolas isoladas, políticos influentes da região, reitores, docentes, discentes, pessoas da comunidade e atores sociais que estiveram diretamente ligados à fundação das primeiras escolas superiores e participaram do processo de unificação e federalização da universidade. Entre os entrevistados destacamos: Jacy de Assis, idealizador da Faculdade de Direito; Ilar Garotti, uma das fundadoras da Escola de Filosofia, Ciências e Letras; Cora Pavan Caparelli, idealizadora da Escola de Música; Juarez Altafin, ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas; Genésio de Melo Pereira, fundador da Faculdade de Engenharia; José Olympio de Freitas, um dos fundadores da Faculdade de Medicina; políticos como Rondon Pacheco, ministro da Casa Civil do governo Costa e Silva, ex-governador de Minas Gerais, dentre outros cargos públicos; Homero Santos, político uberlandense; entre outros.

As entrevistas serviram como fonte principal para a constituição do livro intitulado “A UFU no Imaginário Social”, em 1988, organizado pelas coordenadoras do projeto Coraly Gará Caetano e Mirian Michel C. Dib, obra que corroborou com esse estudo pois forneceu a possibilidade de, por meio do olhar dos envolvidos, percorrer os caminhos que levaram à fundação e consolidação da UFU e à sua relação como o município.

Para complementar a pesquisa fez-se necessário coletar dados estatísticos sobre a universidade e analisar a instituição por meio de seus números; no arquivo geral da UFU encontramos, nas pastas da Diretoria de Planejamento (DIRPL), os relatórios de gestão correspondentes aos anos de 1992, 1996 e 1999. No arquivo da reitoria, a equipe da Secretaria Geral (SEGER) disponibilizou os processos aprovados no Conselho Universitário (CONSUN) dos relatórios de gestão e/ou prestação de contas da década de 1980. Mesmo que esses documentos estejam datados fora de nosso recorte temporal, foram essenciais para demonstrar o processo de consolidação da universidade.

Dados estatísticos do município foram coletados do IBGE; já dados das universidades, no INEP e no portal do Ministério da Educação (MEC).

⁴ O Projeto Pró-Memória UFU foi realizado no período de 1987 a 1991, sob a coordenação das professoras Coraly Gará Caetano e Mirian Michel C. Dib, com o objetivo de reconstituir a história da UFU por meio do uso da memória oral, iconográfica e videográfica, além da organização de um sistema de referência das fontes escritas existentes.

As fontes históricas documentais são descritas por Ribeiro, Silva e Silva (2014) como fundamentais para o desenvolvimento e execução da pesquisa histórica. De acordo com as autoras, o registro material do passado, quando considerado como fonte de pesquisa, transforma-se no processo de ler, indagar, contextualizar e analisar. Assim, passa a ser um “[...] registro do passado produzido no presente – a história escrita” (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 224).

Em linhas gerais, o levantamento e revisão da produção acadêmica em torno das universidades no Brasil e, mais especificamente, sobre a UFU, o contato com os documentos coletados, com os jornais da época e com as fontes selecionadas, além do acesso à memória exteriorizada por meio dos depoimentos preservados nos arquivos, nos facultou uma amplitude de possibilidades de estudo e nos mostrou um campo aberto à pesquisa, uma oportunidade de compreender as linhas essenciais do percurso trilhado pela educação superior no país.

2 UNIVERSIDADES NO BRASIL: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E INFLUÊNCIAS

A Universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm, também não têm existência autônoma, vivendo, tão-somente, como um reflexo dos demais. [...]. São as Universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil.

– ANÍSIO TEIXEIRA

O discurso proferido por Anísio Teixeira em 1962 perpassa décadas, gerações, governos, progresso tecnológico e científico, e se mantém atual, assim como a importância das universidades para e na sociedade.

Quando nos propomos a olhar o passado e pesquisar a trajetória da educação superior no Brasil com a criação e implementação das primeiras universidades, até chegarmos em nosso objeto, a UFU, faz-se necessário conhecermos antes sobre as concepções e modelos de universidades que temos na história e a quem serviram, é preciso questionar se existe uma experiência brasileira de universidade, as influências sofridas e a forma como podemos identificá-las.

Esse olhar nos remete aos modelos clássicos de organização universitária – alemão/humboldtiano, francês/napoleônico, inglês e norte-americano – e seus reflexos na gênese das universidades brasileiras. Afinal, a história das universidades é, sob vários aspectos, uma mudança de ênfase em relação a maior e menor importância que se dá aos seus objetivos: formação e ensino, pesquisa e serviço (TEIXEIRA, 1964).

Neste capítulo ideamos compreender os modelos de universidade que influenciaram o caso brasileiro e, por conseguinte, a UFU. Não intencionamos esgotar as investigações, pois concebemos que toda universidade apresenta características próprias, divergências e convergências que não se enquadram fielmente nos modelos teóricos existentes. Afinal, uma instituição resulta dos seus antecedentes, só que estes antecedentes não são imediatamente percebidos. Ainda hoje nos encontramos sob o quadro da determinante de longo prazo formulada em séculos anteriores.

Este capítulo foi dividido em seis partes, além das considerações iniciais e as parciais. Intentamos tratar, de forma sucinta, eventos históricos relevantes à pesquisa do nosso objeto; iniciaremos por avocar as diferentes concepções de universidade e os modelos que as caracterizam; em um segundo momento iremos analisar as influências exercidas por esses

modelos nas primeiras universidades brasileiras, considerando o cenário político e o projeto educacional instituídos no Brasil.

2.1 A Universidade e suas marcas históricas

A história da universidade, enquanto instituição, é marcada pela constante luta por autonomia acadêmica, administrativa e de gestão frente ao Estado e a Igreja.

Desde as origens do Estado moderno, a concepção de universidade é atravessada pelo caráter instrumental, no sentido de responder às demandas e aos tempos econômico, industrial, tecnológico e urbano da ordem capitalista. Entretanto, ao longo do desenvolvimento histórico dessa concepção, alguns de seus aspectos vão se modificando no que diz respeito às formas de financiamento e de gestão, à configuração institucional e, especificamente, de produção do conhecimento. (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 81)

Em retrospectiva, nos séculos XII e XIII, na Europa, a universidade se identificava com sua sociedade e sua cultura; estruturava-se enquanto corporação sob os ditames da igreja. Em fins da Idade Média, a universidade ainda não consegue compreender e abarcar o espírito dos tempos modernos, fica estagnada em saberes ultrapassados.

A emergência dos estados nacionais no século XV e os movimentos que marcaram os séculos XVI e XVII – Renascimento, Humanismo, Reforma Protestante, Contra Reforma, Mercantilismo, bem como as grandes descobertas marítimas – foram incapazes de retirar a universidade da apatia, das raízes fincadas em solo medieval; porém, causaram uma ruptura no monopólio da igreja e o Estado passou a exercer o controle sobre as universidades (PAULA, 2009).

No século XVIII na Europa emergiam discussões de concepções de mundo, do homem e da sociedade; surge o Iluminismo, movimento intelectual que celebra a razão e a ciência em oposição à religião, aponta para a inutilidade da universidade vinculada à pura tradição medieval e roga por sua extinção; em substituição propõem escolas superiores de formação profissional e institutos de pesquisa científica. O Iluminismo propulsionou o início da revolução francesa e, posteriormente, a reforma napoleônica do ensino superior. Mesmo hoje este cenário afeta os sistemas de educação.

É nesse contexto de ordem intelectual, com vistas ao progresso, que surgem várias obras sobre a educação, em geral, e a universidade, em particular, como *O conflito das faculdades* (1798), de Immanuel Kant (1724-1804); *Por uma universidade orgânica de Erlangene* (1805) e *Plano dedutivo de uma instituição de ensino superior a ser edificada em Berlim, que esteja estreitamente associada a uma Academia de Ciências* (1807), ambas de Johann Gottlieb Fichte (1762-1814); *Pensamentos de*

circunstância sobre a universidade segundo a concepção alemã (1808), de Friedrich Schleiermacher (1768-1834); e *Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim* (1810), de Wilhelm von Humboldt (1767-1835). (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 83)

Ainda nesse contexto,

No final do século XVIII, a universidade iluminista foi sacudida pela Revolução de 1789, anti-universitária por excelência, pois condenou a instituição universitária como sendo um aparato do Antigo Regime, colocando em seu lugar escolas profissionais de ensino superior. Da França e da Prússia emergiram, no início do século XIX, as primeiras universidades modernas e laicas: a napoleônica, para formar quadros para o Estado, e a de Berlim, com ênfase na integração entre ensino e pesquisa e na busca da autonomia intelectual diante do Estado e da Igreja. (PAULA, 2009, p. 72)

A fundação da Universidade de Berlim no século XIX, em 1808, reaquista a ascendência do pensar, tornando-o o centro da pesquisa científica, dando origem à “universidade moderna” que tem no texto “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim”⁵, de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), a reflexão mais significativa e concisa sobre a universidade. Newton Sucupira (1972) afirma que a universidade moderna enquanto instituição de pesquisa é uma criação germânica.

Ainda no século XIX surge a universidade napoleônica na França, que prioriza a formação de técnicos de nível superior: médicos, juristas, professores e engenheiros, além de funcionários de alto escalão que atuariam nos quadros administrativos do Estado. Na Inglaterra, novas universidades incorporam as carreiras técnicas com as tradições de Oxford e Cambridge, com a finalidade de promover um saber universal.

O início do século XX demonstra um processo de ruptura cada vez mais explícito, com o legado do ensino superior antigo, “o período entre 1860 e 1940 foi caracterizado pelos historiadores da educação como o da diversificação, da expansão e da profissionalização do ensino superior” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 93). O modelo alemão clássico torna-se cada vez mais influente e os modelos francês e inglês continuam sendo alternativas possíveis. Novas funções são apensadas ao ensino universitário, ainda que grande parte da pesquisa e a formação profissional aconteçam em instituições não universitárias (CHARLE; VERGER, 1996).

[...] a revolução industrial, que começou na Inglaterra pelos fins do século XVIII com os novos descobrimentos técnicos e o emprego de novas fontes de energia, desenvolve-se no século XIX e dá nascimento a uma quarta classe social, a operária, junto e ante a burguesia nascida no século anterior. Daí surge também paulatina

⁵ Escrito em 1810, exerceu considerável influência na fundação da Universidade de Berlim. Vindo a público somente em 1899, trata-se de um texto inacabado que ainda traduz, e de um modo significativo, o ideário em torno de universidade nos tempos contemporâneos.

extensão do sufrágio universal e maior participação do povo nos assuntos públicos e, portanto, nos educacionais. (LUZURIAGA, 1959, p. 55)

No prelúdio da segunda fase da revolução industrial (1850-1950) é atribuído às universidades a função de formadora de recursos humanos capacitados com nível superior de ensino. Assim, na Alemanha, ao lado da universidade humboldtiana⁶ instala-se uma rede de escolas superiores técnicas, porém com inferior prestígio (SUCUPIRA, 1972).

Nos Estados Unidos a industrialização e o surgimento de uma sociedade de homens comuns impulsionaram o nascimento da universidade moderna de massa, com o intuito de abarcar o rápido desenvolvimento industrial; foi a primeira tentativa de ofertar formação universitária aos mais diversos tipos de profissões. Nesse contexto surge a ideia norte-americana de universidade que agrega diferentes concepções: a educação liberal inglesa, a orientação pragmática para formação profissional francesa e o ideal científico da universidade alemã (SUCUPIRA, 1972).

[...] todo esse século foi um esforço continuado para tornar uma realidade a educação do ponto de vista nacional. Nesse século desenrolou-se a mais intensa luta dos partidos políticos, conservadores e progressistas, reacionários e liberais, clericais e estatais, para apoderar-se da educação e da escola pública. Pode-se, em geral, dizer que houve luta entre a Igreja e o Estado em torno da educação; ao fim, este vence e chega a constituir-se, em cada país, uma educação pública nacional. (LUZURIAGA, 1959, p. 57)

Os modelos clássicos de universidade servem como fonte de inspiração para novas instituições universitárias ou para reformas de instituições existentes, bem como embasam discussões sobre projetos de ensino para uma sociedade, porém as especificidades nacionais agregam características próprias a cada instituição.

Os conflitos étnicos e religiosos em relação ao ensino em algumas partes da Europa, a desigualdade do grau de desenvolvimento econômico e de urbanização, a posição dominante ou dominada do país considerado no conjunto internacional, multiplicam a particularidade dos casos. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 93)

Surge nessa época um traço comum:

[...] o ensino superior torna-se um lance cada vez mais central para a promoção social dos indivíduos, para a afirmação nacional, para o progresso científico e econômico nacional e internacional, para a formação das elites e, além disso, dos quadros sociais e até para a evolução das relações entre os sexos com o início da feminização dos estudos superiores. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 93)

⁶ Modelo de universidade baseada nos preceitos de Wilhelm von Humboldt.

Nesse contexto, o século XIX traz diferentes modelos de universidades modernas, dentre eles o modelo alemão humboldtiano, o modelo francês e o modelo norte-americano, que influenciaram significativamente a concepção, sistematização e consolidação do ensino superior no Brasil.

2.1.1 O modelo alemão, modelo humboldtiano ou universidade de pesquisa

Após dois séculos do surgimento da Universidade de Berlim, ainda é possível afirmar que os pressupostos gerais e concepções de universidade defendidos por Humboldt em seu texto “Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores em Berlim” são relevantes nas discussões sobre o papel, a função e a existência dessas instituições. Este constitui um texto chave na organização não somente da universidade alemã oitocentista, mas da própria estrutura de universidade moderna.

Embora seja um escrito fundador da história daquela Universidade, revê-lo significa buscar as trilhas do ideal universitário – e, por consequência da pedagogia universitária – que informou a Educação Superior nos séculos XIX e XX, bem como inspirações para a discussão sobre o rumo da universidade contemporânea, particularmente a brasileira, e por dois motivos: o primeiro em vista da oxigenação das universidades federais, e o segundo associado à ruidosa expansão do setor privado no campo da Educação Superior. (ARAÚJO, 2014, p. 66)

O projeto de universidade moderna apresentado por Humboldt propôs romper com as estruturas existentes de universidades até então; advém de um período histórico quando os preceitos difundidos pela igreja se enfraqueciam e a ciência se fortalecia como uma “mola propulsora” do mundo moderno.

A concepção iluminista de ideais focados no progresso tem na educação escolar – incluindo a educação superior – o caminho para alcançá-lo. A educação é concebida como capaz de fazer irradiar o progresso; nesse sentido, o projeto iluminista de trazer luzes à razão busca nas ciências e na filosofia a sua sustentação.

No interior desse contexto, em 1810, Humboldt escreve um texto sucinto e inacabado, porém valioso enquanto manifestação teórico-educativa em torno da universidade e de sua pedagogia, também associado às dimensões organizativa e gestora das instituições de ensino superior (ARAÚJO, 2014).

Humboldt concebeu duas tarefas às instituições de ensino superior: “De um lado, promoção do desenvolvimento máximo de ciência. De outro, produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral” (HUMBOLDT, 1997, p. 79). Ele evidencia que as referidas instituições se destinam à elaboração da ciência, esse é o objetivo principal, e que

enquanto a ciência se mantiver pura pode-se apreendê-la em si mesma e em seu todo, embora alguns desvios isolados possam acontecer. Internamente se organizam pela combinação de ciência objetiva e formação subjetiva, já sua formação externa visa preparar a passagem entre a escola e a universidade.

Distinguindo o que a universidade obrigar-se-ia a promover, Humboldt é categórico ao afirmar que sua finalidade é o enriquecimento moral da Nação e do indivíduo: “[...] as instituições científicas apenas se justificam plenamente quando as ações que as definem convergem para o enriquecimento da cultura moral da Nação” (HUMBOLDT, 1997, p. 79). O autor reitera que essa finalidade só pode ser alcançada ao realizarem a ideia pura de ciência, assim a autonomia e a liberdade tornam-se os princípios mais importantes de sua organização.

Para Humboldt (1997), a autonomia é um princípio que ultrapassa os limites da universidade e alcança o bem da nação; somente uma universidade livre é capaz de contribuir, por meio da ciência, para o desenvolvimento do país e da sociedade. Desta forma, é necessário que a universidade tenha liberdade científica, pedagógica, administrativa e financeira (PEREIRA, 2009).

Esses princípios apensados à cooperação e à colaboração são essenciais na concepção da universidade humboldtiana. A autonomia científica está diretamente ligada à liberdade de investigação e uma e outra influenciam nos vínculos criados entre os pesquisadores, contribuindo para o fluxo da instituição contanto que haja cooperação. Para Humboldt (1997), essa cooperação pode ser concebida como parceria mútua entre os cientistas, ou como impulsora de entusiasmo entre eles, cujo objetivo seja promover no âmbito da universidade uma conciliação que sirva de alicerce para as relações que primam pelo desenvolvimento científico.

Outro atributo dessas instituições superiores, segundo Humboldt (1997), é tratar a ciência como um problema inacabado, algo que não pode ser integralmente resolvido. A pesquisa deve ser um esforço contínuo de professores e alunos; assim, ambos ali se encontram em função da ciência, sendo que a tarefa de transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos cabe somente às escolas. Essa relação professor/aluno é o que substancialmente diferencia a universidade de outras instituições de educação superior.

Nas palavras de Humboldt (1997, p. 80-81),

Outra característica destas instituições [universidades] é que, para seus membros, a ciência é compreendida como um problema que nunca pode ser totalmente resolvido. Portanto, a pesquisa se transforma num esforço infinito. Pelo contrário, na escola, a tarefa da instituição se limita à transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos. Já numa instituição científica superior, o relacionamento entre

professores e alunos adquire uma feição completamente nova, pois, neste ambiente, ambos existem em função da ciência.

Compete ao Estado prover meios necessários para o desenvolvimento da ciência e resguardar as diferenças entre a escola e as instituições superiores de ensino.

Nesse contexto, constituem obrigação do estado:

- 1 – Manter a atividade científica do modo mais dinâmico possível;
- 2 – Evitar o declínio dessa atividade. Em outras palavras, preservar com precisão a diferença entre instituição superior e escola. Tal diferença deve ser preservada não apenas no que se refere à instituição predominantemente dedicada à atividade teórica mas também àquela que se volta para aspectos diversos da vida prática. (HUMBOLDT, 1997, p. 82)

Desta forma, o autor defende que o Estado deve ser ciente que o avanço da instituição só ocorrerá sem sua intervenção, deve respeitar a lógica própria da atividade científica e fornecer os meios e estruturas para seu desenvolvimento; deve respeitar a autonomia universitária e compreender que é por meio da ciência que a universidade formará os jovens do país, tendo em vista que somente a ciência pura pode formar uma consciência moral. A universidade, ao orientar os jovens, desempenha tarefas que interessam ao Estado.

Seus marcos se expressam em torno da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, sob a tutela da busca pelo desenvolvimento científico, fundado na autonomia, na liberdade de investigação, na cooperação, na colaboração, cabendo ao Estado a obrigação de construir e manter tal empreendimento. Seu horizonte universitário se organiza em torno da construção do Estado-Nação, para o qual a universidade é convocada a enriquecer sua cultura moral. (ARAÚJO, 2014, p. 65)

Humboldt faz a defesa de uma universidade pública que, mesmo sob os cuidados do Estado, deve ser isenta de suas interferências, de forma que a dimensão política da educação não pode ser maior do que os interesses da sociedade a que ela serve. Para o autor, a universidade é o local onde a verdade deve ser buscada sem qualquer constrangimento.

De forma geral, os princípios evidenciados por Humboldt e que diferenciam a universidade de outras instituições de ensino são:

[...] a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário. (PEREIRA, 2009, p. 31)

O princípio da interdisciplinaridade, embora o termo “interdisciplinar” não seja mencionado nos escritos de Humboldt, pois a disciplinarização é fenômeno do início do século

XX, fica expresso na forma como se concebe a inter-relação das áreas e disciplinas – tanto no ensino como na pesquisa – enquanto característica inerente à instituição universitária.

O projeto humboldtiano enfatiza a formação geral, científica e humanista; contempla a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da formação como características essenciais da universidade; e tem as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras como órgão universitário centralizador, responsáveis por integrar os diversos campos do saber (PAULA, 2009). As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras têm como função o desenvolvimento e o cultivo do saber livre e desinteressado das aplicações práticas.

Em síntese, o modelo humboldtiano assume a universidade como uma instituição que goza de autonomia relativa na produção do conhecimento, em relação estreita com os interesses do Estado, tendo a ciência como a força unificadora de que o Estado necessita para legitimar o projeto de nacionalidade. A formação, demarcada por uma concepção idealista, liberal e acadêmica, põe a pesquisa científica no centro das relações universitárias, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação geral, humanista e científica, com foco na totalidade e universalidade do saber. Essa seria a forma de fazer a ciência “pura”, que tem como princípio a busca infinita da verdade e do conhecimento. (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 84)

A universidade humboldtiana se mostra, desta maneira, oposta à universidade francesa que, embutida do espírito napoleônico, priorizava a formação profissional. Enquanto o modelo humboldtiano enfatiza a importância da pesquisa na universidade, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação, no modelo francês a pesquisa não é tarefa primordial.

Ao longo do tempo houve uma série de modificações e desvios na concepção de universidade alemã, substancialmente no regime nazista, com a perda de autonomia e liberdade. O nazismo aniquilou a pretensa neutralidade acadêmica, exigindo que docentes e intelectuais aderissem à filosofia do regime sob pena de cassação, contribuindo para a perda da essência do modelo universitário alemão⁷.

O aumento no número de estudantes e a abertura das universidades alemãs para outros segmentos sociais, sobretudo a partir do início do século XX, contribuíram para um desvio em direção a uma universidade mais pragmática, focada na prática profissional, no utilitarismo e na especialização, influenciada principalmente pelo modelo norte-americano.

2.1.2 O modelo francês (napoleônico)

⁷ Sobre o assunto, ver Charle & Verger (1996).

No final do século XVIII as universidades medievais eram vistas pelos revolucionários franceses como um impeditivo das ciências emergirem, pois eram tidas como aparelhos ideológicos do antigo regime.

Após as primeiras vitórias contra o inimigo externo da Revolução Francesa de 1789, e tendo assumido o poder político supremo no Estado republicano, Napoleão empreendeu uma ampla e diversificada obra de reforma institucional visando à consolidação do regime burguês. Nesta obra reformadora estava compreendida a reforma das instituições de ensino, em continuação às grandes mudanças decretadas pela assembleia constituinte. (CUNHA, 1988, p. 13)

Napoleão aboliu as universidades pela Convenção do dia 15 de setembro de 1793, fragmentando-as em instituições de ensino profissional, justificada pelo positivismo da burguesia francesa e alicerçada na justificativa de colocar fim em um dos meios de formação de profissionais da antiga classe dominante e preparar novos profissionais para promover o bloco histórico em formação (CUNHA, 1988).

A reforma napoleônica da educação é colocada como aparato de coerção, controle social e construção de uma hegemonia em torno da ideologia do Estado, com a finalidade de difundir uma doutrina comum.

Segundo Darcy Ribeiro,

O ensino superior francês, depois da Revolução e por um período de cem anos (1793-1896), não foi mais do que um sistema de escolas superiores — que não respondiam ao nome de universidade — organizadas como um serviço público nacional tal como o ensino primário, o secundário e o normal. Entre 1806 e 1808, Napoleão implantou um vasto monopólio educacional buscando unificar politicamente e uniformizar culturalmente o arquipélago de províncias, numa nova entidade coesa, a França republicana. (RIBEIRO, 1969, p. 40)

O modelo francês fez da universidade a formadora dos quadros necessários ao Estado, cuja formação se daria em conformidade com a nova ordem social, caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal. Aqui encontramos uma inteligível discordância do ideal universitário de Humboldt.

As faculdades (Letras e Ciências) que, nas universidades alemãs, formam o espaço natural das tendências inovadoras, são as que, na França, vegetam ou não preenchem essa função [...] O essencial da função de pesquisa ou de inovação está, assim, concentrado nos grandes estabelecimentos, em alguns cursos da Sorbonne ou do Colégio de França ou no seio do Instituto e das sociedades eruditas. (CHARLE; VERGER, 1996, p. 77)

Em 1896 algumas escolas isoladas se reorganizaram, primeiro como faculdades autárquicas e depois como universidades, um agrupamento de unidades independentes. “Ficaram separadas do conjunto a Escola Politécnica, a Escola Normal Superior, o Colégio de França, o *Institut* e o Museu de História Natural, aos quais se agregariam mais recentemente o Museu do Homem e o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS)” (RIBEIRO, 1969, p. 41).

Por conseguinte, as instituições de ensino ficaram isoladas das entidades voltadas para pesquisa científica e a formação de intelectuais; tem-se então universidades voltadas ao ensino massificado, de forma que e a formação profissional de alto nível, bem como a pesquisa, foram concentradas fora da instituição universitária, nas denominadas “grandes escolas”.

Assim, no século XIX, é possível perceber que as concepções alemã e francesa de universidade abarcam profundas divergências. Enquanto o modelo alemão evidencia a excelência da pesquisa universitária, com ênfase na indissociabilidade entre ensino pesquisa e formação – uma formação geral, científica e humanista – ressaltando a universalidade do saber; o modelo francês volta-se para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas; no modelo francês a pesquisa não é tarefa primordial da universidade que se dedica fundamentalmente ao ensino, ela é concentrada nas “grandes escolas”.

A universidade francesa é mantida e dirigida pelo Estado, com pouca autonomia em relação aos poderes políticos, uma forma de aparelhamento ideológico; enquanto a universidade alemã, mesmo sendo uma instituição do Estado e mantida financeiramente por ele, manteve grande parcela do seu caráter corporativo e deliberativo, com maior liberdade de ensino e pesquisa. “Enquanto a *intelligentzia* francesa possuía forte vínculo com o Estado e com a política napoleônica, os intelectuais alemães mantinham uma posição de maior independência frente aos poderes políticos instituídos” (PAULA, 2002, p. 152).

Se o modelo humboldtiano regride ao pensamento de Kant, que, ao distinguir o uso privado da razão do uso público, busca conciliar a autonomia do saber com a obediência às determinações do Estado, o modelo francês, de sua parte, articula-se ao pensamento de René Descartes (1596-1650), Denis Diderot (1713-1784) e Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, o Marquês de Condorcet (1743-1794), enfatizando o caráter instrumental da universidade como instituição própria do saber objetivo e provedora de forças profissionais que, em termos teóricos e práticos, teria como meta a ordem e o progresso, por meio do domínio e da instrumentalização da natureza. (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 86)

Na concepção napoleônica de universidade, substanciada em Descartes, a universalidade do saber deve desembocar na universalidade do progresso e a transformação dos modos de produção está condicionada mutuamente com a transformação da ciência. Assim,

cabe à universidade manter-se a serviço da criação de conhecimentos e técnicas que promovam a produção; ou seja, a universidade não pode se limitar a busca de verdades (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

Apesar das divergências entre o modelo francês e o modelo alemão de universidade, é possível verificar que a preocupação com a questão nacional, ou seja, com a afirmação da nacionalidade, é comum aos dois. No caso do modelo francês, esta preocupação estabeleceu uma universidade mais pragmática, focada nos problemas econômicos, políticos e sociais em ascensão, por meio da centralização e controle estatal. No segundo caso, a preocupação com a questão nacional se deu com maior autonomia da universidade diante do Estado, resultando em uma concepção menos pragmática de universidade, contudo mais idealista e acadêmica.

O modelo napoleônico reflete uma visão de universidade fundamentada na premência das classes dominantes, tornando-se exemplo de instrumentalização da instituição universitária pelo Estado, exercida por interferência na legislação, controle financeiro e de nomeações em todo território nacional, tendo em conta a modernização da sociedade, a construção de uma identidade nacional e a formação de uma classe trabalhadora que atendesse aos interesses do Estado.

2.1.3 O modelo norte-americano

A educação superior nos Estados Unidos data do século XVII, quando foram criados os primeiros *colleges* – instituições voltadas para uma educação geral, baseada no ensino religioso e línguas clássicas – de caráter muito elitista, uma imitação estrita das universidades inglesas. No período anterior à Guerra de Secessão (1861 a 1865), mesmo depois da declaração de independência em 1776, a educação superior norte-americana permanece muito próxima do período colonial.

Na passagem do século XIX para o século XX é que se forma o sistema universitário norte-americano, de forma que o ideal democrático do país fomenta a multiplicação das instituições. As influências externas contribuem para transformações em relação ao modelo inglês, dentre elas a influência alemã trazida pelos estudantes norte-americanos formados na Europa.

A assinatura da Lei Morrill (1862)⁸ marcou o início da presença do Estado na educação superior, sendo que houve não apenas o surgimento de novas universidades estaduais, mas a

⁸ A Lei Morrill Land-Grant College, de 1862, representou um impulso à pesquisa e à disseminação de informações para aqueles que não estavam na universidade: concedeu terras federais aos estados desde que nelas fossem

expansão e reestruturação de muitas instituições então existentes. Foi uma resposta à industrialização nascente, que nos Estados Unidos não se limitava à indústria urbana – a agricultura também imperava. A educação passa a ser o princípio para unificar a nação e formar grupos indispensáveis à nova sociedade industrial, urbana e também agrícola, além de assegurar a ascendência internacional. Assim, a universidade passa a ser o epíteto do progresso e do desenvolvimento econômico e social.

Faz-se necessário ressaltar que nos Estados Unidos a sociedade burguesa tem origem em si mesma, não se desenvolveu sobre as bases do regime feudal, de forma que os ideais liberais estão presentes nas declarações de direito e independência: “a igualdade natural dos indivíduos e sua autonomia em relação ao Estado, o direito à propriedade privada e o gozo da liberdade, entendido como meio de obter e possuir a propriedade e a felicidade” (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 87).

Nesse sentido, o modelo humboldtiano de universidade caracterizado pela liberdade de ensinar e de aprender encontra sustentáculo na sociedade norte-americana, que objetiva oferecer instituições científicas dignas da Europa. O modelo alemão, que integra ensino e pesquisa, foi introduzido na nação por gerações de estudantes que completaram sua formação na Europa inspirados pelo sistema germânico.

Da mesma maneira, o utilitarismo e a convicção no progresso econômico impulsionaram a introdução de cursos de formação técnica e profissional atraindo clientelas e contribuições financeiras, possibilitando a coexistência de populações estudantis heterogêneas. Alguns teóricos da educação formados na Europa, como Abraham Lexner, veem nessa flexibilidade de combinações de disciplinas, uma traição ao ensino universitário (CHARLE; VERGER, 1996).

Para Teixeira (1964), a concepção norte-americana de universidade rompe com a tradição de formadora da elite; ela se apresenta como uma instituição mais democrática que procura reunir as forças voltadas para o progresso, atender ao interesse geral da nação e ser o instrumento de igualdade e oportunidade para todos. Essa concepção entende a universidade como formadora do *gentleman*, do sacerdote, do médico e do advogado, como instituição onde a pesquisa tecnológica, econômica e de todos os aspectos sociais e políticos da democracia populista e igualitária se desenvolve, e vai além: torna-se responsável por formar e treinar jovens para agricultura e as denominadas “artes mecânicas”.

implantadas escolas dedicadas ao ensino de agricultura, ciência e engenharia. A maioria dos estados usou o dinheiro para financiar universidades estaduais nascentes, como a Universidade de Michigan e a Universidade de Wisconsin, ou para criar novas, como a Universidade da Califórnia.

A universidade é tida como o centro do progresso, e tem por função aliar a pesquisa e a ciência para assim, por meio da associação entre a pesquisa e o ensino, colocar em prática os conhecimentos produzidos na academia.

No modelo norte-americano, a instituição universitária procura associar estreitamente os aspectos ideais (ensino e pesquisa) aos funcionais (serviços), estruturando-se de tal maneira que possa ajustar-se às necessidades da massificação da educação superior e da sociedade de consumo. Ao adotar a forma empresarial, boa parte das universidades procura atender aos interesses imediatos do setor produtivo, do Estado e da sociedade, produzindo especialistas, conhecimento tecnológico e aplicado, pesquisas de interesse utilitário, assim como serviços de uma maneira geral. O ideal da concepção alemã de universidade, voltada para a formação humanista, integral e “desinteressada” do homem, tendo como base uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é crescentemente substituído pela racionalização instrumental e pela fragmentação do trabalho intelectual. (PAULA, 2009, p. 78)

Mesmo que as mais antigas universidades norte-americanas tenham surgido correspondendo às universidades da Europa do século XIX, um novo espírito, o espírito de serviço e de pesquisa aplicada, se fez presente, substancialmente nas universidades estaduais. Era a ideia da universidade moderna dominada pelo espírito da pesquisa pura com acréscimo da ciência aplicada e participação nos problemas da região. “Nenhuma outra universidade, em nenhum outro país, levou tão longe o espírito de participação na civilização contemporânea” (TEIXEIRA, 1964, p. 5).

Para Teixeira (1964), a notória influência do intelectualismo da universidade alemã em conjunto com o populismo norte-americano constituiu uma aliança de espantoso sucesso. No campo das humanidades, assim como nas ciências, surge um novo tipo de universidade – aberta, popular e partícipe do progresso – de alto prestígio intelectual, equiparada ou quiçá suplantada às universidades europeias. Essa nova caracterização de universidade como fábrica de conhecimento e tecnologias acarretam tumultuosos conflitos “[...] entre o saber contemplativo e o saber utilitário, entre a ciência básica e ciência aplicada, entre teoria e prática, entre preparação e consumação, entre cultura aristocrática e cultura comum” (TEIXEIRA, 1964, p. 8).

Ao terminar o século (XIX), está, assim, estabelecido nos Estados Unidos da América um sistema de educação nacional sobre base democrática, o qual se aperfeiçoará em nosso século (XX) e servirá de guia e exemplo para os países da Europa e da América. Nele, respeitadas embora a autonomia dos diversos Estados, observam-se vários princípios comuns, entre eles o de constituir unidade ininterrupta, do jardim de infância à universidade, em lugar do sistema escolar dualista europeu, baseado nas diferenças sociais e económicas. (LUZURIAGA, 1959, p. 98)

Mesmo com o desenvolvimento da universidade moderna nos EUA, antes da virada para o século XX, foi após a primeira década desse século que a pesquisa e a pós-graduação

começaram a se consolidar nas instituições universitárias. Antes desse período – se comparada com as universidades alemãs –, as condições para a pesquisa eram primárias.

Ainda na primeira metade do século XX dá-se a entrada do sistema universitário norte-americano no ensino superior de massa. Segundo Luzuriaga (1959), os EUA são o país que maior progresso realizou na democratização da educação, sendo que sua concepção essencial, pode ser sintetizada nesta frase: igualdade de oportunidades educacionais para todos.

Ribeiro (2016) expõe que a expansão da educação superior foi incitada por uma convergência entre o desenvolvimento econômico, o social e o intelectual, de forma que a busca individual por educação superior e pelas atividades oferecidas nessas instituições de ensino agregam ao ideal de uma vida livre e feliz.

A partir da Primeira Guerra, novas características são agregadas às universidades norte-americanas que não se limitavam em ensinar, mas “se organizavam para treinar, credenciar e conferir status social a seus estudantes” (RIBEIRO, 2016, p. 88).

Os currículos passaram então a ser organizados de modo a contemplar as atividades produtivas e novos temas passaram a ser ensinados nas mais diferentes instituições pós-secundárias aos mais diferentes tipos de estudantes. Além disso, tanto colleges, quanto universidades buscavam maior visibilidade, dedicando-se à atividades não necessariamente intelectuais. (RIBEIRO, 2016, p. 88)

A educação superior de massa nos EUA contribuiu para a formação de uma nova ordem social, acarretando um novo tipo de sociedade e, por conseguinte, novos padrões intelectuais e morais; a lógica empresarial passa a interferir no trabalho acadêmico. Entra em cena um novo tipo de filantropia no campo da educação superior: as fundações privadas que se constituíram como agências educacionais.

Essas agências educacionais estabeleceram os seguintes padrões de classificação:

As universidades foram então definidas como instituições de pesquisa, voltadas para a pós-graduação e a educação profissional, assim como os *colleges* foram identificados como instituições de ensino de graduação com duas funções: promover a educação liberal e constituir-se como pré-requisito para a universidade. As instituições não identificadas como *colleges* ou universidades foram induzidas a assumir a condição de escolas secundárias, academias ou simplesmente *junior colleges*. (RIBEIRO, 2016, p. 90)

Pesquisas realizadas pelas agências educacionais alertavam para os custos do ensino e da pesquisa e apontavam a necessidade de maior eficiência das instituições universitárias; assim, induziram as instituições a realizarem reformas administrativas almejando o aporte financeiro que as agências concediam. “Para vários autores (Barrow, 1990; Sears, 1922;

Veblen, 1918), as fundações introduziram na educação superior os princípios que regem a grande empresa capitalista” (RIBEIRO, 2016, p. 90).

O sistema de educação superior nos EUA, ao assumir um padrão empresarial, se diferenciou dos modelos de universidades que até então se destacavam, e grandes nações se renderam a ele.

2.2 As influências euro-norte-americanas nas universidades brasileiras

Traçamos o percurso do desenvolvimento da universidade moderna para enfim chegarmos ao Brasil e compreendermos as influências aqui presentes; segundo Anísio Teixeira (1964, p. 8): “O que andamos fazendo com o nosso ensino superior nunca representou originalidade, mas cópia ou eco dessas ideias de universidade que, em diferentes épocas, flutuaram e dominaram seus respectivos tempos”.

Importante observar que a existência de universidades no Brasil se dá em avultoso descompasso com outros países de diversos continentes, um atraso de dois a três séculos nesse campo.

A desigual experiência universitária em países de colonização inglesa, espanhola e portuguesa alerta para o fato de que a instituição não possui, para sua implantação e desenvolvimento, uma relação bastante direta ou estreita apenas com o desenvolvimento econômico, mas sofre influência de diversos outros fatores, como os políticos, religiosos e culturais em geral [...]. (SGUISSARDI, 2009, p. 288)

Segundo Sguissardi (2009, p. 287), “pode-se afirmar que o que foi feito nestas terras do novo mundo são verdadeiros transplantes ou adaptações autóctones de estruturas universitárias europeias [...]”.

Nesse sentido, observamos que a educação superior no Brasil sofreu influências exteriores em toda a sua trajetória, a princípio influências diretas do modelo francês e alemão. Segundo Cunha (1988, p. 15): “No Brasil, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa”. Já o modelo norte-americano se fez presente após o golpe civil-militar.

No Brasil, a organização acadêmico-pedagógica da universidade transita entre os modelos humboldtiano (adotado originalmente na Universidade de São Paulo), napoleônico (legitimado na Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro) e norte-americano (posto em prática no governo civil-militar sob os acordos entre o Ministério

da Educação [MEC] e a USAID⁹ – acordos MEC-USAID [...]. (SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016, p. 88-89)

Vamos percorrer a história do surgimento das instituições universitárias no país, sob a ótica dos modelos clássicos de organização universitária – napoleônico, alemão e norte-americano – e a gradual adoção desses modelos nas instituições brasileiras. Esse percurso possibilitará a compreensão do cenário posto quando do surgimento da Universidade de Uberlândia em 1969 – objeto desta pesquisa – e, na sequência, sua federalização em 1978.

Importante ressaltar que os denominados modelos clássicos de universidade são conceitos que dificilmente encontrariam correspondência real em qualquer instituição universitária, são conceitos genéricos que servem de parâmetros e referências para pesquisa e análise. Procuramos fazer um esforço teórico no sentido de compreender a influência dessas concepções de universidade sobre o caso brasileiro.

2.3 O ensino superior em terras brasileiras¹⁰

Da colônia à república, houve muita resistência à ideia de criação de universidades no Brasil. Durante o período de colonização, não houve nenhum movimento da coroa portuguesa em instituir a educação superior no país. Segundo Teixeira (1964, p. 8), “Até a independência, a nossa universidade era a de Coimbra e esta vinha de suas origens medievais e refletia Bolonha e depois Paris, e com os jesuítas voltou a ser o claustro de formação do clero, deste modo estendendo-se no Brasil por todo o longo período colonial”.

Os estabelecimentos escolares jesuítas se fizeram presentes na colônia, no período compreendido entre 1549, com a chegada dos padres no Brasil, até 1759, quando foram expulsos do reino português; no decorrer deste período, foram os principais responsáveis pelo ensino na colônia portuguesa. No Brasil, ofereciam-se cursos propedêuticos aos cursos profissionais da Universidade de Coimbra

No século XVIII, profundas mudanças políticas, econômicas e culturais ocorreram na Europa – conforme mencionado anteriormente –, especificamente em Portugal, que tiveram contundentes reflexos no Brasil. Em 1750, o rei nomeou o iluminista Sebastião José de Carvalho e Mello, então futuro Marquês de Pombal, para ministro, com o objetivo de recuperar a economia portuguesa, na tentativa de transformar Portugal em uma metrópole capitalista; assim, deu-se início às Reformas Pombalinas que contemplavam parte dos ideais

⁹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – *United States Agency for International Development*.

¹⁰ Texto apresentado originalmente na Dissertação de Mestrado (ALBERTO, 2018).

revolucionários franceses. A ciência passa, em Portugal, a ser identificada com o saber da natureza colocado a serviço do processo material, desse modo, a geração formada pela Universidade pombalina estava preocupada com a formação técnica.

A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas, em 1759, passando a educação para as mãos do Estado e dando lugar a novos currículos, novos métodos de ensino, nova estrutura da educação escolar. Porém, segundo Cunha (2007, p. 47), “É enganoso supor que o Estado tivesse, antes de 1759, um plano de reforma educacional que orientasse todas as medidas que vieram a ser tomadas por Pombal nesse campo”. Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. Para Fernando de Azevedo (1971), foi a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil.

[...] em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou substituiu por um outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão. Quando o decreto do Marquês de Pombal dispensou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os colégios, de que não ficaram senão os edifícios, e se desconjuntou, desmoronando-se completamente, o aparelhamento da educação, montado e dirigido pelos jesuítas no território brasileiro. (AZEVEDO, 1971, p. 47)

Com o fechamento dos colégios jesuítas, houve a fragmentação de toda a estrutura educacional e a sucessão de aulas isoladas, independentes e dispersas, funcionando em locais distintos. No que se refere ao ensino superior, acarretou a abertura de aulas de matérias isoladas e a criação de cursos superiores estruturados no Rio de Janeiro e Olinda. Em 1776, os frades franciscanos criaram no Rio de Janeiro uma faculdade organizada conforme a Universidade de Coimbra, já nos preceitos da reforma pombalina.

Se, por um lado, houve a fragmentação da estrutura educacional existente, da uniformidade pedagógica, por outro, as reformas pombalinas, assentadas na laicização do ensino, constituíram a primeira experiência de ensino proporcionada pelo Estado metropolitano no Brasil. Vale ressaltar que esse ensino servia a uma minoria formada pelos filhos das elites coloniais.

A transferência da sede do reino português para o Brasil, em 1808, desencadeou mudanças no cenário político, econômico e cultural do país. Tão logo a frota chegou ao Brasil, medidas foram tomadas para a abertura dos portos, o que fez o sistema colonial de trocas dar lugar à liberdade de produção e comércio; ampliou-se o aparelho militar; a produção agrícola e

manufatureira foi incentivada; a metalurgia impulsionada; e deu-se início ao processo de autonomia política com a criação de ministérios, secretarias, cartórios, superintendência de polícia e outros.

A cidade do Rio de Janeiro passou a ser o centro do poder; foi instalada a Biblioteca Nacional, com 60 mil livros trazidos de Portugal; e proprietários de terras mudaram-se para a cidade em busca de cargos distribuídos na burocracia, títulos de nobreza, nomeação para oficialato das milícias e relações comerciais com os ingleses que invadiram a capital do reino com suas mercadorias. Assim, a população do Rio de Janeiro passou de 60 mil em 1808 para 130 mil dez anos depois (CUNHA, 2007).

Nesse cenário, o ensino superior não só sofreu os efeitos das mudanças como foi utilizado para promovê-las. Iniciou-se a constituição do ensino superior, herdeira da reforma pombalina, cujas principais características compreendiam uma orientação para a formação profissional e o controle do Estado sobre todo o processo. O novo ensino superior nasceu sob a influência da política educacional napoleônica, instituições do governo, pelo governo dirigidas e mantidas, dissociando o ensino da pesquisa científica e criação de escolas isoladas. Foram criadas faculdades e cursos com a finalidade de formar profissionais para atuarem nos quadros administrativos do Estado.

Portugal, por meio da Universidade de Coimbra, exerceu até o fim do Primeiro Reinado (1822-1831), uma grande influência na formação de nossas elites culturais e políticas. Anísio Teixeira refere-se ao papel alienador do ensino superior nesse período: “[...] tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura europeia. E nisso tudo o Brasil era esquecido” (TEIXEIRA, 1998, p. 93-94).

Durante o período imperial (1822-1889), houve movimentos em torno do ensino superior no Brasil; cátedras se juntaram em cursos e alguns viraram academias, porém o cenário geral não sofreu mudanças substanciais. O ensino superior foi totalmente estatal, da criação e manutenção dos estabelecimentos de ensino à nomeação dos catedráticos, decretação dos currículos e nomeação dos diretores. O ensino superior esteve subordinado aos interesses de frações de classes (proprietários de terras e escravos, comerciantes) que dispunham do poder político e econômico na sociedade brasileira.

Segundo Cunha (2007), a partir da década de 1870, liberais, conservadores e positivistas¹¹ aspiravam, por razões ideológicas ou de conveniência prática, a liberdade do

¹¹ Positivismo é uma corrente de pensamento filosófico, sociológico e político que surgiu em meados do século XIX na França. A principal ideia do positivismo era a de que o conhecimento científico devia ser reconhecido

ensino superior. Ainda segundo esse autor, o Estado não liberava o ensino superior, pois “o aumento do número de diplomados, poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração” (CUNHA, 2007, p. 86).

Nesse contexto, o debate sobre a criação de uma universidade no Brasil era associado à discussão sobre o grau de controle do Estado na Educação. A defesa da liberdade de ensino foi aumentando entre os mais diferentes posicionamentos políticos nas últimas décadas do século XIX. Liberais e positivistas concordavam em relação à liberdade de ensino superior, porém não pode se dizer o mesmo da criação de universidades. Para os liberais, a criação de uma universidade teria a função de formar “uma elite preparada e competente, capaz, não de traduzir as aspirações populares, mas de desenvolvê-las e incentivá-las” (CUNHA, 2007, p. 87). Para os positivistas – adversários ferrenhos dos projetos de criação das universidades –, a universidade seria uma iniciativa contrária à liberdade de ensino que defendiam, principalmente ao considerar o controle que a igreja católica mantinha sobre o imperador. As razões listadas por Teixeira Mendes se opondo à sua criação eram:

A ciência não lucra com semelhante criação, porque a ciência nasceu sem privilégios, e perseguida também. A proteção só serviu para profaná-la, aplicando-a contra os interesses sociais e em proveito de retrógrados e anarquistas. O país também não lucra: primeiro porque a Universidade vai consumir um capital enorme, melhor aplicado na elevação dos proletários; segundo porque vai dificultar a propagação da doutrina regeneradora, seja ela qual for; terceiro porque ataca a liberdade de pensamento; quarto porque aumenta o parasitismo burguês. (MENDES, 1882, p. 95)

Defendidas por alguns e criticadas por outros, as universidades não surgiram no império, embora houvesse grande pressão para sua instalação e muitos projetos apresentados para tal. Assim, findo o período imperial, contavam-se seis instituições de ensino superior e nenhuma universidade no Brasil: as faculdades de Direito de São Paulo e Recife; as faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia; a Escola Politécnica do Rio de Janeiro; e a Escola de Minas de Ouro Preto (FÁVERO, 2010).

Depois de proclamada a República, houve várias tentativas em prol da criação da universidade no Brasil, retardadas, também, pela rejeição dos positivistas à ideia. De certa forma, os positivistas conseguiram que suas posições prevalecessem ao longo de todo o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, visto que o ensino superior não se organizou sob

como o único conhecimento verdadeiro. Os positivistas entendiam que o ensino, mantido pelo Estado, seria controlado e censurado pelo poder político, com caráter conservador, o que impediria a pesquisa livre e a fundamentação do progresso.

a forma universitária e seu formato continuou como cursos voltados para a formação de profissões tradicionais, consubstanciado no modelo napoleônico. Porém, foi uma vitória parcial, uma vez que os governos mantiveram o controle político sobre o ensino superior, o que contrariava o apelo pelo ensino livre.

Essa proximidade com o modelo francês se deu, não no padrão cultural das escolas europeias, mas primordialmente no ensino técnico-profissionalizante. Como consta da publicação oficial do MEC (BRASIL, 1974, p. 15) sobre administração de tempos e espaços em universidades:

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil obedeceram ao modelo europeu de formação de profissionais liberais e se destinavam fundamentalmente a assegurar aos filhos das elites rurais e urbanas o “status” cultural necessário para as tarefas de administração de uma sociedade ainda fundamentalmente agrário-exportadora.

Ao adotar o modelo napoleônico, o governo brasileiro republicano optou por expandir o ensino superior baseado em escolas e faculdades profissionais e não em universidades; as consequências foram intensas, como relata Anísio Teixeira (1989, p. 74):

Uma das funções da universidade é cultivar e transmitir a cultura comum nacional: não havendo o Brasil criado a universidade, mas apenas escolas profissionais superiores, deixou de ter o órgão matriz da cultura comum nacional, a qual se elabora pelo cultivo da língua, da literatura e das ciências naturais e sociais na universidade, ou nas respectivas escolas superiores do país. Como se poderia elaborar a cultura nacional apenas com escolas de Direito, Medicina e Engenharia?

Em 1911, o governo federal editou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental – Lei Rivadávia Corrêa ou Reforma Rivadávia Corrêa – que, inspirada nos ideais do liberalismo e do positivismo, típicos do início republicano, adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior. Permitiu, assim, a abertura do ensino superior a entidades particulares e confessionais, desde que os cursos fossem autorizados a funcionar e reconhecidos pelo governo.

2.4 Anos de 1920: primeiras universidades brasileiras

No período correspondente à Proclamação da República em 1889 até a revolução de 1930 – Primeira República –, as ideias nacionalistas se multiplicaram; a identidade da nação brasileira estava em questão e era debatida nas publicações jornalísticas, nos movimentos culturais e nas organizações da sociedade civil. O intuito era de civilizar e alcançar o nível de

modernidade dos países da Europa e os Estados Unidos, isso implicava a construção de uma identidade nacional.

O projeto de modernizar o país levou os intelectuais brasileiros a considerarem a educação um investimento necessário e decisivo. Na constituição republicana de 1891 o ensino superior é mantido como atribuição da União, mas não exclusivamente,

O artigo 34 dizia ser de competência exclusiva do Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior na capital federal. O Congresso Nacional poderia criar, *mas não privativamente*, instituições de ensino superior nos estados. Assim, fora da capital do país, tanto o Congresso Nacional quanto as assembleias legislativas estaduais poderiam criar escolas superiores. (CUNHA, 2007, p. 151-152, grifo do autor)

Desta forma, mesmo com a postergação de criação de universidades pelo governo federal, o movimento se desloca para os estados, surgindo, assim, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo¹² e em 1912 a do Paraná, como instituições livres (FÁVERO, 2010).

Essas universidades tiveram vida curta, em 1926 a Universidade de Manaus se extinguiu, a Universidade de São Paulo deixou de existir em meandros de 1917 e após a Reforma Carlos Maximiano de 1915 a Universidade do Paraná dissolveu-se. “Essas tentativas, independentes e até mesmo contrária à orientação do poder central, embora não vingassem, devem ter provocado uma reação para que o governo da União controlasse a iniciativa de fundar a universidade” (CUNHA, 2007, p. 189).

A primeira instituição de ensino superior no Brasil que assumiu de forma duradoura o status de universidade, configurando-se como a primeira universidade pública federal, foi a Universidade do Rio de Janeiro¹³ (URJ), criada em 1920, consubstanciada no Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915; no seu artigo 6º traz:

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. (BRASIL, 2015, s/p)

A Universidade do Rio de Janeiro, criada por meio do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, considerando o disposto no decreto de 1915, formou-se a partir da justaposição das instituições de ensino superior de cunho profissional em funcionamento no Rio de Janeiro, a saber: Faculdade de Medicina, oriunda dos cursos da Escola Anatômica,

¹² Importante observar que trata-se de uma instituição distinta da criada em 1934.

¹³ Criada em 1920 como Universidade do Rio de Janeiro, em 1937 é instituída como Universidade do Brasil estendendo-se até 1965 quando recebe a denominação de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, criado, por carta régia, em 1808; Escola Politécnica, fundada em 1874 a partir dos cursos da Academia Real Militar, existente desde 1810; e Faculdade de Direito, criada como resultado da fusão, em 1920, da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais com a Faculdade Livre de Direito, ambas fundadas em 1891 (PAULA, 2002).

Segundo Fávero (2010), a criação dessa universidade foi recebida com reservas na história da educação superior brasileira, pois provém do agrupamento de três escolas tradicionais com características próprias, sem maior interação entre elas; as uniu e lhes concedeu autonomia didática e administrativa. Assim, a primeira universidade pública federal resulta da junção de faculdades isoladas, fato que se repetiria na formação de outras universidades brasileiras, incluindo a UFU, criada em 1969, cinquenta anos depois da implementação da URJ.

Cabe destacar que na criação da Universidade do Rio de Janeiro a pesquisa sequer é mencionada (BRASIL, 1920), não havia nenhuma preocupação com a atividade científica como parte integrante da universidade. A forma como se deu a criação e organização da URJ não assegurou o espírito universitário: havia acentuado distanciamento físico entre as faculdades, cada qual isolada em si mesma, voltadas para o ensino e desvinculadas das atividades de pesquisa, não havendo qualquer interrelação entre elas (FÁVERO, 2010). Encontramos aqui semelhanças com a gênese de nosso objeto de pesquisa, a UFU, conforme será exposto no decurso desse estudo.

É possível detectar a forte influência do modelo napoleônico na URJ, caracterizada pela aglutinação de escolas isoladas com caráter profissionalizante, acentuada dissociação entre ensino universitário e pesquisa científica, e grande centralização estatal.

Fávero (2010), ao pesquisar jornais da época e atas das assembleias das unidades, em 1920, trouxe em seu livro análises realizadas por educadores sobre a conjuntura da criação da Universidade do Rio de Janeiro, a saber: o educador José Augusto, em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, observa que no decreto de criação da URJ não existe nenhum elemento que leve à compreensão sobre qual conceito de universidade adotado pelo Brasil, porém sua criação revela o desejo do país em mudar seu rumo. Vicente Licínio Cardoso (Associação Brasileira de Educação) explana que a universidade foi criada apenas “no papel”. Fernando de Azevedo escreve que a justaposição de escolas superiores profissionais não constitui uma instituição orgânica e viva, com espírito universitário. A autora aponta que as pesquisas realizadas por ela desvelam uma ausência de debates sobre a institucionalização da URJ, o que desencadeou na falta de interesse e entusiasmo da sociedade.

Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais, seguindo os mesmos parâmetros da Universidade do Rio de Janeiro, também proveniente da aglutinação de faculdades isoladas; ou seja, uma instituição privada, subsidiada pelo Estado, federalizada em 1949.

Essas universidades criadas até então tiveram uma existência apenas nominal, pois a junção de escolas superiores não as fez verdadeiramente universidades, não houve um processo de discussão e amadurecimento. Tratava-se de atos políticos que não atendiam aos anseios da sociedade, continuavam a funcionar de forma isolada e sem qualquer alteração nos currículos (CUNHA, 2007).

Não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno de sua criação, um aspecto não poderá ser subestimado: sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). (FÁVERO, 2006, p. 22-23)

Um grupo de intelectuais formado por engenheiros e, posteriormente, médicos, advogados e educadores, fundou, em 1924, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE), com o intuito de discutir e planejar a reconstrução social brasileira por meio do fortalecimento do pensamento educacional moderno. Para Romanelli (1986, p. 129), a associação “representava, antes, a tomada de consciência e o compromisso assumido por um grupo no engajamento por uma luta que iria perdurar por alguns decênios”. Entre os objetivos do projeto estava a discussão de políticas educacionais e sugestões pautadas no diálogo com a sociedade civil.

Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil. No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, há duas posições: os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma posição que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova. (FÁVERO, 2006, p. 22)

A ABE, em 1927, organiza a I Conferência Nacional de Educação¹⁴, realizada em Curitiba, onde Amoroso Costa apresenta uma tese intitulada “As universidades e a pesquisa científica” levantando questões importantes para discussão do papel da universidade:

¹⁴ Em 1997 o INEP apresenta as teses da I Conferência Nacional de Educação, com organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena e Maria Auxiliadora Schmidt.

1) As faculdades de ciências das universidades devem ter como finalidade, além do ensino da ciência feita, a de formar pesquisadores em todos os ramos dos conhecimentos humanos. 2) Esses pesquisadores devem pertencer aos respectivos corpos docentes, mas com obrigações didáticas reduzidas, de modo a que estas não perturbem os seus trabalhos originais. 3) Devem ser-lhes assegurados recursos materiais os mais amplos: laboratórios para pesquisas biológicas e físico-químicas, observatórios astronômicos, seminários matemáticos, bibliotecas especializadas, facilidades bibliográficas, publicações periódicas para divulgação dos seus trabalhos, aparelhamento para explorações geográficas, geológicas e mineralógicas, biológicas, etnográficas. 4) Deve ser-lhes assegurada uma remuneração suficiente para que eles dediquem todo o seu tempo a esses trabalhos. (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 338)

Durante a primeira república houve mais duas conferências promovidas pela ABE: a II Conferência Nacional de Educação em 1928 e a III Conferência Nacional de Educação em 1929, nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo, respectivamente, além do inquérito entre líderes educacionais do país sobre a universidade. Estes foram eventos importantes que serviram como fomentadores das críticas às universidades existentes.

Para a presente análise, fez-se relevante a revisão do inquérito sobre o problema universitário brasileiro, realizado em 1928, pela Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE, entre os questionamentos feitos havia: “Que tipo universitário adotar no Brasil? Deve ser único? Que funções deverão caber às universidades brasileiras?” (LABOURIAU, 1929).

Foram sete teses apresentadas no inquérito, desenvolvidas por intelectuais do Rio de Janeiro que se ocuparam em pensar em um modelo de universidade a ser construído no país, refutando a concepção de um modelo único, bem como a cópia de modelos externos. As teses defendidas apontavam para a construção de uma universidade brasileira que se constituísse em torno de sua cultura, objetivando pensar o Brasil e despertar uma consciência de nacionalidade. “Defendia-se a construção de uma universidade brasileira, que não resultasse de uma agregação de faculdades, que expressasse um espírito universitário assentado na articulação entre o ensino, a extensão e os estudos e as pesquisas” (ARAÚJO, 2013, p. 380).

A crítica à Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, também esteve presente na composição do inquérito, manifestada na tese de Labouriau (1929, p. 8): “Criar uma universidade não é apenas reunir, em um agregado, diversas faculdades de ensino” e ainda “[...] Rio de Janeiro, com sua universidade apenas de rótulo, de fachada, para uso externo”. Cada vez mais a ideia da pesquisa científica como imprescindível em uma universidade se mostrava presente: “[...] impõe-se em nossas futuras universidades a criação de instituições destinadas a desenvolver os estudos de pesquisa científica. Com a sua ausência, perde a organização universitária uma de suas maiores razões de ser” (LABOURIAU, 1929, p. 11-12).

O inquérito promovido pela ABE abarcou o inquérito promovido pelo jornal O Estado de São Paulo (OESP) em 1926, sob direção de Fernando de Azevedo¹⁵. Segundo Araújo (2008), o referido inquérito visou realizar um diagnóstico sobre a educação pública no estado de São Paulo, porém seu conteúdo aborda toda a educação brasileira – da fundamental à superior – trazendo importantes questões sobre a conjuntura dos anos de 1920.

O inquérito de 1926 traz críticas à forma de criação da Universidade do Rio de Janeiro, fazendo eco aos posicionamentos de outros educadores sobre o tema, e ainda explicita por meio do depoimento de Artur Neiva, médico sanitaria, que em outras universidades do mundo tem-se “[...] organização e fins inteiramente diferentes da chamada universidade do Rio” (NEIVA, 1929, p. 256).

Segundo Araújo (2008, p. 98), embora no inquérito “não haja referências a Humboldt (1767-1835), encontram-se posições próximas, tais como as que envolvem as categorias enriquecimento intelectual e moral da nação, progresso, pesquisa, ensino [...]”. E mais, “o ensino, a pesquisa e a extensão têm, na obra que expressa o Inquérito de 1926, uma de suas raízes, as quais traduzem as discussões mais adensadas em seu nascedouro e a explicitação de projetos de universidade e de educação superior” (ARAÚJO, 2008, p. 99).

O problema universitário também foi discutido no Congresso de Ensino Superior, realizado no Rio de Janeiro, de 11 a 20 de agosto de 1927, em comemoração ao centenário dos cursos jurídicos.

Foram abordados estes aspectos: definição do tipo de universidade que mais se adapta às condições do Brasil (Luiz Carpenter); requisitos indispensáveis para a criação de universidade (Abelardo Lobo); exame da oportunidade da criação de universidades livres (Azevedo Sodré); o desenvolvimento do espírito universitário; e, papel dos seminários ou institutos de investigação científica na vida universitária (PAIM, 1982, p. 19)

¹⁵ Fernando de Azevedo (São Gonçalo de Sapucaí, MG, 1894 - São Paulo, 1974) foi educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1918. Em 1920 começou a ensinar na Escola Normal e ingressou também no jornalismo. Foi redator, crítico e ensaísta de O Estado de S. Paulo, organizou e dirigiu, em 1926, o inquérito sobre a arquitetura colonial e o sobre a instrução pública em São Paulo, iniciando campanha por uma nova política educacional e pela criação de universidades no Brasil. De 1927 a 1930 foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, onde projetou e realizou a reforma de ensino que leva seu nome. Fundou, em 1931, na Companhia Editora Nacional, a Biblioteca Pedagógica Brasileira, incluindo a série Iniciação Científica e a vasta Coleção Brasileira. Foi redator e primeiro signatário do Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, em 1932. Em 1933 ocupou o cargo de diretor geral do Departamento de Educação de São Paulo, realizando profunda reforma consubstanciada no Código de Educação. Foi relator do anteprojeto e do projeto de decreto-lei que instituiu, em 1934, a Universidade de São Paulo, onde ocupou cargos docentes e administrativos até 1960. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/fernando-de-azevedo/>.

Em 1928, na II Conferência Nacional de Educação (OLIVEIRA E SILVA, 2004)¹⁶, Tobias Moscoso, relator do tema sobre as funções da universidade, entende que se estabelece um consenso que ao criar as universidades duas orientações se farão presentes: a técnica e a científica. A primeira conduzirá à aplicação da ciência adquirida na vida prática, profissional; e a segunda objetivará o avanço da ciência, a investigação científica. Cabe à universidade preparar concomitantemente técnicos e pesquisadores da ciência.

Os debates em torno da atuação do ensino superior brasileiro, até então, levaram à condenação ao seu caráter puramente utilitário com ênfase na formação profissional ainda alicerçado no século XIX. Não refuta a importância do ensino técnico, porém chama a atenção para a importância do desenvolvimento das ciências.

Este debate é levado para a III Conferência Nacional de Educação em 1929¹⁷, na qual coloca-se em pauta as experiências europeias de universidade, essencialmente a alemã, levando os conferencistas a discutir uma forma mista de universidade com um núcleo de estudos científicos e culturais desinteressados que gradualmente irá se fortalecendo, formando a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e integralizado pelas escolas profissionais com organização científica e propriedade para desenvolver pesquisas. Assim, acerca das funções da universidade, conclui-se que faz-se necessário acolher à ciência pura, do contrário perde-se o sentido semelhante denominação (PAIM, 1982).

Todas as propostas de organização do ensino superior no Brasil – criação de universidades, funções da universidade e modelos almejados – constituem um conjunto complexo e contraditório, liderados por correntes políticas opostas, a liberal e a autoritária, cada qual almejando implementar seu projeto de universidade.

Contudo, nos anos de 1920 uma nova versão de universidade não chega a ser objetivada, nem na Universidade do Rio de Janeiro, nem na Universidade de Minas Gerais, instituída segundo o modelo da primeira. Para Anísio Teixeira (1964), a universidade no Brasil continuou a ser uma federação de escolas profissionais, independentes entre si, à maneira napoleônica – escolas do governo e pelo governo mantidas e dirigidas.

2.5 Anos de 1930: universidades de pesquisa em pauta

¹⁶ Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928 / Arlette Pinto de Oliveira e Silva, Organizadora. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

¹⁷ Das conferências ocorridas nos anos de 1920, somente foram publicados os anais da terceira: Anais da III Conferência Nacional de Educação, São Paulo, Diretoria Geral de Instrução Pública, 1930, 1001 págs.

O início dos anos de 1930 é marcado por uma conscientização maior dos problemas educacionais. A concepção de que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, assim como pelo espírito de “criação” e de reprodução/modernização das “elites”, herdadas da década anterior, adquiriram mais força e ampliaram suas perspectivas. Tais projetos de reconstrução da sociedade, no entanto, nem sempre convergiram na mesma direção; ao contrário, às vezes se desdobraram em conflito de uns com os outros até serem silenciados com o Estado Novo. (FÁVERO, 2010, p. 43).

Em 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu “o Governo da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro” e como chefe do governo provisório, por meio do Decreto nº 19.398 de 11 de novembro, promoveu a centralização de poderes no âmbito do Executivo, determinando o início de uma nova era na História do Brasil (CUNHA, 2001).

O governo Vargas, resultante da Revolução de 30, é atingido pela Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão – uma forte recessão econômica que abalou o capitalismo internacional, particularmente os Estados Unidos. A economia do Brasil, até então predominantemente agrária exportadora (principalmente de café), tinha nos Estados Unidos o seu maior comprador, então com a crise houve uma redução drástica nas exportações. A Crise de 29 pode ser vista como um ato preliminar para maiores investimentos em processos de industrialização em solo brasileiro.

O novo governo deixa de ser oligárquico; passa a ser um governo centralizador com maior autonomia. O Estado apresentava, no mínimo, três novos elementos: a atuação econômica, voltada gradativamente para a industrialização; a atuação social, construindo uma rede de proteção aos trabalhadores; e o papel central atribuído às Forças Armadas como suporte da criação de uma indústria de base e garantia da ordem interna (FAUSTO, 2004).

Assim, a década de 1930 apresenta como característica a acentuada urbanização e a busca pela industrialização dos grandes centros; cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ultrapassaram a margem de um milhão de habitantes, e quanto mais urbano se torna um país, mais os setores médios ou aspirantes a tal exigem educação e escolas. Este contexto propicia o fortalecimento dos conflitos sociais e a ação concomitante de correntes e/ou grupos políticos existentes: rivalidade entre autoritários e liberais. O autoritarismo prevalecia no poder central, porém, segundo Cunha (2007), o liberalismo predominava no estado de São Paulo e no Distrito Federal, de forma que as ideias liberais para a educação eram bem recebidas pela sociedade civil.

Apesar do governo não ter uma proposta política clara para a educação, ele objetivava integrá-la aos novos rumos tomados tanto no campo político quanto no educacional, de forma que o desenvolvimento do ensino acompanhasse o processo de modernização do país,

priorizando a formação e a preparação de mão de obra especializada para o mercado. Nesse contexto, no tocante à educação, temos como medidas promovidas pelo governo: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e sua reestruturação em 1935; a promulgação do Estatuto das Universidades e a criação do Conselho Nacional de Educação em 1931; e a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e institucionalização da Universidade do Brasil (UB) em julho de 1937.

O primeiro ato do Governo Provisório é de criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14/11/1930, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos¹⁸, responsável por instituir a Reforma Universitária em 1931 (Reforma Francisco Campos), composta por sete decretos¹⁹, atingindo todos os níveis de ensino e imposta a todo o território nacional, com acentuada tônica centralizadora. Segundo Saviani (2008, p. 196), “Com essas medidas resultou evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central”.

Dentre os decretos que compõem a Reforma Francisco Campos, destacamos para esta pesquisa o Decreto 19.851/31, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras, que estabelece padrões de organização para as Instituições Federais de Ensino Superior em todo o país; para Romanelli (1986) a institucionalização da universidade brasileira se dá, efetivamente, por meio desse decreto.

O então ministro Francisco Campos na exposição de motivos²⁰ que acompanha o decreto, assinala que para consubstanciar o projeto da reforma foram ouvidas todas as correntes e expressões de pensamento, das mais radicais às mais conservadoras, e enfatiza que representa um estado de equilíbrio entre tendências opostas, porém o projeto mantém individualidade e unidade próprias.

¹⁸ Francisco Campos, aos 40 anos de idade, fora nomeado titular do recém-criado Ministério da Educação. Ascendia ao poder como representante de Minas Gerais, sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930.

¹⁹ Dec. n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Dec. n. 19.851, da mesma data, que dispôs sobre a organização do ensino superior; Dec. 19.852, também da mesma data, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Dec. n. 18.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; Dec. n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; Dec. n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; e o Dec. n. 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

²⁰ Exposição de motivos apresentada ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório, em 02 de abril de 1931. Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>.

Quanto aos fins do ensino universitário, o ministro ressalta que a universidade não é apenas uma unidade didática, sua finalidade “transcende ao exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada, é uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contato, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações [...]” (CAMPOS, 1931, p. 1).

Nesse sentido, o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931:

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

E traz como finalidade:

Art. 1º - O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível de cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos, habilitar o exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior, concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

E explana sobre a constituição da universidade brasileira:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender as seguintes exigências:

I - Congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;

Porém, na ânsia de agregar propostas educacionais de correntes políticas opostas, a busca por um “estado de equilíbrio”, faz com que tanto o decreto como a exposição de motivos apresentada pelo ministro não esclareçam qual o projeto de universidade brasileira. O decreto, apesar de apontar as universidades como forma de organização da educação superior no país, admite a existência de escolas superiores isoladas, deixando de corrigir as limitações do modelo das universidades criadas na década de 1920, manifestadas tanto no inquérito sobre o problema universitário brasileiro (1928) quanto nas conclusões do I Congresso Nacional de Educação (1927) e em teses apresentadas no II e III Congresso (1928 e 1929).

Outro ponto que merece destaque na Reforma Francisco Campos refere-se à autonomia universitária; ao longo da exposição de motivos o ministro enfatiza que as universidades no Brasil estão em período inicial, em fase de adaptação e que seria deveras imprudente a dotação de autonomia integral, optando-se, assim, por uma autonomia relativa. Apesar de não ficar

explícito no texto, o decreto viabiliza a intervenção do estado, conduta coerente com o autoritarismo vigente.

Ao analisar o Decreto 19.851 não é possível discernir uma proposta de sistema universitário; ele não deixa claro uma concepção homogênea de universidade, ao contrário, procura agregar concepções de universidades que permearam as discussões nos anos de 1920 sobre o modelo universitário a ser adotado no Brasil. Na tentativa de conciliação das correntes políticas, conseguiu desagradar a todas. “Assim, Francisco Campos, na verdade, não adere ao ideal de universidade que havia mobilizado a intelectualidade no período que precedeu imediatamente à Revolução de 1930. Mas também não quer limitar-se a conservar o ensino superior nos moldes tradicionais” (PAIM, 1982, p. 24).

Toda a conjuntura se complicava, pois era marcante a presença no cenário político nacional de agrupamentos divergentes e combativos; Durante o ano de 1931 os católicos, por meio do Centro Dom Vital de São Paulo, promovem um Congresso de Educação em favor de suas convicções; os educadores e reformadores, especialmente os escolanovistas, mantiveram-se igualmente ativos, alimentando os conflitos (PAIM, 1982).

Na tentativa de promover uma conciliação entre os grupos, o governo estimulou a realização da IV Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1931, patrocinada pela ABE – após a edição do estatuto –, porém a iniciativa não foi bem-sucedida, ao contrário, os seus “participantes dividiram-se em dois grupos [os autoritários e os liberais], sem que nenhum dos dois tivesse conseguido que suas ideias exercessem hegemonia sobre todos os educadores” (CUNHA, 1980, p. 244); então, coube aos dois grupos seguirem caminhos distintos.

O grupo dos “renovadores da educação”, entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, apresentam em 1932 o famoso Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, “A reconstrução educacional do Brasil”, no qual explanam sobre o conceito moderno de universidade e o problema universitário no Brasil, a saber:

Ao lado das faculdades profissionais existentes, reorganizadas em novas bases, impõe-se a criação simultânea ou sucessiva, em cada quadro universitário, de faculdades de ciências sociais e econômicas; de ciências matemáticas, físicas e naturais, e de filosofia e letras que, atendendo à variedade de tipos mentais e das necessidades sociais, deverão abrir às universidades que se criarem ou se reorganizarem, um campo cada vez mais vasto de investigações científicas [...]. No entanto, com ser a pesquisa, na expressão de Coulter, o “sistema nervoso da universidade”, que estimula e domina qualquer outra função; com ser esse espírito de profundidade e universalidade, que imprime a Educação superior um caráter universitário, pondo-a em condições de contribuir para o aperfeiçoamento constante do saber humano. (AZEVEDO *et al.*, 2010, p. 55)

Foi no âmbito estadual que esse grupo de educadores encontrou a oportunidade de colocar em prática ideais defendidos nos anos de 1920: a implantação de universidades, concebidas como instituições onde se desenvolvesse a pesquisa científica. Após o término da Assembleia Constituinte, em 1934, realizou-se eleições para renovação dos governos estaduais, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro ascendem ao poder governantes ligados à renovação educacional.

Em São Paulo, “Fernando de Azevedo (que veio a ser o Humboldt da Universidade de São Paulo)” (CUNHA, 1998, p. 17) dá início ao projeto da primeira universidade brasileira moderna, a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, que apresentava a novidade de possuir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujo objetivo, entre outros, era a realização de estudos de cultura livre e a pesquisa científica. Um ano depois foi criada por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação, a Universidade do Distrito Federal, com uma estrutura arrojada, caracterizada por ter uma Faculdade de Educação (ROMANELLI, 1986).

A criação dessas primeiras universidades contribuiu para a discussão da educação superior no Brasil, estabeleceu uma situação favorável para que a Universidade do Rio de Janeiro fosse levada finalmente a reestruturar-se – sendo instituída em 1937 como Universidade do Brasil – e deslocou o foco do ensino profissionalizante para o ensino cultural. As universidades deveriam ser compreendidas como um lócus de investigação científica e de produção do saber livre e desinteressado, “produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico, mas sem a falácia de respostas prontas e acabadas” (FÁVERO, 2006, p. 19).

A Universidade de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935) representam uma tentativa de adoção, ainda que parcial e experimental, de características fundamentais do modelo de universidade alemão ou humboldtiano na universidade brasileira.

A criação de universidades que preceitue a liberdade do fazer científico e a produção cultural desinteressada, que em meio ao poder centralizador da República Nova se opõe às iniciativas educacionais uniformizadoras representadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, não conseguiria alçar voos. Não havia espaço para ideias renovadoras que não estivessem sobre o baluarte do Estado autoritário. Os ideais de Anísio Teixeira de que “o saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem” ou ainda “A universidade não tem ‘nenhuma verdade’ a oferecer, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente” expressos em seu discurso de inauguração dos cursos da Universidade pioneira do então Distrito

Federal, em 31/07/1935 (TEIXEIRA, 1962), eram uma afronta ao governo centralizador. Nesse cenário de autoritarismo político, a Universidade do Distrito Federal foi extinta em 1939 e seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil – anteriormente URJ – por meio do Decreto-lei n. 1.063, de 20 de janeiro de 1939, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro Gustavo Capanema.

No caso da USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pensada como centro aglutinador da busca e crítica do saber na universidade, embora em uma instituição criada para a formação das elites, foi logo objeto da reação conservadora das escolas profissionais. Segundo Sguissardi (2006, p. 278), “O controle estrito e a ausência de autonomia são típicos das instituições de cunho ‘napoleônico’, como tenderiam a ser por muito tempo as instituições que iriam constituir-se sob a égide do poder central”. O resultado foi o restabelecimento ou a manutenção dos traços comuns ao modelo profissional/napoleônico, frustrando-se em grande medida a experiência inovadora que se tentou implantar no seio da cidade e unidade federativa mais dinâmicas da nação.

Esta luta intestina do “velho” contra o “novo” modelo, que se torna evidente nos exemplos da USP e da UDF, não iria ter um cenário mais favorável a este modelo nas novas Universidades Federais ou nas confessionais que a partir de então se constituíram. A legislação iria facilitar o processo de formação de novas universidades por simples aglutinação de faculdades profissionais pré-existentes, fazendo de suas reitorias e Conselhos Superiores órgãos essencialmente burocráticos e formais. Nem autonomia nem a produção científica se constituíam em seus traços mais marcantes. No caso das confessionais, além da obediência à legislação federal, submetiam-se às diretrizes de suas respectivas confissões em relação ao ensino e à ciência (SGUISSARDI, 2006, p. 279)

Segundo Paim (1982), o impulso que a pesquisa alcançou entre os anos de 1935 e 1945 conduz a frustrações na década de 1950, quando multiplicam-se as universidades com a preeminência da formação profissional; a pesquisa científica, embora almejada, não se consolida. O movimento que empolgou toda uma geração não teve forças suficiente para dar à Universidade a feição que lhe atribuía.

Contudo, a criação da Faculdade de Filosofia da USP e da Escola de Ciências da UDF teve desde logo o mérito de aglutinar grandes estudiosos e pesquisadores criando a possibilidade de transmitir suas experiências para turmas jovens. Essas universidades formaram docentes em todos os níveis de ensino, pesquisadores que passam a integrar quadros do Instituto Oswaldo Cruz, do Museu Nacional, do Departamento de Produção Mineral e do Instituto Nacional de Tecnologia; além de trazer significativo progresso às ciências humanas e à filosofia (PAIM, 1982).

Entretanto, a Universidade que se consolidou no país tornou-se a fiel depositária da tradição profissionalizante, consolidada ao longo de dois séculos, fenômeno profundamente arraigado em nossa cultura. Em geral, as universidades continuaram como um aglomerado de faculdades independentes, prevalecendo o modelo napoleônico de ensino profissionalizante.

2.6 Anos pós-1945: raízes do processo de modernização do ensino superior

Com a deposição do presidente Getúlio Vargas, em 1945, e conseqüentemente o fim do Estado Novo, inicia-se uma nova fase da história do Brasil: a república populista ou quarta república brasileira (período de 1945 a 1964), colocando em xeque tudo o que estava apensado com o regime autoritário deposto. Inicia-se o projeto de redemocratização do país, respaldado pela nova Constituição de 1946, que assegura de forma explícita a liberdade de pensamento.

A Constituição traz, em seus artigos 141 § 5º, 7º e 8º e artigos 173 e 174:

§5º É livre a manifestação do pensamento sem que dependa da censura [...]. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público [...].

§7º É inviolável a liberdade de consciência e de crença [...].

§8º Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos [...].

Art. 173 As ciências, as letras e as artes são livres [...].

Art. 174 O amparo à cultura é dever do Estado. (BRASIL, 1946, p. 31-32)

Apesar do caráter liberal da nova constituição, segundo Cunha (2011, p. 170) “A organização educacional erigida pelo Estado Novo permaneceu a mesma, só se revogando os aspectos mais visivelmente autoritários da legislação, como a Educação Moral e Cívica e a instrução pré-militar nas escolas secundárias”.

No início da república populista, a organização do ensino superior pouco tinha de universitária; o número de estudantes nas escolas isoladas era maior que das universidades, que na verdade eram um aglomerado de faculdades independentes regidas pelo Estatuto das Universidades promulgado em 1931.

Em 1945 haviam cinco universidades no Brasil, instituições organizadas conforme os requisitos estabelecidos em lei para serem reconhecidos como universidades, a saber: Universidade do Brasil – que, por meio do Decreto-lei nº 8.393 de 17 de novembro de 1945, passa a gozar legalmente de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, mesmo que, como as demais universidades no país, nunca tenha chegado a desfrutar de autonomia plena –, Universidade de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade de Porto Alegre e Universidade Católica do Rio de Janeiro; além de 293 estabelecimentos isolados (FÁVERO, 2010).

Até o fim do Estado Novo, os principais paradigmas que guiaram a estrutura e organização do ensino superior no Brasil são provenientes da Europa; contudo, a ideologia desenvolvimentista e a contribuição tecnológica na guerra dos anos 1940 elevaram as universidades norte-americanas a constituírem um novo modelo a ser apreendido. Essa mesma ideologia desenvolvimentista conclamava pela modernização do ensino superior no Brasil.

Após os anos de 1940 inicia-se um intenso processo de urbanização, impulsionado por uma junção de fatores que promoveram a emigração do campo: por um lado tinha-se as inovações tecnológicas na agricultura, a alta concentração da propriedade de terras e os baixos salários; do outro lado destacavam-se as ofertas de empregos nas cidades, desencadeadas pelas indústrias que também induziam as atividades comerciais e os serviços; esses fatores, somados à existência de serviços públicos de educação e saúde na área urbana, constituíram atrativos que levaram a força de trabalho do campo para as cidades (CUNHA, 1983).

Em 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República juntamente com o vice-presidente João Goulart e colocou em ação o Plano de Metas e a construção de Brasília, transferindo a capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central. O programa de governo foi anunciado como 50 anos de progresso em 5 anos de realizações, com pleno respeito às instituições democráticas – o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5.

O Plano ou Programa de Metas consistia em um conjunto de medidas abrangendo diversos setores da economia e definia trinta objetivos agrupados em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação. Os setores de energia, transporte e indústria foram prioridades do governo, recebendo quase a totalidade dos recursos alocados; já os setores de alimentação e educação não tiveram o mesmo tratamento. O objetivo principal era o desenvolvimento econômico do país, e tinha como prioridade o incentivo ao processo de industrialização do Brasil.

A construção de Brasília não constituía nenhum dos cinco setores presentes no Plano de Metas, mas se configurou como uma nova e grande meta a ser cumprida. O objetivo era integrar o interior do Brasil aos grandes centros, permitindo uma abrangência de novas possibilidades econômicas.

[...] com a consolidação da meta-síntese do Plano de Metas de JK – a construção de Brasília – o espaço geográfico do Triângulo Mineiro passou, de uma vez por todas, a localizar-se estrategicamente entre a principal região econômica do país – São Paulo – e a administração central – Brasília. (GUIMARÃES, 2010, p. 121)

Importante enunciar que o desenvolvimentismo econômico que caracterizou o governo JK se encontrava presente, consideradas as devidas proporções, também no período em que foi

governador do estado de Minas Gerais (1951 a 1955); as metas consistiam no desenvolvimento dos setores de energia e transportes em sua gestão, fato esse que beneficiou toda a região do Triângulo Mineiro e, particularmente, o município de Uberlândia.

Assim, a partir da década de 1950, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico induzidos por investimentos de capital estrangeiro no país.

O período que vai de meados da década de 1950 e se estende até o golpe militar de 1964 foi, sem dúvida, um dos mais importantes para as transformações ocorridas na economia brasileira, seja no que se refere ao estabelecimento de amplos setores industriais modernos, seja no direcionamento do padrão de consumo desta economia periférica. É, pois, o período que marcou, definitivamente, a internacionalização da economia brasileira e se torna um condicionante básico às articulações ulteriores. (GUIMARÃES, 2010, p. 121)

As grandes empresas monopolistas instaladas nos centros urbanos engrossaram os fluxos migratórios, aceleraram a urbanização, intensificaram a intervenção do Estado na economia e, segundo Cunha (1983), deslocaram os canais de ascensão da classe média, refletindo diretamente no ensino superior.

Antes do processo de industrialização e dos grandes monopólios, os indivíduos buscavam a ascensão social por meio da reprodução de seu pequeno capital, para abrir um pequeno negócio com a expectativa de uma rápida multiplicação de capital e ingresso nas classes dominantes. Porém, à medida que o processo de centralização do capital levava à monopolização na indústria, refletindo no comércio e serviços, tornava-se mais difícil a sobrevivência dos pequenos negócios.

A dificuldade em acumular capital levou as camadas médias a procurarem novas formas de ascensão social, assim encontraram espaço no interior das burocracias públicas e privadas, onde a formação acadêmica é requisito para definição do nível hierárquico e, conseqüentemente, do nível de poder, remuneração e prestígio do indivíduo. Esse deslocamento dos canais de ascensão aumentou a demanda por escolarização em todos os níveis, especialmente no ensino superior. De acordo com Cunha (1983, p. 73), “o processo de deslocamento dos canais de ascensão social, [...] resultante da aceleração do processo de monopolização, está na raiz da expansão e integração do ensino superior no período de 1946/64”. Além do mais, a migração das populações rurais para as cidades fomentou a procura pela escolarização.

O Estado promoveu a ampliação do aparelho escolar, novas salas de aula foram acrescentadas em escolas já existentes e novas escolas foram abertas, orientadas principalmente

para o grau médio, promovendo o aumento da oferta de vagas no ensino médio público. Como consequência, os egressos do ensino médio buscavam ingresso nos cursos superiores, aumentando a demanda para o ensino superior.

Durante a república populista o ensino superior apresentou crescimento quantitativo, conforme apresentado no Quadro 1: “as universidades, no sentido estrito, passaram de 5 em 1945, para 37, em 1964. O número de estabelecimentos isolados subiu de 293 para 564 [...], as universidades não nasceram como tais, sendo formada pela integração de escolas isoladas” (CUNHA, 1983, p. 253). A aglutinação de escolas isoladas para formação de universidades configurou-se em uma realidade que perpassou décadas, em 1969 a Universidade de Uberlândia foi criada sob essa perspectiva.

Quadro 1 - Cronologia das universidades brasileiras entre 1920 e 1964

Universidades brasileiras	Ano
Universidade do Rio de Janeiro	1920
Universidade de Minas Gerais	1927
Universidade de São Paulo	1934
Universidade Técnica do Rio Grande do Sul	1932
Universidade Rural do Brasil (Rural do Rio de Janeiro)	1943
Universidade Católica do Rio de Janeiro	1946
Universidade Federal de Pernambuco	1946
Universidade Federal da Bahia	1946
Universidade Rural de Minas Gerais	1948
Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1948
Universidade Católica de São Paulo	1948
Universidade Federal do Paraná	1950
Universidade Católica de Pernambuco	1951
Universidade Mackenzie	1952
Universidade Federal do Ceará	1955
Universidade Católica de Campinas	1955
Universidade Federal da Paraíba	1955
Universidade Rural de Pernambuco	1955
Universidade Federal do Pará	1957
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1958
Universidade Católica de Minas Gerais	1959
Universidade Federal de Santa Catarina	1960
Universidade Sul-Riograndense de Pelotas	1960
Universidade Federal de Goiás	1960
Universidade Católica de Goiás	1960
Universidade Católica do Paraná	1960
Universidade Rural do Sul	1960
Universidade Federal de Juiz de Fora	1960

Universidade Católica de Salvador	1961
Universidade Católica de Petrópolis	1961
Universidade Federal Fluminense	1961
Universidade Federal do Maranhão	1961
Universidade Federal de Alagoas	1961
Universidade Federal do Espírito Santo	1961
Universidade Federal de Santa Maria	1961
Universidade de Brasília	1962
Universidade do Amazonas*	1965

*Foi criada em 1962, porém se instalou em 1965.

Fonte: Araújo (2019).

Este foi o período que marcou o auge das ideias e políticas identificadas com o Nacional-Desenvolvimentismo. Fomenta-se o despertar da tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil; a luta pela Reforma Universitária liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e respaldada por muitos intelectuais ganha fôlego. Os congressos promovidos pela UNE e as teses apresentadas tiveram grande repercussão, contribuindo para as transformações futuras na universidade.

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado em 1947, no Rio de Janeiro, configurou o início de uma árdua caminhada em direção à modernização do país, entre as inovações acadêmicas do novo instituto encontramos: fim das cátedras vitalícias, organização departamental, professores e alunos residem no campus dedicando-se exclusivamente ao ensino e a pesquisa, currículos flexíveis e estímulo à investigação e à pesquisa. A existência do ITA impulsionou os reformadores do ensino, essencialmente aqueles que apensavam a modernização do ensino à modernização e desenvolvimento do país.

Temas como gratuidade, expansão, integração, federalização e modernização eram constantes durante a república populista (1945-1964); em 1948 foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), formada por pesquisadores que objetivavam, entre outros, a difusão da ciência e a liberdade de pesquisa no país. Segundo Sguissardi (2006), a trajetória da SBPC em defesa de políticas científicas adequadas ao desenvolvimento do país e da liberdade de pesquisa, no interior da universidade, tiveram uma inegável e profunda influência nas transformações por que passou a universidade.

Neste mesmo sentido, é importante destacar a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951, e em 1962, a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de S. Paulo (Fapesp).

O movimento de modernização do ensino superior iniciado pela criação do ITA atinge seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB), instituição que, nas palavras de Cunha (1983, p. 169), “negava a estrutura e funcionamento do ensino superior existente, almejando realizar uma utopia universitária”.

O projeto da Universidade de Brasília foi delegado a uma comissão²¹ com participação de muitos intelectuais que almejavam introduzir mudanças nas estruturas universitárias. A nova instituição apresentava traços comuns tanto com o ITA como com a Universidade do Distrito Federal, essencialmente quanto à organização típica das universidades norte-americanas, compostas de departamentos reunidos em institutos e faculdades. Contudo, a criação da UnB representa um avanço para o ensino superior brasileiro mais amplo do que o ITA, pois abrange todos os campos do saber.

Instituída em regime de fundação de direito público, por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961b), a UnB representa um marco na história das universidades, a exemplo do que foram a USP e a UDF na década de 1930. Sobrevém como a mais moderna universidade do país, tanto por organização institucional em institutos centrais e faculdades compostos de departamentos, quanto por suas finalidades, a saber:

Art 2º A Universidade tem por finalidades:

I - Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas, para os problemas com que defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social;

II - Complementar a formação científica, cultural, moral e física da juventude universitária;

III - Preparar profissionais de nível superior e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conhecimento, capazes de promover o progresso social mediante a apuração dos recursos da ciência e da técnica;

IV - Congregar cientistas, intelectuais e artistas assegurando-lhes os meios materiais e as condições de independência para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao enriquecimento da cultura ao cultivo das artes e à sua aplicação a serviço do Homem;

V - Colaborar com estudos sistemáticos e pesquisa originais, para melhor e mais completo conhecimento da realidade brasileira em todos os seus aspectos.

(BRASIL, 1962, s/p, grifo nosso)

Na exposição de motivos do Ministro da Educação Clóvis Salgado, de 16 de abril de 1960, encaminhando ao Presidente o anteprojeto da lei de criação da UnB, é possível vislumbrar a importância dada à criação dessa nova instituição:

²¹ Comissão integrada por: Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil; João Cristóvão Cardoso, presidente do CNPq; Anísio Teixeira, diretor do INEP; Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUP); Almir de Castro, diretor de programas da CAPES; e Darcy Ribeiro – líder da comissão, coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão do INEP (CUNHA, 1983).

6. Os estudos para estruturação do ensino superior em bases consentâneas com os progressos científicos, técnicos e pedagógicos desse meado do século XX merecem a máxima atenção. O objetivo era dar a Brasília uma universidade que, refletindo a nossa época, fosse também fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha de uma progressiva emancipação. Para tanto se impunha dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa científica e à formação de cientistas e técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros, com o propósito de dar-lhes soluções adequadas e originais. (BRASIL, 1961b)

A UnB fez parte da busca por um modelo universitário que associasse o ensino com a pesquisa em novos moldes, aglutinando todas as atividades das unidades básicas e profissionais, ela respondia às demandas dos professores/pesquisadores de modernização das condições de trabalho baseando-se no paradigma norte-americano – era o triunfo deste modelo sobre o racionalismo francês e o idealismo alemão (CUNHA, 1988).

Dois anos após o início de suas atividades, a ditadura civil-militar encarregou-se de destruir o que havia de mais brilhante e inovador na experiência da UnB. Porém, os ideais de intelectuais que conceberam a UnB não foram destruídos, eles ressurgiram um tanto quanto diversos em outras universidades, a exemplo da Unicamp e da UFSCar (SGUISSARDI, 2006). A criação da UnB, em 1962, foi um antecedente importante para a Reforma Universitária de 1968.

Nos cabe observar que a Universidade de Uberlândia surge em 1969, em um momento posterior ao movimento de modernização do ensino superior – posterior ao ITA, à UnB e à própria Reforma Universitária. Contudo, mantém um formato que nos remete às primeiras instituições brasileiras: o ajuntamento de faculdades isoladas existentes, amparado no modelo napoleônico de universidade, direcionadas a uma formação tecnicista, uma universidade voltada para o ensino.

2.7 Considerações parciais

O surgimento das universidades provoca uma série de críticas à limitação dos cursos profissionais no Brasil, principalmente ao se comparar com as práticas mais abertas em outros países. As novas universidades não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes; foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais e educadores, nem sempre ligados ao ensino superior.

Os estudantes, em sintonia com os ideais da Reforma Universitária que expandira de Córdoba²² (1918) para a América Latina duas décadas antes, se organizaram em congressos e seminários e, no ano de 1938, aprovaram a criação da UNE, que aconteceu no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, quando foi proposto um projeto de política educacional:

A proposta continha, ademais, todo um projeto de política educacional que em nada coincidia com o da política autoritária de Vargas, particularmente a expressa no estatuto de 1931. Defendia-se nele a universidade aberta para todos; a diminuição das “elevadíssimas e proibitivas” taxas de exame e de matrícula, as quais faziam a seleção pelo nível de renda em vez das “capacidades comprovadas cientificamente”; a vigência nas universidades do “exercício das liberdades de pensamentos, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna”; o rompimento da dependência da universidade diante do estado, propondo a eleição do reitor e dos diretores das faculdades pelos corpos docente e discente, representados no conselho universitário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade, com participação paritária nos conselhos universitários e técnico administrativo; a elaboração dos currículos por comissões de professores especializados e representantes estudantis; o aproveitamento dos “estudantes mais capazes” como monitores e estagiários em cargos a serem criados. (CUNHA, 2011, p. 169)

A proposta reformista apresentada pelos discentes impulsionou críticas mais objetivas ao ensino superior brasileiro e, embora não tenha sido aprovada, abriu caminhos para estudantes, professores e pesquisadores fomentarem as discussões nos anos 1960 que levaram à Reforma Universitária no Brasil em 1968, ainda que tenha assumido feições conservadoras e autoritárias (CUNHA, 2011).

Nos anos que se seguiram após a implantação das primeiras universidades, o país vivenciou a deterioração do Estado Novo (1937-1945) causada por conflitos internos, reflexos da guerra, divisão do exército e a renúncia de Getúlio Vargas em 1945, que culminaram com a promulgação de uma nova constituição em 1946 – a quarta constituição da república. A nova constituição manteve basicamente a organização educacional do estado novo: uma estrutura discriminatória, caracterizada pelo ensino propedêutico para as classes privilegiadas e o ensino profissional para as classes menos favorecidas. Porém, englobou medidas que visavam garantir os direitos individuais de expressão, de reunião e de pensamento (CUNHA, 2011).

A industrialização e o crescimento econômico que marcaram a década de 1950 impulsionaram o ritmo de desenvolvimento no país, acentuaram a tomada de consciência da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil e iniciaram um movimento pela modernização do ensino superior. Novas faculdades foram criadas e houve a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades públicas (FÁVERO, 2006).

²² Segundo Trindade (2004), a Reforma Universitária de Córdoba tornou-se a principal referência para a construção da identidade da universidade latino-americana e pautava-se nos seguintes princípios: autonomia, gestão democrática, gratuidade do ensino superior e compromisso social.

Segundo Cunha (2011, p. 172), “Em suma, o processo de federalização foi responsável pelo aumento da oferta pública de ensino superior gratuito, assim como pela criação da maior parte das universidades federais hoje existentes”. Concomitantemente ao aumento no número de universidades, aumentou também a presença de estudantes brasileiros em congressos internacionais, possibilitando-lhes a oportunidade de conhecerem o movimento pela reforma universitária e retomarem as críticas e propostas apresentadas no Brasil na década de 1930.

As tentativas de coordenar a educação com as necessidades de desenvolvimento econômico e social impulsionam as aclamações e movimentos pela modernização do ensino superior e sua reforma. A criação da Universidade de Brasília, em 1962, foi um marco desses movimentos, ela objetivava a libertação das “amarras” do serviço público federal sem, contudo, perder as características de uma instituição pública, um modelo de modernização institucional que deveria abranger todos os campos do saber. Porém, o golpe de Estado em abril de 1964 evidenciou a fragilidade das universidades brasileiras, e a recém-criada Universidade de Brasília foi um dos grandes exemplos da intervenção militar.

Em retrospecto,

No império, clamava-se por uma universidade, na primeira república, acusava-se a universidade, criada em 1920, de ser mero condomínio de escolas estanques; na era Vargas, essas invectivas continuaram e presenciaram-se duas tentativas, logo frustradas, de criação de “verdadeira” universidades, a de São Paulo, em 1934, e a do Distrito Federal, em 1935, mas foi durante o período de 1946/64 que essas críticas atingiram praticamente todo o ensino superior, tendo o próprio estado como uma de suas principais fontes. (CUNHA, 1983, p. 151)

A política educacional do governo dos militares e a conjuntura econômica, política e social oferecem uma densidade de informações, cenários e contextos que são difíceis de marginalizar. O município de Uberlândia, assim como tantas outras cidades do interior, não esteve na centralidade dos conflitos desencadeados à época, contudo sofreu dos mesmos ônus e bônus da conjuntura posta. Desta forma, seria contraproducente não pontuar algumas ações que influenciaram diretamente na formação do ensino superior no país e, por consequência, na cidade de Uberlândia, essencialmente no que se refere à Reforma Universitária e os elementos de sua elaboração.

3 A UNIVERSIDADE NO GOVERNO MILITAR: ECOS DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias em teorias, que desfecham, na prática, em fracassos inevitáveis.

— ANÍSIO TEIXEIRA

A Universidade Federal de Uberlândia foi criada e federalizada durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, fato esse que influenciou sua história, ditou seus caminhos e permeou toda sua trajetória.

É imprescindível para o percurso desse estudo a pesquisa de alguns fatos inerentes ao período militar, essencialmente: abarcar o impacto do regime militar sobre as universidades e de que forma as ambiguidades e paradoxos da ditadura definiram a política universitária; compreender as reformas que impactaram o ensino superior e que ainda fazem parte do nosso sistema universitário; distinguir dentre os diferentes grupos o modelo de universidade almejado; ponderar sobre a importância do movimento estudantil, de assessores e diplomatas norte-americanos para a reforma universitária; e, paradoxalmente, desvelar a apropriação de ideias elaboradas antes de 1964 que conduziram a reforma universitária de 1968, inclusive do próprio conceito de reforma universitária.

Todo esse contexto político atua na construção de uma universidade na cidade de Uberlândia, unir os fragmentos desse passado contribuirá para o conhecimento de sua história, colocando em foco especificidades significativas. Em entrevista concedida em março de 1988, Dr. Rondon Pacheco²³ relata:

No curso dessa vida pública, eu pude servir a Uberlândia porque fui convocado pelo Presidente Costa e Silva, que sucedeu a Castelo Branco, para ser ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República. [...] Foi quando surgiu a ideia forte da Universidade Federal de Uberlândia. (CAETANO; DIB, 1988, p. 90)

A conjuntura política nacional foi decisiva na gênese dessa Universidade, de forma que entender esse contexto, o modo como esses fatos se ligam, suas interações e rupturas é primordial para oferecer uma contribuição original ao conhecimento de nosso objeto.

²³ Nasceu em Uberlândia em 31 de julho de 1919. Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em outubro de 1950. Permaneceu no cargo até 1967, quando foi convidado a ocupar a chefia do Gabinete Civil da Presidência. Foi adepto do movimento político-militar que depôs João Goulart, em 1964. Em julho de 1970, foi escolhido por Médici como candidato oficial para o governo de Minas Gerais. Governou Minas Gerais de 1971 a 1975. Figura essencial na história da UFU.

3.1 Cenário dos anos de 1960: marcos históricos – golpe, repressão e luta

*Vem, vamos embora,
que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.*

— GERALDO VANDRÉ

Os anos de 1960 foram marcados pela ampla difusão de ideias; no ocidente e no oriente capitalismo²⁴, comunismo²⁵, liberalismo²⁶, feminismo²⁷ e pacifismo²⁸ – muitos “ismos”

²⁴Podemos definir Capitalismo como um sistema econômico surgido no Ocidente, na Idade Moderna, que se expandiu pelo mundo contemporâneo nos séculos seguintes. Assim, pensar o Capitalismo é uma forma de compreender o presente. Hoje, é esse o sistema econômico que impera em uma escala praticamente global, rompendo fronteiras e culturas. Tema polêmico, o Capitalismo suscita opiniões as mais diversas. Pode ser entendido de maneira “positiva”, ou seja, como o progresso humano na produção material, no consumo, no bem-estar promovido pela tecnologia etc., ou como a causa de desigualdades sociais gritantes, do individualismo exacerbado, do consumismo desenfreado, da exploração existente entre os grupos sociais e entre as Nações, dos males ambientais do mundo, e assim por diante. (SILVA; SILVA, 2009).

²⁵ O Comunismo é uma ideia que se incorporou ao imaginário do Ocidente contemporâneo, sempre colocada em oposição ao Capitalismo. Podemos entendê-lo ainda como uma ideologia, um conjunto articulado de princípios teóricos que fundamentam um tipo de sociedade, uma ação política revolucionária que buscava superar a sociedade capitalista. Originário do século XIX, desdobrou-se nas ondas revolucionárias do século XX e entrou em decadência nas últimas décadas desse mesmo século, o que foi simbolizado pela queda do muro de Berlim e pelo fim do bloco de países socialistas após 1989. (SILVA; SILVA, 2009).

²⁶ Economicamente, o liberalismo é uma teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado. O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários. O liberalismo, em sua forma atual rebatizada como neoliberalismo, é a ideologia política do mundo globalizado. É ele que advoga a abertura de mercados, o livre fluxo de capitais e os investimentos privados, a redução das responsabilidades sociais do Estado e a própria diminuição deste como mecanismo administrativo (tido em geral como dispendioso e antieconômico), em nome da privatização. (SILVA; SILVA, 2009).

²⁷ De maneira ampla, o feminismo pode ser definido como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros. Se queremos definir o feminismo como movimento de massas, ele é um fenômeno bastante contemporâneo, que pode ser datado em torno das décadas de 1960-70, no mundo ocidental. Esse feminismo contemporâneo surgiu em um contexto no qual emergiram diversos movimentos de libertação denunciando a existência de Movimentos pelos Direitos Civis, pela igualdade racial, ecologistas, movimentos de homossexuais e de mulheres surgiram, então, como forma de pensar a opressão de modo mais amplo do que a partir da ideia de luta de classes, até então o fundamento das principais críticas à desigualdade social. Foi nesse contexto que as mulheres começaram a perceber que o sexo é político, ou seja, que é permeado por relações de poder e de hierarquia. Com o afloramento dessa consciência a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos, surgiu o movimento feminista, que assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres como indivíduos do sexo feminino, possuidoras de interesses compartilhados: o fim da subordinação aos homens, da invisibilidade e da impotência, a defesa do direito de igualdade e de controle sobre seu corpo e sobre sua vida. (SILVA; SILVA, 2009).

²⁸ O pacifismo é uma filosofia de origem americana que se fundamenta na oposição ao uso da força para combater o terrorismo. O pacifismo condena qualquer tipo de conflito, independente de seus motivos e objetivos, defendendo o acordo entre países com a finalidade de promover a paz. É um movimento filosófico contrário ao uso da força para combater o terrorismo, que se opõe ao conflito armado e defende o entendimento entre os envolvidos por vias pacíficas.

embutidos nas sociedades – buscavam espaços entre os povos, desencadeando protestos, conflitos e violência política. Destacamos a tensão internacional entre os países dos blocos capitalista e socialista, que quase resultou na Terceira Guerra Mundial. Este período marcou todas as nações.

Pelo mundo, as notícias eram sobre a luta dos negros contra a segregação racial, sobretudo pela liderança de Malcolm X e Martin Luther King, que foram assassinados nessa década; protestos estudantis pela liberação sexual, contra a guerra do Vietnã e o militarismo; a luta das mulheres pela emancipação feminina; e a luta de tantos outros grupos sociais pela viabilidade de uma vida alternativa. O movimento hippie se apresentou como exemplo dessa vida alternativa, e musicalmente o festival de Woodstock viabilizou todas as correntes de contestação.

Revolução cultural, política e sexual. Período de grandes movimentos culturais que não se dissociavam do contexto político e social, podemos destacar a forte influência do *rock and roll* e das músicas de protesto; no Brasil, o Tropicalismo se caracterizou como movimento cultural que misturava elementos da música popular brasileira com o rock – a música “*É proibido proibir*”, de Caetano Veloso, expressa o tom dos movimentos que embalaram a década de 1960.

Os fatos desta década impulsionaram os jovens brasileiros a tomarem o lugar de protagonistas da oposição do movimento político mais intenso e violento: a ditadura civil-militar.

No dia 31 de março de 1964, ainda na madrugada, foi deflagrado o golpe civil-militar contra o governo de João Goulart. Milhares de pessoas tiveram seus direitos extraídos: funcionários públicos, civis e militares foram demitidos ou aposentados, parlamentares cassados e cidadãos tiveram seus direitos públicos vetados. Os militares, afirmando que o objetivo era de impedir a “ameaça comunista” que, segundo eles, rondava o Brasil, deram início a um regime político que privilegiava a autoridade do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário – o autoritarismo. Apregoavam que a principal ameaça à ordem capitalista e à segurança do país viria por meio de brasileiros, “os inimigos internos”, que intencionavam implantar o comunismo no país pela via revolucionária, a exemplo de Cuba.

O golpe civil-militar teve apoio de importantes setores da sociedade brasileira, de grupos que sustentaram o golpe: parte dos empresários, da imprensa, proprietários rurais, igreja,

governadores e vastos setores da classe média que apoiavam a ideia de colocar fim na ameaça “esquerdista” e de controlar a economia. Esses grupos formavam uma massa heterogênea: liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e alguns intelectuais reformistas.

Os grupos pertencentes ao campo vitorioso enfrentaram o problema de definir os novos rumos. Havia de tudo no barco golpista, desde uma parcela com opiniões ultraconservadoras, a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), passando por autoritários de vários matizes, além de nacionalistas de direita, e também grupos liberais, os últimos, em geral, adeptos mais entusiastas da liberdade de mercado que da liberdade política. (MOTTA, 2014, p. 31)

As diferenças sociais e ideológicas impossibilitavam uma concordância em torno de quais rumos tomar após a conquista do poder; o consenso era de “limpar” o país e tirar o governo acusado de encaminhar o Brasil para um precipício. Os Estados Unidos, no auge da Guerra Fria, no combate latente ao socialismo e temendo ver o Brasil seguir o mesmo caminho de Cuba, se aliaram ao governo dos militares.

No dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco assume a presidência da República, eleito, dias antes, por um Congresso já bastante expurgado. O novo presidente assumiu o poder prometendo a retomada do crescimento econômico e o retorno do país à “normalidade democrática”.

Os anos de 1960, pelos olhos de Marilena Chauí (2018, p. 20-22):

Começava os Anos Sessenta. No Rio, eram os tempos do ISEB. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, os sociólogos explicavam a diferença conceitual e política entre as expressões “país atrasado” e “país subdesenvolvido” (ainda não chegara o momento do “país em vias de desenvolvimento” nem do “país dependente”). “Desenvolvimento desigual e combinado” era uma noção que ainda não chegara, mas estava quase chegando. Debatia-se “o projeto” para o país. Falava-se em revolução democrático-burguesa, em nacionalismo. [...]. Qual é o caráter nacional brasileiro? Quem é o povo no Brasil?

[...]

Abril de 64: golpe de Estado. Início da ditadura.

Abril de 68: o Conselho Federal de Educação propõe o início da reforma universitária em conformidade com as ordens do acordo MEC-USAID. “Abaixo a ditadura! Viva a liberdade! Fora, fora MEC-USAID”, replicam os estudantes. [...].

Mai de 68: em fala à nação, o Marechal Castelo Branco anuncia: “O governo chegou à conclusão de que a agitação estudantil que se observa neste momento tem inspiração comunista e alcance subversivo e vai agir em consequência”. Em atendimento à fala presidencial, o MEC propõe que o governo proíba os grêmios estudantis existentes e ajude a organizar os estudantes da “maioria democrática” em diretórios que neutralizem a ação nefasta da “minoridade esquerdista e instruída” que domina a UNE e as uniões de estudantes secundaristas.

Como resposta, ferve a universidade crítica: seminários, mesas redondas, conferências, cursos, grupos de trabalho analisam *O Capital* e os caminhos abertos para a guerrilha urbana e no campo. “Virgindade dá câncer”, pipocam os muros pichados pelas ruas. Pensar e viver, subitamente reconciliados numa ética libertária, fazem da universidade um espaço livre para uma experiência sem precedentes: suas

paredes se tornam vitrais, ganham transparência para receber a luz vinda de longe e emitir lampejos do que imaginava ir além do impossível, cumprindo a marcha do tempo: “Sejamos realistas, peçamos o impossível”.

Setembro de 68. Sexta-feira sangrenta: vinte e oito estudantes mortos na batalha da UNE. Enlutada caminha a Passeata dos 100 Mil. Choram estudantes e professores, no Rio. E no Brasil.

Outubro de 68. Domingo, dia 3: em São Paulo, isolada por guarnições militares, que ocupam suas duas pontas, a Rua Maria Antônia está inundada de sol e pelos acordes da *Internacional* lançados pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP.

Ruídos de carros pesados, cães a latir, estrépito de botas no calçamento, sirenes, gritos, palavras de ordem, comandos.

- *Estão vindo! O Exército e a polícia estão chegando!*

- *Olhem, olhem! Estão subindo na torre e nos telhados do Mackenzie! Vão metralhar. Vão metralhar!*

- *Estão jogando bombas.*

- *Tem um morto! Tem um morto!*

- *Mataram um estudante!*

- *Fogo, fogo! A faculdade pegou fogo! Todo mundo tem que sair. Não pode haver mais mortos.*

Dezembro de 68. Sexta-feira, 13: Promulgado o Ato Institucional nº 5.

Esse cenário político autoritário desvela sua complexidade nas universidades, instituições que foram alvos dos paradoxos e ambiguidades do regime militar: ele foi ao mesmo tempo modernizador e destrutivo, embora a modernização tenha vindo acompanhada de repressão e violência. A base da estrutura universitária em vigor foi imposta na ditadura, embora sua configuração tenha sido concebida antes do golpe por líderes docentes em conjunto com a pressão do movimento estudantil, fato que analisaremos em um próximo tópico deste trabalho, que versa sobre os bastidores da reforma universitária.

3.2 Cenário universitário na ditadura: atuação dos militares e seus aliados civis

As transformações sociais decorrentes dos processos de industrialização e de desenvolvimento dos anos de 1950 no Brasil acentuaram o anacronismo do sistema universitário existente; surge a consciência da desarmonia das instituições existentes com a realidade sociocultural e econômica do país, bem como às exigências da pesquisa científica e tecnológica.

As universidades chegaram aos anos de 1960 com críticas contundentes à sua estrutura básica, formato que dificultava a pesquisa e produção de conhecimento: elas eram organizadas em torno de professores catedráticos, de cargos vitalícios, que tinham a prerrogativa de escolher seus assistentes e de definir os programas de ensino; controlavam as estruturas decisórias principais e os conselhos universitários. De outro lado, os docentes, instrutores, auxiliares e assistentes recebiam magros vencimentos e eram forçados a acumular aulas em várias instituições – professores ausentes e desmotivados. Existia, na realidade, um aglomerado de

faculdades denominadas de universidades. A existência de cátedras dedicadas à mesma área em diferentes faculdades de uma mesma “universidade” era comum, o que demonstrava a falta de coordenação e unicidade entre o aglomerado. A escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade configurava outro grave problema, já que a demanda excedia ao número de vagas disponíveis (MOTTA, 2014).

A necessidade de reformar as universidades e de superação de certos arcaísmos inerentes a ela caracterizavam um ponto de consenso entre grupos heterogêneos: a divergência estava nos projetos políticos/ideológicos a se adotar. Tanto os grupos ligados à vertente política da esquerda, quanto os ligados à direita convergiam na ideia de mudança, na necessidade de modernização e maior produção de conhecimento.

Era o problema de se efetuar a transição de um suposto ensino de elite para um ensino de massa, ampliando-se a universidade para atender a expansão educacional traduzida em considerável aumento da taxa de escolarização, principalmente ao nível médio. Era a urgência de se intensificar a preparação técnico-profissional capaz de oferecer produto universitário amplamente diversificado de modo a satisfazer as solicitações de um mercado de trabalho que se diferencia cada vez mais. Era, enfim, o imperativo de se entrosar a universidade com o esforço de desenvolvimento. (SUCUPIRA, 1972, p. 36)

Contudo, grupos ligados à esquerda almejavam situar as universidades ao lado de causas socialistas e revolucionárias, uma universidade crítica e popular, com participação política destacada dos estudantes; enquanto os da direita – sobretudo os grupos influenciados por argumentos liberais – objetivavam transformar o ensino superior e torná-lo mais eficiente e produtivo, considerando as necessidades de modernização da máquina pública e do desenvolvimento econômico. O ensino técnico e o desenvolvimento tecnológico deveriam ser privilegiados em detrimento da tradição humanista e da pesquisa voltada para ciência pura; contestava-se a gratuidade da universidade e defendia-se a cobrança de taxas aos estudantes que pudessem pagar (MOTTA, 2014).

As discussões e os debates sobre os rumos das reformas a serem implementadas no Brasil caminhavam junto com o conceito de modernização e de desenvolvimento, influenciadas principalmente por cientistas sociais norte-americanos. De acordo com as teorias de modernização adotadas pelos Estados Unidos, a melhor maneira de vencer o desafio revolucionário era modernizar os países “atrasados”, considerados “presas fáceis” do inimigo comunista. A educação era considerada prioritária pois poderia inserir valores nos jovens: “escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião” (MOTTA, 2014, p. 6).

Entretanto, quando ocorreu a vitória do golpe, o movimento estudantil, sob a tutela de líderes de esquerda, encontrava-se bem estruturado. No início da década de 1960, a comunidade universitária fez das universidades importantes centros de mobilização esquerdista, os estudantes formavam um grande grupo de pressão política; passeatas e protestos estudantis marcaram o período e se intensificaram em 1966 contra a desnacionalização da educação advindas especialmente dos acordos MEC-USAID, ao mesmo tempo em que cobravam soluções para os problemas universitários, com foco na questão de vagas para os excedentes. Em 1968 a pressão estudantil se fortaleceu motivados pela ânsia de participarem efetivamente das discussões sobre a reforma universitária.

Portanto, as instituições universitárias foram alvos das primeiras operações de limpeza, pois era onde se reuniam os inimigos do novo regime, mas era também o local de formação das classes de intelectuais e políticos do país. Eram instituições substanciais ao projeto modernizador almejado pela aliança vencedora; contudo, setores comumente constituídos de religiosos, conservadores e militares, que apoiaram o golpe, tencionavam para embutir uma agenda de combate a comportamentos morais levianos, de estabelecimento da censura e fortalecimento de valores vinculados à religião e à pátria.

Ou seja, as instituições universitárias eram o lócus de modernização do país, mas também o campo de batalha entre os “valores morais e bons costumes” – defendidos pelos conservadores – e as pautas libertárias da esquerda; as diferentes vertentes dos grupos heterogêneos que compuseram o golpe se chocavam no espaço universitário, sendo que o regime autoritário de forma simultânea modernizou e reprimiu, reformou e censurou.

Assim, nos debates políticos e culturais dos anos 1960, era amplo o leque das opções para o futuro do Brasil. Com a vitória da coalizão golpista e a derrota política das esquerdas, acabou por vencer a vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964. Os militares tornaram-se agentes modernizadores, tal como previam alguns cientistas sociais e líderes políticos, mas nem sempre seguiram o script que lhes estava destinado [...]. (MOTTA, 2014, p. 6)

A ditadura civil-militar perseguiu, prendeu, afastou, demitiu ou aposentou professores ideologicamente “suspeitos”, líderes acusados de cumplicidade com a “subversão estudantil”; assim como torturou e ceifou membros da comunidade acadêmica que oferecessem qualquer risco ao novo regime ou fossem considerados “subversivos”. O furor pela limpeza ideológica, pelo extermínio do esquerdismo, conduziu à instalação de instrumentos para espionar a comunidade universitária: houve a censura de textos, ideias e posicionamentos, contratações foram canceladas e bolsas foram suspensas (MOTTA, 2014).

Do outro lado do processo, sem desconsiderar as danosas consequências da ditadura civil-militar no Brasil e suas nefastas consequências para a vida acadêmica, faz-se necessário considerar que foi nesse período em que ocorreu o maior impulso desenvolvimentista e modernizador das universidades brasileiras: presenciava-se a construção de novos prédios nos campi; foi institucionalizada a profissão docente mediante regime de dedicação exclusiva; laboratórios foram equipados; ampliou-se o número de matrículas nas instituições públicas de ensino; e agências de fomento amplificaram recursos destinados à pós-graduação.

Nesse cenário, as demandas de modernização das atividades de ensino e pesquisa acarretaram em alguns investimentos, a exemplo: a expansão de bolsas de pesquisa para os órgãos federais, desencadeando o aumento de cursos de pós-graduação; a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec), objetivando o aumento da formação de técnicos pós-graduados, principalmente engenheiros, para atuar nos projetos de desenvolvimento; e a criação do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FFEPP), imbuído a fomentar recursos para elaboração de projetos de desenvolvimento econômico.

Os planos de desenvolvimento incluíam as universidades, antevendo gastos com investimentos; porém, em contrapartida, deveria ocorrer maior associação com o sistema produtivo e formação de mão de obra necessária ao país. O regime militar estabeleceu reformas que ainda hoje permanecem em nosso sistema universitário, a exemplo da estrutura departamental, do sistema de pós-graduação e de vestibulares (CUNHA, 1988).

As pesquisas nos levam a afirmar que a trajetória traçada pela política universitária durante a ditadura foi resultado de choques entre grupos e opiniões conflitantes, da pressão do movimento estudantil e, paradoxalmente, do apoderamento de ideias oriundas de movimentos anteriores ao golpe.

3.3 Os bastidores da Reforma Universitária: conjunturas, problemas e desafios

A compreensão de como se deu a Reforma Universitária de 1968 tem como ponto de partida determinar a ideia de universidade presente naquela conjuntura, sua natureza, sua finalidade, suas funções e o papel desempenhado no processo de desenvolvimento do país. “Se reforma em seu sentido profundo consiste em dar nova forma à instituição e se a reforma é o

que constitui uma coisa em seu ser próprio, segue-se que a ideia adequada do ser e do dever ser da universidade é a condição essencial de sua reforma” (SUCUPIRA, 1972, p. 4)²⁹.

Como explanado no capítulo anterior, diversas e conflitantes eram as concepções de universidades. Legado da civilização ocidental, a universidade transformou-se em uma instituição global, expandindo-se rapidamente e – particularmente no Brasil – apensada à expansão temos a manifesta insatisfação quanto a seu modo de ser, bradada nos movimentos estudantis e nas propostas de reformas apresentadas. As críticas à instituição universitária refletem as tensões e contradições que marcam profundamente a conjuntura dos anos de 1960.

Na avaliação de Sucupira (1972), as críticas são díspares: de um lado a universidade é acusada de tradicionalismo quando deveria ser fonte de inovação tecnológica, ocupando-se com as profissões técnicas necessárias à industrialização; de outra parte, a crítica é pelo excesso de profissionalismo e pelo pragmatismo, negligenciando o saber desinteressado e a cultura. Alguns deploram a massificação do ensino superior; outros entendem que dever-se-ia ampliar as universidades para receber o maior número de candidatos. Muitos reclamam que os deveres do ensino absorvem os professores, impedindo-os de se dedicarem à pesquisa; outros acentuam que a predominância da pesquisa termina por prejudicar a formação do estudante ao nível da graduação. Acusa-se a universidade de conservadorismo, de servir somente aos seus interesses econômicos e políticos; outros, pelo contrário, desconfiam da universidade por oportunizar a inovação social e a crítica dos valores estabelecidos e da sabedoria convencional.

Critica-se a universidade por haver perdido seu caráter orgânico, sua coesão interna para dispersar-se num conglomerado de escolas profissionais, institutos especializados e serviços sem unidade de espírito e de propósito. Há, no entanto, quem defenda a tese de que a universidade moderna não é um organismo integrado e que só pode exercer, com eficácia, a multiplicidade de suas tarefas na medida em que é uma organização pluralística, uma “multiversidade”, um “caos construtivo”, segundo as expressões usadas por Klark Kerr. (SUCUPIRA, 1972, p. 8)

Aqueles partidários de uma cultura liberal refutam as relações da universidade com o Estado, a tensão se desenvolve entre o controle público e a autonomia. No âmbito financeiro, a demanda social e a democratização do ensino conflitam com a demanda econômica. Duas funções disputam a prevalência: o ensino e a pesquisa científica.

Duas finalidades aparentemente se opõem e se completam ao mesmo tempo: humanismo e desenvolvimento econômico, a cultura geral desinteressada e a formação pragmática em função de uma profissão. De um lado a Universidade está a

²⁹ Newton Sucupira, além de membro do Conselho Federal de Educação, fez parte do Grupo de Trabalho que elaborou o anteprojeto da reforma, versado no idealismo alemão, porém crente que a ideia clássica da universidade, tal como foi formulada pelos filósofos alemães ou Newman no século passado encontra-se superada, defende a necessidade de reformular essa ideia.

serviço da sociedade e realiza uma tarefa de transmissão de valores; doutra parte exerce uma função crítica da cultura e das estruturas sociais. Entre a criação de conhecimentos novos e a preparação da grande massa de estudantes para a vida profissional; entre as exigências da pesquisa científica e a busca de formação e expansão da personalidade; entre o imperativo da especialização inerente a civilização tecnológica e a necessidade de uma educação humanista existem tensões inevitáveis e difíceis de conciliar nos quadros tradicionais da instituição universitária. (SUCUPIRA, 1972, p. 10)

Ainda de acordo com Sucupira (1972), todas essas tensões presentes na universidade são inerentes à própria sociedade, de forma que cabe à instituição universitária encontrar o equilíbrio, operar a síntese dialética dessas contradições para que possa sobrevir com proficiência suas múltiplas e complexas tarefas. Entre elas: formar profissionais qualificados nos diferentes campos do conhecimento, assim como formar técnicos de nível intermediários exigidos pelo desenvolvimento econômico; fomentar a pesquisa científica, seja ela fundamental, aplicada e/ou de desenvolvimento; empreender uma função educativa de forma a conservar e propiciar a interpretação crítica do saber existente; e atuar na comunidade a fim de aplicar o saber adquirido.

A universidade moderna procura realizar esse equilíbrio, e considerando o rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia, “[...] a organização da universidade deve ser suficientemente flexível para acompanhar o ritmo do progresso científico e social. A reforma, enquanto mudança organizacional, há de ser um processo contínuo” (SUCUPIRA, 1972, p. 34).

No Brasil, a instituição universitária clamava por refazer-se. A modernização das instituições universitárias brasileiras em direção ao modelo norte-americano teve seu início na segunda metade da década de 1940 e ganhou força na década de 1950 com o aumento das discussões em torno da reforma universitária e a necessidade de criar um sistema universitário autêntico.

Na década de 1960, os anseios de superação do modelo napoleônico de ensino superior incitaram a ideia da reforma universitária no país, com apoio do Conselho Federal de Educação (CFE) e sob o baluarte do regime político autoritário que se instalou em 1964. Foram as mudanças políticas oriundas do golpe de Estado de 1964 que determinaram a alteração de todo o processo.

A reforma universitária de 1968 assume a função de reelaborar a universidade de forma a atender as exigências da sociedade dentro de um modelo adequado à realidade brasileira. Segundo Cunha (1988), a doutrina da reforma universitária buscou seus fundamentos nos pensadores alemães e foi elaborada com base no idealismo alemão; contudo, o modelo organizacional proposto era o norte-americano.

3.4 O movimento da Reforma Universitária Brasileira e a influência norte-americana

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos são oriundas dos anos de 1940, período da Segunda Guerra Mundial, intensificado com o contexto da Guerra Fria (após 1947) e a preocupação norte-americana com a influência comunista circundando os países em desenvolvimento. No início dos anos 1950 o governo dos Estados Unidos implementou o chamado Ponto IV, um programa de ajuda aos países subdesenvolvidos gerenciado e mantido pela ICA (International Cooperation Administration – Administração de Cooperação Internacional), firmando princípios e normas de cooperação técnica.

A Revolução Cubana (1953-1959) movimentou a nação norte-americana: foram intensificadas ações intervencionistas na política e na economia dos países em desenvolvimento e o governo norte-americano lançou amplo programa voltado para a modernização econômica e social, além do financiamento e treinamento de forças de segurança, militares e policiais. A partir de 1961 foi estabelecida a Aliança para o Progresso, programa cujo objetivo era propiciar recursos financeiros e técnicos na América Latina e, assim, fomentar o desenvolvimento e aniquilar as ideias revolucionárias comunistas. Para coordenar a implementação dos projetos e programas desenvolvidos pela Aliança para o Progresso foi criada a USAID, assumindo os programas anteriormente mantidos pela ICA (MOTTA, 2014).

Segundo Motta (2014), no Brasil, até 1962 os assessores norte-americanos e os programas instalados tiveram atuação discreta no que se refere ao ensino superior, geralmente respondiam às demandas de autoridades brasileiras; os esforços estavam concentrados na educação elementar e nos cursos técnicos por serem destinados à maioria da população que poderia ser influenciada pelos comunistas. A crescente demanda de modernização das universidades brasileiras e a intensificação das mobilizações políticas de esquerda dentro das instituições universitárias impulsionaram o interesse dos norte-americanos no ensino superior. Assim, de acordo com Santo,

O pano de fundo da contribuição técnica para o ensino superior se transformar em prioridade da USAID foi o conflito entre EUA versus URSS, pois a chave para que o Brasil permanecesse uma sociedade livre e um país amigo próximo dos EUA estava no ensino superior. (SANTO, 2005, p. 117)

Com o aumento do interesse norte-americano no ensino superior foi enviado ao Brasil, em 1964, um grupo de especialistas para estudar a situação das instituições universitárias

brasileiras; Cunha (1988) refere-se a esse grupo como Higher Education Team³⁰. No relatório final enviado à USAID, o grupo apontou um ensino superior inadequado em termos qualitativos e quantitativos, nada muito diferente das críticas que circulavam no Brasil sobre nosso sistema universitário, e recomendou uma atuação mais contundente da agência norte-americana nessa modalidade de ensino, indicando a necessidade de um programa específico para a assistência ao ensino superior no Brasil (CUNHA, 1988).

Nesse cenário foram estabelecidos convênios, acordos e contratos entre os dois países, cuja maior notabilidade – sobretudo devido à oposição do movimento estudantil – foi obtida nos acordos firmados entre o MEC e a USAID, em meados de 1965. Também nessa mesma conjuntura, o consultor norte-americano Rudolph Atcon foi convidado em 1965 pelo governo dos militares, representado pelo MEC, a apresentar um estudo sobre a reformulação estrutural das universidades brasileiras.

Antes de tratarmos da matéria que versa sobre os acordos MEC-USAID, faremos uma digressão pelo estudo elaborado por Rudolph Atcon³¹ entre junho e setembro de 1965, que resultou no relatório intitulado “Rumo a Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”³², em 1966, também conhecido como Plano Atcon, solicitado pela Diretoria do Ensino Superior (DES) do MEC.

Importante observar que o estudo realizado por Atcon não teve seu início nas instituições brasileiras, seu trabalho foi apresentado em 1958 à universidade de Princeton, em 1961 na The Latin American University, em 1962 na revista das universidades alemãs e em 1963 na revista literária *Eco*, e passou a integrar, nesse mesmo ano, o projeto educacional da USAID para a América Latina (FÁVERO, 1991). Na América Latina (Chile, Colômbia e Venezuela) e na América Central (Honduras e Caribe), ele “cooperou com diversas universidades na realização de reformas totais ou parciais de sua estrutura, defendendo o princípio da neutralidade política e da universalidade de suas propostas reformadoras” (FÁVERO, 1991, p. 20).

De acordo com Atcon,

³⁰ Segundo Motta (2014), Cunha (1988) refere-se a esse grupo como Higher Education Team, mas os americanos usaram a mesma denominação para a equipe de consultores contratados para o principal dos acordos MEC-Usaid. Cunha afirma que, entre as sugestões do grupo, estava a criação do conselho de reitores, ideia encampada pouco depois por Rudolph Atcon.

³¹ Rudolph Atcon, de origem grega, mas naturalizado americano e de formação alemã, tornou-se especialista em planejamento e gestão universitária nos anos 1950, com atuação sobretudo na América Latina; chegou ao Brasil antes de 1960. Assessorou o professor Anísio Teixeira na fase de implantação da Capes, tendo trabalhado também como subdiretor do Programa Universitário entre 1953 e 1956. Em 1965 se tornou conhecido ao ser contratado pelo MEC para fazer diagnósticos sobre as universidades brasileiras (FÁVERO, 1991).

³² Texto publicado pelo MEC em 1966.

A universidade é algo mais do que um gene social, chamado a transmitir organicamente a cada nova geração os conhecimentos acumulados do passado. Esta concepção passiva de sua função deve ceder lugar à exigência dinâmica de que a universidade é a legítima formadora do pensamento da comunidade no espiritual, moral, intelectual, social e econômico. Deste modo, é a modeladora do porvir da sociedade, obrigada a prever e enfrentar suas futuras exigências em conhecimento, profissão e civismo. (ATCON, 1966, p. 08)

Ele afirma também que “é o produto humano e não o produto material o que finalmente decidirá entre o desenvolvimento e a estagnação” (ATCON, 1966, p. 11), e que “o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade é função direta de seu desenvolvimento educativo”, além de que “para o desenvolvimento da América Latina, a educação superior constitui o verdadeiro ponto de partida” (ATCON *apud* FÁVERO, 1991, p. 20).

O consultor norte-americano, experimentado reformador das universidades, defende a necessidade de uma reformulação institucional, apoiado na concepção de que a universidade tem como missão:

A universidade tanto deve dirigir-se à satisfação das necessidades do indivíduo, como às da comunidade, sem prejudicar um objetivo em nome do outro. Ademais, tem a obrigação de manter, cultivar e renovar o conhecimento através da pesquisa e erudição, além de proporcionar a todos uma real educação, no sentido da eterna reformulação de ideais e da ininterrupta transmissão de valores sociais. (ATCON, 1966, p. 9)

Também afirma que suas atividades devem dirigir-se aos seguintes objetivos:

- A) *Educação e Treinamento de Formação Profissional*, em número adequado às necessidades correspondentes da sociedade;
- B) *Educação e Treinamento não Especializados*, em humanidades, ciências naturais, sociais, para o desenvolvimento básico do conhecimento humano;
- C) *Aperfeiçoamento e Treinamento Especializado*, em técnicas e tecnologias, para o desenvolvimento industrial da sociedade;
- D) *Pesquisa Científica*, como meio indispensável para uma educação sólida e como guia para o desenvolvimento de novas verdades a serviço da comunidade;
- E) *Cursos de Especialização*, em níveis graduados e pós-graduados;
- F) *Extensão Universitária*, em todos os níveis e através de múltiplas atividades culturais e científicas;
- G) *Educação Superior Geral*, em cursos de formação, destinados a satisfazer em nível superior às necessidades não especializadas de uma grande parte da população (ATCON, 1966, p. 9-10, grifo do autor)

O consultor considera que a reformulação universitária em qualquer sociedade contemporânea deve seguir princípios válidos a todos e que a diferença está nas adaptações em cada caso institucional. No Brasil, considerando o contexto político e econômico do pós-golpe, as medidas adotadas para reformulação das universidades deveriam adequá-las ao fator de desenvolvimento econômico. Nesse cenário, a prioridade era de lutar por maior “eficiência e

produtividade” do sistema educacional, nas palavras de Atcon: “conseguir o máximo de rendimento com a menor inversão de dinheiro” (1966, p. 4).

Atcon defendia que, para efetivar a reformulação institucional, a autonomia universitária consagrada em lei, desejada por todos e efetivamente necessária para o desenvolvimento acadêmico-científico da nação deveria ser ampliada (nos parâmetros permitidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), e às universidades caberia desenvolver mecanismos de controles internos que lhe permitiriam exercer, com juízo e segurança, uma independência acadêmica e financeira. Contudo, Atcon partia da premissa que “é um fato inescapável de que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não uma repartição pública”, portanto “um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira, tem que se dirigir ao propósito de implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não do serviço público” (ATCON, 1966, p. 82). Ele propõe uma separação entre os órgãos que traçam a política universitária daqueles que a executam, “um divórcio entre a formulação e execução da política universitária”.

Para Fávero (1991), o modelo proposto por Atcon propicia a separação entre os que “pensam” e os que “fazem” a universidade, ou seja, entre os que formulam a política fundamental, necessária e financeira, e os que a executam. A proposta ignora diferenças básicas entre as atividades universitárias e as empresariais, “deixando de estabelecer com precisão o que entende por produtividade e por atividade, realmente desempenhada, no caso do professor universitário” (FÁVERO, 1991, p. 30).

Rudolph Atcon traz em seu relatório vinte recomendações para serem adotadas nas universidades brasileiras, sendo que cinco delas possuem um caráter abrangente e que respalda em todas as instituições universitárias brasileiras:

1. A constituição de um Conselho de Reitores e organização de sua secretaria geral em moldes empresariais, para criar um local ecologicamente apropriado para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto.
2. A implantação de Centros Universitários de Estudos Gerais nas universidades brasileiras em substituição do seu presente desejo de criar Institutos Centrais, cuja finalidade, ainda não bem compreendida, melhor pode ser atendida pelos propostos Centros.
[...]
3. A propagação da metodologia na aplicação do processo reformatório que a Universidade do Brasil usou na execução do seu planejamento universitário.
4. Uma moratória, promulgada pelo próprio Conselho Federal de Educação, sobre toda espécie de legislação definitiva, autorizando experiências educacionais nas distintas universidades ou escolas isoladas que as propõem, e legislando só, mais tarde, em base de experiências positivas assim adquiridas.
5. A modificação da legislação vigente para que o Conselho Federal de Educação devolvesse às universidades o poder irrestrito de *regimentar*,

reservando-se só o direito de revisar *estatutos*. (ATCON, 1966, p. 121-122, grifo do autor)

As propostas de Atcon, inspiradas no modelo universitário norte-americano, seriam analisadas e em parte aproveitadas nos anos seguintes, por exemplo a constituição de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) estabelecido em 1966, que seria responsável pela coordenação e execução de um dos acordos MEC-USAID mais bem-sucedidos envolvendo o ensino superior.

Atcon foi contratado como secretário do Crub e permaneceu na função até 1968. “Formalmente, o Crub era entidade autônoma, porém, como dependia de verbas do governo brasileiro e da USAID, os limites de sua liberdade estavam bem-definidos”; contudo, “O Crub teria importante papel na reforma universitária, tanto como mecanismo para convencimento dos reitores recalcitrantes quanto como gerenciador de projetos visando à modernização da administração universitária” (MOTTA, 2014, p. 36).

As sugestões e recomendações contidas no Plano Atcon seguiam na mesma linha de entendimento dos consultores da USAID: “centralização administrativa, profissionalização da gestão das universidades, criação de departamentos, maior autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos, investimento em *campi* universitários, entre outras medidas” (MOTTA, 2014, p. 36).

Ao mesmo tempo em que Atcon foi contratado para propor as alterações estruturais que julgasse necessárias para as universidades, entrava em pauta o primeiro acordo entre o MEC e a USAID voltado para o planejamento do ensino superior brasileiro.

É valioso observar que a USAID atuava no Brasil antes da instauração do regime militar, o governo dos militares intensificou os contatos científicos e acadêmicos com outros países, porém, presumivelmente, com o posicionamento político dos protagonistas do golpe, qualquer acordo com a URSS e os blocos aliados ao campo socialista foi desconsiderado. A prioridade era de aproximação com os blocos de países liderados pelos Estados Unidos, com o objetivo de estabelecer convênios e acordos formais de cooperação técnica e científica.

O golpe civil-militar de 1964 e a ascensão dos militares ao poder fortaleceu a atuação da USAID em solo brasileiro, os investimentos norte-americanos na educação foram bem recebidos pelo governo.

Com a ascensão de Castello Branco, o governo brasileiro adotou postura amplamente pró-americana, apoiando a política externa dos Estados Unidos (bloqueio a Cuba, envio de tropas para a República Dominicana) e colocando em prática medidas demandadas pelas multinacionais, como a suspensão de limites à remessa de lucros e de restrições à sua atuação no país. As lideranças brasileiras contavam com a

contrapartida em apoio diplomático e sobretudo em dólares, urgentemente esperados para a solução dos problemas econômicos. (MOTTA, 2014, p. 55)

Sucessivos convênios foram firmados entre a USAID e o governo federal, conhecidos como acordos MEC-USAID; a educação secundária e a elementar estiveram presentes nos acordos, porém os projetos relacionados às universidades tiveram maior impacto na população.

Dois grandes projetos abarcavam a educação superior: o primeiro foi firmado em junho de 1965 – concomitante aos estudos feitos por Atcon – e ocasionou a criação de uma comissão de dez especialistas, sendo cinco nomeados pelo MEC e cinco norte-americanos, com o intuito de planejar mudanças a serem implementadas na educação superior nos cinco anos seguintes. O objetivo era a expansão dessa modalidade de ensino e a melhoria de seus fundamentos – assim surgiu a Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES). O texto do convênio trazia como finalidade do planejamento a ser feito:

1) elaboração de planos exequíveis para ampliação e reestruturação do sistema educacional de ensino superior para o período de 1965/70; 2) criação de um mecanismo eficiente para desenvolver planos a curto e longo prazo; e 3) criação de um quadro de técnicos brasileiros em planejamento educacional de modo que o MEC pudesse levar avante esse planejamento em bases contínuas e progressivamente mais elevadas. (CUNHA, 1988, p. 175)

O MEC antepôs o Conselho Federal de Educação como partícipe nos convênios com a USAID, mesmo que esta não contasse com sua participação efetiva nos planos. O CFE, por sua vez, não aceitou facilmente a criação da EPES; assim, para manter a proeminência do conselho foi firmado um termo aditivo determinando que os nomes dos brasileiros que fossem integrar à equipe de planejamento primeiro deveriam ser submetidos ao CFE, bem como os planos e recomendações elaborados (CUNHA, 1988).

A competência atribuída à EPES pelo convênio era bastante ampla. Ela não só fazia o cotejo da realidade diagnosticada com “um sistema ideal de ensino superior para o Brasil”, definindo a direção da transformação, de acordo com as necessidades do desenvolvimento do país, como, também, fazia sugestões em termos de currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa; de estruturas de organização e provimento dos quadros de pessoal docente, administrativo e de pesquisa; e de outras questões não menos vitais para o ensino superior”. (CUNHA, 1988, p. 175-176)

A EPES foi substituída pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) em 1967, composta por quatro educadores brasileiros – os mesmos que integrariam o Grupo Permanente de Planejamento da Diretoria de Ensino Superior do MEC – e a USAID, por sua vez, aprovisionaria quatro consultores peritos em planejamento educacional (e outros se necessário) para assessorar a equipe brasileira e colaborar com o planejamento que o MEC

estaria fazendo. Em agosto de 1968 a equipe apresentou o documento Relatório da EAPES, publicado em 1969.

O relatório é composto pela explanação das atividades da EPES e da EAPES; ele reuniu, em anexo, os trabalhos da equipe americana em textos em português e inglês.

A EAPES, ao examinar os problemas do ensino superior brasileiro toma a universidade norte-americana como modelo e estabelece uma relação estreita e linear entre educação e desenvolvimento econômico. Para a Equipe os gastos com a educação representam um investimento lucrativo na formação do capital humano, contudo, haveria que se entender que o governo federal dispõe de poucos recursos para priorizar a educação em seus investimentos, tornando-se necessário, por conseguinte, conclamar a sociedade civil organizada em torno do empresariado para resolver o problema do financiamento da educação. (SILVEIRA, 2020, p. 283)

Na apresentação do relatório, o autor traz que os membros da USAID reconhecem que “(...) as sensíveis e profundas diferenças de temperamento e mentalidade existentes entre o meio brasileiro e o norte-americano condicionam necessariamente e forçam soluções diversas e eventualmente contraditórias” (PORTO, 1969, p. VI). Na análise feita por Silveira (2020, p. 284), o trabalho apresentado pelo EAPES materializa “a proposta de Anísio Teixeira (1988) que toma como paradigma o modelo norte-americano de universidade moderna”.

Ainda na apresentação, o relatório esclarece que houve o estudo da história do ensino superior e universitário no país e elenca alguns problemas postos aos estudiosos do tema:

- a) a “Fundação” que poderá ser um fator na solução, mas que está longe de se apresentar como panaceia que ponha o “doente” curado de todos os males;
- b) o “mercado de trabalho profissional” sobre o qual, aliás, está este Ministério, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, promovendo um inquérito de surpreendentes resultados;
- c) sobre a relação entre a Universidade e o ensino superior (o qual não é senão um, e talvez não o mais importante dos objetivos universitários);
- d) sobre a questão crucial do processo de admissão às escolas pelo clássico “vestibular” (que poderá – o que é muito discutível, aliás – selecionar os melhores alunos, mas seguramente não escolherá os melhores futuros profissionais);
- e) a revisão dos currículos, quando hoje já se começa a pôr em dúvida a necessidade mesmo de currículos padrões;
- f) a instituição do sistema departamental, no intuito de criar subunidades que contribuam para fortalecer uma unidade mais geral;
- g) a instituição da pós-graduação, ótima ideia, ainda muito mal definida e que poderia ser gravemente prejudicada com péssima e ameaçadora aplicação;
- h) as difíceis relações entre Estado, Universidade e Empresa;
- i) enfim, uma série de problemas que percorrem mais ou menos todo o horizonte da educação universitária e superior em nosso país. (BRASIL, 1969c, p. VII-VIII)

Na introdução os autores expõem múltiplas questões discutíveis e discutidas no desenvolvimento do trabalho, entre elas:

Que papel a universidade deve desempenhar no desenvolvimento do País, rompendo aquele soberbo isolamento que para ela sonhavam alguns dos eleitos e aristocratas da cultura;

Para que a educação represente de fato um elemento propulsor do desenvolvimento econômico, como reagirá em relação a ela o mercado de trabalho, exigindo ou recusando os egressos da escola?

Entre nós não raro se confunde o ensino superior com o desejado ensino universitário. Pergunta-se: a Universidade é apenas um aglomerado de faculdades, mais justapostas do que integradas? Ou será ela antes um processo inverso, isto é, algo uno que se diversifica em faculdades várias?

Como se deve expandir o ensino superior? Como será mais útil controlar essa expansão, evitando paradoxos como este, por exemplo, de sobram médicos nos grandes centros e não haver médico algum em centenas de municípios do interior? Como este, de faltarem engenheiros para a indústria em expansão e um terço dos engenheiros formados não exercerem engenharia?

De que modo abrir as escolas superiores aos que a ela se candidata? Serão os chamados vestibulares o meio adequado para escolher, não apenas os mais capazes no momento, mas, sobretudo os mais aptos no futuro? Feita a escolha, como encara o problema dos excedentes, em torno do qual tanto rumor se faz?

Admitindo o aluno à escola, será que esta lhe fornece, através de seus currículos, os meios capazes de prepará-lo profissionalmente, e de prepará-lo para o ensino ou para pesquisa?

Que pensar do sistema departamental, que para muitos é a fórmula para estabelecer a integração do ensino e da pesquisa e evitar o desperdício dos esforços e recursos pedagógicos?

E o grave problema de intercomunicação entre Estado, Universidade e Empresa, e o da participação solidária vida da comunidade?

Dada à extensão prodigiosa da gama de conhecimentos e a sua rápida evolução no tempo, como atender a uma e a outra com os chamados cursos de pós-graduação, estimulando-lhes a indispensável difusão e impedindo, ao mesmo tempo, a proliferação de cursos de inferior qualidade? (BRASIL, 1969c, p. 7-9)

É preciso observar que muitos desses questionamentos ainda hoje são oportunos, assim como são questionamentos feitos ao longo de décadas, e que permeiam toda a história do ensino superior no Brasil.

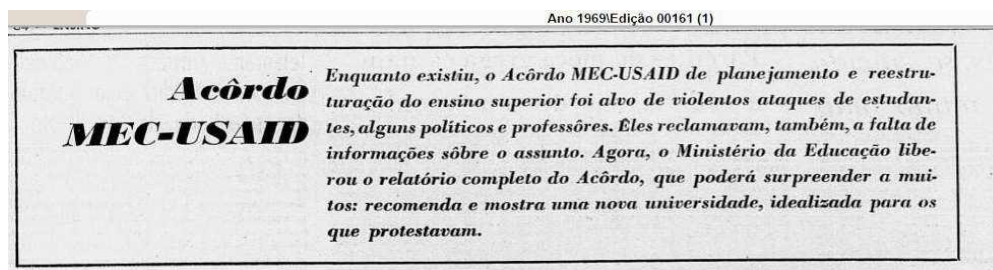
Para Motta (2014, p. 61),

O texto continha sugestões já em circulação há algum tempo, como a criação de departamentos e a unificação dos vestibulares, e sua relevância para a Lei n. 5.540 [...] foi modesta, porque o governo nomeou outra comissão (GTRU) para preparar a minuta do texto legal.

A pretensão do governo em buscar um novo modelo universitário para o país, com a participação massiva dos EUA, foi encarado nos meios universitários e intelectuais como um “insidioso plano de controlar, privatizar e desnacionalizar o ensino superior” (MOTTA, 2014, p. 55). Diante da resistência, os acordos assinados só foram divulgados anos mais tarde.

O Jornal do Brasil (RJ) de 13 de outubro de 1969 traz a seguinte matéria:

Figura 1 - Foto de manchete estampada no Jornal do Brasil, 1969



Fonte: Jornal do Brasil (1969).

Transcrição da matéria veiculada:

Acôrd MEC-USAID

Enquanto existiu, o Acôrd MEC-USAID de planejamento e reestruturação do ensino superior foi alvo de violentos ataques de estudantes, alguns políticos e professôres. Eles reclamavam, também, a falta de informações sôbre o assunto. Agora, o Ministério da Educação liberou o relatório completo do Acôrd, que poderá surpreender a muitos: recomenda e mostra uma nova universidade, idealizada para os que protestavam.

Mesmo que a posteriori seja possível vislumbrar algumas vantagens nos acordos, como sugere a matéria publicada, o contexto político vivido na década de 1960, marcado por um regime militar ditatorial e violento que foi apoiado pelo governo norte-americano, desejoso de influenciar na política brasileira e inculcar seus valores para assim conduzir a reforma universitária, fomentou a reação anti-imperialista e, por consequência, o antiamericanismo (MOTTA, 2014).

Ainda de acordo com Motta (2014), é certo que os Estados Unidos apoiaram o regime militar no Brasil, e que o intuito dos acordos MEC-USAID não era só ajudar na modernização do país; por isso os acordos firmados e a liberação de recursos financeiros foram condicionados à participação de técnicos norte-americanos em todos os projetos, instigando o frenesi nacionalista.

Líderes políticos e professores tidos como controversos vivenciaram inúmeras dificuldades de acesso ao auxílio financeiro fornecido pelos norte-americanos. Os EUA cobravam do Brasil medidas mais eficazes no combate ao comunismo, ao mesmo tempo em que monitoravam as ações de repressão política, preocupados com a imagem internacional do Brasil e os possíveis respingos na nação norte-americana enquanto apoiadores do regime.

A imagem dos EUA para o público brasileiro passou a ser um grande problema, os discursos anti-imperialistas ganharam grande proporção, os acordos MEC-USAID se tornaram a principal bandeira de combate ao imperialismo e à influência norte-americana no país. A denúncia dos acordos tomou as ruas por meio de vários protestos; manifestações da comunidade universitária revelaram o quanto o tema era problemático e provocativo, e a oposição aos

acordos passou a ser o tema principal do movimento estudantil, como colocado por Cunha: “O trabalho dos consultores norte-americanos não era nada fácil. Criticavam a situação do ensino superior e os administradores educacionais brasileiros, assim como eram criticados por um movimento de massas que tinha como refrão frequente ‘fora MEC-USAID!’” (1988, p. 193).

Diante desse cenário e a repercussão política das críticas ao MEC-USAID, ficou resolvido que o principal e mais polêmico acordo, que compreendia o planejamento e reestruturação das universidades, seria expirado em 1968 e não mais renovado.

O outro grande convênio envolvendo a educação superior, firmado em maio de 1967, foi considerado mais bem-sucedido, ele previa a modernização da administração universitária por meio do envio de consultores norte-americanos ao Brasil e concessão de bolsas de estudos nos EUA para a capacitação de técnicos prontos a “transformar as reitorias e órgãos auxiliares em máquinas eficientes de gestão” (MOTTA, 2014, p. 55) – o projeto foi conduzido pelo CRUB. Os acordos também previam a tradução e publicação de textos e livros, originalmente norte-americanos, para serem utilizados nos cursos universitários brasileiros.

O novo convênio computava os problemas relativos à administração universitária ao rápido crescimento no número de universidades no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. Para Cunha (1988), o novo convênio não acrescentava tarefas novas, o que existiu foi a duplicação de recursos para que o CRUB pudesse executar as tarefas previstas no convênio MEC-USAID de 1966, e o alerta para a necessidade de articular a assistência técnica a modernização administrativa com as atividades da EAPES.

A Universidade de Houston, por meio de acordo firmado com a USAID e posteriormente com o MEC e o CRUB, propiciou a vinda de um assessor ao CRUB em regime de dedicação exclusiva, bem como promoveu cursos de curta duração sobre a administração universitária. Os numerosos consultores que no Brasil estiveram traziam experiências vividas com o modelo norte-americano de universidade.

As inúmeras manifestações contrárias aos acordos assinados MEC-USAID representam um dos fatores que levaram o MEC a não divulgar a assinatura dos acordos quando foram firmados; a EAPES – definida como produto do convênio MEC-USAID – era o alvo principal das críticas. Os estudantes se mobilizavam em protestos contra os consultores norte-americanos, incluindo Atcon, acusando-os de articularem contra o movimento estudantil e em prol da privatização das universidades. Bandeiras norte-americanas foram queimadas e o lema “fora MEC-USAID” se uniu ao “Abaixo a Ditadura” bradado pelos estudantes nos protestos pelas ruas de diversas cidades brasileiras.

Pode-se dizer que o movimento estudantil brasileiro (e seus aliados) alcançou vitória política importante, conseguindo bloquear a plena implantação dos acordos. Na verdade, os atores dos anos 1960 exageraram na apreciação dos objetivos dos acordos, em parte porque o tema servia para mobilizar e radicalizar a oposição. Mas estavam corretos em um ponto: as sugestões dos consultores externos indicavam uma modernização à moda americana, que implicaria despolitização das universidades e cobrança de mensalidades. (MOTTA, 2014, p. 67)

A assinatura do AI-5, em dezembro de 1968, contrariou a majoritária opinião norte-americana que, de certa forma, funcionava como força moderadora, sugerindo cautela e uso cuidadoso da repressão. Os norte-americanos vislumbravam, entre outras consequências, a péssima publicidade que geraria para os EUA, além da possibilidade de fortalecer as forças revolucionárias de esquerda e conduzir a uma maior radicalização da extrema direita militar culminando em uma guinada antiamericana (MOTTA, 2014).

As relações entre EUA e Brasil ficaram estremecidas – já abaladas pelos protestos contra os acordos MEC-USAID – e as operações foram reduzidas, porém alguns projetos continuaram em andamento.

Para Cunha,

A partir de 1969, estando fora Atcon e o MEC-USAID, fechados os canais de participação política ostensiva, os consultores tiveram seu caminho aplainado, e vieram em numerosas levas. Até que secasse a fonte dos recursos, em 1973, conseguiram orientar os dirigentes universitários brasileiros para a reestruturação administrativa e pedagógica das instituições de ensino superior de acordo com o modelo vigente nos EUA, conforme havia sugerido, dez anos antes, o Higher Education Team. (CUNHA, 1988, p. 239)

Nos dez anos compreendidos entre o início da década de 1960 ao início de 1970, o governo brasileiro, em conjunto com o governo norte-americano – por meio da USAID –, se empenhou na modernização das universidades brasileiras, tendo como objetivo o modelo norte-americano: acordos e convênios foram assinados, consultores enviados ao Brasil, recursos empenhados, livros publicados, autoridades e dirigentes universitários assessorados. Durante todo o processo, para além das dificuldades de ordem institucional e cultural, houve o enfrentamento de protestos nacionalistas e antiamericanos e alguns atritos entre os dois governos.

Motta (2014), em uma análise assertiva sobre o impacto da USAID no ensino superior brasileiro, ressalta a relevância que os programas da USAID tiveram para a formação de pós-graduados no exterior, muitos dos quais vieram lecionar nos cursos superiores brasileiros, refletindo positivamente na melhoria dos cursos de graduação e na estruturação da pós-graduação no Brasil. Sobre a eficácia da participação da USAID e dos convênios formais com

o MEC, analisa que a agência internacional não conseguiu implementar totalmente seus propósitos, revelando a força da oposição e dos nacionalistas, enfatizando a relevância do movimento estudantil no bloqueio da plena implementação dos acordos.

Os acordos MEC-USAID fizeram parte de todo processo que culminou na reforma universitária de 1968, vários traços do modelo universitário norte-americano foram incorporados pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU)³³, criado em 2 de julho de 1968. A americanização³⁴ das universidades alcançou boa parte dos alicerces da tríade ensino, pesquisa e extensão, porém poucas foram as mudanças no que diz respeito a gestão política e administrativa.

3.5 O movimento da Reforma Universitária Brasileira e o governo dos militares

De acordo com Motta (2014), o papel desempenhado pelo MEC nos anos iniciais do regime militar era deveras questionável, assim como a falta de clareza sobre quais políticas adotar para a educação superior e o sistema universitário. O MEC não estava preparado para enfrentar o desafio da reforma universitária, deixando o protagonismo da reforma para outros agentes – entre eles, além da USAID e dos consultores norte-americanos, houve a significativa participação do CFE, criado em 1961 por meio da LDB – Lei n. 4.024/1961³⁵ – e instalado em 1962.

No CFE, entre os anos de 1962 e 1966, os conselheiros tinham como pauta o modelo de universidade a ser implantado no Brasil. Segundo Cunha (1988), os membros do CFE eram versados no idealismo alemão, tendo como protagonistas Newton Sucupira e Roque Maciel de Barros, que abarcavam as ideias dos filósofos de Berlim.

Discutia-se os temas de autonomia universitária, institutos centrais, desenvolvimento da pesquisa na universidade, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, os ciclos básico e profissional, o tempo integral e a instituição da carreira do magistério. Os princípios que orientaram a Reforma Universitária de 1968 foram discutidos no conselho desde seu início, em 1962 (ROTHEN, 2008).

³³ No relatório da EAPES publicado e apresentado oficialmente em 29 de agosto de 1968 foi, antecipadamente, dada ciência ao Grupo de Reforma Universitária, criado por Decreto n° 62.937, de 2 de julho de 1968 e, posteriormente, muitas das sugestões nele contidas se transformaram em decisões do Governo, vivamente empenhado na Reforma do Ensino Superior no Brasil.

³⁴ Termo utilizado por Motta (2014).

³⁵ A discussão, a elaboração e a aprovação da LDB/1961 ocorreram entre os anos de 1947 e 1961 e foram palco de numerosas investidas conflitantes do acirrado confronto entre os escolanovistas e os católicos. O embate ideológico central dava-se entre os defensores da escola pública e os da escola privada, a vinculação ou não da educação ao desenvolvimento econômico e a centralização ou não do processo educativo pela União.

Foi também o Conselho Federal de Educação, por solicitação do Ministro da Educação e com intento de aumentar o controle sobre as instituições federais, responsável pela criação de um anteprojeto de lei que, com pequenas alterações de redação, se constituiu no Decreto-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966), complementado pelo Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967b), que determinaram a reestruturação das universidades federais e constituíram o ponto de partida da Reforma. O anteprojeto elaborado sistematizou os debates que aconteciam desde a gênese do conselho em 1962; são medidas elaboradas por funcionários de Estado, não houve debate com a sociedade ou até mesmo com o Congresso.

O Decreto nº 53 estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa, caberia às universidades investir nas duas atividades concomitantemente, mesmo não havendo consenso entre todos os grupos – alguns defendiam a separação das duas modalidades, haja vista que as instituições federais de ensino separavam em carreiras distintas professores e pesquisadores. As cátedras foram reorganizadas entre as diferentes unidades universitárias, evitando a duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes, corrigindo a multiplicação de cátedras. Outro ponto fundamental foi a criação do sistema de universidades de ensino e pesquisa básicos, deixando implícito a intenção de redefinir as Faculdades de Filosofia e Ciências.

O Decreto nº 252 veio para complementar, definindo os departamentos com subunidades das universidades, cabendo a eles a elaboração dos planos de trabalho, com a atribuição de encargos de ensino e pesquisa aos docentes. “Refletindo as ambiguidades da época, o decreto continuava a considerar o catedrático um dos cargos docentes, mas, como a lei atribuiu aos departamentos as antigas funções e prerrogativas dos catedráticos, a extinção da cátedra estava nas entrelinhas” (MOTTA, 2014, p. 37).

Newton Sucupira (1972, p. 42), membro do CFE quando da elaboração dos decretos, relata que:

O Decreto-lei 53/66 limitou-se a estabelecer princípios, fixar critérios e dar normas para que as universidades federais por elas mesmas concebessem o plano de sua reestruturação. Diante de certas incompreensões e hesitações na aplicação da lei, o Decreto-lei 252/67 foi mais longe na regulamentação, definindo o conceito de áreas básicas, impondo o sistema departamental e reduzindo a autonomia da cátedra, ainda existente, para integrá-la no âmbito do departamento, além de estabelecer outras medidas. Mas, dentro destes princípios e normas, a universidade dispunha de relativa margem de iniciativa para criar sua própria estrutura.

Os decretos nº 53 e nº 252 constituíram fator importante da reforma, os rumos da futura reforma universitária estavam ali traçados e a receptividade em relação a eles variou de acordo com cada instituição. As universidades tinham na pauta a discussão da reforma, mesmo antes dos decretos, especialmente após a criação da UnB com os debates oriundos de sua estrutura.

A criação da UnB, em 1962, também constitui um precedente importante para a elaboração da Reforma Universitária: ela foi concebida antes dos Decretos nº 53 e nº 252 e em seu formato original previa-se departamentos, integração entre ensino e pesquisa e não contava com professores catedráticos; foi um projeto inovador, a primeira universidade brasileira com uma estrutura integrada a nascer de um plano definido, sem incluir faculdades já existentes.

Não havia necessidade de grandes adaptações, eram os reformadores ligados ao regime militar que desejavam adaptar o modelo da UnB às necessidades do governo, expurgando a esquerda. A UnB havia se tornado grande contestadora no regime militar e para os militares isso indicava que a instituição auxiliava no avanço das ideias esquerdistas e radicais, impulsionando o movimento estudantil. Assim, “com dois anos de vida, a recém-nascida universidade, ainda frágil, sofreria o Golpe de 1º de abril de 1964 com o flagrante estreitamento, se não sufocamento, do mais arrojado projeto universitário brasileiro” (CUNHA, 1988, p. 40).

O movimento estudantil assumiu o papel de protagonistas da oposição, os protestos e as passeatas dos estudantes em oposição ao governo dos militares se intensificaram entre 1965 e 1966, o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios à sua política universitária. Diante dessa conjuntura, o presidente Costa e Silva e seus aliados políticos, perturbados com os protestos estudantis advindos do inconformismo do movimento estudantil diante do governo golpista, autoritário e repressivo, instituiu por meio do Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967, uma comissão especial com finalidade de propor medidas relacionadas com os problemas estudantis, o resultado do trabalho desenvolvido pela comissão foi apresentado no intitulado Relatório Meira Mattos.

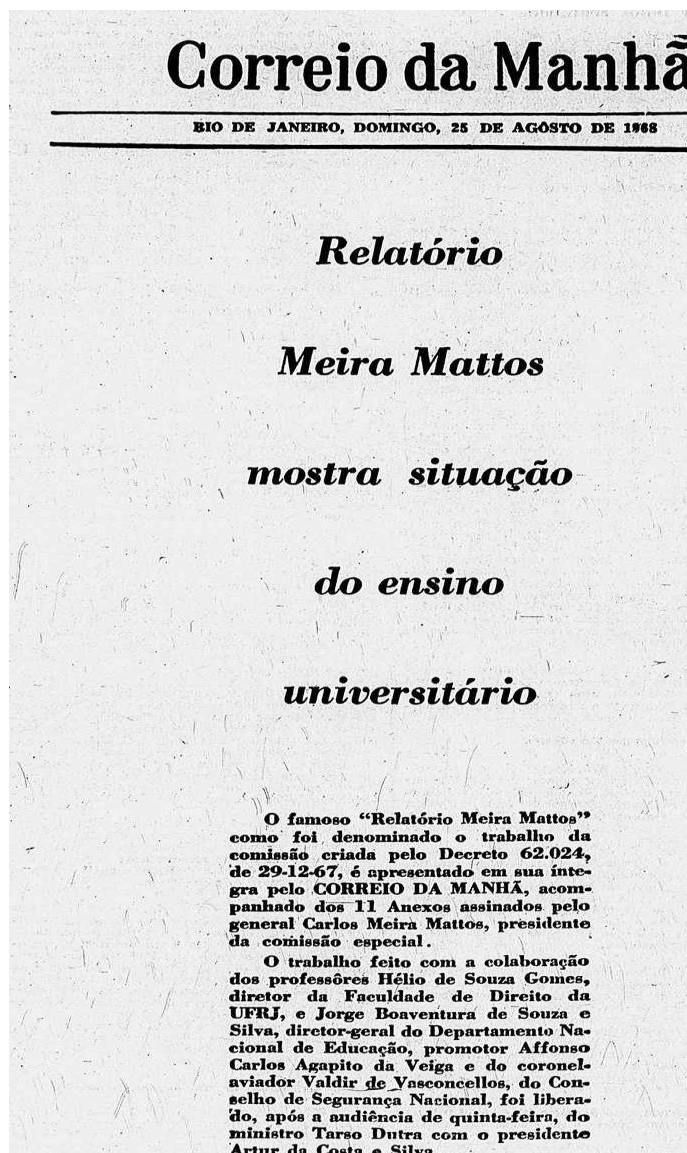
Art. 1º Fica instituída Comissão Especial, no Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de:

- a) emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis;
- b) planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil;
- c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1968b, p. 2)

A comissão se reuniu de 11 de janeiro a 8 de abril de 1968 e foi presidida pelo Coronel Carlos de Meira Mattos, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Tinha como membros: Professor Doutor Hélio de Souza Gomes, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Jorge Boaventura de Souza e Silva, Diretor da Divisão de Educação Extra Escolar do Ministério da Educação e Cultura; Doutor Affonso Carlos Agapito de Veiga, Promotor; e o Coronel-Aviador Valdir de Vasconcelos, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O relatório final foi encaminhado ao Ministro da Educação e Cultura Tarso Dura em maio do mesmo ano e foi divulgado, na forma de tabloide, no Jornal Correio da Manhã em 25 de agosto de 1968, como mostra a imagem abaixo:

Figura 2 - Jornal Correio da Manhã, 25 de agosto de 1968



Fonte: Jornal Correio da Manhã (1968b).

Transcrição da matéria veiculada:

Relatório Meira Mattos mostra situação do ensino universitário

O famoso "Relatório Meira Mattos" como foi denominado o trabalho da comissão criada pelo Decreto 62.024, de 29-12-67, é apresentado em sua íntegra pelo CORREIO DA MANHÃ, acompanhado dos 11 Anexos assinados pelo general Carlos Meira Mattos, presidente da comissão especial.

O trabalho feito com a colaboração dos professores Hélio de Souza Gomes, diretor da Faculdade de Direito da UFRJ, e Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, promotor Affonso Carlos Agapito da Veiga e do coronel-aviador Valdir de Vasconcellos, do Conselho de Segurança Nacional, foi

liberado, após a audiência de quinta-feira, do ministro Tarso Dutra com o presidente Artur da Costa e Silva.

O Relatório Meira Mattos foi estruturado em três partes: histórico das atividades da comissão; pontos críticos do sistema educacional que interferem direta ou indiretamente com a política estudantil; e conclusões; além disso, traz um total de onze anexos. Na primeira parte, no histórico das atividades, no item denominado “Estudos realizados” foram colocados em pauta temas que constituíam lutas importantes do movimento estudantil.

Primeiro o relatório sugere a cobrança de anuidades escolares para matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino superior; justifica como sendo uma forma de evitar que esse tópico fosse constantemente tratado como base para movimentação estudantil durante o ano escolar. A segunda questão colocada refere-se ao restaurante central dos estudantes, denominado Calabouço; a comissão propõe o fechamento ou a total reformulação de seu funcionamento, como forma de controlar o movimento estudantil, visto como subversão à ordem estabelecida. A terceira questão de estudo refere-se aos “vestibulandos excedentes”: o número de vagas não era proporcional ao número de vestibulandos classificados e ao crescimento da população, como forma de solução a comissão propôs reunir o Fórum de reitores e solicitar o aumento de vagas e recomenda um novo vestibular para 1968, além da implantação definitiva da Reforma Universitária. Outra preocupação da comissão é o “clima de falência de autoridade” no setor universitário, que dificulta a sistematização e implementação de políticas educacionais; ressalta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação limitou o poder dado ao executivo em detrimento aos atribuídos ao Conselho Federal de Educação, o que representa uma inversão da ordem hierárquica.

Importante ressaltar que não havia na composição da comissão Meira Mattos membros representantes dos Ministérios e nem do CFE; além disso, o Relatório Meira Mattos, entre outros, defendia uma readequação dos “poderes” destinados ao CFE, pois entendia que seu poder muitas vezes ultrapassava o do presidente da República (ROTHEN, 2008).

A comissão apontou também no item “apreciação de assuntos diversos”: a necessidade de revisar critérios para concessão e autorização para funcionamento de universidades, visto que muitas vezes era dada a permissão para instalação de faculdades em locais onde já existem instituições destinadas ao mesmo fim; a necessidade de melhor remuneração aos professores para que possam dedicar-se exclusivamente ao ensino; e sugeriu a imediata aplicação do Programa Estratégico para o Desenvolvimento, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Na segunda parte do relatório final – pontos críticos do sistema educacional que interferem direta ou indiretamente com a política estudantil – a comissão apontou os principais problemas do ensino, em especial do superior: inadequabilidade estrutural do MEC; crise de autoridade no sistema educacional; insuficiência de remuneração atribuída aos professores; conceito equivocado do que seja liberdade de cátedra; ausência de um planejamento de ampliação no número de vagas; implantação lenta e desordenada de uma reforma universitária; ausência de lideranças estudantis democráticas, autênticas e conscientes; insatisfação estudantil; e inexistência de fiscalização da aplicação de verbas públicas na educação apensado à falta de esforço em encontrar novas fontes de financiamento educacional.

A comissão sugere, entre outras questões: uma reestruturação com maior urgência em termos efetivos e executivos no esquema global do MEC, a fim de torná-lo mais dinâmico e eficiente (uma estrutura empresarial); alteração do sistema de nomeação de reitores das universidades e diretores de estabelecimentos de ensino superior, ficando sob responsabilidade do presidente da República o poder de preencher tais cargos, independentemente da indicação das referidas universidades e estabelecimentos; redução dos poderes do Conselho Federal de Educação; e limitação da autonomia universitária.

A recomendação da Comissão Meira Mattos para a escolha de dirigentes universitários pelo poder central não é novidade, visto que a Lei 452, de 5 de julho de 1937, que reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro e criou a Universidade do Brasil, deliberava que reitores e diretores das instituições de ensino seriam escolhidos pelo presidente da República.

Tais medidas deixam claro que a comissão tanto pretendia propor um modelo de instituição universitária em que o poder ficasse concentrado e centralizado nas mãos de uns poucos dirigentes de confiança, como reconhecia ser urgente reformar a universidade para evitar toda e qualquer possibilidade de contestação interna e externa. (FÁVERO, 1991, p. 47)

A importância da implementação da Reforma Universitária no país também constitui matéria de discussão na comissão; analisam que os Decretos-leis números 53, de 18 de novembro de 1966, e o 252, de 23 de fevereiro de 1967, representaram a abertura para a implantação da reforma, de forma que objetivaram transformar as universidades formadas pela agregação de faculdades em instituições com capacidade de formar, aperfeiçoar e dirigir profissionais de nível superior, empenhados na solução dos problemas socioeconômicos, técnicos e científicos do país, isto é, transformá-las em verdadeiras universidades. Porém, a comissão ressalta que a falta de recursos para a implementação da reforma constitui um grave problema.

A comissão defende que a insistência em querer que o erário público, principalmente o federal, custeie todas as despesas da transformação das universidades é um discurso demagógico e que se faz necessário ter a coragem para mudar esse preceito; defende que o princípio de igualdade de oportunidade somente será válido quando aquele que puder pagar pelo ensino o fizer, possibilitando que os recursos sejam empregados em benefício dos “desfavorecidos pela fortuna”.

Existe o entendimento da comissão que as transformações conceituais e estruturais são mais lentas pois dependiam de suporte legal e financeiro indisponível naquele momento, e defende algumas medidas que poderão ser adotadas a curto prazo para atender as demandas existentes e as necessidades do desenvolvimento sócio/econômico e técnico/científico, acelerando o processo da reforma universitária. Entre elas: redução dos currículos; diminuição da duração dos cursos de formação profissional; adoção do regime de créditos; e introdução do vestibular unificado para cada campo do conhecimento, possibilitando o aproveitamento de todas as vagas existentes por parte dos aprovados, por meio de um esquema de opções por eles próprios aceito – medida esta que foi incorporada pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária instituído em 1968.

A comissão conclui os trabalhos ressaltando que os pontos críticos relatados necessitam de soluções prioritárias, pois são eles “que formam a carapaça que fecha o sistema educacional no abafamento de eficácia” e que “a problemática da Educação brasileira precisa ser submetida a uma reformulação total. Precisa renovar-se e dinamizar-se” (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1968b, p. 8-9).

Ao fazer um paralelo entre as sugestões apresentados no Plano Atcon e no Relatório Meira Mattos, observamos que os dois defendem que a educação é o principal agente responsável pelo desenvolvimento econômico do país, de forma que por meio dela se cria e/ou se transforma o futuro de uma sociedade, promovendo o progresso; ou seja, defendem um modelo de universidade aos moldes do modelo norte-americano. Para isso, ambos os documentos defendem a implantação de uma nova estrutura administrativa, tendo como base o paradigma empresarial no qual o rendimento e a eficiência se sobrepõem à produção acadêmica; o primeiro apregoa a racionalização das estruturas e o outro o “disciplinamento castrense” dos estudantes e do movimento estudantil (FÁVERO, 1991).

O Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos assomados ao Relatório da EAPES, produto dos acordos firmados entre o MEC e a USAID, compuseram o rol de documentos que seriam utilizados pelo GTRU, instituído em 1968, e serviram de sustentação para a Reforma Universitária, sob a égide de um governo autoritário que se impingia no país.

O Quadro 2 apresentado abaixo expõe estes movimentos em ordem cronológica para melhor compreensão de fragmentos de um amplo contexto que permeou a elaboração da almejada Reforma Universitária em 1968.

Quadro 2 - Movimentos importantes que antecederam a Reforma Universitária de 1968

Data	Movimentos	Objetivos
1965	Acordos MEC/USAID.	Modernizar o sistema de ensino brasileiro. Os acordos previam tradução e publicação de livros, reestruturação de programas de ensino e planejamento da reforma da educação superior.
1965	Convite feito a Rudolph Atcon para apresentar um estudo sobre a reformulação estrutural da universidade brasileira.	Apontar caminhos para a Reforma Universitária. Foi apresentado em 1966 o Plano Atcon – Rumo a Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira.
1966	Em 29 de abril de 1966 é fundado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), reconhecido como entidade de utilidade pública em 31 de julho de 1972, por meio do Decreto nº 70.904.	Criar um local ecologicamente apropriado para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto.
1966	Decreto-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966.	Fixar princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.
1967	Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967.	Estabelecer normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dar outras providências.
1967	Decreto nº 62.024 de 29 de setembro de 1967.	Instituir Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis (resultou no Relatório Meira Mattos).
1968	Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968.	Instituir o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU).
1968	Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970).	Propor ações em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações de Motta (2014).

Importante observar que os Decretos nº 53 e 252 contemplam as sugestões e apontamentos feitos por Rudolph Atcon em seu estudo sobre as universidades e aplicado às universidades brasileiras, são elas: a necessidade da unidade entre ensino e pesquisa, a criação de diferentes unidades universitárias, a criação do sistema de universidades de ensino e pesquisa básicos e a organização em departamentos estão presentes no Plano Atcon.

Também é pertinente observar que os decretos foram editados na mesma época em que o Crub começava a funcionar, tendo Atcon como secretário e autor da proposta, conselho este que dependia de verbas do governo e da USAID.

Os acordos MEC/USAID, o Relatório da EAPES, assim como o plano apresentado por Rudolph Atcon e o Relatório Meira Mattos, influenciaram significativamente a tarefa computada ao GTRU. Além disso, nas metas do Programa Estratégico de Desenvolvimento, a aceleração da Reforma Universitária compõe as linhas de ação traçadas pelo governo dos militares.

Conforme vimos no decorrer desse estudo, a insatisfação com o ensino superior brasileiro bradada nos movimentos estudantis e referendada entre os mais diversos segmentos da sociedade, apensada à crescente demanda por modernização e desenvolvimento, impulsionou o governo a instituir um grupo de trabalho para promover a reforma universitária. Assim, em 2 de julho de 1968, por meio do Decreto nº 62.937, surge o GTRU, cujos estudos e recomendações resultou na elaboração da Reforma Universitária.

Apesar de ser uma comissão instituída pelo governo, tal qual foi a Comissão Meira Mattos, ambas possuíam arranjos políticos distintos: diferente da Comissão Meira Mattos, os integrantes do GTRU contavam com a participação do Ministério da Educação e Cultura, com representantes do Ministério do Planejamento e da Fazenda e membros do CFE, além de prever em seu decreto de criação que esse conselho seria consultado nas matérias condizentes com suas atribuições, ressaltando a sua importância nas políticas públicas para a educação. Em contrapartida, o Relatório Meira Mattos considera o CFE “sem condições de cuidar dos problemas educacionais” (FÁVERO, 1991, p. 46) e defende uma reestruturação das competências a ele instituídas.

Apesar das duas comissões apresentarem divergências, principalmente no que se refere ao papel do CFE na formulação da proposta da Reforma Universitária e sua implementação, elas coadunam para a necessidade de ser revista a legislação educacional e defendem que a estrutura da reforma universitária já estava presente nos Decretos-Leis nº 53/1966 e nº 252/1967, inclusive os princípios e conceitos foram incorporados ou reelaborados no relatório final entregue pelo grupo de trabalho. Ambas as comissões entendem que a reforma do ensino universitário está atada ao propósito de desenvolvimento econômico do país, ao progresso e à geração de riquezas, ideia essa também defendida no Plano Atcon e pelos consultores da USAID.

No decreto de criação do GTRU o governo vigente deixa claro que “educação é problema de importância fundamental para o país, como elemento essencial à criação de

riquezas”, e mais: “que a solução do problema do mais alto sentido para ascensão social da comunidade brasileira, deve associar os esforços e a colaboração efetiva de educadores, cientistas, especialistas e estudantes” (BRASIL, 1968a, s/p); e complementa;

Art. 1º. Fica instituído, no Ministério da Educação e Cultura, um grupo de trabalho, com 11 (onze) membros designados pelo Presidente da República, para acelerar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País.

Ao grupo foi designada a missão de “estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País” (BRASIL, 1983, p. 15).

Compuseram a comissão treze integrantes: ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, como seu presidente; Antônio Moreira Couceiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente do CNPq; pe. Fernando Bastos D’Avila, vice-reitor da PUC/RJ; João Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do ministro do Planejamento; Fernando Riveiro do Val, representante do Ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, professor da Universidade de São Paulo, Newton Sucupira, professor e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e membro do CFE; Valnir Chagas, professor e diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Ceará e membro do CFE; e Haroldo Leon Perez, representante do Congresso Nacional. Os dois estudantes declinaram da nomeação (ROTHEN, 2008).

A composição do Grupo de Trabalho (GT) foi bastante heterogênea, incluía intelectuais de formação filosófica idealista e economistas tecnicistas, que apresentavam uma concepção dual de universidade. Ao mesmo tempo em que é definida como uma “obra do espírito” e “com a finalidade de exercer a ‘magistratura do espírito’”, ela é apontada como um dos “fatores essenciais ao processo de desenvolvimento da nação” com um papel “indispensável à expansão da indústria nacional”. Para conciliar o ponto de vista idealista e o tecnicista “[...] os membros do GT subordinaram a função da universidade de propulsora do desenvolvimento à de constituir a ‘liderança espiritual’ desse processo” (CUNHA, 1988, p. 243).

De certo modo, o trabalho do grupo significou uma tentativa de síntese entre a perspectiva da liderança acadêmica, com visão mais humanista e idealista da educação – e preocupada em manter os vínculos com o Estado –, e a perspectiva dos técnicos, marcada por racionalidade orientada para a eficiência e as necessidades da economia. (MOTTA, 2014, p. 49)

A comissão assegura que é preciso levar em consideração as aspirações culturais da juventude e que uma das finalidades da universidade é “promover a integração do homem em sua circunstância histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão e à crítica de seu processo cultural”. Assim, para a comissão, dentre os objetivos da reforma universitária está “elevantar a Universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-a a instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento” (BRASIL, 1983, p. 21).

O relatório final entregue pelo GTRU foi publicado no Jornal Correio da Manhã em 22 de agosto de 1968. Ainda na introdução, o grupo deixa claro que a comissão tem uma tarefa concreta e objetiva: propor soluções realistas e funcionais que promovam a reorganização das universidades visando maior eficiência e, por consequência, o aumento de produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto, são necessárias: a transformação de uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva em um lugar de investigação e de produção científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial, visando o desenvolvimento do país; e a ampliação do número de vagas para atender a massa de jovens que a procuram em busca de um saber eficaz que os habilite ao exercício das numerosas profissões técnicas, próprias das sociedades industriais.

Figura 3 - Jornal Correio da Manhã, 22 de agosto de 1968



Fonte: Jornal Correio da Manhã (1968a).

**Transcrição da matéria veiculada:
Costa recebe relatoria da Reforma**

O ministro Tarso Dutra durante a audiência de hoje, com o presidente da República, em Brasília, entregará ao marechal Costa e Silva o relatório final do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, com a presença de todos os membros que participaram dos trabalhos, os professores Valmir Chagas e Newton Sucupira, do Conselho Federal de Educação; Roque Spencer de Barros, da Universidade de São Paulo; João Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; Antônio Moreira Couceiro, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, pe. Fernando Bastos D'Avilla, vice-reitor da PUC; e dos secretários-gerais dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, srs. João Paulo dos Reis Veloso e Fernando Du Val.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária foi criado por decreto do presidente da República, de 2 de julho de 1968, que tomou o número 63.937. Iniciou seus trabalhos no dia 10 do mesmo mês, no Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, com a presença de todos os membros, sendo que os dois representantes estudantis indicados pelo vigário-geral do Rio de Janeiro, d. José de Castro Pinto, para integrar o GT, negaram-se a fazê-lo, alegando falta de representatividade da classe estudantil.

O ministro da Educação enviou mensagem a todos os diretórios centrais de estudantes solicitando a apresentação de nomes para que o GT pudesse contar com a participação dos estudantes na formulação dos projetos de reforma, sendo infrutíferos os apelos.

Jornalistas convidados a participar, através de consultas e sugestões, também se negaram a dar sua colaboração aos trabalhos.

Apresentamos hoje o relatório final que será entregue ao presidente da República e será acompanhado do anteprojeto da Reforma Universitária, que é composto por nove projetos e anteprojetos de lei, quatro resoluções e três sugestões, e aborda os seguintes aspectos: funcionamento e estrutura da Universidade – cursos e currículo, corpo docente, corpo discente e sistema financeiro.

Após a entrega o presidente Costa e Silva enviará o trabalho à Comissão Interministerial.

No relatório foram apontados temas e áreas que necessitavam de reformas urgentes, são eles: administração, estrutura e forma jurídica da universidade; organização didático-científica dos cursos e currículos e articulação da escola média com a superior; formação, carreira, regime de trabalho e remuneração do corpo docente; participação do estudante na vida universitária e na administração da instituição; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e formação do professorado; expansão do ensino superior; recursos para a educação; e mecanismo de financiamento da universidade (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1968a, p. 22).

Para cumprir com a tarefa atribuída, o GTRU propôs medidas para os problemas e temas estudados, apresentou um anteprojeto de lei sobre organização e funcionamento do ensino superior e cinco anteprojetos de leis especiais, são eles: modifica o Estatuto do Magistério Superior Federal; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; institui incentivos fiscais para o desenvolvimento da educação; dispõe sobre instituição de um adicional sobre o imposto de renda a ser utilizado no financiamento de pesquisas relevantes para a tecnologia nacional; e modifica a destinação do Fundo Especial da Loteria Federal. Além disso, apresenta sete anteprojetos de decretos, a saber: institui centros regionais de pós-graduação; aprova programa de incentivo à implantação do regime de dedicação exclusiva para o magistério superior; estabelece critérios para expansão do ensino superior; exclui do plano de contenção as dotações orçamentárias do Ministério da Educação e Cultura; dispõe sobre a assistência financeira da união aos estados, Distrito Federal e municípios, para o desenvolvimento dos respectivos sistemas de ensino; constitui comissões de especialistas para o estudo de diversas questões de ensino e educação; e dispõe sobre medidas relativas ao aperfeiçoamento e atualização das estatísticas educacionais.

O grupo de trabalho precisou administrar alguns itens de conflitos, entre os quais encontramos o regime jurídico das universidades federais. Havia aqueles que defendiam o regime autárquico e os apoiadores do regime de fundações, concepção adotada pelo MEC e consultores norte-americanos e rejeitada pelo movimento estudantil e grupos de professores, que entendiam a medida como uma forma de transferir as universidades federais para o setor privado. Outro item de conflito estava entre a defesa do ensino de massa e a “natureza seletiva”

dos cursos de graduação, ou seja, a universidade enquanto promotora da mais alta cultura de um povo e privilégio de alguns com o crescente fluxo de candidatos que a procurava.

Mantendo a linha conciliatória, o grupo de trabalho optou por não determinar um sistema único, assim as instituições de ensino poderiam existir sob o regime de autarquias, fundações ou associações, conforme o Artigo 5º do anteprojeto de lei anexado ao relatório final: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior constituir-se-ão, quando oficiais, como autarquias de regime especial ou fundações e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações” (BRASIL, 1983, p. 66).

Conforme veremos mais adiante nesse estudo, a Universidade de Uberlândia foi criada em 1969 como uma fundação de direito privado e federalizada em 1978 na mesma condição.

Na mesma linha de conciliação, o ensino superior foi qualificado pelo GTRU como seletivo pela sua própria natureza, e a solução encontrada para que a Universidade cumpra todas as tarefas a ela destinada foi “uma espécie de diversificação vertical com o escalonamento de estudos, que vão desde o ciclo básico às carreiras curtas e longas dentro da graduação até o plano superior da pós-graduação” (BRASIL, 1983, p. 40). Assim o GTRU, na ânsia de aplacar conflitos, adota a universidade como “o sistema especial de cursos regulares, exigido pelas condições da pesquisa científica, pelas necessidades da formação tecnológica avançada e como imperativo do preparo de professores do ensino superior” (BRASIL, 1983, p. 40).

O grupo de trabalho qualificou as universidades como o tipo natural de estrutura para o ensino superior, todavia consentiu em regime de excepcionalidade a existência das instituições isoladas de ensino que prevaleciam na realidade brasileira e estavam em expansão. A definição legal não impediu a multiplicação das escolas isoladas.

Em suas conclusões finais, o grupo deixa claro que não reivindica para si a originalidade das propostas apresentadas, e sim evidencia a preocupação em recorrer às inúmeras discussões anteriores sobre o tema e transformá-las em objetivos e ações.

Parte do sucesso do GTRU em estabelecer projeto de reforma politicamente viável deveu-se a essa conciliação, que atendia às prioridades dos planejadores do governo e, ao mesmo tempo, utilizava linguagem e argumentos aceitáveis nos meios universitários. [...] O fato de o governo ter dado voz ativa aos membros do CFE, figuras respeitadas nos meios universitários, fez toda a diferença e facilitou a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, que o aprovou em tempo recorde. (MOTTA, 2014, p. 49)

As medidas propostas pelo GTRU foram consolidadas, entre outras ações normativas, na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, meses depois complementada pelo Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

O curto prazo entre o estabelecimento do grupo de trabalho – julho de 1968 – e a aprovação da lei da Reforma Universitária – Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 – indica que os grupos envolvidos se empenharam em conciliar várias orientações conflitantes para atingirem um consenso. O projeto de lei apresentado pelo GTRU que resultou na Lei 5.540 representou um ponto de culminância de várias iniciativas para a reforma da universidades, “foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos de 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica” (MOTTA, 2014, p. 50).

Para Cunha (1988), ao analisar a gênese das universidades no Brasil, encontramos um emaranhado de cenários que desencadearam a Reforma Universitária de 1968 que têm como protagonistas a burocracia universitária, os consultores norte-americanos, os tecnocratas da ditadura e as políticas educacionais de Napoleão Bonaparte.

O Relatório Geral do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária compõe o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) elaborado pelo governo dos militares.

3.6 Reforma Universitária: idealismo alemão, estrutura organizacional norte-americana

Em 28 de novembro de 1968 entrou em vigor a Lei nº 5.540, sob a égide do governo militar, na gestão do presidente Costa e Silva tendo Tarso Dutra à frente do Ministério de Educação e Cultura. A Lei 5.540/1968, denominada a lei da Reforma Universitária, estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Conforme vimos, a reforma universitária de 1968 surgiu de pressões de grupos diversos: liberais, conservadores, militares, religiosos e intelectuais, que se somaram às orientações de assessores norte-americanos e, paradoxalmente, à força do movimento estudantil. Trabalhos como Plano Atcon, Relatório da EAPES, Relatório Meira Mattos, Relatório do GTRU e Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) alicerçaram a elaboração da lei; os diagnósticos e as recomendações veiculados por esses documentos coadunam com a ideia de que a educação superior deveria adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional.

Todos os diagnósticos apresentados apontavam para a necessidade de expansão do sistema de ensino superior e indicavam a falta de recursos financeiros, assim a reestruturação do ensino superior precisava atender uma demanda maior com menor custo. Deveria também pautar-se por uma racionalização dos recursos e orientar-se pelo princípio de flexibilidade estrutural, evitando a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas.

A Lei 5.540/1968, orientada pelo modelo norte-americano de universidade, extinguiu a cátedra vitalícia, consolidou a estrutura departamental, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral e dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional – a introdução do ciclo básico no primeiro ano de formação universitária servia como um mecanismo para contornar as pressões dos “excedentes”. Além disso, as entidades privadas passaram a ser reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público.

Nesse contexto, o artigo segundo da Lei 5.540/1968 estabelece: “Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (BRASIL, 1968b, p. 1). Com isso, observou-se uma expansão cada vez maior do setor privado nos níveis de graduação, por meio da proliferação de estabelecimentos isolados; a reforma universitária não conseguiu alcançar o duplo objetivo de frear a corrida à universidade e de ampliar de tal forma o número de vagas que correspondesse aproximadamente à procura por ela. Mais tarde (década de 1970), alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas e, em um momento posterior (a partir década de 1980), observa-se o movimento de transformação desses estabelecimentos isolados em universidades privadas (MARTINS, 2009), fatos que nos possibilitam vislumbrar outro universo de estudo e pesquisa.

De acordo com Sucupira (1972, p. 31), “A Reforma Universitária brasileira de 1968 adotou, como princípio, a universidade, em termos de universidade polivalente, e a escola isolada como exceção”.

O artigo 2º supracitado referenda o tom conciliatório entre os diversos grupos envolvidos na reforma, ao mesmo tempo em que sentencia a indissociabilidade entre o ensino superior e a pesquisa, indicando a universidade como o lócus onde se desenvolve todo o processo – inspirados na universidade de pesquisa defendidos pelos estudiosos de Humbolt. Ele também admite a existência dos estabelecimentos isolados de direito público ou privado, abrindo caminho para a expansão de instituições privadas de ensino superior e de faculdades isoladas; algumas delas mais tarde se aglutinariam e formariam universidades, ainda sob a influência do modelo napoleônico. A Universidade de Uberlândia surge nesse contexto, criada em 1969 após a lei da reforma universitária, por aglutinação de faculdades existentes.

Assim, segundo Cunha: “É preciso chamar a atenção para uma questão: se a doutrina da reforma universitária de 1968 foi elaborada com base no idealismo alemão, o modelo organizacional proposto para o ensino superior brasileiro era norte-americano” (CUNHA, 1988, p. 18). O autor afirma ainda,

[...] não é exagero dizer que o processo de reforma do período 1964/68, definido no contexto do reforço de subordinação política e econômica do país, foi o responsável pela edificação da universidade no Brasil, conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista – o norte americano. (CUNHA, 1988, p. 11)

Segundo Paula (2002), a partir da reforma de 1968 o modelo norte-americano se torna predominante nas universidades brasileiras, substituindo as concepções alemã e francesa, que tiveram uma influência significativa sobre a USP e a URJ (respectivamente) na época de suas respectivas criações.

Newton Sucupira (1972) afirma que a reforma universitária brasileira traz elementos inspirados em modelos estrangeiros, porém que não podem ser rotulados de imitações, sobretudo das universidades norte-americanas, conforme posto por alguns estudiosos. Por ser uma instituição universal, ela compreende determinados princípios que são comuns, faz-se então necessário adaptar modelos bem-sucedidos à realidade nacional. Os norte-americanos buscaram no final do século XIX inspiração nas Faculdades de Filosofia alemãs e adaptaram aos seus *colleges* para constituírem sua própria universidade; já na segunda metade do século XX foram as universidades europeias que buscaram inspirações na universidade norte-americana, a exemplo da implementação dos departamentos. A Lei 5.540/1968 representa um passo importante para o desenvolvimento da identidade e imagem original das universidades brasileiras.

Para Sucupira (1972), a reforma de 1968 procura conciliar a concepção idealista de universidade com a concepção funcional e adaptar as universidades com as necessidades técnicas do desenvolvimento para atender ao mercado de trabalho, contudo sem tensionar para um modelo tecnocrático.

De acordo com Saviani (2010, p. 9),

O projeto de reforma universitária (Lei n. 5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

Na concepção de Motta (2014), a reforma universitária de 1968 é resultado da faceta modernizadora e de impulsos conservadores impostos pelo regime militar. A mudança na carreira docente, o aumento de investimento em pesquisas, a ampliação no número de vagas e dos campi universitários, a expansão da pós-graduação e as modificações no sistema vestibular

são efeitos da implantação da reforma, que coincidiu com a promulgação do AI-5. O autoritarismo impellido pelo governo dos militares atropelou os grupos que se digladiavam em torno de propostas de mudanças e impôs uma agenda única a todos. O interesse era modernizar as universidades para atender aos planos desenvolvimentistas, e ao mesmo tempo livrá-las da influência esquerdista.

3.7 Legados da reforma universitária

A reforma das universidades acarretou, inevitavelmente, o aumento de investimentos nas universidades públicas que, em conjunto com a reestruturação da carreira docente e a oferta de melhores salários, impulsionaram ações de federalização de universidades públicas estaduais ou de instituições privadas. No período entre os anos de 1964 e 1979 novas universidades federais foram criadas, incluindo a UFU.

Até 1964, ano do golpe civil-militar, havia 21 universidades federais e mais algumas faculdades federais isoladas; em 1979 o número de universidades federais subiu para 33, ou seja, um aumento de 50% em pouco mais de uma década (MOTTA, 2014, p. 112). “A expansão da oferta de oportunidades educacionais de nível superior foi marcada por um crescimento do número de estabelecimentos de 108% no período 68/73 e de 12% no período 73/78” (BRASIL, 1979, p. 19).

Tabela 1 - Evolução do número de estabelecimentos de ensino superior no Brasil – 1968/1978

Ano	Universitários	Isolados e Federados	Total
1968	43	329	372
1969	46	387	433
1970	50	466	516
1971	54	541	595
1972	55	656	711
1973	57	716	773
1974	57	791	848
1975	59	818	877
1976	63	822	885
1977	64	799	863
1978	64	798	862

Fonte: Brasil (1992).

Os estabelecimentos universitários e isolados cresceram no período de 1968/1978, respectivamente, 49 e 143%. Observamos que houve uma queda expressiva na participação do

número de universidades envolvidas no total de estabelecimentos existentes: em 1968 havia 12% e em 1978 apenas 7%. Até 1972 o crescimento no número de estabelecimentos de ensino superior mantém-se em um ritmo acelerado e diminui gradativamente até registrar valores ínfimos e até mesmo negativos, a partir de 1977 (BRASIL, 1979, p. 20).

É valoroso observar que a expansão do sistema federal de ensino superior foi, principalmente, resultado de mudanças internas nas instituições existentes que criaram novas faculdades, institutos e cursos de graduação, além de aumentar o número de vagas nos cursos estabelecidos. O número de alunos matriculados em cursos de nível superior passou de 278 mil, em 1968, para cerca de 1 milhão e 233 mil em 1978, um contingente 343% maior do que em 1968 (BRASIL, 1979, p. 28).

Tabela 2 - Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Superior – 1968/1978

Anos	Número de Alunos Matriculados	Crescimento Anual %
1968	278.295	23.2
1969	342.886	24.1
1970	425.478	31.9
1971	561.397	22.6
1972	688.382	17,8
1973	811.237	10,6
1974	897.200	5,3
1975	944.834	12.1
1976	1.059.138	8.3
1977	1.146.868	7.5
1978	1.233.000	

Fonte: Brasil (1992).

No período militar a maior expansão se deu no setor privado: foram criadas dezenas instituições privadas de ensino, a maioria de pequeno porte com poucos cursos e infraestrutura inepta. Algumas instituições privadas que já existiam cresceram e poucas se tornaram universidades de excelência.

Saviani (2010, p. 10), ao analisar os desdobramentos da Reforma Universitária de 1968, pondera que:

[...] na prática, a expansão do ensino superior reivindicada pelos jovens postulantes à universidade se deu pela abertura indiscriminada, via autorizações do Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas, contrariando não só o teor das demandas estudantis, mas o próprio texto aprovado. Com efeito, por esse caminho inverteu-se o enunciado do artigo segundo da Lei 5.540 que estabelecia como regra a organização universitária admitindo, apenas como exceção, os estabelecimentos isolados; de fato, estes se converteram na regra da expansão do ensino superior.

Tabela 3 - Evolução do número de estabelecimentos públicos e particulares de Ensino Superior – 1968/1978

Ano	Públicas	Particulares	Total
1968	129	243	372
1969	142	291	433
1970	162	354	516
1971	175	420	595
1972	188	523	711
1973	204	569	773
1974	217	631	848
1975	239	638	877
1976	222	663	885
1977	219	644	863
1978	218	644	862

Fonte: Brasil (1992).

Em 1978 o número de estabelecimentos públicos é 69% maior que em 1968, enquanto o número de estabelecimento particulares é 165% maior, um registro de crescimento de 2,4 vezes maior na rede privada, fato que reflete diretamente no número de matrículas.

Tabela 4 - Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados – Brasil 1960-1980

Ano	Total de Matrículas	Matrículas Instituições Privadas	% das Matrículas privadas sobre o total
1961	98.892	43.560	44,0
1962	107.299	43.275	40,3
1963	124.214	47.428	38,2
1964	142.386	54.721	38,4
1965	155.781	68.194	43,8
1966	180.109	81.667	45,3
1967	212.882	91.608	43,0
1968	278.295	124.496	44,7
1969	342.886	157.826	46,0
1970	425.478	214.865	50,5
1971	561.397	309.134	55,1
1972	688.382	409.971	59,6
1973	772.800	472.721	61,2
1974	937.593	596.565	63,6
1975	1.072.548	662.323	61,8
1976	1.044.472	648.862	62,1
1977	1.137.070	708.554	62,3
1978	1.267.559	779.592	61,5
1979	1.298.331	808.253	62,3
1980	1.345.000	852.000	63,3

Fonte: Sampaio (1991).

Ao observarmos a Tabela 4 percebemos que as matrículas nas instituições privadas tiveram um aumento expressivo, superando as matrículas nas instituições públicas a partir da década de 1970. Se, em 1961, as matrículas em instituições privadas representavam 44,0% sobre o total de matrículas no ensino superior, em 1980 elas passam a representar 63,3%.

Contudo, não podemos computar o significativo crescimento das universidades e faculdades no período militar somente às políticas de governo, é preciso considerar as pressões demográficas, econômicas e sociais.

O ritmo de crescimento populacional e urbano era intenso, a cada ano levava maiores de jovens batiam às portas das universidades, uma alternativa de ascensão social e também símbolo de elevação de status para os alunos e suas famílias. Com o sucesso dos planos de crescimento e o começo do “milagre”, a própria expansão econômica serviu de estímulo para a procura crescente de títulos universitários, graças ao aumento de renda de algumas famílias e às oportunidades abertas no mercado de trabalho. (MOTTA, 2014, p. 113)

A expansão do setor público não atendeu à demanda crescente por ensino superior, grande parte foi absorvida pelo setor privado e não universitário, governada pelas leis do mercado e orientada para a obtenção do diploma e soluções imediatas dos anseios sociais e econômicos. Surge, assim, um sistema empresarial de educação, no qual a pesquisa é irrelevante e a qualidade da formação, duvidosa (SAMPAIO, 1991).

O rápido crescimento no número de estabelecimentos de ensino superior impulsionou o surgimento de diversos cursos e faculdades de baixa qualidade, incitando as críticas e pressionando o MEC a adotar medidas para exigir qualidade e dificultar o credenciamento de novas instituições de ensino. Houve a diminuição no movimento de expansão, no entanto muitos estabelecimentos conseguiram desviar dos organismos de controle e fiscalização.

A reforma universitária implicou em gastos do Estado nas universidades públicas, contudo, ao mesmo tempo o Estado oferecia incentivos indiretos³⁶ ao setor educacional privado. A reforma universitária, ao instituir a existência dos estabelecimentos isolados em caráter de exceção – uma vez que estipulava que a universidade deveria ser a instituição própria desse grau de ensino –, criou condições favoráveis ao processo de privatização que viria logo em seguida, ancorado na criação de estabelecimentos.

As instituições privadas tiveram um aumento extensivo em cursos e número de alunos, em grande maioria com uma infraestrutura inadequada. Já as instituições públicas vivenciaram

³⁶ Os incentivos públicos consistiam especialmente em financiamentos e instrumentos de renúncia fiscal, com destaque ao programa de crédito educativo, criado com empréstimo da Caixa Econômica Federal para o pagamento de mensalidades (MOTTA, 2014, p. 113).

um crescimento intensivo, houve investimentos em laboratórios, equipamentos, reformas, novos campi, reestruturação da carreira docente, criação de um sistema de pós-graduação e aumento de verbas para pesquisa.

Foi nessa conjuntura, no governo dos militares, após a reforma universitária, que se instalou o padrão de ensino superior vigente no país,

[...] as universidades públicas oferecem melhores condições de formação aos estudantes, com boa infraestrutura de pesquisa, professores com dedicação integral e carga didática mais baixa, portanto com tempo para pesquisar e orientar os estudantes mais talentosos; enquanto as instituições privadas, na maioria, não fazem grande investimento em pesquisa e resumem a formação dos seus alunos às atividades em classe. (MOTTA, 2014, p. 114)

Assim, a “onda” modernizadora e desenvolvimentista foi bastante atuante nas universidades, os investimentos científicos e tecnológicos foram intensificados, a pós-graduação foi expandida, a meta era o crescimento da economia. As universidades faziam parte dos setores estratégicos para materializar os projetos do governo: salários melhores, maior número de estudantes, mais investimentos em pesquisa e pós-graduação, tudo dentro de uma conjuntura autoritária e repressiva.

Mas é necessário ponderar sobre as vicissitudes e limitações enfrentados pelas reformas do ensino superior: a assimetria entre as perspectivas quantitativas e qualitativas na expansão do sistema universitário foi acentuada; e novos estabelecimentos foram criados em condições precárias, sem infraestrutura adequada e com professores despreparados, principalmente nas instituições privadas.

De acordo com Paula (2009, p. 155),

Cabe ressaltar o caráter contraditório desta reforma, realizado em plena ditadura militar, pois, por um lado, cria mais vagas para os estudantes nas universidades públicas; decreta o fim da cátedra, com a criação de uma carreira universitária aberta e do regime de dedicação exclusiva para os professores; propõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; permite a estruturação da pós-graduação no país, a partir dos anos 1970. Por outro lado, estimula a proliferação de instituições privadas de ensino superior; adota o regime de créditos e a matrícula por disciplinas, fragmentando a formação; divide as antigas faculdades de filosofia, ciências e letras, lócus por excelência de articulação do saber e coração político das universidades; coloca o movimento estudantil na ilegalidade; afasta, prende e mata os professores e alunos comprometidos com a transformação da sociedade, inserindo um patrulhamento ideológico no ambiente acadêmico.

O projeto desenvolvimentista e modernizador também intensificou as disparidades regionais: as universidades foram concentradas nas regiões centrais, nos eixos principais do país, mesmo com alguns esforços para que houvesse um movimento para que fosse diferente.

Ou seja, os investimentos nas instituições universitárias beneficiaram as regiões mais ricas do país, ampliando as desigualdades sociais e regionais.

Tabela 5 - Distribuição regional do número de estabelecimentos de Ensino Superior – 1968/1978

Região	Número de estabelecimentos		Crescimento no período %
	1968	1978	
Norte	5	11	120
Nordeste	50	90	80
Sudeste	246	581	136
Sul	60	152	153
Centro-Oeste	11	28	155
Total	372	862	132

Fonte: Brasil (1992).

As regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram maior crescimento percentual, embora a maior parte os estabelecimentos, em termos quantitativos, permaneciam concentrados no Sudeste. Embora o setor Norte tenha apresentado um crescimento percentual de 120%, o número de estabelecimentos é baixo se comparado às outras regiões. “Apenas 4% dos estabelecimentos na região Sudeste são de natureza universitária (7% em 1968)” (BRASIL, 1979, p. 21).

Além disso, segundo Motta (2014), houve desequilíbrio na distribuição dos recursos: algumas instituições passaram a receber generosos financiamentos enquanto para outras os recursos foram escassos. Outro problema predominante era com o processo de construção dos campi: obras em atraso, demora na liberação dos recursos, oferta insuficiente de restaurantes e lanchonetes e vários erros de planejamento.

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o cenário econômico mudou: o “milagre” pertencia ao passado, a realidade era de grande quantidade de jovens graduados e desempregados, os recursos para as universidades diminuíram, os ganhos obtidos em anos anteriores se dissiparam. O período de fartura foi intenso, porém fugaz, foi repressivo, autoritário e deixou cicatrizes.

3.8 Considerações parciais

Os militares, quando ascenderam ao poder, tinham clareza de seus objetivos: a solução para a crise universitária e a formação de mão de obra para manter a dinâmica desenvolvimentista do país. O governo adotou a profissionalização do então ensino de segundo grau como uma forma de introduzir os jovens no mercado de trabalho de forma imediata, a exemplo das escolas polivalentes, e como consequência conjecturava-se frear a alta demanda

por universidades. Em paralelo, por meio da reforma universitária, almejava-se ampliar o número de vagas no ensino superior de tal maneira que, com a formação técnica dos jovens e o aumento das vagas, as demandas fossem atendidas.

Para tentar alcançar esses objetivos, o governo militar se apropriou de discussões, debates e propostas iniciadas em décadas anteriores, principalmente pelos intelectuais da educação e estudantes. As questões envolvendo a missão do ensino superior e o papel desempenhado pelas universidades foi tema de polêmicos conflitos antes mesmo do surgimento das primeiras faculdades brasileiras. As reformas implementadas pelos militares foram formuladas por civis, coube ao governo as decisões políticas, que ocorreram sobre a égide autoritária e repressiva (MOTTA, 2014).

Além da pauta modernizadora e desenvolvimentista existiam os propósitos políticos, havia a necessidade de abrandar a insatisfação dos intelectuais e acadêmicos e ainda conter o movimento estudantil bem como aniquilar com a ameaça esquerdista. A face violenta do regime militar marcou todo o período deixando um rastro de dor e sofrimento, é preciso ressaltar com veemência que a violência foi o grande legado desse regime opressor.

No campo educacional as reformas implantadas pelo regime militar modificaram o aspecto do sistema de ensino superior no Brasil, embora não correspondessem inteiramente aos anseios de nenhum dos grupos pertencentes ao processo. As demandas sociais, políticas defendidas pela esquerda, não foram atendidas, a pretensa integração e universalização do saber não foram alcançadas. Assim como também não atenderam aos assíduos defensores do modelo norte-americano de universidade: “geraram uma ‘americanização’ parcial, visível na estrutura de departamentos e no sistema de disciplinas por créditos, enquanto se mantinha tradições distantes desse padrão, como a gratuidade e a ligação política estreita com o Estado” (MOTTA, 2014, p. 160).

Contudo, é necessário ponderar que antes dos militares havia no Brasil um aglomerado de faculdades praticamente autônomas e, exceto por alguns centros mais avançados, a pesquisa era ínfima e a pós-graduação quase inexistente. Foram os recursos oriundos dos projetos desenvolvimentistas e modernizadores que elevaram as universidades a um papel de destaque e relevância.

Entretanto, é plausível acreditar que qualquer outro governo à frente do país nos anos de 1960 e 1970 teriam promovido as reformas. Para Motta,

Considerando-se a larga aceitação, nos anos 1960, à esquerda e à direita, do diagnóstico segundo o qual as universidades necessitavam de reformas, é provável que mudanças fossem implantadas por qualquer governo na sucessão de Goulart. O

próprio João Goulart havia subscrito o projeto de reforma universitária e poderia tê-lo colocado em prática caso tivesse oportunidade. Decerto teria sido melhor para o país se as forças democráticas tivessem conseguido evitar o golpe de 1964, mas as coisas tomaram o rumo conhecido, e os militares e seus aliados civis assumiram a tarefa de reformar o sistema universitário, o que implicou uma modernização autoritária e repressiva. (MOTTA, 2014, p. 160)

Ademais, o sistema universitário herdado dos militares é elitista e socialmente injusto, e persiste há décadas:

[...] um setor público minoritário no qual se encontra a elite de pesquisadores e os melhores alunos, e onde se faz pesquisa; e um setor privado majoritário que, malgrado as exceções, não prima pela qualidade. Há universidades públicas de grande qualidade para os padrões do país, em contraste com um ensino público médio e fundamental insatisfatório, o que em parte também é herança das prioridades estabelecidas pelo regime militar. (MOTTA, 2014, p. 160)

Em retrospecto, o projeto desenvolvimentista, modernizador e autoritário comandado pelo governo militar foi marcado por ambiguidades, ao mesmo tempo que ampliaram as desigualdades sociais e regionais e utilizaram de violência para estabelecer as relações de poder, criaram alicerces para o surgimento, reestruturação e fortalecimento das instituições de ensino superior, bem como possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa no país.

A Universidade Federal de Uberlândia foi corporificada no governo dos militares e instituída no pós-Reforma Universitária de 1968. Contudo, as particularidades do município de Uberlândia, sua política local e trajetória outorgam características próprias à instituição universitária implementada.

4 O ENSINO SUPERIOR EM UBERLÂNDIA: O CAMINHO PARA A MODERNIZAÇÃO

A criação de uma universidade, de uma instituição de ensino superior, uma reforma de ensino deve ser entendida como um fato histórico e, como tal, estão historicamente condicionadas e em íntima relação com os valores e demais instituições da sociedade onde emergem.

– MARIA DE LOURDES DE ALBUQUERQUE FÁVERO

O aumento populacional expressivo da região do Triângulo Mineiro e, particularmente, em Uberlândia, aliado à política desenvolvimentista do governo federal e dos grupos dominantes uberlandenses – que traziam entre suas diretrizes básicas a formação de mão de obra especializada – desencadeou um cenário no qual as instituições de ensino superior eram imprescindíveis. O município, além do crescimento populacional, vivenciou, a partir da década de 1940, um grande avanço econômico.

Os preceitos de progresso e desenvolvimento foram adotados no município, assim a implementação do ensino superior, que estava limitada até os anos 1950 às grandes cidades do país, significaria, para a elite política, econômica e intelectual uberlandense, mais um passo rumo a modernização da cidade. As escolas superiores eram reivindicadas não apenas com o fim de elevar a cultura do município, mas também, e principalmente, para atender aos anseios de uma elite que almejava ter em sua cidade do interior tudo aquilo que uma boa capital tinha.

O surgimento do ensino superior em Uberlândia e suas características estão intrinsecamente ligados a uma situação histórica específica. Nesse contexto, consideramos necessário recuperar parte da história econômica, política e social de Uberlândia e sua inserção no cenário nacional, enfatizando como grupos compostos pela elite uberlandense, empresários e políticos locais encontravam-se em sintonia com as alterações do capitalismo mundial e as políticas nacionais, com o intuito de conceber e assegurar seus projetos para a cidade de Uberlândia, refletindo diretamente no sistema educacional.

Para identificarmos os movimentos políticos, econômicos e sociais que possibilitaram a criação e federalização da Universidade de Uberlândia, fez-se necessário, em um primeiro momento, discorrer sobre o histórico do desenvolvimento do município a partir de sua criação até a década de 1960 – período em que surgem os primeiros cursos superiores – e adentrar no contexto político do município frente ao governo dos militares – período em que se instituiu a universidade e, posteriormente, sua federalização.

4.1 Os alicerces de uma história

O município de Uberlândia está localizado no estado de Minas Gerais e integra a região do Triângulo Mineiro. A Figura 4 abaixo nos mostra as mesorregiões geográficas³⁷ que compõem o estado:



Fonte: Guimarães (2010, p. 21).

A constituição econômica e política do Triângulo Mineiro inicia-se no século XVII, quando a região era apenas um ponto de passagem para os mineiros e tropeiros. Sua identificação geográfica é beneficiada pelo fato de ser banhado pelo Rio Paranaíba ao norte, que serve de fronteira com os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, e pelo Rio Grande ao sul, na sua divisa com São Paulo.

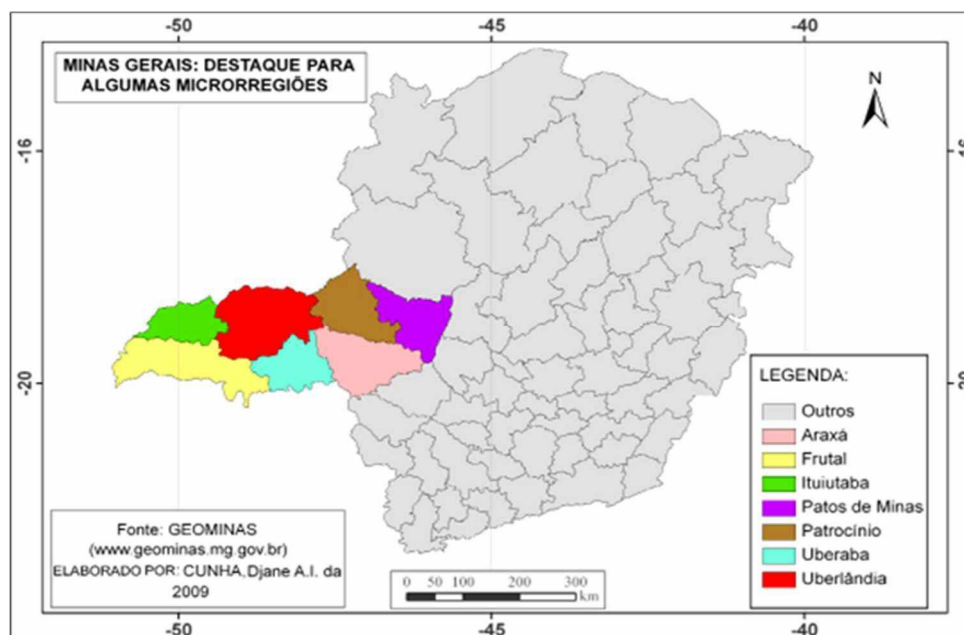
A descoberta de ouro e diamantes, essencialmente em Goiás e Mato Grosso no século XVIII, incitou as pessoas em direção ao Brasil central e fomentou o surgimento dos primeiros arraiais em terras triangulinas, região à época denominada como Sertão da Farinha Podre. Assim, desde então a região se estabelecia como ponto de passagem entre o litoral e o interior do país (SOARES, 1995).

³⁷ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais que, por sua vez, são subdivididas em microrregiões.

A decadência da mineração nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso desencadeou o parcelamento das terras no Triângulo Mineiro e a distribuição das primeiras sesmarias; a partir delas surgiram as aldeias que deram origem aos municípios no século XIX.

O mapa abaixo nos mostra a divisão das microrregiões geográficas³⁸ que compõem Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba:

Figura 5 - Estado de Minas Gerais – Microrregiões Geográficas



Fonte: Guimarães (2010, p. 21).

Uma série de características naturais favoreceram o desenvolvimento do Triângulo Mineiro, assim como um conjunto de condições criadas para impulsionar o dinamismo regional.

No plano das características naturais podem ser citadas a boa qualidade dos solos ao longo das encostas e dos vales próximos a estes rios; a topografia favorável à mecanização da agricultura e à construção das infraestruturas de transportes; a reduzida oscilação climática; as importantes reservas de minerais metálicos, fosfatados e não-metálicos e a abundância hídrica. Entre as condições criadas, deve-se dar destaque à construção de Brasília no Centro-Oeste, reforçando a centralidade geoeconômica do Triângulo Mineiro; a abrangência de sua malha rodoviária e ferroviária de integração do centro-sul com o centro-oeste, norte e nordeste; a construção de um importante sistema de hidrelétricas e redes de transmissão de energia na região; uma rede moderna de telecomunicações e uma estrutura industrial e de serviços bem desenvolvida. (GUIMARÃES, 2010, p. 24-25)

³⁸ Microrregiões são formadas por um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração.

A última década do século XIX marca a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana³⁹ de Estradas de Ferro que passa a atuar nos municípios de Uberaba, Uberlândia e Araguari (1887), período que corresponde ao fim do Império no Brasil, fato esse que precede as mudanças no modelo econômico do país.

Segundo Soares,

No período compreendido entre 1827/59, Uberaba já se despontava como o principal núcleo urbano da região, e, em 1889, passa a ser servida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que foi estendida nos últimos anos do século XIX até Uberlândia e Araguari. A partir desse momento, a região passa a se inserir na economia nacional, por suas articulações com São Paulo, que foram consolidadas e ampliadas por esse caminho de ferro. (SOARES, 1995, p. 63)

A região do Triângulo Mineiro é beneficiada pela sua situação geográfica localizada no centro das rotas mercantis; a cidade de Uberaba no início do século XX se afirmava como importante centro pecuário, Araguari abrangia o fluxo de comercialização nas rotas para Goiás/São Paulo e Uberlândia se apresentava como importante centro atacadista. Ademais, o Triângulo Mineiro, além de desempenhar o papel de centro de convergência da comercialização entre os estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, produzia e comercializava seus alimentos. Assim, a região passa a ter a função de “entreposto comercial na distribuição de produtos agropecuários do Centro Oeste e Norte do Brasil e, ao mesmo tempo, intercambiar para esses os produtos industrializados provenientes do Estado de São Paulo” (SOARES, 1995, p. 66).

Até as primeiras décadas do século XX, a cidade de Uberaba era o principal polo urbano da região; em 1920 o município contava com uma população total de 59.807 pessoas, sendo 19.338 no meio urbano, enquanto a cidade de Uberlândia correspondia a uma população municipal de 27.956 pessoas, sendo 6.912 no meio urbano (SOARES, 1995, p. 67).

O desenvolvimento comercial diversifica a economia regional e acelera o crescimento das cidades, acarretando investimentos em serviços para viabilizar a urbanização, tais como: infraestrutura, energia elétrica, água e redes de comunicação e de transportes. Estes investimentos, com destaque para a rede de transportes e de comunicações, foram fundamentais para alterar a configuração comercial das cidades do Triângulo.

Nesse cenário, o município de Uberlândia se empenhou em consolidar uma infraestrutura de transportes, tanto ferroviária quanto rodoviária, que garantisse sua expansão e desenvolvimento, assegurando um lugar de destaque na conjuntura regional, estadual e

³⁹A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi uma companhia ferroviária brasileira criada em 1872. Permaneceu em atividade de maio de 1875 até outubro de 1971, quando foi extinta e incorporada à FEPASA - Ferrovia Paulista S/A.

nacional. A construção das estradas de rodagem e da ponte Afonso Pena Paranaíba – que divide os estados de Minas Gerais e Goiás, ao norte de Uberlândia – interligavam os estados de Goiás e Mato Grosso ao Triângulo Mineiro e, particularmente, a Uberlândia. Vale evidenciar que a instalação da rede ferroviária e das estradas de rodagem foram imprescindíveis para promover as conexões socioeconômicas e políticas do Triângulo Mineiro e, conseqüentemente, de Uberlândia com as outras regiões do país, inserindo a região na economia nacional.

Ao verificarmos a conjuntura nacional, no Estado Novo (1937-1945) o projeto do governo Getúlio Vargas de interiorização da economia brasileira com a “Marcha para Oeste”⁴⁰ foi responsável pela abertura de estradas interligando a região do Triângulo Mineiro a Goiás e Mato Grosso. O projeto foi intensificado no governo de Juscelino Kubitschek, que promoveu a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília e a abertura de rodovias interligou Uberlândia à nova capital do país.

Neste aspecto, Brasília foi, sem dúvida, o peso na balança no caso da interiorização da infraestrutura em direção à região central. O arrojo desenvolvimentista do Governo JK recolocou para o Triângulo Mineiro a perspectiva da integração regional. Assim, o importante a destacar é o fato de que, embora esta região seja reconhecida pelas condições naturais favoráveis, foram as grandes mudanças ocorridas a partir da segunda metade de 1950 que ajudaram a consolidar a posição geográfica estratégica do Triângulo vis-à-vis uma economia litorânea que buscava o curso forçado de uma interiorização. (GUIMARÃES, 2010, p. 122)

A localização geográfica estratégica da cidade de Uberlândia a deixa no centro das relações entre Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Brasília e São Paulo, o que favoreceu as atividades econômicas do município e a consolidou como entreposto comercial (SOUZA, 2012). Em convergência com o projeto capitalista crescente no Brasil, o comércio foi o propulsor da modernização da região e alicerçou a subsequente expansão da agroindústria e diversificação produtiva regional.

A cidade passou a ser um centro de abastecimento de mercadorias e força de trabalho para atender a nova capital do país e regiões próximas, assegurando valioso crescimento econômico para Uberlândia pautado no processo desenvolvimentista vigente.

A imagem abaixo demonstra a localização geoeconômica de Uberlândia, de forma que o município liga os grandes centros econômicos brasileiros à capital do país:

⁴⁰ A Marcha para o Oeste estava inserida em um intenso projeto de industrialização e desenvolvimento econômico criado durante a ditadura varguista do Estado Novo, sob um discurso nacionalista, com o objetivo de promover a integração econômica e o desenvolvimento das regiões do interior do Brasil, incentivando a povoação de vastas áreas no Centro-Oeste e Norte brasileiros, que eram pouco povoadas e estavam à margem na economia brasileira.

Figura 6 - Localização Geoeconômica da cidade de Uberlândia



Fonte: Souza (2012).

É importante ressaltarmos o contexto socioeconômico que permeou todo esse processo: a economia brasileira foi duramente afetada pela crise de 1929, de forma que o país, na época predominantemente agrário-exportador, vivenciou o prelúdio dos investimentos da burguesia nacional em processos de industrialização – um movimento gradativo. Mercadorias antes importadas passam a ser produzidas internamente e tem início o ciclo conhecido por substituição de importações, fundamental para incitar a economia do país. A industrialização é vista como a mola propulsora para a economia, ela estabelece uma nova relação com o Estado e a burguesia nacional (SOUZA, 2012).

O município de Uberlândia, diferenciando-se de outras importantes cidades do Triângulo Mineiro cuja prática econômica predominante estava ligada às atividades agropecuárias, intensificou as atividades comerciais, canalizou a produção regional, tanto no que diz respeito ao armazenamento de grãos, como na distribuição de bens de consumo e parte da produção agrícola dos cerrados – Uberlândia destacou-se como um importante centro atacadista –, e investiu na industrialização, acompanhando esta estratégia nacional para impulsionar a economia. Desta forma, criou condições para a implantação de um complexo agroindustrial diversificado e de porte expressivo, no contexto regional.

O progresso vislumbrado foi possível não só pela intensificação do processo de urbanização e desenvolvimento que o envolveu o País a partir da década de 1950, na qual a cidade se inseriu e se ajustou, mas também pelo fato de que, já nesta década, Uberlândia constituía-se no lugar catalizador da maior parte da produção de mercadorias da região. Esse foi o impulso que, necessariamente, colocou essa cidade no circuito do mercado nacional, garantindo a acumulação e reprodução do capital aqui instalado. Essa acumulação de capital, propiciada pela função de entreposto comercial exercida desde o começo de sua História, possibilitou à cidade um desenvolvimento econômico seguro e privilegiado nos quadros de Minas Gerais e, porque não dizer do País. O papel de destaque do município no cenário nacional pode já ser percebido, na segunda metade da década dos anos 50, com a construção de Brasília, que faz de Uberlândia “ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o centro-oeste do País”. Nesse sentido, investimentos federais passam a ser canalizados para a cidade como forma de viabilização da integração nacional. (MACHADO, 2003, p. 28)

A transferência da capital do país para Brasília configurou forte incentivo econômico para comerciantes e empresários uberlandenses. Essa nova configuração geográfica fortaleceu o papel de entreposto comercial do município de Uberlândia.

O Estado ao adotar a industrialização como estratégia de desenvolvimento econômico promove o fortalecimento da burguesia industrial enquanto classe hegemônica e fomenta seus projetos de modernização para o país. A cidade de Uberlândia, pautada no processo desenvolvimentista vigente e em consonância com os movimentos econômicos nacionais e internacionais, procurou acompanhar o processo de industrialização apontado como a principal alternativa para acelerar a economia brasileira e retirar o Brasil da condição de país atrasado economicamente se comparado aos países desenvolvidos, especialmente nas décadas de 1950 e 1960.

O processo de busca pela industrialização no município de Uberlândia foi confirmado pela intensificação na produção de açúcar, de álcool, de bebidas, de laticínios, entre outros produtos, fortalecendo a tendência de priorizar a atividade industrial e a de urbanização pautada no comércio, fortalecido pelos grupos dominantes que, além de possuírem fazendeiros ricos, eram compostos por representantes de instituições tais como a Associação o Comércio e Indústria de Uberlândia (ACIUB). (PEREIRA, 2012, p. 88)

Essa nova relação entre produção, comércio e distribuição alertou a população e os políticos locais para a necessidade de diversificação do comércio e, principalmente, para a implantação de indústrias na cidade; a imprensa foi a ferramenta utilizada para propagar os ideais desenvolvimentistas uberlandenses.

No Jornal Correio de Uberlândia, em 07 de outubro de 1948, foi divulgado o Relatório da Comissão de Estudos Econômicos, cuja tese era a economia do município em relação à região, tendo como relator o Sr. Lauro Teixeira, que traz os seguintes direcionamentos: “Na indústria é que repousam as nossas grandes esperanças de uma

Uberlândia poderosa no futuro” e ainda, “necessitamos de cerrada campanha para a industrialização de Uberlândia”, complementa “É, exclusivamente na expansão do parque industrial que repousa todo o futuro de Uberlândia”, para mais:

O projeto de construção de cidade moderna teve início na busca por emancipação política, em 1888, e tomou vulto nos primeiros anos do século XX. A partir daí, inúmeras medidas que corroborassem na construção da cidade-progresso foram postas em execução [...]

Com a intensificação do processo de industrialização e urbanização do país, nos anos 50, o nobre ideal ganhou maior incentivo. Imbuída por esse sentimento de entusiasmo, Uberlândia acenou ao progresso para que este se assentasse definitivamente em seu seio. Foi o momento de implementação de inúmeros projetos de modernização como o plano de urbanização, a luta pela instalação do distrito industrial e a construção da universidade. Nesse momento, a cidade tomou maior impulso inaugurando uma espécie de “era dourada”; e é esse nosso ponto final. Depois de caminhar por veredas, às vezes íngremes, o ponto de chegada estava à mão, bastaria desfrutar dos louros da vitória.

A imprensa foi assaz importante nessa empreitada porque, como fornecedora de informações “neutras”, atinge um grande e diferenciado número de interlocutores e, concomitantemente, forma opinião. A atividade da imprensa em Uberlândia, na primeira metade do século XX, foi bastante marcante, ainda que pontuada por inúmeras adversidades. (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1948, p. 6)

Guimarães pontua:

Assim, o início dos anos 1950 marcou para Uberlândia uma nova fase de sua história. Sua condição de entroncamento comercial de caráter polarizador regional estava diante de um grande desafio: manter a posição estratégica, por meio de uma renovação das vias de integração logística, e industrializar-se, palavra de ordem daquele período. (GUIMARÃES, 2010, p. 111)

Na década de 1960 a política de descentralização industrial do eixo Rio de Janeiro/São Paulo possibilitou o deslocamento de grandes complexos industriais para Uberlândia, a exemplo da Souza Cruz, Daiwa do Brasil Têxtil Ltda, Coca Cola, Pepsi Cola e Fujiwara que, atendendo principalmente aos projetos econômicos das classes dominantes locais, voltados à reprodução do capital, puderam estabelecer um polo industrial (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003).

Nessa conjuntura o município de Uberlândia tem seu desenvolvimento acelerado e, segundo Gomes, Warpechowski e Sousa Netto (2003), tem início sua supremacia em relação às demais cidades do Triângulo Mineiro, fato refletido no seu crescimento populacional. A Tabela 6 abaixo nos mostra um crescimento acentuado do município de Uberlândia, em dez anos – de 1970 a 1980 – a população praticamente dobrou.

Tabela 6 - População do município de Uberlândia e cidades vizinhas

Cidade	1920	1950	1970	1980
Uberlândia	27.956	54.874	125.706	240.961
Uberaba	59.807	70.956	126.600	199.208
Araguari	27.129	44.617	64.190	83.519

Fonte: Elaborado pela autora com dados disponíveis em: Bertolucci Júnior (2003) e Serviço Nacional De Recenseamento (1951).

Esse crescimento favoreceu a ascensão de políticos locais. O desempenho dessas autoridades políticas locais, em sintonia com as nacionais, apensados à posição geográfica da cidade de Uberlândia, não só impulsionou o desenvolvimento da cidade, mas também de toda a região. Assim, a educação, apontada como o alicerce para o desenvolvimento e o progresso, entra na pauta de reivindicações da sociedade uberlandense, fato que analisaremos no percurso da pesquisa.

Ademais, de acordo com Soares (1995), a região do Triângulo Mineiro tem como característica a relevante capacidade de articulação política,

A região do Triângulo Mineiro possui uma formação histórica específica, com determinado modo de produzir e com uma intensa representatividade política, sem se contrapor ao processo de desenvolvimento do país, criou e preservou uma identidade social e econômica, que se encontra materializada em diversas partes de seu território, reforçada por uma intensa prática regionalista. (SOARES, 1995, p. 55)

Ao longo do processo de desenvolvimento da região, houve um estreitamento na relação entre a elite do Triângulo Mineiro e relevantes setores do governo federal. Para Gomide (1993, p. 21),

A aliança política entre os políticos locais e os interesses do estado centralizador marcaram a História do Triângulo. O estado forte, ora incorporado na ideologia populista pós-1930, ora travestido de democrático pós-1946, ora seguindo os preceitos geopolíticos expressos na doutrina nacionalista pós-1964 e mesmo sob o aparato redemocrático dos anos 1980, sempre esteve presente no Triângulo. Essa presença se expressa nas ações que reforçam a sua posição de estado compactuado politicamente com interesses da classe dominante, a qual sempre representou e ainda representa.

Assim, a região do Triângulo foi inserida nos planos econômicos governamentais, elevando a cidade de Uberlândia a um dos mais importantes centros regionais do estado de Minas Gerais. Os empreendedores e políticos locais influentes, seguidores dos preceitos nacionais de “Ordem e Progresso”, foram também protagonistas dessa história. Segundo

Machado (2003) a ordem se assegura no trabalho empreendedor da gente uberlandense e o progresso só se concretiza na ordem. Para a autora,

Uberlândia delineia na construção de suas imagens políticas um único alvo a atingir – o progresso. Independentemente das questões pertinentes às diferenças e interesses de classe e à diversidade de posturas políticas, esta sociedade civil estaria predestinada à modernidade. [...] Escamoteando os conflitos sociais, o progresso é, no espaço urbano, o elo de estreitamento entre as divergências de classe. (MACHADO, 2003, p. 27)

Soares (1995) sustenta que a elite uberlandense apregoou o discurso de “ordem e progresso” com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade e da economia, além de manter o controle e sua dominação política. O discurso que afirmava a defesa dos interesses de toda a população uberlandense foi uma forma de cooptação de apoio popular para legitimar projetos dos grupos dominantes.

4.2 As lideranças locais como protagonistas de uma história

No percurso da pesquisa, ainda no levantamento bibliográfico, termos como elite uberlandense, elite local, lideranças locais e grupos dominantes são recorrentes; em todo o processo de levantamento das fontes nos deparamos com eles. Desta forma, para continuidade do trabalho, faz-se relevante apontar – no contexto da história de Uberlândia – como são constituídos esses agrupamentos e a que se destinam.

Soares (1995), em sua tese de doutorado que discorre sobre o município de Uberlândia, traz o papel das elites locais na organização e construção dos espaços e as relações de poder que fazem com que os grupos dominantes tenham alternância nas posições de liderança. Assim, sobre as elites locais, traz que:

Elas consistem em agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. [...] Na medida em que sua constituição se dá no nível simbólico, as elites locais são compostas por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município, etc. [...] Muitas vezes, integrantes do poder econômico participam, também das elites locais. (SOARES, 1995, p. 46)

Esse agrupamento de pessoas, denominado de elite local, conduz a cidade de acordo com seus interesses, por meio de controle político, econômico e administrativo, tendo como aliados os meios de comunicação; no caso deste estudo, essencialmente, a imprensa se colocou como forte aliada. Cria-se uma rede de manipulação composta por algumas famílias tradicionais, políticos, governantes, empresários e um exército de jornalistas, que acaba tendo

enorme poder sobre a cidade e sua população, perpetuam seu poderio repassando para as novas gerações sua forma de agir e pensar, garantindo sua hegemonia em decisões políticas e econômicas.

Em Uberlândia, é possível averiguar que grande parte das redes de comunicação pertenciam a essa elite local, um grupo de pessoas que se beneficiavam das atividades agrícolas, da pecuária e da especulação imobiliária, bem como participavam da esfera política a fim de conquistar apoio para os projetos de cidade que os favoreceriam de alguma forma; realidade que perpetuou por décadas.

Para Soares (1995, p. 49), “os grupos mais organizados politicamente e influentes economicamente, conseguem expandir e fazer crescer a cidade, segundo seus interesses, apesar de a mesma ter uma estrutura complexa e diversificada”. Cabe à população, “ao povo”, o papel de massa de manobra; manipulados, de forma voluntária ou não, acabam servindo para legitimar as ações dos grupos dominantes e, em muitos momentos, são gratos por essas ações que, segundo o discurso propagado, visam a melhoria da cidade e da vida em sociedade.

O desenvolvimento das cidades alinhado com o crescimento econômico e a consolidação do capitalismo, de forma que a concentração do capital está em posse de uma minoria que rege a política e a economia do município, perpetua o poder desses grupos dominantes – elite local – por décadas. O discurso que enfatiza o progresso da cidade e o caráter ordeiro de seus cidadãos em prol do desenvolvimento do município é incessante; são veiculados fatos e acontecimentos que enalteçam a grandiosidade e o progresso da cidade, criando um modelo ideal de cidade para se viver.

A história de Uberlândia é marcada pelo movimento desse grupo dominante, carregada de um sentimento de ufanismo em relação à cidade manifestado nos discursos oficiais e propagado pela imprensa. Comumente encontramos nas fontes referências à grandiosidade da cidade de Uberlândia; o Jornal “A Tribuna” nos traz, nos anos de 1930,

Colocada sobre um planalto, a 886 metros de altitude, a cidade de Uberlândia é, atualmente, em muitos objetivos a primeira de Minas [...]. Uberlândia foi colocada pelo acaso talvez no mais estratégico ponto comercial, provindo daí o seu progresso que poderemos chamar de vertiginoso [...]. Na indústria e no comércio a cidade tornou-se uma das primeiras do Estado e quiçá do Brasil Central. [...] Nas rendas como nas indústrias os números de Uberlândia orçam pelo fantástico. (JORNAL A TRIBUNA, 1937, p. 50-51)

Ainda sobre a cidade nos anos de 1930, o Jornal “O Triângulo” noticia: “Não há carrancismo, nem mentalidade estreita em Uberlândia, mas largueza de vistas e elevação de sentimentos e mentalidade sadia. [...] A prosperidade o arrojo da gente uberlandense são a prova mais evidente

que ela se sente estimulada e amparada por um bom governo” (JORNAL O TRIÂNGULO, 1939, p. 2).

O discurso de cidade próspera com grande capacidade de desenvolvimento e progresso foi ao longo de décadas amplamente difundido em jornais, revistas e atas de reuniões oficiais, como uma forma de reprodução da fala dos grupos dominantes, que almejam impelir na cidade seus valores sociais, políticos e culturais. A propagação desse discurso possibilitou à elite local a preservação de uma sociedade disciplinada; os moradores incorporaram esse discurso em prol do progresso e da modernidade, permitindo a manutenção da dominação política e econômica no município.

Esse discurso perpassou décadas, conforme constatado pelas matérias veiculadas no Jornal Correio de Uberlândia – em 1956:

O que evidencia o progresso de uma cidade é a transformação de sua fisionomia urbana, através da ação modeladora do homem. Uma cidade que não muda sua fisionomia, através de obras de urbanização, é uma cidade verdadeiramente estacionária, onde não se constrói, não se melhora nada, não se empreende nada. Felizmente assim não acontece em Uberlândia, que gosta de andar na moda, de saber dos últimos figurinos. (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1956, p. 1)

E em 1972:

Uma cidade linda, chamada metrópole do Triângulo. Chamada com razão, chamada porque é de fato a mais importante, a mais rica, a mais bonita das joias deste rincão mineiro. Uberlândia, assim como quem não quer nada, impôs sua liderança numa vasta faixa que não é simplesmente Triângulo, ampliou, dimensionou para todo o Brasil Central. (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1972, p. 6)

As matérias aqui colocadas representam uma faceta dessa sociedade uberlandense ufanista, de feitos grandiosos e características conquistadoras, comprometidas com suntuosos projetos modernizadores. Porém, é valioso salientar que existiam partes dessa mesma cidade alheia a esses ideais; a diversidade de ideias e concepções é inerente a qualquer sociedade.

O município de Uberlândia, particularmente, se apresenta a todos como um admirável símbolo de progresso, digna de receber maior visibilidade do poder nacional e maiores investimentos; projeta uma imagem de unidade e coesão social, uma unidade de pensamentos e princípios, evoca uma unidade perfeita de sociedade que caminha de forma harmoniosa em prol de projetos que farão o bem para toda comunidade, uma concepção totalizante que desconsidera eventuais discordâncias. Essa postura progressista e a perpetuação dessa imagem ilusória proporcionam a reprodução dos grupos responsáveis por ela, mas não representam o

todo. Nessa perspectiva, os projetos políticos são elaborados pela elite local, incorporados e, por vezes, legitimados pela população.

Esses projetos foram se definindo conforme a cidade se desenvolvia: eram apresentados em discursos, nos quais termos como “sociedade”, “grupos dominantes”, “homens ricos” e “povo”, eram utilizados como se houvesse uma unidade entre todos, como se os interesses fossem os mesmos. O objetivo desses discursos era o de buscar apoio popular para projetos que nem sempre eram interessantes ao “povo”, mas que perpetuavam como se toda a população fosse beneficiada. Assim, tais projetos eram implantados pelas elites locais.

Ressaltando a ordem e o progresso da sociedade como interesse de todos – e não de um grupo ou classe social – e valorizando o trabalho como meio justo de produção de riquezas, a burguesia produz um discurso ideológico onde a desigualdade social é escamoteada. (OLIVEIRA, 1992, p. 44)

De acordo com o discurso, a ordem e o progresso aliados ao trabalho eram o caminho para o desenvolvimento de toda a sociedade, que se beneficiaria dos resultados advindos do crescimento econômico e, assim, as desigualdades sociais seriam minimizadas.

Segundo Machado (2003), o discurso da ordem e progresso, constituído no seio da sociedade uberlandense, pode ser traduzido nos grandes projetos desenvolvimentistas defendidos e implementados no município. É importante salientar que a expansão dos vários setores da economia uberlandense é resultado do desenvolvimento de projetos políticos, econômicos e culturais que aproveitaram as conjunturas existentes, ou seja, os cenários postos.

Ainda nos primórdios do município – então denominado Uberabinha –, o anseio pelo progresso já se fazia presente, como mostra um relato do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) da UFU: “A sociedade do Uberabinha queria o progresso, mas para isso seria preciso elaborar um projeto político e muito trabalho. Aos homens ricos coube elaborar esse projeto e às pessoas trabalhar muito para que esse projeto fosse hoje uma realidade” (CDHIS, 1988, s/p).

Esse movimento das elites locais está presente em todo o percurso do município: esteve presente na interferência para a rota da estrada de ferro Mogiana, na instalação da energia elétrica, na implementação do departamento de água e esgoto, na construção das estradas de rodagem, na instalação de um distrito industrial, na criação de escolas, na implementação da universidade e em sua federalização.

Mostrou-se presente também na construção de Brasília. O jornal Correio de Uberlândia reportou os benefícios de se transferir a capital do país do Rio de Janeiro para a região central

do país, uma área de cerrado; na matéria de capa, o então jurista Jacy de Assis⁴¹ encabeçou a campanha favorável à mudança, e em vários trechos ressalta que, apesar de favorável ao governo de Juscelino Kubitschek, o apoio não era político⁴².

Os movimentos acompanham o desenrolar da história: no século XIX e meados do século XX o processo de urbanização das cidades brasileiras tinha como símbolos as estradas ou ferrovias, as indústrias, as usinas hidrelétricas e as grandes obras urbanas. No início do regime republicano, o significado de desenvolvimento incluía o crescimento do comércio, investimentos em saneamento básico, água, iluminação e cultura. Já no século XX as universidades, localizadas nos grandes centros urbanos, passam a ser símbolo de progresso e modernidade. O processo de interiorização do ensino superior, iniciado na década de 1950 e fomentado pelo governo dos militares após a década de 1960, propicia a criação de cursos superiores em cidades ávidas pelo progresso; além disso, acreditava-se ser este o caminho para o recebimento de verbas públicas na economia local (PRIETO, 2005).

Por essa razão principal – o desejo da sociedade uberlandense, representada por uma elite de intelectuais, políticos, fazendeiros e comerciantes, de implantar a educação superior aqui, facilitado pelas boas relações políticas com o governo federal – Uberlândia passou a ser palco de lutas pró-ensino superior, primeiro, pela implantação de faculdades particulares, depois, para que elas fossem reconhecidas e assumidas pelo poder público. (PRIETO, 2005, p. 88)

Outra consequência proveniente do processo desenvolvimentista foi o fortalecimento do poder político de Uberlândia, mesmo porque a população passou de 54.874 habitantes em 1950 para 125.706 em 1970 (vide Tabela 6), elevando o colégio eleitoral a respeitáveis proporções, o que acarretou a inserção de representantes dos grupos dominantes na esfera estadual e federal, pessoas com a tarefa de defender os interesses desses grupos. Isto significa que houve uma ampliação dos canais de reivindicações de verbas e melhorias para o município, principalmente no que se refere ao ensino superior.

Nas esferas federais e estaduais, até a década de 1950, o município de Uberlândia não tinha projeção política; a matéria do Jornal “O Repórter” ilustra as frustrações provenientes dessa informação,

⁴¹ Fundador da Faculdade de Direito. Iniciou sua trajetória em Buriti Alegre/GO, onde foi vereador nomeado, Constituinte Estadual e Deputado Estadual (Coligação). Em 1937 vem residir em Uberlândia e inicia sua carreira jurídica como advogado e promotor de justiça, até que se torna professor e o primeiro diretor da Faculdade de Direito. Entre 1967 e 1971, retorna a Goiás para ser Procurador Geral do Estado.

⁴² Matéria intitulada “Uberlândia a favor de Brasília: ao lado da mudança”. Correio de Uberlândia, 19 jan. 1960, capa.

Figura 7 - Jornal O Repórter - Uberlândia e seus políticos

O REPORTEER

Redação e Oficinas: Avenida João Pinheiro, 333 UBERLÂNDIA — MINAS

ANO XXIII | Uberlândia, Sexta-feira, 3 de Janeiro de 1956 | N.º 2.429

Uberlândia e seus políticos

Cada dia que passa, mais se comprova a inépcia dos políticos de Uberlândia; mais se comprova que infelizmente os nossos políticos não o são na realidade, pois sempre demonstram ser comerciantes, e bons comerciantes mesmo. Todos estamos cansados de culpar os governos Estadual e Federal, por se esquecerem de Uberlândia, nada fazendo por ela. Entretanto, se analisarmos com frieza e serenidade a situação, veremos que a culpa em grande parte é nossa, pois não sabemos manter os contatos necessários com aqueles poderes públicos.

Falou-se por exemplo, que Uberlândia teria uma Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho; a Junta foi para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria uma Faculdade de Medicina; a Faculdade de Medicina foi para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria uma Faculdade de Engenharia; a Faculdade foi para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria um Batalhão do Exército; o Batalhão vai para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria os grandes armazens para depósito de cereais e víveres, construídos pelo Ministério da Viação; os armazens foram para Uberaba e Araguari. O Departamento dos Correios e Telégrafos construiu em Uberlândia um pequeno prédio que mal cabe a rua instalação; em Uberaba, o mesmo D.C.T. construiu um verdadeiro palácio. Falou-se que o Triângulo Mineiro teria uma Secretaria no Governo Bias Fortes; se isto for concretizado, o Secretário não será de Uberlândia. Os Bancos constroem grandes e notáveis prédios para suas agências nas diversas cidades como Uberaba e outras; para Uberlândia, onde realizam os maiores negócios, vêm aluguar pequenos cômodos e se instalam mais ou menos. São tantos os casos a citar, que precisaríamos mais que uma folha deste jornal para relacioná-los.

Com a citação da vizinha cidade de Uberaba, nos exemplos mencionados, não queremos de maneira alguma desmerecê-la do que recebeu dos poderes públicos e de particulares; aquela importante cidade Triangulina, de fato tem merecido tudo isto, pois tem homens públicos capazes de o conseguir, e o fazem.

Uberlândia tem tudo, e na realidade não tem nada. É considerada a segunda cidade do Estado de Minas, em arrecadação estadual, federal, e municipal; na arrecadação dos Institutos de Previdência social; no movimento comercial é pioneira; no movimento bancário, tem excepcional classificação; o movimento rodoviário é o primeiro do Estado; o movimento ferroviário suplanta as demais cidades mineiras; o movimento postal é extraordinário; entretanto, nada disso nos tem proporcionado melhores condições para o nosso desenvolvimento.

Se, com as novas administrações Estadual e Federal, os homens públicos Uberlandenses não conseguirem solucionar os nossos principais problemas, esses mesmos homens serão os únicos responsáveis pelos prejuízos que vêm causando ao progresso e ao desenvolvimento de Uberlândia.

Wilson Ribeiro da Silva

MAQUINAS DE COSTURA PFAFF E ALFA

ZIG ZAG com 2 agulhas
Caseiam Prega Botões e
Chuleia

Maquinas de costura
PFAFF de Zig Zag




vá hoje mesmo a
CASA AGUIAR
Pr. Dr. Antonio Carlos 40



NOVA E APERFEIÇADA! RUF INTRMAT

- a moderna máquina que reduz de
70% o serviço de contabilidade

O processo RUF reduz a um terço o serviço de contabilidade pela simultaneidade dos lançamentos em vários registros. A RUF-Intrmat aumenta ainda mais o rendimento do processo RUF pela dupla alimentação frontal de formulários de tamanhos diferentes e pela eliminação do pa-

Fonte: Jornal O Repórter (1956b).

Transcrição da matéria veiculada:

Uberlândia e seus políticos

Cada dia que passa, mais se comprova inépcia dos políticos de Uberlândia; mais se comprova que infelizmente os nossos políticos não o são na realidade, pois sempre comerciantes e bons comerciantes mesmo. Todos estamos cansados de culpar os governos Estadual e Federal, por se esquecerem de Uberlândia, nada fazendo por ela. Entretanto, se analisarmos com frieza e serenidade a situação, veremos que a culpa em grande parte é nossa, pois não sabemos manter os contatos necessários com aqueles poderes públicos.

Falou-se por exemplo, que Uberlândia teria uma Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho; a Junta foi para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria uma Faculdade de Medicina; a Faculdade de Medicina foi para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria uma Faculdade de Engenharia; a Faculdade foi para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria um Batalhão do Exército; o Batalhão vai para Uberaba. Falou-se que Uberlândia teria os grandes armazens para depósito de cereais e víveres, construídos pelo Ministério da Viação; os armazens foram para Uberaba e Araguari. O Departamento dos Correios e Telégrafos construiu em Uberlândia um pequeno prédio que mal cabe a rua instalação; em Uberaba, o mesmo D.C.T. construiu um verdadeiro palácio. Falou-se que o Triângulo Mineiro teria uma Secretaria no Governo Bias Fortes; se isto for concretizado, o Secretário não será de Uberlândia. Os Bancos constroem grandes e notáveis prédios para suas agências nas diversas cidades como Uberaba e outras; para Uberlândia, onde realizam os maiores negócios, vêm

alugar pequenos cômodos e se instalam mais ou menos. São tantos os casos a citar, que precisaríamos mais que uma folha deste jornal para relacioná-los.

Com a citação da vizinha cidade de Uberaba, nos exemplos mencionados, não queremos de maneira alguma desmerecê-la do que recebeu dos poderes públicos e de particulares; aquela importante cidade Triangulina, de fato tem merecido tudo isto, pois tem homens públicos capazes de o conseguir, e o fazem.

Uberlândia tem tudo, e na realidade não tem nada. É considerada a segunda cidade do Estado de Minas, em arrecadação estadual, federal, e municipal; na arrecadação dos Institutos de Previdência social; no movimento comercial é pioneira; no movimento bancário, tem excepcional classificação; o movimento rodoviário é o primeiro do Estado; o movimento ferroviário suplanta as demais cidades mineiras, o movimento postal é extraordinário; entretanto, nada disso nos tem proporcionado melhores dádivas para o nosso desenvolvimento.

Se, com as novas administrações Estadual e Federal, os homens públicos Uberlandenses não conseguirem solucionar os nossos principais problemas, esses mesmos homens serão os únicos responsáveis pelos prejuízos que vêm causando ao progresso e ao desenvolvimento de Uberlândia. Wilson Ribeiro da Silva

Houve uma acentuada mudança a partir da segunda metade dessa década, quando políticos uberlandenses se entrepuseram no cenário nacional. Nomes como Rondon Pacheco⁴³ (está entre os principais articuladores do ensino superior em Uberlândia) e Vasconcelos Costa⁴⁴, que se elegeram deputados federais, Homero Santos⁴⁵ (também figura entre os principais articuladores do ensino superior em Uberlândia) e Valdir Melgaço⁴⁶ como deputados estaduais, estão entrelaçados com a implementação de projetos desenvolvimentistas e modernizadores no município de Uberlândia no período aqui estudado.

No processo de criação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia, o envolvimento das lideranças e políticos locais foi incisiva, as influências locais possibilitaram a criação de cursos superiores no município, assim como ditaram as diretrizes fundamentais

⁴³ Rondon Pacheco, nascido em Uberlândia em 1919, foi vinculado à UDN durante toda a existência do partido. Foi Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, na gestão de Costa e Silva, e governador de Minas Gerais, de 1971 a 1975. No Legislativo mineiro, exerceu mandato de 1947 a 1951. Em 1959 foi eleito deputado federal e cumpriu vários mandatos. Entre 1961 e 1962 licenciou-se da Câmara dos Deputados para ocupar a Secretaria de Estado do Interior de Justiça de Minas Gerais. Depois, voltou à Câmara onde ficou até 1967. Nos anos 80, cumpriu seu último mandato como deputado federal (1983 a 1987). Texto disponível na Assembleia Legislativa de Minas Gerais: https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/livraria_legislativo/arquivos/memoria_rondon_pacheco.html.

⁴⁴ Vasconcelos Costa, prefeito de Uberlândia 1943/1945; Deputado(a) Federal - MG, PSD, Dt. Posse: 18/03/1947; Deputado(a) Federal - MG, PSD, Dt. Posse: 11/03/1951; Deputado(a) Federal - MG, PSP, Dt. Posse: 02/02/1955. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130617/biografia>.

⁴⁵ Homero Santos foi vereador em Uberlândia em 1954 e reeleito em 1958. Foi deputado estadual (1963-1970), deputado federal (1971-1987). Encabeçou a campanha “Pró Faculdade de Medicina em Uberlândia” e a “Comissão Pró Escolas de Ensino Superior” que foram revestidas de propagandas para o alcance do apoio da população e de autoridades regionais e nacionais em prol de cursos superiores no município de Uberlândia. Autor do projeto de autorização para funcionamento da universidade, em 1969, e também do Projeto de Federalização, em 1978. Informações disponíveis no livro “A vida de Homero Santos”.

⁴⁶ Valdir Melgaço, político, advogado e produtor rural. Foi deputado estadual por três mandatos consecutivos (1963-1975). Dirigiu o Jornal Correio de Uberlândia.

sobre qual tipo de curso deveria ser implantado, sua natureza e para que área deveria ser direcionado.

Nesse processo, destacamos a liderança do deputado Homero Santos como interlocutor e criador da Comissão “Pró-Escolas de Ensino Superior”, no ano de 1957. Os esforços conjuntos das lideranças locais, neste contexto, faziam parte do movimento nacional para expansão do ensino superior no país. (BORGES, 2020, p. 59)

O que se assistiu em Uberlândia no final da década de 1950 e nos anos posteriores foi o surgimento de uma série de cursos superiores, resultado não só da atuação dos políticos, mas principalmente pela unidade entre eles e a elite local. A influência dessa elite propiciou a formação de uma unidade na diversidade, pessoas ocupantes de espaços distintos dentro do contexto uberlandense, perpassando por políticos, empresários, profissionais liberais até líderes religiosos que, fomentados pelo poder da imprensa, conseguiram concretizar a implementação do ensino superior no município. Assim, para entender a natureza do ensino superior implementado, suas características e a forma como se desenvolveu, é necessário conhecer as motivações que impulsionaram esse grupo.

4.3 Uberlândia, descompasso entre o progresso e a educação

O município de Uberlândia vivenciou um grande índice de crescimento e desenvolvimento no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1960, especialmente se comparado a outras cidades da região. A conjuntura nacional propiciada pela política de interiorização da economia e a construção de Brasília impulsionou o desenvolvimento comercial e industrial de Uberlândia; contudo, se direcionarmos o foco para a educação e, em específico, para a educação superior, notaremos que houve um descompasso entre o progresso e a educação.

Ilar Garotti⁴⁷ entendia o cenário da seguinte forma,

O clima era de progresso, pois Brasília se preparava para ser sede do Governo Federal. A cidade de Uberlândia, geograficamente bem situada diante do panorama da nova capital, crescia assustadoramente na indústria, comércio e agropecuária. Por que não haveria de crescer também no aperfeiçoamento da cultura e do Ensino Superior? Uberlândia tinha todas as condições para receber Escola de nível superior. (GAROTTI, Mimeo, s/d, p. 1)

⁴⁷ Irmã da Congregação de Jesus Crucificado, foi diretora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia e vice-reitora da UnU.

Nas palavras do Sr. Durval Garcia⁴⁸,

Uberlândia, ali por volta dos idos de 50/60, apresentava um índice de crescimento e desenvolvimento material muito grande, já denotando o que seria posteriormente a cidade como um centro de atração de toda a região. Como uma cidade que se desenvolvia muito rapidamente, seu aspecto material denotava níveis positivos. Entretanto, Uberlândia, do ponto de vista da cultura, do ponto de vista da educação, mais especificamente, apresentava uma série de deficiências; o que existia nesse universo da cultura e da educação era muito reduzido. [...] A cultura universitária era inexistente. (CAETANO; DIB, 1988, p. 8)

O desenvolvimento do município podia ser vislumbrado de forma uniforme na indústria, no comércio e no agronegócio, contudo a educação e o ensino, essencialmente o superior, necessitavam de atenção e de investimentos.

O processo de urbanização iniciado após os anos de 1940, bem como o processo de industrialização e desenvolvimento vivido no país após os anos de 1950, foi abarcado pelo município de Uberlândia. Contudo, de acordo com a elite uberlandense, o movimento de descentralização do ensino superior e a sua interiorização não abrangeu o município na mesma velocidade.

Observa-se que, pelo interior, o ensino médio e o superior vem se ampliando de maneira positiva, provocando a descentralização. Ainda há pouco tempo, para um estudante cursar uma faculdade, tornava-se necessário sua ida para as capitais, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje em dia, graças à fundação de faculdades em cidades interioranas, já é possível a qualquer candidato realizar seus estudos em sua própria cidade ou na mesma região onde vive.

Essa descentralização do ensino superior e o aumento significativo de cursos médios nas principais cidades, vem tornando mais acessível ao povo o ensino antes quase que privilégio das classes bem situadas economicamente. [...] Uberlândia está, desde algum tempo, labutando para criar sua faculdade. (JORNAL GAZETA DO TRIÂNGULO, 1955, p. 2)

Dentro do contexto desenvolvimentista, as universidades e os cursos superiores são tidos como imprescindíveis para o desenvolvimento e modernização da nação, conforme apresentamos em capítulos anteriores, e a cidade de Uberlândia não só almejava escolas de cursos superiores como empreendeu esforços para conseguir implantá-lo. A implementação de faculdades em um município do interior do estado demonstrava a importância que a cidade adquiria no cenário regional, sobretudo pela articulação política entre diferentes níveis do poder público.

O Dr. Homero Santos, em uma entrevista gravada em abril de 1988, para o projeto Pró-Memória UFU, faz o seguinte relato:

⁴⁸ Vice-prefeito de Uberlândia (1983-1988) e professor do Departamento Sociais da UFU. Entrevista concedida ao projeto Pró Memória UFU.

Eu me lembro bem que nas férias, quando eu voltava do Rio para ver meus pais, e estimulado pela minha mãe Emília e pelo meu pai, Manoel, sempre me ocorria que Uberlândia precisava realmente de uma escola superior, tendo em vista inclusive as dificuldades que eles tinham em manter-me no Rio de Janeiro. [...] Então, em todas as férias, passei a escrever no jornal “O repórter” existente naquela época em Uberlândia, de propriedade do jornalista João de Oliveira, artigos procurando conscientizar a população local e as lideranças políticas no sentido de implantarmos em Uberlândia uma escola de nível superior [...]. (CAETANO; DIB, 1988, p. 12)

Quando confrontamos as fontes é possível perceber o importante papel desempenhado pela imprensa na propagação dos anseios desenvolvimentistas uberlandenses e a aspiração pelo ensino superior no município, ainda mais quando comparado à cidade de Uberaba, que no início dos anos de 1950 possuía escolas superiores como as de Filosofia, Odontologia, Direito, Medicina e, em 1956, conquistou a escola superior de Engenharia. Podemos evidenciar tais fatos por meio de matérias divulgadas nos jornais que antecedem os cursos superiores em Uberlândia, um montante de notícias fazendo alusão às faculdades de Uberaba, em detrimento da inexistência de ensino superior em Uberlândia, a saber:

Contando, como evidentemente conta, com credenciados estabelecimentos educacionais, **embora sem a boa sorte de Uberaba que já conquistou diversas escolas de ensino superior**, Uberlândia vem sendo, na região, o maior centro de atração cultural. (JORNAL O RÉPORTER, 1955, p. 1, grifo nosso)

A aprovação de uma faculdade de Engenharia para a cidade de Uberaba constituiu um gatilho de frustrações por ainda não se ter o ensino superior em Uberlândia. A matéria intitulada “Escola de Engenharia. Mas para Uberaba e não para Uberlândia”, nos traz: “Vibrantes de justo, merecido e significativo entusiasmo, as folhas diárias da cativante cidade de Uberaba noticiam a boa nova de fundação, ali, para dentro em breve, de uma ESCOLA DE ENGENHARIA, **sonho de há muito embalado pelos uberlandenses**” (JORNAL O RÉPORTER, 1955, p. 1, grifo nosso). A matéria informa que a novidade foi divulgada pelo deputado triangulino Mário Palmério em visita ao município de Uberaba, e complementa:

O fato nos leva à conclusão de que Uberlândia prossegue à mercê dos próprios destinos de terra de ninguém. Temos representantes no Parlamento Nacional, mas, não temo deputados que, como Mário Palmério, defendam as nossas causas comuns. Tudo fica, apenas, na urdidura daquelas promessas feitas, quando das campanhas eleitorais e que não passam de miragens, “neste deserto de homens e de ideias”. (JORNAL O RÉPORTER, 1955, p. 1)

Ainda sobre a escola de Engenharia em Uberaba,

Dizem – não conhecemos, ainda, a publicação do ato oficial – que Juscelino Kubitschek designou a vizinha cidade de Uberaba para sede de uma Escola de

Engenharia, melhoramento que, de há muito, vinha sendo por nós pleiteado. Se verdadeira a notícia os uberlandenses amargarão a mais cruel das decepções [...]. Lamentamos o fato, se positivo, porque Uberlândia perderá a oportunidade de possuir um estabelecimento do Ensino Superior, de que tanto necessita. (JORNAL O REPÓRTER, 1956, p. 1)

Após confirmada a publicação do ato oficial,

Aí, pois, a realidade dos fatos, ferindo, frontalmente, os interesses de Uberlândia, que, de há muito pleiteava esse melhoramento, [...] o que temos é a decepção de um ato inconsequente e início do negativismo político, causando efeitos constrangedores no seio de nossa gente. (JORNAL O REPÓRTER, 1956, p. 1)

Mesmo quando da comemoração de um benefício recebido, nesse caso a instalação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), a frustração por não ter o ensino superior estava presente. Podemos observar tal fato na divulgação no Jornal “O Repórter” em 22 de março de 1958: “Até que afinal, somos distinguidos com um cometimento objetivo, oriundo do governo central, porquanto as nossas tentativas, visando outros favores, nunca foram consideradas, como se conclui das frustrações no que tange as escolas de ensino superior”.

“Uberlândia precisa se desenvolver!” era o lema daquele período,

Essa reivindicação prendia-se não apenas ao fato de que a cidade apresentava deficiências nas áreas de educação e cultura, mas também porque a vizinha cidade de Uberaba já havia conseguido implantar uma escola de Medicina, e, portanto, devido à antiga rivalidade entre essas cidades, a instalação em Uberlândia era uma questão de honra para as elites políticas locais. (SOARES, 1995, p. 161)

Podemos encontrar justificativas no insistente anseio por escolas superiores, para além da rivalidade com Uberaba, no crescimento acentuado da cidade de Uberlândia tanto na indústria como no comércio, e mesmo a nível demográfico, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 7 - População de Uberlândia por situação de domicílio, 1940-1970

Ano	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	22.123	20.056	42.179	52,5%	47,5%
1950	35.799	19.185	54.874	65,1%	34,9%
1960	71.717	16.565	88.282	81,2%	18,8%
1970	111.466	13.240	125.706	89,4%	10,6%
1980	231.598	9.363	240.961	96,1%	3,9%

Fonte: Censo Demográfico de Minas Gerais – 1940-1950-1960-1970-1980, <http://www.ibge.gov.br>.

Pela tabela podemos observar que após a construção de Brasília, nos anos de 1950, a população urbana dobrou em dez anos, ao passo que na população rural houve pouco

decréscimo. Processos como de industrialização, modernização do campo e expansão do setor comercial no país nas décadas posteriores refletiram no elevado aumento da população urbana, ao passo que a redução na população rural seguiu em ritmo diferente, deixando claro que, além da migração do campo para a cidade, houve a migração de pessoas oriundas de outras localidades para o município de Uberlândia.

Para entendermos melhor a relevância desses números: no Brasil o crescimento populacional total de 1940 a 1980, segundo o IBGE, foi de 188% – pulou de 41 milhões para 119 milhões –, enquanto Uberlândia alcançou o percentual de 471% (IBGE, 2023).

Durval Garcia, ex-vice prefeito, em depoimento para o projeto Pró-memória UFU, opina sobre a influência de Uberlândia no cenário regional pelo seu desenvolvimento na década de 1960:

Ao lado de ser um centro de fluxo e refluxo de toda a vida região, incluindo Mato Grosso e sul de Goiás, Uberlândia teve muita influência na construção da capital de Goiás, como posteriormente teria na implantação de Brasília. Há um aspecto histórico muito interessante que possibilitou isso. O término da estrada de ferro em nossa região era praticamente em Uberlândia. Todo produto manufaturado, industrializado de São Paulo chegava a Uberlândia pelos trilhos da antiga Mogiana e daqui era levado ao sul, ao norte, ao Mato Grosso através de caminhões. Isso criou um comércio muito grande e Uberlândia, lentamente começou a ser um grande empório, um centro de desenvolvimento comercial, o que se percebe até hoje, porque mesmo com o advento da indústria, Uberlândia ainda é uma cidade marcadamente comercial. E foi essa posição privilegiada de final de ferrovia, como uma espécie de boca de sertão, que possibilitou esse desenvolvimento material de início e, ao lado desse desenvolvimento, as iniciativas relacionadas às Faculdades, impulsionando Uberlândia e permitindo que o crescimento não fosse um crescimento apenas material, unilateral. (CAETANO; DIB, 1988, p. 10)

Essa ampliação da população urbana, pensada ao desenvolvimento comercial e industrial, tem como consequência o aumento na demanda de profissionais habilitados para atuar no próprio município. Havia demandas em todas as áreas: professores, médicos, engenheiros, economistas, advogados, contabilistas, entre outros. Assim surge a necessidade de se formar mão de obra especializada na própria cidade para suprir o mercado. Além disso, a criação de instituições de ensino superior exerce a função de conter o fluxo de estudantes que migram para outras regiões e proporciona um movimento inverso: traz para a cidade estudantes de outras regiões atraídos pela possibilidade de estudos.

Podemos perceber que a criação de instituições de ensino superior com características utilitaristas e a expectativa de utilização imediata dos profissionais formados para atender ao mercado local respaldou e influenciou as discussões do ensino superior a ser implantado em Uberlândia. Uma das preocupações das lideranças locais era estar em sintonia com as políticas

educacionais do governo federal, assim o ensino a ser implantado deveria atender as necessidades da região e ao mesmo tempo atender as diretrizes do governo.

No cenário nacional a função do ensino superior era pauta de discussão: a formação de profissionais voltados para o mercado de trabalho, a necessidade da pesquisa científica e a universidade como instrumento no processo de mudança para a sociedade, eram temas presentes nessas discussões. Nos resta investigar como essas discussões influenciaram a implementação do ensino superior em Uberlândia.

4.4 Ensino Superior como estratégia de desenvolvimento

O debate sobre a redemocratização no país, após a deposição do governo de Getúlio Vargas em 1945, culminou em movimentos pela modernização do país, projetos desenvolvimentistas com ênfase na industrialização marcaram o período. Em entrevista disponibilizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Rondon Pacheco computa ao pós-guerra a necessidade de mudança na mentalidade política no Brasil,

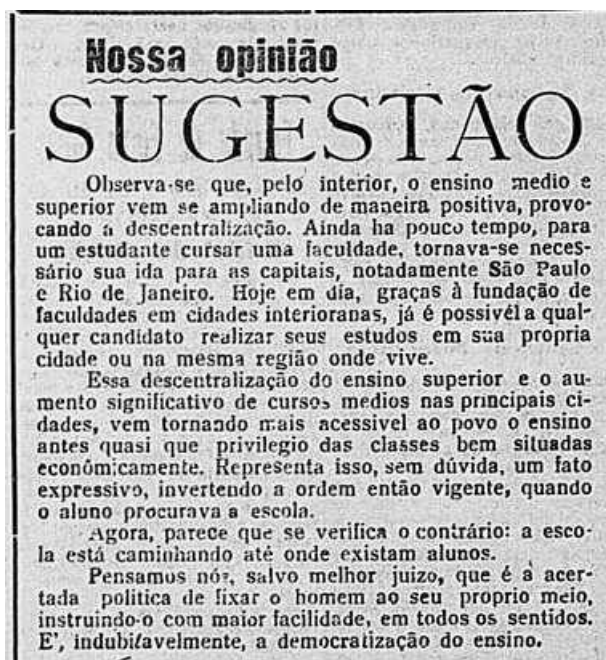
O que tínhamos antes de 1946? Nossa produção siderúrgica era incipiente, primária. Precisávamos de uma grande indústria siderúrgica. Quando Roosevelt veio ao Brasil pedir apoio para o “Corredor da Vitória”, Getúlio negociou com ele Volta Redonda. Foi o primeiro grande marco da industrialização brasileira. Com a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico, de várias agências de desenvolvimento, criou-se no pensamento político do brasileiro... O Plano Salte... Tudo foi equacionado no sentido de criarmos esse processo desenvolvimentista. Porque o Brasil precisava dar um grande arranque e sair do subdesenvolvimento. Foi isso que se cristalizou no pensamento político do país. Os militares vieram mais tarde, como grandes executores e planejadores, cuidando dos setores estratégicos do desenvolvimento. Selecionaram os setores mais dinâmicos da nossa economia. Mas isso também havia sido considerado no governo Juscelino: energia, transporte, siderurgia, a indústria de base. Foi o grande arranco na economia brasileira (MINAS GERAIS, 2003, p. 470)

Assim, a política de governo em âmbito federal, na década de 1950, apresentou movimentos pró-criação de escolas de ensino superior, essencialmente instituições privadas. De acordo com Cunha (2002, p. 48), “O Conselho Federal de Educação dava sua contribuição a esse ‘esforço’ da iniciativa privada, facilitando a concessão de autorização para funcionamento e credenciamento das faculdades particulares por se multiplicarem a cada dia”.

No interior do país, cidades como Uberlândia vivenciavam acentuado crescimento econômico com implicações demográficas, culturais e políticas que demandavam a implantação de escolas de ensino superior. O município dispunha de um numeroso contingente de alunos que almejavam a carreira universitária e não podiam se deslocar para os grandes centros a fim de concluir seus estudos, acarretando uma carência que seria suprida pela implementação do ensino superior na cidade.

A matéria do Jornal Gazeta do Triângulo ilustra tal afirmação:

Figura 8 - Jornal Gazeta do Triângulo, 05 de dezembro de 1955



Fonte: Jornal Gazeta do Triângulo (1955).

Transcrição da matéria veiculada:

Nossa opinião
SUGESTÃO

Observa-se que, pelo interior, o ensino medio e superior vem se ampliando de maneira positiva, provocando a descentralização. Ainda ha pouco tempo, para um estudante cursar uma faculdade, tornava-se necessário sua ida para as capitais, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje em dia, graças à fundação de faculdades em cidades interioranas, já é possível a qualquer candidato realizar seus estudos em sua propria cidade ou na mesma região onde vive.

Essa descentralização do ensino superior e o aumento significativo de cursos medios nas principais cidades, vem tornando mais acessível ao povo o ensino antes quasi que privilegio das classes bem situadas economicamente. Representa isso, sem dúvida, um fato expressivo, invertendo a ordem então vigente, quando o aluno procurava a escola. Agora, parece que se verifica o contrário: a escola está caminhando até onde existam alunos.

Pensamos nós, salvo melhor juízo, que é a acertada politica de fixar o homem ao seu proprio meio, instruindo-o com maior facilidade, em todos os sentidos. É, indubitavelmente, a democratização do ensino.

Outra matéria complementa que: “[...] era uma necessidade atual por parte de um município rico de ideais, rico de trabalho, rico de produção, rico de boa vontade e disposição em cooperar, rico sobretudo de moços à espera de escolas superiores” (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1959, p. 3).

Além disso, o projeto desenvolvimentista dos grupos dominantes reivindicava o estabelecimento do ensino superior no município, pois representava maior prestígio à cidade, e contribuiria para seu progresso. Cabia ao ensino superior a função de agregar maior desenvolvimento econômico, comercial e industrial no município e à região, além de beneficiar o poderio político. Para Fávero (1980, p. 09),

Na maioria das sociedades contemporâneas a procura e oferta de serviços educacionais de nível superior surgem, em geral, e se desenvolvem em vista dos objetivos da sociedade global, particularmente dos objetivos econômicos, determinados sobretudo pelos grupos que detém o poder.

Em Uberlândia, a implementação do ensino superior faz parte do projeto de desenvolvimento do município tais como as vias de comunicação, estradas de rodagem, fortalecimento do comércio, industrialização, aumento da representação política e consolidação do poder da elite local, elementos que subsidiaram a criação de escolas superiores.

Os grupos dominantes uberlandenses colocaram em prática os preceitos estabelecidos pelos governos da esfera federal, trabalharam com o entendimento que para existir o desenvolvimento de qualquer o município, região, estado ou país, faz-se necessária a integração de um conjunto de forças entre empresários, fazendeiros, comerciantes e imprensa, e projetaram a ideia de progresso e modernização ao povo. Esses preceitos integraram as Diretrizes do Governo em 1967 – Programa Estratégico de Desenvolvimento:

XIII – A luta pelo desenvolvimento exige a convocação de todas as lideranças: a da representação política, e dos órgãos e meios de comunicação social e a das classes trabalhadoras, empresariais, intelectuais e estudantis; [...] a fim de se obter o consenso nacional em torno dos objetivos básicos econômicos e sociais.
XIV – O desenvolvimento pressupõe, finalmente, a manutenção da ordem e das instituições, e a consequente criação de uma expectativa de segurança político social para os investimentos. (BRASIL, 1967c, p. 12)

Foi por meio desse conjunto de forças que as primeiras faculdades surgiram em Uberlândia na década de 1960, com exceção do curso superior de Música instituído em 1957, que, segundo Silva (2021, p. 107), “era uma instituição que não tinha status de faculdade — como teriam as outras, porém, trouxe em sua gênese o ensino superior, formando sua primeira turma no ano de 1961”⁴⁹.

De acordo com Jurez Altafin⁵⁰:

⁴⁹ Sobre o assunto, ver tese de Ruth de Sousa Ferreira Silva: Genealogia do Curso Superior de Música da Universidade de Uberlândia, MG (1957-69), 2021, Uberlândia/MG.

⁵⁰ Juarez Altafin formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, e exerceu os cargos de Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Juiz presidente da Justiça do Trabalho de Uberlândia. Foi o criador e docente da Faculdade de Ciências Econômicas

Aquela foi a década do começo da abertura do ensino superior no Brasil. Foi o início da época da sua democratização – ou massificação. Antes, de um modo geral, o ensino superior era ministrado nos grandes centros, elitizado, pois de difícil acesso para a população menos afortunada do interior. (ALTAFIN, 1997, p. 20)

Ainda de acordo com Altafin (1997), as faculdades surgiram no momento certo e de modo adequado ao progresso de Uberlândia e região, resultado do trabalho de idealizadores como Homero Santos e de pioneiros como Jacy de Assis, com grande ajuda de Rondon Pacheco e a acolhida amistosa do presidente Juscelino Kubitschek. O desenvolvimento do ensino superior veio contíguo ao crescimento comercial e industrial da cidade, acompanhado do fortalecimento político das lideranças locais; foi o resultado de um projeto comum da sociedade uberlandense apregoado pelas lideranças locais.

Esse período foi marcado pela intensificação dos movimentos da elite local e das mobilizações sociais em conjunto com a imprensa no sentido de concretizar a criação de Instituições de Ensino Superior em Uberlândia. “Uberlândia precisa de uma Faculdade” era a manchete do Jornal “O Repórter” em 1952⁵¹.

Em 1957 o então vereador Homero Santos constituiu a “Comissão Pró-Escolas de Ensino Superior”, na tentativa de fomentar debates e palestras em defesa de uma Escola de Ensino Superior no município.

José Peper Júnior⁵² faz o seguinte relato:

Eu nasci aqui, eu sou uberlandense. O que eu me lembro é que em Uberlândia, lá pelos idos da década de 1950, um grupo de idealistas sonhava com a criação de escolas superiores, como ocorreu em Uberaba. Recordo que foi organizada uma comissão pró-escolas superiores e Caio Manuel Frutuoso foi seu presidente. Essa comissão foi muito atuante: fazia palestras, inclusive no Rotary Clube e em outras associações de Uberlândia, procurando estimular e levar adiante a ideia de criação de escolas superiores. Não se cogitava ainda qual seria a primeira escola (CAETANO; DIB, 1988, p. 14)

Em Uberlândia as influências locais possibilitaram e ditaram qual o tipo de ensino seria criado, quais seriam as diretrizes fundamentais, o tipo de curso a ser implantado, sua natureza e áreas a serem direcionados. Uma das preocupações era permanecer em sintonia com as políticas educacionais do governo federal, para tanto era necessário que o ensino implantado

em Uberlândia e professor nas Faculdades de Direito e Engenharia. Foi vice-reitor e o primeiro reitor (1971-1975) da então Universidade de Uberlândia, a UnU, que deu origem à UFU.

⁵¹ Jornal O Repórter, 19 de janeiro de 1952. In: CAETANO, Coraly Gará; DIB, Míriam Michel Cury. A UFU no Imaginário Social. Uberlândia: UFU, 1988, p. 21.

⁵² Professor e ex-diretor da Faculdade Federal de Engenharia em entrevista gravada em março de 1988 para o projeto Pró-Memória UFU.

atendesse ao município e à região – em franco crescimento, além de seguir as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura.

Nesse contexto, o ensino superior deveria atender as demandas oriundas do desenvolvimento da região com a formação de mão de obra especializada; ou seja, formar profissionais para atuar nas áreas de educação, comércio, indústria, administração, etc., para assim suprir o mercado. Criou-se uma relação estreita entre a implantação das instituições de ensino superior e a imediata utilização dos formandos na conjuntura local, atribuindo a Uberlândia um ensino com características utilitaristas.

As faculdades de Direito, Filosofia Ciências e Letras surgiram em 1960 e de Ciências Econômicas em 1963, atendendo as necessidades do município: no caso da Faculdade de Direito, a necessidade justificou-se por existir um fórum em Uberlândia que demandava juristas e advogados, e a formação de novos profissionais na cidade atenderia essa demanda. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras representou o aumento no número de professores formados e aptos a ministrarem aulas no ensino primário e secundário que após a reforma de 1971 passam a ser escolas de primeiro e segundo grau⁵³, vislumbrando um aumento da demanda por esses níveis de ensino proveniente do processo desenvolvimentista. A Faculdade de Ciências Econômicas foi criada para fornecer ao comércio – que se encontrava em acelerado processo de desenvolvimento – mão de obra especializada para atender ao mercado.

As faculdades sugeriram, essencialmente, para atender ao progresso político e econômico do município; foram, então, resultado do empenho da elite local, que havia definido a criação de faculdades como parte do projeto desenvolvimentista. Logo surgiram a Escola Federal de Engenharia em 1965 e a de Artes em 1967; da aglutinação desses cursos superiores surgiu, em 1969, a Universidade de Uberlândia.

4.5 Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970

Em 1967 concomitante às discussões da reforma universitária e o papel a ser desempenhado pelo ensino superior no Brasil, o governo do presidente Costa e Silva – segundo governo após o golpe civil-militar, em substituição ao Marechal Castello Branco – por meio do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral elaborou um documento que “destina-se a orientar: I – A ação governamental em 1967; II – A elaboração do Plano Trienal do Governo (1968 a 1970), que deverá estar concluído ainda no corrente ano” (BRASIL, 1967c, p. 07). O documento traz entre os objetivos gerais:

⁵³ Hoje denominado ensino fundamental e médio.

Cabe, agora, ao Governo Costa e Silva – segundo Governo da Revolução – a importante missão de consolidar a obra revolucionária, e sobretudo, a de promover a aceleração do desenvolvimento.

O desenvolvimento há de ser, portanto, o nosso objetivo básico, que condicionará toda a política nacional, no campo interno como nas relações com o exterior. E há de estar a serviço do progresso social, isto é, da valorização do homem brasileiro. (BRASIL, 1967c, p. 6-7)

Aponta também os importantes princípios que definem a filosofia de governo, entre eles a educação: “IV – A educação é essencial ao desenvolvimento. Não poderemos admitir que, por falta de recursos humanos qualificados, venha a frustrar-se o esforço nacional do desenvolvimento ou comprometer-se a vocação democrática do povo brasileiro” (BRASIL, 1967c, p. 9-10).

O governo, no documento supracitado, reconhece a importância da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento do país, coadunando com discussões recorrentes anteriores ao golpe civil-militar (vide 2ª seção),

O Brasil está ciente da necessidade imperiosa de manter-se atualizado em relação ao progresso científico e tecnológico mundial, e do fato de que os investimentos nessa área podem constituir uma das formas mais eficientes de vencer etapas de desenvolvimento e eliminar o atraso econômico. (BRASIL, 1967c, p. 62)

Ao mesmo tempo em que fica clara no documento a necessidade de uma educação voltada a capacitar a população para o mercado de trabalho, o caráter utilitarista da educação está presente em todo o planejamento educacional.

O Governo procurará mobilizar a opinião pública para a importância da Educação. Além do aperfeiçoamento do homem em si mesmo, e de sua ascensão social através da educação, é imperioso despertar a consciência nacional para a urgência de nossas necessidades de mão-de-obra, na quantidade e qualidade exigidas pelo processo de desenvolvimento. (BRASIL, 1967c, p. 62)

Nesse cenário, cabe ao ensino superior,

Concentração de esforços no sentido de atender as necessidades previstas, com relação às especializações prioritárias para o desenvolvimento econômico e social (engenheiros, químicos, médicos, etc.); desenvolvimento de um programa de formação de pessoal intermediário (“práticos”) nas especialidades cabíveis; melhoria da capacidade de atendimento da rede universitária, notadamente pela melhor utilização das instalações existentes e, quando cabível por uma política racional de construções, visando à eficiência não aparatosa; solução do problema crônico dos excedentes, bem como do relativo à remuneração do magistério superior, de forma a elevar a eficiência do sistema e o nível de trabalho científico; modificação progressiva do sistema de financiamento do ensino superior. (BRASIL, 1967c, p. 63-64)

Conforme proposto, por meio do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o governo do presidente Costa e Silva, tendo como chefe do Gabinete Civil Rondon Pacheco, Jarbas Gonçalves Passarinho como ministro do Trabalho e Previdência Social e Tarso de Moraes Dutra como ministro da Educação e Cultura, elaborou o Plano Trienal do Governo, denominado “Programa estratégico de desenvolvimento 1968-1970”, que aborda ações em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Dentre as áreas estratégicas abordadas pelo documento é relevante a esse estudo a área estratégica IX – Infraestrutura Social: “Educação e Recursos Humanos”. Segundo o documento apresentado, é imprescindível uma reforma do sistema educacional que consista em “proporcionar as lideranças de que o país precisa, transmitir o gênio criador e a cultura brasileira e preparar recursos humanos para o desenvolvimento (construção da nova sociedade)” (BRASIL, 1969b, p. 9).

O Programa Estratégico de Educação e Recursos Humanos, conforme previsto, aponta a educação como “instrumento do “desenvolvimento”, cujos objetivos básicos são a “aceleração do desenvolvimento econômico”, o “progresso social” e a “expansão das oportunidades de emprego de mão de obra” (BRASIL, 1969b, p. 9-10). Estão explicitados nesse documento da seguinte forma:

No momento em que [...] se pretende dar grande impulso para a efetiva retomada do desenvolvimento, é preciso situar a Educação na primeira linha de ataque, expandindo-a e reformulando-a para que constitua, realmente, poderosa arma a serviço da aceleração do desenvolvimento, do progresso social e da expansão do emprego.

Como instrumento de aceleração do desenvolvimento, o relevante papel da educação resulta principalmente de sua importância para o progresso tecnológico [...]. O progresso tecnológico, em sentido amplo [...], é estreitamente dependente do desenvolvimento educacional, que não apenas assegura a maior especialização do fator trabalho, mas inclui as melhores formas de organização e novos métodos, assim como a própria expansão da pesquisa científica e tecnológica [...].

Como instrumento de progresso social, a educação brasileira irá assegurar a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, criando o quadro institucional necessário à valorização do homem brasileiro e, notadamente, assegurando a democratização de oportunidades [...]

Como instrumento de expansão de oportunidades de emprego a educação devera preocupar-se, de um lado, com a preparação geral (não especializada) do estudante brasileiro, para a vida em comum numa sociedade moderna, através do ensino primário e médio ginasial e, de outro, com a qualificação da mão-de-obra para a vida de trabalho, mediante ensino técnico, profissionalizante a nível colegial e superior (BRASIL, 1969b, p. 10-11, grifos nossos)

À educação coube efetivo papel no processo de desenvolvimento da nação que estava estritamente ligado ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Papel esse que

permeou as discussões e o imaginário educacional ainda na década de 1920. O programa de desenvolvimento compreendia todos os níveis de ensino, conforme mostra a passagem a seguir:

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar a ideia, já indicada, de que a escolarização do nível primário deve alcançar a totalidade da população. O ensino médio, também oferecido a todos, deve representar, em numerosos casos, o término da escolarização formal, habilitando o indivíduo a ingressar, imediatamente, na força de trabalho, embora tornando-o apto a prosseguir, em qualquer época, um aprendizado de maior diferenciação. **Os cursos universitários constituem o escalão mais elevado da educação nacional, devendo ser oferecidos, como oportunidade, aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível** (BRASIL, 1969b, p. 16, grifos nosso)

Segundo o documento, por meio do “Programa Estratégico” a educação brasileira se transformaria rapidamente no sentido de atingir seus objetivos primordiais: a formação de uma estrutura de recursos humanos condizentes com as necessidades econômicas e sociais do país e o aprimoramento do processo de democratização de oportunidades, indispensáveis ao seu aperfeiçoamento público e social.

Para que essa transformação do ensino acontecesse, foram traçadas as linhas de ação e medidas para a sua implementação. No que tange ao ensino superior e tendo como referência as carreiras de maior significação para o desenvolvimento, o programa traz como linhas de ação: aumento no número de vagas por meio da melhor utilização da infraestrutura e demais fatores existentes nas universidades; expansão da capacidade instalada no sentido de evitar desperdícios de recursos e assegurar a eficiência; criação ou ampliação de vagas para carreiras curtas de nível superior, para atender as necessidades da indústria, agricultura e saúde; aceleração da Reforma Universitária para maior eficiência e modernização da universidade brasileira; desenvolvimento das atividades de pesquisa cuja prioridade recai sobre o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; integração da universidade com os programas de desenvolvimento; e integração do estudante, na universidade e nos programas de desenvolvimento (BRASIL, 1969b).

Dentre as finalidades da Reforma Universitária, segundo o documento, estão:

- ampliação e diversificação da formação superior[...]; intensificação da pós graduação em nível de mestrado e doutorado, a fim de formar pessoal docente qualificado e proporcionar recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento [...];
- **associação progressiva das instituições isoladas de ensino superior às Universidades da região em que se situam;**
- reestruturação da universidade [...];
- maior captação de recursos diretos da comunidade para custeio e financiamento do sistema. (BRASIL, 1969b, p. 41-42, grifos nossos)

De acordo com o documento, “Deverão merecer igual tratamento na Universidade, sendo desenvolvidas paralelamente, as atividades do magistério e de pesquisa, a formação profissional e a científica” (BRASIL, 1969b, p. 58). A pesquisa científica compreende dois sentidos: ela poderá ser voltada para os resultados específicos que possa obter descobertas de cunho teórico ou de aplicações práticas; ou poderá ser utilizada como meio de formação acadêmica na instalação de uma mentalidade científica nas futuras elites egressas da universidade. Além disso, as atividades de pesquisa – pura ou aplicada –, pela repercussão que têm no meio em que se desenvolvem, devem atrair expressiva soma de recursos.

No que diz respeito ao financiamento do ensino superior, o documento sugere a adoção gradual de esquema que permita aumentar a participação direta da comunidade no financiamento dessa modalidade de ensino, por meio de: pagamento de anuidades por alunos de alto nível de renda; de financiamento, sujeito a reembolso a longo prazo, de bolsas para alunos de renda familiar acima de certo nível; e concessão de bolsas de manutenção, além da gratuidade de ensino aos alunos de baixa renda familiar (BRASIL, 1969b, p. 58).

Interessante observar que na parte referente aos recursos destinados à educação, o programa não faz alusão ao auxílio financeiro proveniente dos acordos MEC-USAID. Nos Quadros 38 e 39 do documento (BRASIL, 1969b, p. 94-95) são apresentados os dispêndios em educação; ali consta a fonte “recursos externos”, mas também aí os acordos não são explicitados. Conforme mencionado anteriormente, os acordos ficaram em sigilo, somente foram divulgados anos depois.

O governo estabelece no documento que a ação federal na educação se dará por meio de um conjunto de programas e projetos que serão prioritários, tendo em conta as diferentes funções que a ação federal deve assumir nos vários níveis de ensino.

4.6 A cidade de Uberlândia sob a égide da ditadura civil-militar

O estado de Minas Gerais esteve ligado ao regime militar desde o início. O governador de Minas Magalhães Pinto (1961-1966), que tinha entre seus principais objetivos a industrialização de Minas, participou de uma grande articulação para impedir a posse do vice-presidente João Goulart (Jango) após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Isto porque Jango estava associado a reformas que não agradavam membros da elite brasileira (OLIVEIRA, 2002).

O governador de Minas não deu trégua a Jango. Ele articulava com militares, em outubro de 1963 se encontrou com o general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Infantaria Divisionária de Belo Horizonte, e o general Olímpio Mourão Filho, sediado

em Juiz de Fora. Um novo encontro foi realizado no dia 28 de março de 1964. Nessa reunião estavam o marechal Odílio Denis e o general Carlos Luís Guedes. Foi, então, tirada uma data para a derrubada de Jango: 2 de abril. O general Mourão desrespeitou o combinado e, no dia seguinte, seguiu com a tropa para o Rio de Janeiro, surpreendendo a todos que organizavam o golpe, como Castelo Branco, que ainda tentou fazer Mourão retornar para o quartel. Castelo Branco tomou posse no dia 15 de abril, com previsão para novas eleições em 1966. Apesar dos mineiros estarem à frente de muitas articulações e terem sido os primeiros a colocarem a tropa nas ruas, Minas ficou fora dos centros de poder estatal. (AMARAL, 2021, p. 50)

Magalhães Pinto se aliou ao General Costa e Silva que, ao substituir o marechal Castelo Branco, nomeou o ex-governador de Minas ao cargo de ministro das Relações Exteriores (1967-1969) e em 1970 foi indicado à vaga de senador por Minas. Nesse mesmo período, Rondon Pacheco foi escolhido pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici para assumir o governo de Minas Gerais, na condição de governador (imposto pelo regime) (1971-1975).

Rondon Pacheco, nascido em Uberlândia em 1919, apoiador do movimento político militar de 1964, foi vice-líder do governo Castelo Brando entre 1964 e 1965 e Ministro da Casa Civil do Brasil (1967-1969) no governo do presidente Costa e Silva. No período de 1971 a 1975 foi governador do estado de Minas Gerais, eleito pela assembleia legislativa. A trajetória política do ex-governador Rondon Pacheco está diretamente ligada a fatos políticos ocorridos no Brasil, em Minas Gerais e no município de Uberlândia no período aqui estudado (MINAS GERAIS, 2003).

Diversos projetos industriais em parceria com o governo federal e o capital estrangeiro foram implantados em Minas Gerais, com destaque ao investimento em projetos de energia elétrica com a construção da hidrelétrica de São Simão e a termelétrica Igarapé, além da construção de dois mil quilômetros de estradas de rodagem, buscando a integração interestadual e sua articulação com o sistema rodoviário nacional⁵⁴.

A cidade de Uberlândia, principalmente por ter a figura de Rondon Pacheco como parte integrante do governo, esteve próxima ao governo dos militares. Como político uberlandense foi responsável por imbuir uma mentalidade política local ao estilo da política militar, no sentido de moldar os interesses do local e do regional ao nacional. Nesse cenário, essa estreiteza de relações impulsionou o desenvolvimento do município e a criação da Universidade de Uberlândia. Para sustentar tais afirmações, coube a tarefa de buscar um diálogo com as fontes.

⁵⁴ Ver PACHECO, Rondon. Entrevista concedida em Uberlândia, em set. 2000, e veiculada no site Museu Virtual de Uberlândia. Disponível em <http://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/site/london-pacheco>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Ao analisar trabalhos bibliográficos publicados por grandes editoras, sobre a década de 1960, o Regime Militar e o governo implementado após 1964 encontramos vasto acervo no que se refere especialmente ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, produções que demonstram o cenário nacional e remetem à ideia de algo distante do interior do país. Diante de tal fato, para complementar o cenário, recorreremos à imprensa local e às atas da Câmara Municipal na busca de especificidades do município de Uberlândia, dentro do contexto da ditadura civil-militar, possibilitando uma análise dos movimentos políticos locais e a relação com a elite local dominante, ações que impactaram no desenvolvimento da cidade e propiciaram a criação da Universidade de Uberlândia.

Para tanto, é necessário traçar um cenário da imprensa uberlandense na década de 1960 a fim de averiguar quais os sujeitos organizavam a produção das matérias e quais os interesses integravam o processo. No contexto político, no mesmo período, os partidos de maior influência e representatividade em todo o estado de Minas Gerais eram a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrata (PSD), ambos representantes também da elite local uberlandense. Apesar das disputas locais, os interesses desenvolvimentistas predominavam.

Na década de 1960 a imprensa de Uberlândia era formada por quatro emissoras de rádio: Cultura, Difusora, Educadora e Bela Vista; e por quatro jornais impressos: Correio de Uberlândia, O Triângulo, O Repórter e Tribuna de Minas (FERNANDES, 2008).

A Rádio Difusora e a Bela Vista eram de responsabilidade de Geraldo Mota Batista, filiado ao PSD, que depois fundou o Partido Republicado (PR) e foi prefeito de Uberlândia no período de 1958 a 1961 por este partido. A Rádio Educadora foi adquirida por João Naves de Ávila, fazendeiro e proprietário do frigorífico Omega, José Zacarias Junqueira, fazendeiro, e Guiomar de Freitas, fazendeiro e proprietário do frigorífico Caiapó; todos os membros da UDN.

Os jornais “Tribuna de Minas” e o “Correio de Uberlândia” também pertenciam a cotistas atuantes no comércio de produtos ligados a agropecuária, produtores rurais e donos de frigoríficos, figuras ligadas à UDN e Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Entre os proprietários do jornal “Correio de Uberlândia” estavam João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos e Alexandrino Garcia; Valdir Melgaço Barbosa, vereador e deputado pela UDN, assumiu sua direção em 1952, onde permaneceu por toda a década de 1950 e de 1960.

O jornal “O Triângulo” era de propriedade de Renato de Freitas, dono da Gráfica do Triângulo Ltda, que foi prefeito de Uberlândia de 1967 a 1970 e de 1973 a 1976 pelo PSD, e Rafael Marino Neto, vereador de 1956 a 1960 também ligado ao PSD, assim como Arthur de Barros e João de Oliveira, proprietários do jornal “O Repórter”.

Um mês após o golpe civil-militar entrava no ar a TV Triângulo. A concessão foi obtida por Edson Garcia Nunes, empresário da construção civil e filho de proprietários rurais, contudo, grande parte da programação era oriunda da compra de *videotapes*, sendo que os programas mais comprados eram as transmissões de jogos de futebol, novelas e os festivais da Jovem Guarda (FERNANDES, 2008).

Esse cenário possibilita constatar que a imprensa uberlandense, na década de 1960, sustentava posicionamentos sociais, políticos, econômicos e administrativos vinculados a partidos políticos e a serviço de um grupo de pessoas – a elite local –; e mais, serviam de instrumento para propagar um projeto de sociedade que correspondesse ao interesse desses grupos e partidos.

Apesar de não ser uma esfera dominada por um único posicionamento, era uma área de atuação dos políticos, que eram ao mesmo tempo proprietários rurais atuantes em investimentos iniciais para a industrialização da cidade, ou seja, mudam as formas de lucro, mas a classe que as desfruta continua a mesma e, por mais que houvesse disputa, as que apareciam dentro dessa rede de imprensa da cidade estavam imbuídas de um ideal econômico liberal de sociedade. (FERNANDES, 2008, p. 30)

Assim, é importante ressaltar que as matérias divulgadas nos principais jornais eram produzidas pelos mesmos sujeitos presentes na Câmara Municipal, os posicionamentos políticos apresentados na imprensa aparecem nas atas da câmara como projetos e políticas públicas para a cidade. Ou seja, os jornais serviam como instrumento para naturalizar as propostas e votações dessas políticas públicas que visavam atender ao mesmo grupo articulador dos jornais e presente na câmara de vereadores.

Mesmo não havendo um consenso político na imprensa de grande circulação, as divergências se davam entre projetos com os mesmos objetivos desenvolvimentistas, traziam a cidade de Uberlândia como uma cidade próspera e com necessidade de indústrias que impulsionassem o seu desenvolvimento, um posicionamento local que coadunava com o discurso nacional desenvolvimentista bradado pelo governo dos militares.

A imprensa, formada e dirigida pela elite local uberlandense, demonstrou nítido apoio ao governo dos militares. Após o golpe, o Jornal Correio de Uberlândia publicou uma reportagem em nítida comemoração ao fato. A manchete, intitulada de “Marcha pela liberdade”, enfatizou o movimento de milhares de uberlandenses que foram para as ruas no dia 2 de abril, retratando a manifestação sob holofotes:

A monumental Marcha com Deus pela Liberdade foi uma festa do povo autêntica e espontânea. Mas foi também uma demonstração de que Uberlândia está ao lado da ordem, da democracia, em campo oposto ao comunismo ateu e desagregacionista,

destruidor da família brasileira. As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim, todas as classes sociais disseram “presente” à marcha simbolizando o “não” ao totalitarismo que se tentou impor ao Brasil livre. (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1964, p. 1)

O “retorno da democracia” foi reportado pela imprensa,

Figura 9 - Reportagem da página 3 do Correio de Uberlândia de 07 e 08 de abril de 1964



Fonte: Fernandes (2008).

Transcrição da matéria veiculada:

Correio Cumprimenta Líderes da Democracia

Em data de ontem endereçamos nos srs. Adhemar Barros e Magalhães Pinto, o segundo telegrama “Momento decisivo vida de nossa pátria quando ação heróica e patriótica de vossência e bravos genera's vg possibilitaram a restauração da democracia e legalidade congratulamo-nos pela atitude assumida com a certeza nosso integral apôio. Jornal CORREIO DE UBERLANDIA, Argemiro Evangelista Ferreira, diretor – Marçal Costa, redator-chefe”.

Ao titular do governo da Guanabara, sr. Carlos Lacerda dirigimos a seguinte mensagem: “Quando democracia é restituída à Pátria Brasileira, através do gesto histórico de defesa de vossência não poderíamos calar a nossa voz endereçando ao bravo governador da Guanabara e seus companheiros o irrestrito apôio e o mais franco aplauso. Possa a Democracia contar sempre com a combatividade e patriotismo

vossencia. Jornal CORREIO DE UBERLÂNDIA – Argemiro Evangelista Ferreira, diretor; Marçal Costa, redator-chefe”.

E ainda,

Há dois anos o Brasil era sacudido por um movimento armado, bem organizado e eficiente que teve por objetivo o restabelecimento da ordem, da hierarquia e afastamento da ameaça comprovada de subversão das instituições democráticas.

[...] O governo João Goulart existia como autêntica baderna. Derivava visivelmente para a área esquerdista e esquerdizante, com nítido avanço vermelho sob o influxo do representante soviético na América, Fidel Castro. A tática usada era a da subversão, do abuso da liberdade em detrimento de todos os postulados da verdadeira democracia. Incidentes se sucediam. Alguns de pequena monta; outros de grande envergadura.

[...] Jango teve a oportunidade de optar entre a Pátria, a subversão e a corrupção. Infelizmente optou mal. [...] a **Revolução** é um processo em marcha. Ela nos levará a um futuro grandioso, justamente aquele sonhado pelos patriotas de nossa História: Liberdade sem submissão; riqueza que não oprime, grandeza que não escraviza.

[...] A obra de 31 de março, há de completar-se para a felicidade de todos os brasileiros, pois não foi feita em benefício de grupos. Foi um trabalho patriótico para a salvação do povo brasileiro. (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1966, p. 3, grifos nossos)

A questão colocada com insistência pela imprensa é de que a “revolução” – o termo golpe militar ou golpe civil-militar não foi utilizado – visa um todo, uma atitude em prol do país, uma necessidade que traria benefícios ao Brasil, e enfatiza a questão de um futuro grandioso e próspero.

O ideal liberal industrial posto pelo regime militar interessava à elite uberlandense, considerando que os representantes dessa elite, conforme dito, possuíam cargos públicos, eram políticos, proprietários de bens imóveis e meios de comunicação na cidade e começavam a investir na industrialização ligada ao capital multinacional; assim, seriam eles os investidores e os beneficiários da expansão das indústrias em Uberlândia. A articulação com o governo militar e suas propostas abria a possibilidade de conseguir verbas para o município; coube à imprensa difundir esse ideal com o objetivo de atrair apoio e investidores externos.

As políticas econômicas do governo militar favoreciam os projetos desses sujeitos para Uberlândia. E como estes não estavam preocupados com as desigualdades, exploração e torturas, o Regime era a forma coerente e organizada de que necessitavam para “construir a Cidade Jardim” e sua memória no jornal, que colocava uma determinada linearidade na necessidade do desenvolvimento da cidade, a fim de determiná-lo como incontestável, coerente, hegemônico. (FERNANDES, 2008, p. 66)

A imprensa uberlandense, a exemplo da imprensa nacional, se mostrou forte aliada ao golpe civil-militar de 1964 e na consolidação do regime autoritário no país. Rondon Pacheco, representante da elite uberlandense no governo dos militares, teve os meios de comunicação

presentes em sua trajetória e figura constante nas primeiras páginas dos jornais. A imprensa cumpriu o papel de enaltecer suas “obras”, seu status e engrandecer o governo militar, como podemos averiguar nas imagens abaixo:

Figura 10 - Jornal Tribuna de Minas – 18 de março de 1967



Fonte: Jornal Tribuna de Minas (1967a).

Transcrição da matéria veiculada:

Homenagens a Rondon Pacheco na Posse de Ministro de Estado

– De Brasília especial para Tribuna –

Perante uma assistência composta de quase duas mil pessoas, devidamente credenciadas com timbre do ministério das Relações Exteriores, no Palácio do Planalto ornamentado a rigor pelos Dragões da Independência e pelos miríades multicoloridas dos embaixadores, adidos militares de todo o mundo, governadores, deputados, senadores, autoridades judiciais, eclesiásticas, civis e senhoras da alta sociedade. RONDON PACHECO, juntamente com os demais ministros de Estado,

tomou posse no mais alto escalão político da nação, assumindo a chefia da casa civil do governo Costa e Silva.

CORTESIA E TRABALHO

Dentro a multidão, devidamente adensada, a caravana de Uberlândia, que para ali fôra, levar a solidariedade da cidade ao seu filho que hoje compõe o próprio governo.

Era Uberlândia inteira, que se assomava ao poder pela primeira vez, em tão alto cargo da República, pois RONDON PACHECO, sempre situou-se como um todo em benefício da especulação, tratando indistintamente com a cortesia, trabalho e dedicação para o povo de nossa cidade.

OS QUE FORAM A BRASÍLIA

A caravana uberlandense que rumou a Brasília foi composta das seguintes pessoas: Prefeito Renato de Freitas, Dr. Genésio de Melo, José Rezende Ribeiro e senhora, Joaquim Roberto, Dr. Galba Pôrto, Prof. Milton Pôrto, Dr. Osvaldo Teixeira, Luiz Delta Pena, Dr. Raul de Sá, Américo Attie, Dr. Prata Neto, José Fonseca e Silva, João Borges Fonseca, Dr. Honorato Vieira Carvalho, Dr. Brauny Macedo de Oliveira, Nagib Simão, Alexandrino Garcia, Francisco Paulo dos Santos e senhora, Raul Pereira de Rezende e senhora, Adib Chueiri, Vasco Guimarães, Nicomedes Alves dos Santos, Darcy José, dr. André Fonseca Ferreira, Osvaldo de Oliveira, Raulino Costa Pacheco e senhora, Dr. Aluisio Avelar Marques e senhora, dr. José Ribeiro e senhora, Guiomar de Freitas e senhora, Jardim Jacinto Duram, Geraldo Migliorini e dezenas de outras pessoas. Que além de terem assistido a todas as solenidades programadas, foram recepcionadas em audiência especial as 15 e 30 horas no gabinete da casa civil no Palácio dos Despachos. Onde estavam fruentes governadores, Senadores, vice Presidente da República, gerais e outras altas autoridades.

RONDON PACHECO BRINDADO

Ocasão em que sua Excia. ministro de Estado Rondon Pacheco foi brindado pelo Prefeito Renato [...]

VIDA POLITICA DO HOMENAGEADO

Historiando a vida política do homenageado, falando sob a dedicação de Rondon Pacheco em relação a causa pública, tecendo elogios e mudando o ministro por sua investidura no cargo e discurso do prefeito foi muito aplaudido pela objetividade de suas palavras em que colocou os aspectos daquele acontecimento social e político. Em seguida falou RONDON PACHECO, que emocionado pela solenidade e aplausos dos presentes colocou-se inteiramente a disposição de todos, o seu trabalho a frente da casa civil do novo governo brasileiro.

CANETA DE OURO

Na sua oração disse o eficiente legislador hoje componente da administração do Brasil, que tem em sua mente o alto proposito de servir com dignidade e com carinho a coletividade nacional, continuando sua falta disse o chefe da casa civil, que aquela homenagem o sensibilizava e o comovia tanto, pelo presente que recebera, e com a qual assinaria atos, leis, expolientes, ordens de serviço e tudo mais diretamente ligado a vida política nacional, lembrando sempre de seu povo naquele simbolismo da caneta de ouro.

CONVOCADO PARA REUNIÃO

Muito aplaudido pelos presentes o ministro Rondon Pacheco fôra convocado pelo presidente Costa e Silva naqueles momentos, para importantes reuniões onde se discutiria as atuações do governo que acabava de investir a frente dos problemas brasileiros, assim, sómente foi-lhe possível encontrar com os uberlandenses novamente na recepção do Palácio da Alvorada e no Itamarati a noite, aí recebeu as despedidas dos visitantes e homenageadores.

A matéria versa sobre a posse de Rondon Pacheco “no mais alto escalão político da nação, assumindo a chefia da casa civil do governo Costa e Silva” e noticia a presença de uma caravana oriunda de Uberlândia para prestigiar o evento, contando com a presença do então prefeito uberlandense Renato de Freitas e de representantes da elite local citados nominalmente.

Segundo a matéria, “Era Uberlândia inteira que se assomava ao poder pela primeira vez, em tão alto cargo da República” (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 1967a, p. 1).

E ainda,

Figura 11 - Jornal Tribuna de Minas – 19 de agosto de 1967



Fonte: Jornal Tribuna de Minas (1967d).

Transcrição da matéria veiculada:
“Rondon Pacheco” é intocável

Em nossa última edição, focalizamos em nossa primeira página, boatos que alguns órgãos da imprensa brasileira agitavam com relação à saída do deputado Rondon Pacheco da Chefia da Casa Civil da Presidência da República. Sem fazer análise da origem dos boatos, Tribuna de Minas os desmentiu, baseada em seguras informações de representantes seus na Capital do País. A repercussão dos boatos com relação ao Deputado Rondon Pacheco não foi grande coisa. O espírito público parece que adivinhava nas entrelinhas das notícias infundadas, qualquer coisa que fugia à realidade. Quando saímos a campo para refutar os boatos, tínhamos certeza que a procedência dos mesmos, partia de pequenos grupos interessados no afastamento do eminente homem público, puramente no sentido de fazer “política”.

RONDON É INTOCÁVEL

Em recente pronunciamento, no sentido de desfazer os boatos o Ilustre Presidente da República, Marechal Costa e Silva, fez questão de falar alto e bom som: O dr. Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil da Presidência é intocável. É um homem valoroso, da minha absoluta confiança. É o meu porta voz oficial em todos os transe de govêrno. É o homem de ligação de poder civil com o poder militar. Os boatos que envolvem o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, são contingencias naturais que sempre cercam os autênticos homens públicos. Estes boatos não têm razão de ser e só representam a tentativa de minorias no sentido de confundir o pôvo e nada mais.

CONCLUSÕES

Eis aí portanto, a manifestação do mais alto dignatário da República.

E desta manifestação, vocês podem depreender o prestígio que goza o deputado Rondon Pacheco no atual govêrno. Por certo, depois do pronunciamento do Presidente Costa e Silva, os boateiros se trancarão numa inconformidade que poderá durar até o final do mandato do governo atual.

A matéria vinculada tem como objetivo enaltecer a importância e prestígio do ministro da casa civil, demonstrando a influência que o Dr. Rondon Pacheco possuía junto ao governo:

O ilustre presidente da república Marechal Costa e Silva fez questão de falar alto e bom som: O Dr. Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil da Presidência é intocável. É um homem valoroso, da minha absoluta confiança. É o meu porta voz oficial em todos dos transe de governo. É o homem de ligação do poder civil com o poder militar. (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 1967d, p. 1)

Mesmo sendo reconhecido na capital, Rondon Pacheco era presença frequente na sua cidade natal; após a inauguração da TV Triângulo em Uberlândia o político participou de vários programas e sua vinda à cidade era exibida pela emissora, além de ser noticiada nos jornais. Em uma mesma edição do Jornal Correio de Uberlândia, duas notícias sobre o político estamparam a capa: uma homenagem que ele havia recebido na Câmara e a outra no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Setor Mobiliário⁵⁵. Tudo o que o político uberlandense fazia era noticiado e, em determinado momento, segundo Amaral (2021), chegou a ser tratado como um herói pela imprensa local.

Sobre o papel da imprensa quando governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco disse em entrevista:

A imprensa apoiou muito o meu governo [...]. Naturalmente, dentro dos princípios da liberdade de imprensa, da imprensa livre. Havia muita compreensão da imprensa mineira em relação ao programa desenvolvimentista do governo [...]. Eu tinha que contar com a imprensa e nunca me faltou esse apoio. Sou muito grato à imprensa mineira, pelo apoio que deu ao meu governo (MINAS GERAIS, 2003, p. 510)

Devido à sua ligação com os militares, Rondon Pacheco conseguiu apoio e incentivo do governo militar, apoio esse empenhado nos projetos desenvolvimentistas do município de Uberlândia, a exemplo da criação e posterior federalização da Universidade. Outros políticos

⁵⁵ Ver Câmara: homenagem a Rondon Pacheco, Jornal Correio de Uberlândia, 7 de janeiro de 1960, capa.

estiveram envolvidos nesse processo, contudo o posicionamento político de Rondon e suas relações o colocaram no centro de todo o movimento.

Apesar de estar marcado pela participação nesse lado sombrio da história do Brasil, o político costuma ser visto, por parte de quem mora na região, como o responsável pelo desenvolvimento econômico, não só no Triângulo Mineiro como de todo o estado por ter negociado a instalação de alguns empreendimentos que renderam postos de trabalho e arrecadação para alguns municípios [...]. Entre os seus admiradores, as histórias ruins foram jogadas para debaixo do tapete, como o fato de o governador ter sido responsável por duas agressões a povos indígenas, a populações interioranas e ao meio ambiente: um no Vale do Rio Doce e outro no Vale do Jequitinhonha. (AMARAL, 2021, p. 55)

Importante registrar que em 1968, como chefe da Casa Civil do presidente Costa e Silva, a participação do político na edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi direta. Para amenizar suas responsabilidades na aprovação dessa medida, em entrevista ao Jornal Estado de Minas em 2014, ele diz ter sido um uma voz contrária ao autoritarismo exacerbado do AI-5 e que na primeira reunião votou contra o ato proposto. Na segunda reunião, quando houve a aprovação do AI-5, Rondon relata que defendeu a vigência de apenas um ano para o ato institucional, porém foi voto vencido.

Em entrevista ao Jornal Diário da Tarde, de Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1977, Rondon justificou a aprovação do ato institucional em nome de valores democráticos:

O AI-5 foi editado para defender as instituições democráticas [...] qualquer debate sobre AI-5 é um desserviço que se presta ao país. Sob as melhores inspirações do presidente Costa e Silva, superou a crise, a exemplo de outras. Da mesma maneira que o presidente Castelo Branco baixou o AI-2 para defender as instituições, Costa e Silva editou o AI-5. (OLIVEIRA, 2002, p. 71)

Contudo, mesmo o fato da história política de Rondon Pacheco estar entrelaçada ao regime militar e à violência, repressão e tortura que acompanham esse período sombrio da história do Brasil, o que encontramos divulgado pela imprensa local é o enaltecimento das ações desenvolvimentista praticadas em prol do país, do estado e do município de Uberlândia.

No que tange à educação em Uberlândia no período do governo civil-militar, houve uma consonância com os ideais nacionais. Do projeto desenvolvimentista iniciado antes mesmo do governo civil-militar sobrevém uma população economicamente consumidora. O capitalismo monopolista e o modelo de produção industrial intensificam-se no país, dessa forma a educação ganha acentuada relevância e assume um caráter duplo, de se configurar como direito do indivíduo e de fornecer mão de obra qualificada para o desenvolvimento do capital.

No cenário no qual o crescimento urbano e industrial é tido como alicerce para o desenvolvimento da nação, a demanda de mão de obra qualificada é intensificada. Assim, o projeto educacional deveria ser racionalista e tecnicista, de maneira a proporcionar trabalhadores capacitados para o mercado; a política para a educação passou a ser vista como uma infraestrutura básica para o desenvolvimento social e econômico da nação. Nesse contexto é que foram firmados os acordos MEC-USAID e elaboradas as reformas do ensino, conforme já visto.

4.7 Considerações parciais

O município de Uberlândia criou condições para a implantação de um complexo agroindustrial diversificado e de porte expressivo, ademais, acompanhou a estratégia nacional de adotar um projeto de industrialização para impulsionar a economia; medidas que propiciaram uma aceleração em seu desenvolvimento principalmente a partir da década de 1950, refletindo diretamente no crescimento populacional.

A ascensão do município o elevou ao patamar de importante colégio eleitoral e fortaleceu sua classe política – indivíduos associados à elite uberlandense. Neste cenário, os políticos locais passaram a ocupar cadeiras nas esferas estaduais e federais, desempenhando a função de representantes dos projetos políticos elaborados pela elite local e incorporados pela população. Houve uma ampliação dos canais de reivindicações de verbas e melhorias para o município, de forma que a educação, apontada como o alicerce para o desenvolvimento e o progresso, entra na pauta de reivindicações.

Outrossim, o desenvolvimento urbano tem como consequência o aumento na demanda de profissionais habilitados para atuar no próprio município, desencadeando a necessidade de se formar mão de obra especializada na própria cidade para suprir o mercado, fato que respalda o anseio pelo ensino superior no município. Além disso, a implementação de faculdades em um município do interior do estado demonstrava a importância que a cidade adquiria no cenário regional, sobretudo pela articulação política entre diferentes níveis do poder público, sem deixar de mencionar que Uberaba já as possuía.

A cúpula política uberlandense em conjunto com a elite local acompanhou as políticas nacionais desenvolvimentistas, trabalhou em consonância com o governo federal, esteve aliada ao governo dos militares, utilizou da figura e do prestígio de Rondon Pacheco para conseguir implementar seus projetos para o município de Uberlândia e recorreu à imprensa para propagar o discurso de cidade próspera e moderna.

Quando olhamos a cidade de Uberlândia inserida no contexto nacional, conseguimos vislumbrar na história local o mesmo movimento nacional: o ensino superior e as universidades colocadas na função de mola propulsora para o desenvolvimento e modernização da nação, da região e do município, elencando a eles o papel de formar profissionais para o mercado, estimulando o surgimento de instituições superiores com papéis tecnicistas.

5 A UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA: OS MOVIMENTOS QUE IMPULSIONARAM SUA CRIAÇÃO

Se as instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isso significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que o gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem.

– DEMERVAL SAVIANI

A história do ensino superior em Uberlândia resulta da correlação de forças entre a política nacional e a política local. As ações do governo federal e os interesses da sociedade civil uberlandense, representada por sua classe política e por grupos locais, movimentaram-se juntas, estas duas esferas de poder exerceram forte influência na gênese e federalização da UFU. Ao investigarmos esses movimentos e os interesses que os impulsionaram, poderemos compreender os caminhos percorridos para consolidação de uma universidade na cidade de Uberlândia e as características que a definiram.

Esses movimentos têm como resultado a Universidade de Uberlândia, criada em 14 de agosto de 1969, por meio do Decreto-lei número 762, que autoriza o seu funcionamento como uma fundação de direito privado (influência norte-americana). A UnU surge no contexto das políticas de governo dos militares, em um momento pós-reforma universitária de 1968, por meio da aglutinação de faculdades existentes – tal e qual as primeiras universidades brasileiras, influenciadas pelo modelo napoleônico.

Inúmeras eram as discussões sobre qual modelo de universidade serviria ao país, o carácter utilitarista posto em questão frente à ênfase na importância da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento e modernização da nação. Nos propusemos a investigar se tais discussões fizeram parte da pauta uberlandense ao se projetar uma universidade na cidade, se houve um projeto almejado de universidade e quais eram os interesses envolvidos em sua implementação.

Diante do exposto, esse capítulo trata do processo de criação e consolidação de uma universidade em Uberlândia, evidenciando a política nacional de interiorização do ensino superior e a atuação de autoridades políticas locais e parte da sociedade civil uberlandense em todo processo. A pesquisa intenta identificar tal processo inserido na história do município,

demonstrando que a preocupação com a educação está diretamente relacionada com o ideal de desenvolvimento e modernização, em consonância com os movimentos nacionais vistos nos capítulos anteriores.

5.1 Rumo à Universidade

O elevado crescimento populacional aliado à política nacional desenvolvimentista nos anos de 1960 trazia em seu bojo a necessidade de mão de obra especializada o que desencadeou um cenário no qual a implementação de instituições de ensino superior era essencial. Ao fazer uma análise sobre o quadro do ensino superior brasileiro nos anos de 1960, Rondon Pacheco traz,

Houve momentos de estrangulamento do ensino superior em nosso país. Vocês se recordam do drama dos excedentes, com aumento demográfico, aumento populacional no Brasil. Houve um momento em que as nossas escolas superiores não comportavam os nossos estudantes, os nossos vestibulandos, e surgiu o angustiante problema dos excedentes. E era penoso verificar a falta das universidades, sendo milhares e milhares de jovens que precisavam se realizar, precisavam estudar, estavam aprovados e não tinham vagas. Daí surgiu o prestígio da doutrina da multiplicação e do fomento do ensino superior. Foi quando de vinte anos a esta parte, de vinte anos pra cá houve a oportunidade da criação de numerosas escolas superiores neste país e de criação de algumas universidades, inclusive a nossa. (PEREIRA, 2012, p. 119)

Cunha e Góes (2002) coadunam com a narrativa de Rondon Pacheco ao destacar o papel desempenhado pelo Conselho Federal de Educação na “doutrina da multiplicação e do fomento do ensino superior”, uma política que facilitava e incentivava criação, autorização e reconhecimento de escolas de ensino superior e de universidades no país. As lideranças locais uberlandenses souberam utilizar esse cenário favorável e instituir as primeiras faculdades e consolidar a UnU.

O golpe civil-militar ocorrido em 1964 não maculou essa harmonia entre o governo federal e os grupos dominantes locais; a relação entre as esferas nacional, estadual e municipal de poder foram estreitadas, especialmente pela figura de Rondon Pacheco transitando em todos os meios. O resultado desse estreitamento de relações, para o ensino superior em Uberlândia, foi o reconhecimento e criação de cursos superiores e faculdades, além da implementação da universidade nesse período.

Segundo matéria do jornal Tribuna de Minas, “Em outros sentidos a revolução de mil novecentos e sessenta e quatro se firma mais na opinião da comunidade local, pois os governos revolucionários, muito tem contribuído para o ensino superior em Uberlândia” (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 1978, p. 6).

A relação de proximidade entre o governo dos militares e as lideranças locais uberlandenses não se deu apenas na figura política de Rondon Pacheco. É possível constatar que os idealizadores dos primeiros cursos superiores também tinham acesso e influência junto ao governo; para respaldar tal afirmação, segue matéria do jornal Tribuna de Minas.

Figura 12 - Jornal Tribuna de Minas, 04 de abril de 1967 – Jacy de Assis na Guanabara



Fonte: Jornal Tribuna de Minas (1967b).

Transcrição da matéria veiculada:

Jacy de Assis na Guanabara

Seguiu para o Rio de Janeiro o Diretor da Faculdade de Direito, dr. Jacy de Assis. Vai a Guanabara a convite do Ministro da Educação Tarso Dutra.

O baluarte do ensino superior de nossa cidade desempenhará várias funções em torno da faculdade que dirige com perfeição e que hoje representa a sua vida.

Aquêle emérito mestre fará parte de uma reunião de diretores de universidades e faculdades, tanto federal como particular pois o Ministro da Educação tem mantido consecutivos contactos com dirigentes de escolas superiores para conhecer de perto como se encontram principalmente as faculdades do interior.

Como se sabe aquela autoridade deseja melhorar as condições dos estudantes que sempre estão descontentes com as situações nacionais. Para evitar os tumultos que provocam a insatisfação destes elementos, o Ministro quer fazer tudo para isso não acontecer na sua gestão à frente daquele ministério.

De forma que o professor Jacy de Assis, também interessado no problema educacional de cidade jardim, não perde tempo em trabalhar pela progressiva instrução que se registra atualmente nesta urbe. O mestre não só atende o convite do ministério, como procura aquêle departamento nacional para reivindicar melhoramentos para a Faculdade de Direito.

Em outra matéria, o jornal trouxe: “Comentários afirmavam que o mestre Jacy de Assis possui trânsito livre no Ministério da Educação e Cultura, pessoa ligada ao governo brasileiro após a Revolução de Mil Novecentos e sessenta e Quatro. Fato este que o levou a ser Procurador do Estado de Goiás” (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 1975, p. 1).

A elite local uberlandense e o regime militar estavam em consonância no concernente ao papel desempenhado pela universidade brasileira; os idealizadores e futuros fundadores das escolas superiores objetivavam o desenvolvimento da cidade, cada qual como seus próprios interesses particulares envolvidos no processo. O intuito do regime militar, entre outros projetos, era utilizar o ensino superior como ferramenta para o desenvolvimento do país, fato esse abordado pelo GTRU cujo relatório (BRASIL, 1968a) aponta para a necessidade de transformar as instituições universitárias em um lugar de produção científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial, visando o desenvolvimento do país, ampliando o número de vagas e habilitando jovens a desempenhar profissões técnicas, próprias das sociedades industriais.

O modelo de ensino implantado em Uberlândia, tanto nas faculdades isoladas como na Universidade, cumpriam com essas prerrogativas: um ensino voltado para a formação de mão de obra especializada para atender as necessidades imediatistas do mercado.

5.2 Ações pró-ensino superior

Segundo Gomes, Warpechowski e Sousa Netto (2003), a criação de faculdades isoladas precedeu a ideia de formação de uma universidade, houve a priori um movimento em prol da implementação dos cursos superiores. As demandas foram identificadas e as motivações da elite local, em consonância com as políticas de governo, direcionaram a escolha de quais cursos e faculdades deveriam ser criados. “As faculdades isoladas foram gestadas dentro de um projeto desenvolvimentista das classes dominantes locais, compostas por pequenos grupos detentores de grande poder político e econômico na cidade” (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 17).

Dessa forma, o movimento de criação da universidade está diretamente relacionado com o movimento anterior: ações preambulares pró ensino superior que culminaram na criação dos primeiros cursos e faculdades, por meio de iniciativas particulares com influência de autoridades políticas.

De acordo com Vieira Filho (1993), três acontecimentos ocorridos na década de 1950 foram fundamentais para o movimento de criação dos primeiros cursos superiores que mais tarde formariam a Universidade de Uberlândia. A começar pela representação política de Rondon Pacheco, eleito deputado federal por Minas Gerais duas vezes consecutivas, que proporcionou o fortalecimento do poder político uberlandense, figura essencial na implementação do ensino superior em Uberlândia devido à sua influência no cenário nacional.

A volta de Homero Santos em 1952, formado em advocacia no Rio de Janeiro, configura outro acontecimento de indubitável importância para o desenvolvimento do ensino em Uberlândia. Eleito vereador em 1958 e deputado estadual em 1962, ele deu início ao movimento que resultou na Comissão Pró-Escolas de Ensino Superior, que era composta por lideranças locais entre as quais encontramos médicos, políticos, advogados, engenheiros, religiosos, entre outros.

Por fim, no mesmo patamar de importância, a vinda definitiva do Dr. Jacy de Assis para Uberlândia, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e doutor pela Universidade Federal de Goiás, figura fundamental na história da Faculdade de Direito de Uberlândia.

O primeiro grande movimento em prol da implantação de escolas superiores no município de Uberlândia foi em 1952, quando da visita do deputado federal Mário Palmério à cidade; nesta ocasião houve uma manifestação envolvendo políticos, intelectuais e personalidades em uma inédita campanha pró Faculdade de Medicina em Uberlândia, liderada por Homero Santos. O Jornal O Repórter de 05 de fevereiro de 1952 veiculou a matéria sobre esta campanha, certificando o protagonismo de Homero Santos à frente do movimento, bem como o apoio da imprensa para a campanha.

Transcrição da matéria veiculada:

Revestiu-se de grande sensação o ineditismo da campanha pro Faculdade de Medicina em Uberlândia

Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificar aqui uma Faculdade de Medicina, aliás uma ótima campanha em benefício à nossa culta e progressista cidade.

Essa onda de entusiasmo brotou no cérebro ardente de um filho de Uberlândia, que iniciou dinamicamente a campanha, afim de, com o correr do tempo, conseguir adeptos de realce e valor e de prestígio nos meios políticos e culturais do país. Uma obra difícil de se realizar, mas que o sr. Homero Santos, galhardamente tem levado avante por meio de uma campanha intensa de entrevistas com altas personalidades de nossa cidade, campanha esta que está sendo patrocinada pelo nosso jornal, pois o nosso lema é apoiar tudo aquilo que de perto interessa a Uberlândia e ao Triângulo. É favoravelmente esta campanha, embora iniciada apenas, já pode contar com um suficiente número de adesões e apoio por parte do povo e principalmente por da nossa política urbana e representantes das diversas classes que a cidade de Uberlândia se gaba de possuir aprimoradamente em seu selo.

Todavia muitos ainda desconheciam o movimento em prol de uma Faculdade de Medicina e Uberlândia. O jornal só não seria suficiente para que toda a população conhecesse o alcance de tal campanha que será para o futuro, uma das glórias de Uberlândia. Era necessário que tal campanha chegasse aos ouvidos, ao conhecimento do povo por outros meios.

Esse era o nosso modo de pensar, e esse também foi o modo de pensar do mentor de tal campanha, sr. Homero Santos. E veio a ocasião, e num momento que não poderia ser mais oportuno. O deputado Mário Palmério, em visita a Uberlândia, iria ser recepcionado no Praia Clube. Neste dia também, domingo, iria haver um grito de carnaval, com blocos desfilando pelas ruas. Então veio a ideia para uma melhor propaganda sobre a Faculdade de Medicina de Uberlândia. E realizaram o movimento que abafou completamente o carnaval pelo ineditismo do fato e pela disposição saltada dos seus componentes.

Partindo diretamente da sede do Fluminense F. C. até a Praça Antonio Carlos, um grupo de rapazes carregando faixas e cartazes atraiu a atenção do grande público que se apinhava pelas ruas para assistir ao carnaval.

Na frente uma grande faixa que ocupava de extremo a extremo da rua incitando a todo uberlandense a cooperar nesta benemérita campanha que só iria trazer benefícios. Depois um grupo de rapazes vestidos de médicos ou enfermeiros, e também outros enfaixados, feridos, imitando os doentes. Vários outros cartazes simbólicos eram vistos no meio dos médicos e doentes.

Atraz, enfeitando tudo vinha [...] uma ambulância com uma grande cruz vermelha. A população presenciou tal feito a princípio pensando que fizesse parte do carnaval, mas aos poucos foram compreendendo que aquilo não era carnaval, e sim uma campanha, um melhor modo de fazer o povo compreender que em Uberlândia esta sendo iniciado um movimento de grande envergadura, um movimento que para o futuro só trará benefícios e fama para Uberlândia. E todos que se achavam presentes seguiram o desfile em prol de uma Faculdade de Medicina, admirados pela perfeição com que foi efetuado, imitando perfeitamente aquilo que eles se propõem a fazer em Uberlândia. Todos que assistiram, como tivemos reação de constatar, apreciaram muitíssimo a manifestação estudantil.

Da praça Antonio Carlos rumaram para o Praia Clube, lá chegando no momento exato em que chegava o deputado Mário Palmério acompanhado do Presidente da Câmara Municipal, do vereador, Angelino Pavio e de outros.

Segundo Homero Santos, em entrevista gravada em 1988 para o projeto Pró-memória UFU,

Foi um movimento realmente muito bonito, de que participaram diversas pessoas. Fui condenado por muitos: “– Esse rapaz é um louco, está falando coisa que não é possível.”, “– Uberlândia não pode ter uma escola de medicina.” E outros, ao contrário

me apoiaram. Fomos então à luta, diversos jovens. [...] E começamos buscando apoio de políticos da região. Não conseguimos sensibilizar no todo, mas conseguimos sensibilizar uma autoridade da época, um deputado federal, para a criação de uma Escola de Medicina em Uberlândia. Mas aconteceu que esse homem público, a quem respeito muito, não era representante da nossa cidade, era representante de outra e, então, o que ele fez? Conseguiu a Faculdade de Medicina, mas levou-a para sua cidade. Mas nós não desesperamos com isso e continuamos a luta. (CAETANO; DIB, 1988, p. 12)

Faz sentido acreditar que o relato feito por Homero Santos se refere ao Sr. Mário Palmério, deputado por Uberaba na década de 1950 e um dos articuladores da vinda de uma Escola de Medicina para a região, que resultou, porém, na criação da Faculdade de Medicina, mas não em Uberlândia, e sim em Uberaba. A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) foi fundada em 1953, tornando-se uma das primeiras instituições de ensino superior da região.

Mesmo após a frustração de ver a Faculdade de Medicina indo para Uberaba, o movimento em prol de escolas superiores continuou nos anos posteriores; houve a criação da comissão pró escolas superiores – iniciativa de Homero Santos – no intento mobilizar a cidade de Uberlândia para essa ideia. Segundo o relato do Dr. Wilson Ribeiro⁵⁶,

A nossa vontade, a vontade manifestada na ocasião, foi exclusivamente no sentido de dotar Uberlândia de uma escola superior. A de Direito foi a que nos pareceu mais fácil de ser instalada, pois dependia de menos investimentos. Era, vamos dizer, escola de cuspe e giz. Uberlândia toda a vida teve vontade de crescer, de se desenvolver, numa competição muito grande com Uberaba em tudo. Acredito mais nesse espírito de competição, de desenvolvimento, de crescimento [...] Os advogados, a comunidade, os empresários, a sociedade uberlandense toda se uniu para instalar a primeira escola [...] Aquilo era uma questão de honra para Uberlândia: ter uma escola superior. Uberaba já tinha e nós não. (CAETANO; DIB, 1988, p. 14)

Interessante observar que nos últimos relatos aqui colocados, para além da necessidade de instalação de cursos superiores em Uberlândia visto pelo viés desenvolvimentista, todos mencionam que no município de Uberaba eles já existiam, portanto era imprescindível que Uberlândia também os tivesse. A rivalidade entre os municípios, alimentada pela imprensa, se tornou uma mola propulsora em benefício da implementação de escolas superiores em Uberlândia.

Em sua tese de doutorado, Beatriz Ribeiro Soares afirmou que:

Essa reivindicação prendia-se não apenas ao fato de que a cidade apresentava deficiências nas áreas de Educação e cultura, mas também porque a vizinha cidade de Uberaba já havia conseguido implantar uma escola de Medicina, e, portanto, devido

⁵⁶ Ex-diretor da Faculdade de Artes e da Autarquia Educacional em entrevista gravada em março de 1988 para o projeto Pró-Memória UFU.

à antiga rivalidade entre essas cidades, a instalação em Uberlândia era uma questão de honra para as elites políticas locais. (SOARES, 1995, p. 161)

A rivalidade também é citada por Rondon Pacheco, em entrevista concedida a Wander Pereira (2012) para compor sua tese de doutorado:

Eu me lembro que eram numerosas as comissões e muito forte a aspiração de Uberlândia em uma Escola Superior, que mesmo porque na realidade havia até uma frustração porque em Uberaba já tinha as Escolas do deputado Mário Palmério né. Mas eram particulares. E Uberlândia quis acompanhar o ritmo. Ajudamos assim a criar as Escolas de Uberlândia. (PEREIRA, 2012, p. 116)

Importante ressaltar que a fala do Dr. Wilson Ribeiro de uma “escola de cuspe e giz” expressa um pensamento comum referente à criação de cursos ligados às humanidades; como justificativa para criá-los, o argumento recorrente é do baixo custo para implantação e manutenção. Apesar de serem cursos privados, eles se apresentavam como de mais fácil realização.

Ademais, a implementação de cursos superiores privados em cidades do interior foi encorajada, especialmente no governo militar, mesmo não havendo um projeto educacional preparado. Autorizar ou não a criação de um curso superior ou de uma faculdade era, em grande parte, determinado pelo grau de interesse do governo em atender a demanda dos grupos dominantes locais. Como vimos, a implantação das escolas superiores em Uberlândia fazia parte de um projeto de desenvolvimento e de progresso da cidade, adotado pela elite local que manteve relações políticas estreitas com os governos conservadores.

Assim, em Uberlândia, as primeiras Faculdades foram implementadas no decorrer da década de 1960. Por meio da aglutinação dessas faculdades surgiu a Universidade de Uberlândia, que mais tarde passou a ser Universidade Federal de Uberlândia.

Quadro 3 - Primeiras Escolas Superiores de Uberlândia

Ano	Instituição	Legislação	Diretor
1957	Conservatório Superior de Educação	Dezembro de 1957 – documento cartorial de solicitação de registro*	Cora Caparelli
1960	Faculdade de Direito de Uberlândia	Decreto número 47.732, de 2 de fevereiro de 1960	Dr. Jacy de Assis
1960	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia	Decretos n°s 47.736, de 2 de fevereiro de 1960	Ilar Garotti
1961	Faculdade de Engenharia	Lei n° 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961	Dr. Genésio M. Pereira

1962	Faculdade de Ciências Econômicas	Decretos n°s 1.842, de 5 de dezembro de 1962	Dr. Juarez Altafim
1967	Faculdades de Artes	Decreto n° 61.479, de 5 de outubro de 1967	Cora Caparelli
1967	Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia	Decreto n° 62.261, de 14 de fevereiro de 1968	Dr. Domingos Pimentel Ulhôa

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados de Brasil (1969a).

* Ver tese Ruth de Sousa Ferreira Silva (2021)

Conhecer o processo de criação e implantação dessas faculdades é imprescindível para desvelar características importantes do nosso objeto de pesquisa. Os movimentos de criação de cada curso são partes integrantes dos movimentos de criação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia.

5.3 As Faculdades Isoladas e Autônomas

5.3.1 Faculdade de Direito

Em consonância ao relato dado pelo Dr. Wilson Ribeiro, o primeiro projeto concreto de criação de um curso superior em Uberlândia foi o da Faculdade de Direito⁵⁷, que surgiu da iniciativa de Homero Santos, então vereador. Nas palavras dele;

Quando me reelegi vereador em 1958, conversei com um grupo de professores, empresários e políticos de Uberlândia sobre a necessidade de fundar uma escola de curso superior na cidade. Cheguei a anunciar a fundação da Faculdade de Direito num pronunciamento que fiz à noite, na Câmara de vereadores. No dia seguinte a esse pronunciamento, encontrei o Dr. Jacy e o Dr. Ciro de Castro (juiz) e fomos tomar um café no Fórum. Desta conversa surgiu a ideia de procurarmos as pessoas que, tendo grande responsabilidade, pudessem colaborar com a criação da Fundação Educacional em Uberlândia, que se concretizou alguns anos depois. (NEVES, 2010, p. 43)

A narrativa de Homero Santos está em consonância com o que diz Dr. Jacy de Assis, conforme verificamos na descrição feita por ele em entrevista gravada em 1988 para o projeto Pró-memória UFU,

Homero Santos, então advogado e vereador, era um entusiasta, começou a insistir comigo para fundarmos uma Faculdade de Direito. Eu não estava muito interessado no problema e fiquei até com medo, porque achávamos que precisava de dinheiro.

⁵⁷ O Conservatório Musical, criado em 1957, foi a primeira escola tida como superior sediada em Uberlândia. A escola iniciou-se com aulas de Música e Artes, porém teve grandes dificuldades para o reconhecimento de seus cursos pelo MEC. Mais tarde, o Conservatório tornou-se Faculdade de Artes.

Naquela ocasião não tínhamos dinheiro, nem professores. O único que tinha título era eu. Mas o Homero insistia: “– Não, vamos criar a faculdade de Direito”. Então lançamos no Fórum, em maio de 1959, a ideia da fundação da Faculdade de Direito. Fizemos uma propaganda pelas estações de rádio que havia na cidade e eu, o Ciro de Castro Almeida, o Ciro Franco e o Ademir dos Santos, em quinze dias, levantamos o dinheiro de que precisávamos para construir a Faculdade de Direito. Toda a cidade colaborou conosco, todo o mundo nos deu 50 contos naquela época. Eu fiquei admirado de ver a colaboração extraordinária da cidade. (CAETANO; DIB, 1988, p. 22)

Mesmo com as dificuldades iniciais como a falta professores para ministrar as disciplinas básicas e a falta de recursos financeiros para prover uma estrutura básica de funcionamento, criou-se a Instituição Uberlandense de Ensino, por meio da Lei municipal nº 771 de 03 de julho de 1959, sendo reconhecida como utilidade pública com o objetivo de criar e manter estabelecimentos de ensino superior, sem finalidade lucrativa. Mais tarde, em 22 de janeiro de 1963, o Decreto do Conselho de Ministros nº 2.143⁵⁸ “Transforma a sociedade civil Instituto Uberlandense de Ensino em Fundação Educacional de Uberlândia” a mantenedora da Faculdade de Direito e mais tarde da Faculdade de Ciência Econômicas.

Como relatado pelo Dr. Jacy de Assis, um grupo de fundadores fez doações em prol da implementação da Faculdade de Direito. O Governo do Estado, cujo Secretário de Estado de Finanças era Tancredo Neves, também havia doado à fundação a cota de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) em apólices estaduais. Todavia, a recém-criada Instituição Uberlandense de Ensino julgou o soldo insuficiente e empreendeu uma campanha intitulada “Marcha dos 3 Milhões”, liderada pelos Drs. Jacy de Assis, Cyro de Castro Almeida e Manoel José do Nascimento, para arrecadação de mais recursos, fato noticiado pelo Jornal O Repórter em 21 de julho de 1959, conforme Figura 14 abaixo:

⁵⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-2143-22-janeiro-1963-350457-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 mar. 2023.

Figura 14 - Jornal O Repórter, 21 de julho de 1959 - Vitória a Marcha dos 3 milhões

REPORTER

Uberlândia, Terça-feira, 21 de Julho de 1959

SEGUNDA PAGINA

REAL EXPRESSO

Partida às 5,30 horas - Avenida Afonso Pena, 570. De Goiânia às mesmas horas. Av. Anhangüera, 98. Funcionará a partir do dia 27 do corrente segunda-feira a sua linha de Goiânia a Barretos.

Em novo horário ditto a Goiânia. — Carro de luxo dispendo de todo conforto. Parada apenas em Itumbiara

Vitoriosa a marcha dos 3 milhões

tem sempre um sortimento completo de brinç, tropicais, linhos, tussões, saruás, casmiras, etc.

O MEU, O SEU, O NOSSO ALFAIATE, em suas instalações definitivas Galeria do "Edifício Finotti" — Avenida Afonso Pena — Uberlândia — Minas

A Instituição Uberlandense de Ensino, presidida pelo sr. Antonio Luiz Bastos, havia realizado, com um grupo de fundadores, o capital de Cr\$ 1.000.000,00 em doações. Como o patrimônio da sociedade foi julgado insuficiente, resolveu ela empreender a marcha para os três milhões de cruzeiros, arrematando mais 40 sócios com a doação de Cr\$ 50.000,00 cada um. Eis aqui a lista dos novos doadores e sócios da Instituição:

Elpidio Aristides de Freitas, Casa Caparelli Ltda., Céria Limitada, José Vilela da Cunha (dr.), Irmãos Garcia & Cia. Ltda., Celso de Souza Queiroz (dr.), Romano Cecilio, Marden Pavan, Américo Salvador Tangari, Móveis Testa S.A. Ind. e Comércio, Celso Manoel Frutuoso (dr.), Aristides Bernardes de Rezende, Móveis Iniranga Ltda., Osvaldo de Oliveira, Diogo Oliveira e Silva, Alvim Faundes da Costa, Dimas da Cunha Machado, Walter da Silva Tameirão, Bolívar Ribeiro Marquet, Manuel José do Nascimento (dr.), Osmar Junqueira de Freitas (dr.), Ubaldino Neves (dr.), Representações Calixto Ltda., José Carlos de Oliveira & Cia., João Francisco Guerra, Wltercides Borges de Sá (A Predial), Benedito e Pedro Castroviejo, Raul Pereira de Resende, Tirolenses do Triângulo Ltda., Natal Felice, Imobiliária Tubal Vilela S. A., Real Auto Peças Ltda., Walter Garcia, Gilberto da Cunha Machado, Irmãos Simão, Nelson Geraldo da Silveira, João Edson de Melo (dr.), Rádio Difusora Brasileira S.A., Gentil Meireles & Filhos, Renato Humberto Calcasno.

Em reunião realizada pela diretoria e conselho consultivo, há dois dias, ficou deliberado que, dada a boa vontade e o grande espírito de cooperação dos uberlandenses, para esta campanha em favor do ensino superior em Uberlândia, o quadro será ampliado com mais sócios efetivos, na mesma base dos sessenta anteriores.

Está assim subscrito e realizado o capital de Cr\$ 3.000.000,00 que constitui patrimônio da Instituição.

O trabalho de arrematamento do numerário esteve a cargo dos drs. Jacy de Assis, Cyro de Castro Almeida e Manuel José do Nascimento, que conseguiram assim expressiva vitória.

ALFAIATARIA FINOTTI
LUIS FINOTTI

tem sempre um sortimento completo de brinç, tropicais, linhos, tussões, saruás, casmiras, etc.

O MEU, O SEU, O NOSSO ALFAIATE, em suas instalações definitivas Galeria do "Edifício Finotti" — Avenida Afonso Pena — Uberlândia — Minas

Fábrica de Cal "Brasil"
SEBASTIAO F. CASCAO
Fornace com rapidês, cal virgem, nesta praça e cidades vizinhas, por preços nunca vltos. ARAGUARI — ESTADO DE MINAS
Caixa Postal 11 — Telefona, 618

SOB O PATROCINIO DE "JOLADADA" A CASA DOS PRESENTES FINOS E "CHURRASCARIA GAU" DI MARDO APRESENTA:

Coluna SOCIAL

tem sempre um sortimento completo de brinç, tropicais, linhos, tussões, saruás, casmiras, etc.

O MEU, O SEU, O NOSSO ALFAIATE, em suas instalações definitivas Galeria do "Edifício Finotti" — Avenida Afonso Pena — Uberlândia — Minas

RÁDIO EDUCADORA
"A Emisora que renova sempre os seus valores, mas conserva com carinho os grandes valores".

A semana passou e grandes atrações foram apresentadas pela Rádio Educadora. Em seu palco auditório, através do programa "MARDO MILONARI", apresentaram-se MARIO F. CONCHITA MASCARENHAS e mais o lindos atores do teatro de revista do Rio de Janeiro. Um dos pontos altos do SHOW REVISTA foi o humorista GERALDO GAMBIA que agradeceu plenamente. Talvez Uberlândia não assistirá por muito tempo a um espetáculo de tamanha grandza.

A EDUCADORA, continuando com sua série de boas coberturas externas transmite sábado de três locais onde se realizam festas: UBERLANDIA CLUBE, (VIEIRA FILHO); PRAIA CLUBE, (WASHINGTON E CARLOS MARQUES) e da BOITE DA MEIA NOITE, (JOSE ARANTES). Desta maneira foi proporcionada ao ouvinte a oportunidade de apreciar os SHOWS DE MARIO MASCARENHAS e RUY REY, HENRICO e suas cafochas arrancaram aplausos e mais aplausos dos frequentadores do auditorio. Foi um verdadeiro grito de Carnaval no programa dominical do Cel. Hippoeta, "ALVORADA SERTANEJA".

Novos elementos da ZV-38: ANIRIA ALVES SMOA — (Sociedade), ALCEU MENDES — (Lecutor), CARLOS MARQUES — (Rádio reporter), WASHINGTON DE SOUSA NETO — (Lecutor) e GERSON — (Lecutor). Todos estes desempenham de inteligentemente suas funções.

Está em férias o Chefe do Regional da Rádio Educadora JOSÉ VICENTE, dedicado fãncido que muito tem feito pela grandeza da ZV-38. Em seu lugar está seu filho, seu discípulo, JOSÉ CONCEIÇÃO. Nesta altura SE VICENTE deve estar gozando das águas paulistas e cariocas.

Tem novo título o programa de tangos das 23 horas. Não é mais "ENQUANTO A CIDADE DORME" e sim, "UMA CANDENCIA DE TANGOS DENTRO DA NOITE", apresentação brilhante de ANTONIO GOMES FERREIRA. Um programa recomendado à pessoa que apreciam a música portenha.

Quinta-feira, a equipe esportiva de ALIRIO MARRA está já dando cobertura a mais uma partida amistosa, diretamente do Estádio Jura Ribeiro. Trata-se do grande encontro entre as equipes do UBERLANDIA ESPORTE CLUBE X BOTAFOGO DE RIBEIRAO PRETO.

MARIA APARECIDA PEREIRA, mais conhecida nos meios radiofônicos por (BITU), é uma funcionária que goza de grande estima entre seus colegas. Foi discotecária por muito tempo e agora está desempenhando os serviços de escriptorio. No momento ela tem mostrado boa atuação em novelas, como locutora comercial. Merece aplausos a querida Bitú, a voz gostosa da publicidade RECAL.

E AGORA ESTE LEMBRETE. — Dia após dia a EDUCADORA prova ser a mais categorizada emissora do Brasil Central...

UMA ANEDOTA RADIOFONICA
Vendedor: Senhor Jacob, tenho uma cousa para lhe vender. Jacob, Mim ser comprador de velho e quiçquilhatis.
Vendedor: Mas o meu negócio é muito bom. Eu tenho uma estação de rádio com 5 mil elementos, a maior do mundo. O senhor sabe, Rádio é o elemento.
Jacob: Mim saber rádio é o elemento. Mas mim comprar ferro velho. Mim preferir ficar com a que já tem. Mim comprador cousa fora de uso.

O CINE Uberlândia reabriu sua sala de espera, ricamente decorada e ornamentada. Compareci no domingo a uma das sessões, tendo oportunidade de apreciar a entrada daquele cinema. Como sempre, tivemos uma sala cheia O filme agrado, também.

GENERAL Nelson de Melo não veio a Uberlândia. Enviou coronel. O visitante passou em revista o Tiro de Guerra 60, desta cidade, formado na Praça da República. Encerrou-se, com sua presença, o II Congresso Regional de Desenvolvimento Econômico, que polarizou as atenções de todos na semana que passou. Espera-se muito desse conclave.

OS JORNAIS uberlandenses puseram em circulação edição especial por ocasião do congresso a que já nos referimos. Enfin, toda Uberlândia procurou, por todas as formas, emprestar o maior brilhantismo possível ao conclave que se realizou de 17 a 19 em Uberlândia. Oresos de imprensa, belos horizontes, já em sua edição de domingo, comentavam detalhadamente o importante acontecimento.

Ficaram novos dia 15 do corrente, os distintos jovens Dacio e Marilda. Segundo o exemplo de todos os novos mandaram confeccionar suas alianças na JOLADADA a casa dos bons presentes, que está dominando o comércio com seu variado estoque de jóias, relógios e diversos outros artigos.

ESSO descobre petróleo no deserto de Libia

ampliação da descoberta de Zeltan. O petróleo do poço recém completado é de 37 graus de gravidade API e foi encontrado a uma profundidade de 1.800 metros.

A companhia também está realizando perfurações em outra concessão na Libia, ao sul da província de Fezzan, próximo à fronteira da Mauritânia, pela Es-

Novos indícios de petróleo já foram encontrados sem nenhum resultado positivo até agora. Até o momento nada menos de 11 poços já foram perfurados pela Esso na concessão de Fezzan sem que petróleo em quantidades comerciais fosse encontrado.

MARMORARIA BRASILEIRA
BENEDITO LUCIO
Especialista em Tímolos, Altares, etc.
Praça 21 de Maio, 15 — Uberlândia — Minas
Mausoléus — Capelas e Obras em Geral
Rozidez e Garantia

Novo York — Um pioneiro de petróleo, produzindo a média de 17.500 barris por dia, acaba de ser completado com êxito na Cirenaica, província da Libia, numa região desértica a 100 milhas do litoral do Mediterrâneo, pela Es-

Fonte: Jornal O Repórter (1959).

Transcrição da matéria veiculada:
Vitoriosa a marcha dos 3 milhões

A Instituição Uberlandense de Ensino, presidida pelo sr. Antonio Luiz Bastos, havia realizado, com um grupo de fundadores, o capital de Cr\$ 1.000.000,00 em doações. Como o patrimônio da sociedade foi julgado insuficiente, resolveu ela empreender a marcha para os três milhões de cruzeiros, arrematando mais 40 sócios com a doação de Cr\$ 50.000,00 cada um. Eis aqui a lista dos novos doadores e sócios da Instituições:

Elpidio Aristides de Freitas, Casa Caparelli Ltda., Céria Limitada, José Vilela da Cunha (dr.), Irmãos Garcia & Cia. Ltda., Celso de Souza Queiroz (dr.), Romano Cecilio, Marden Pavan, Américo Salvador Tângari, Móveis Testa S.A. Ind. e Comércio, Caio Manoel Frutuoso (dr.), Aristides Bernardes de Rezende, Móveis Ipiranga Ltda., Osvaldo de Oliveira, Diogo Oliveira e Silva, Alvim Fagundes da Costa, Dimas da Cunha Machado, Walter da Silva Tameirão, Bolivar Ribeiro Marquez, Manuel José do Nascimento (dr.), Osmar Junqueira de Freitas (dr.), Ubaldo Naves (dr.), Representações Calixto Ltda., José Carlos de Oliveira & Cia., João Francisco Guerra, Waltercides Borges de Sá (A Predial), Benedito e Pedro Castroviejo, Raul Pereira de Resende, Tirosoles do Triângulo Ltda., Natal Felice, Imobiliária Tubal Vilela S.A., Real Auto Peças Ltda., Walter Garcia, Gilberto da Cunha Machado, Irmãos Simão, Nelson Geraldo da Silveira, João Edson de Melo (dr.), Rádio Difusora Brasileira S.A., Gentil Meireles & Filhos, Renato Humberto Calcagno.

Em reunião realizada pela diretoria e conselho consultivo, há dois dias, ficou deliberado que, dada a boa vontade e o grande espírito de cooperação dos uberlandenses, para esta campanha em favor do ensino superior em Uberlândia, o quadro será ampliado com mais sócios efetivos, na mesma base dos sessenta anteriores.

Está assim subscrito e realizado o capital de Cr\$ 3.000.000,00 que constitui patrimônio da Instituição.

O trabalho de arregimentação do numerário esteve a cargo dos drs. Jacy de Assis, Cyro de Castro Almeida e Manuel José do Nascimento, que conseguiram assim expressiva vitória.

A matéria veiculada evidencia o comprometimento da elite local em concretizar a implementação de escolas superiores em Uberlândia, as doações foram iniciativas de membros da sociedade civil em favor do projeto da Faculdade de Direito. Contudo,

É válido dizer que a implantação da Faculdade de Direito não foi apenas um ato visionário de lideranças locais preocupados com a formação cultural dos jovens da região, mas principalmente um projeto político para a cidade de Uberlândia. Não é incomum encontrarmos afirmações em documentos diversos que demonstram que a criação da Faculdade de Direito na cidade atendia a interesses de personagens que acreditavam que sua instalação os projetaria ainda mais no cenário político. (PRIETO, 2010, p. 387)

Instituída a mantenedora, a próxima ação seria criar a Faculdade de Direito. De acordo com Jacy de Assis (CAETANO; DIB, 1988), o próximo movimento foi sua ida ao Rio de Janeiro, à época sede do governo federal, para procurar o então deputado federal Rondon Pacheco para lhe auxiliar na empreitada. Juntos seguiram para o Ministério da Educação e Cultura para solicitar a criação da Faculdade de Direito ao Dr. Jurandyr Lodi, Diretor de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, que a princípio se colocou contrário à ideia.

Ele foi contra e protestou dizendo que era um absurdo querer fazer isso em Uberlândia porque havia uma em Goiânia e outra em Uberaba, não havia razão para criar outra Faculdade de Direito aqui. Ficamos calados enquanto ele falou, mas depois que ele falou bastante, zangado e nervoso, o Rondon tornou a falar com ele. Ele continuou negando “– Eu não aceito isso, não concordo”. Aí ele se levantou, virou para o Rondon e disse: “– Pois bem, deputado Rondon Pacheco, eu vou lhe fazer uma proposta: eu quero fundar lá em Uberlândia a Faculdade de Engenharia. O senhor tem um projeto de lei no Congresso que cria uma Universidade no Rio Grande do Sul, o senhor

aproveita e intercala, na emenda, a criação da Faculdade de Engenharia em Uberlândia. Se o senhor fizer isso, eu crio a Faculdade de Direito em Uberlândia”. Então o Rondon disse: “– Faço isso amanhã”. Ele bateu a campainha, chamou uma moça lá e disse: “– Você fica à disposição do Dr. Jacy aqui no Rio essa semana e dá a ele todos os papéis necessários para a criação de uma Faculdade de Direito em Uberlândia”. Então nasceu a Faculdade de Direito no gabinete do Dr. Jurandir Lopes. (CAETANO; DIB, 1988, p. 22-23)

É imprescindível observar que no relato do Dr. Jacy Assis, antes mesmo da implantação da Faculdade de Direito, existiu de maneira declarada a intenção e empenho na criação de uma Faculdade de Engenharia, com intento de corroborar no projeto desenvolvimentista almejado pelo governo federal e por políticos e elite locais.

Em 02 de fevereiro de 1960, por meio do Decreto Federal nº 47.732, a Faculdade de Direito de Uberlândia foi autorizada a funcionar; as aulas começaram no mesmo ano, na residência do Dr. Jacy de Assis, que passou a ser professor e diretor da instituição. De acordo com Vicente Augusto Santa Cecília Franco – um dos primeiros professores da Faculdade de Direito – “a primeira coisa que o Dr. Jacy fez ao criar a Faculdade de Direito foi mudar da sua casa para um apartamento, e deixar a casa onde morava à disposição da escola” (CAETANO; DIB, 1988, p. 295).

Figura 15 - Primeiro Prédio da Faculdade de Direito de Uberlândia



Fonte: Acervo CDHIS.

Com a criação da Faculdade de Direito entra em cena outra figura importante na história da Universidade da cidade de Uberlândia: o Dr. Juarez Altafin. Segundo Altafin (1997), o Dr. Jacy de Assis o convidou para lecionar na primeira Faculdade de Uberlândia; o convite foi aceito, a Faculdade iniciou as suas atividades e os desafios foram muitos.

Na década de sessenta, o ensino superior começou a ser implantado em Uberlândia, com as dificuldades das limitações locais referentes ao magistério superior. [...]

Assim, é compreensível que as nossas primeiras escolas superiores fossem implantadas na base da improvisação. (ALTAFIN, 1997, p. 19)

As dificuldades se davam por vários ângulos, da limitação de recursos humanos, financeiros e acadêmicos à estruturação do próprio curso. Quanto aos recursos humanos, a figura do Dr. Jacy de Assis foi de fundamental importância na captação de docentes; ele conseguiu, por meio de seus contatos, trazer profissionais de outras cidades para ministrarem aulas na Faculdade. Em nível financeiro, a Instituição Uberlandense de Ensino exerceu o papel de captação dos recursos para funcionamento da faculdade, por meio de doações. Para tanto, ela promoveu a inserção da faculdade na sociedade e criou o Clube Universitário para associar a comunidade acadêmica com a comunidade uberlandense e ganhar a simpatia e prestígio da cidade e região.

A estruturação do curso foi um desafio para um projeto pioneiro; por ser o primeiro curso não havia exemplos anteriores a se espelhar, “talvez por isso a Universidade do Rio de Janeiro tenha influenciado tanto, enquanto modelo de ensino universitário a ser seguido, por ser o modelo a disposição, que contava como o parecer favorável do Governo Federal” (VIEIRA FILHO, 1993, p. 47). Prieto (2010, p. 391) pondera que a estrutura curricular do curso seguiu a legislação educacional vigente, privilegiando “a formação profissionalizante, deixando em segundo plano os conteúdos propedêuticos, que permitem uma formação mais geral, humanística e crítica”, a exemplo das primeiras instituições superiores em solo brasileiro.

O processo de criação da Faculdade de Direito não se difere muito das demais instituições de ensino superior que surgiram na década de 1960 em Uberlândia; tratam-se de instituições privadas, sem proprietários particulares, ligadas a mantenedoras e que surgiram do movimento de políticos com a elite local.

No caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFI) houve também o envolvimento direto de religiosos locais, essencialmente a Congregação das Irmãs de Jesus Crucificado.

5.3.2 Filosofia, Ciências e Letras

Segundo Ilar Garotti, um grupo de intelectuais composto por Moacir Lopes de Carvalho (diretor da Rádio Educadora), André Fonseca Ferreira (presidente da Câmara Municipal) e Saint'Clair Netto (professor do Colégio Estadual), liderados pelo padre Mário Florestan (superior dos padres salesianos), procurou as Irmãs do Colégio Nossa Senhora para a criação da Faculdade de Filosofia. As irmãs aceitaram o desafio imbuídas não só do ideal

desenvolvimentista, mas também do receio da Faculdade ser criada por grupos de vertentes comunistas. Ilar Garotti, em entrevista ocorrida em setembro de 1987 ao projeto Pró-memória UFU, relata:

Verifica-se, naquela época, um impasse. Duas opções de apresentavam naquele momento: ou a Faculdade de Filosofia seria obra das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado que teria no seu bojo a orientação intrinsecamente católica, ou ela passaria às mãos de grupos que tinham outros ideais. [...] O que eu ouvia dizer é que os ideais de outros grupos não eram ideais que seriam compatíveis com os ideais democráticos. (CAETANO; DIB, 1988, p. 30)

Decididas a implantar a Faculdade de Filosofia em Uberlândia, as irmãs procuraram o Dr. Jacy de Assis logo após seu retorno do Rio de Janeiro, ocasião em que se reuniu com Rondon Pacheco e com o Diretor de Ensino do Ministério da Educação e Cultura para instituir a Faculdade de Direito, e disseram que iriam criar a Faculdade de Filosofia. Segundo relato do Dr. Jacy de Assis, ele ajudou a preparar todos os papéis necessários para a efetivação das duas Faculdades: a de Direito e a de Filosofia. Quando retornou ao Rio de Janeiro entregou ao presidente Juscelino Kubitschek os papéis referentes à criação das duas faculdades e saiu do gabinete com os dois decretos assinados pelo presidente, um criando a Faculdade de Direito e o outro a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (CAETANO; DIB, 1988).

Por meio do Decreto nº 47.736, de 02 de fevereiro de 1960, foi concedida a autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, que tinha o Instituto Social de Instrução e Caridade, instituído em outubro de 1959, como mantenedor. As atividades foram exercidas nas dependências do Colégio Nossa Senhora, que possuía instalações amplas para que os cursos fossem desenvolvidos; ficou ali abrigada durante o período de 1960 a 1977.

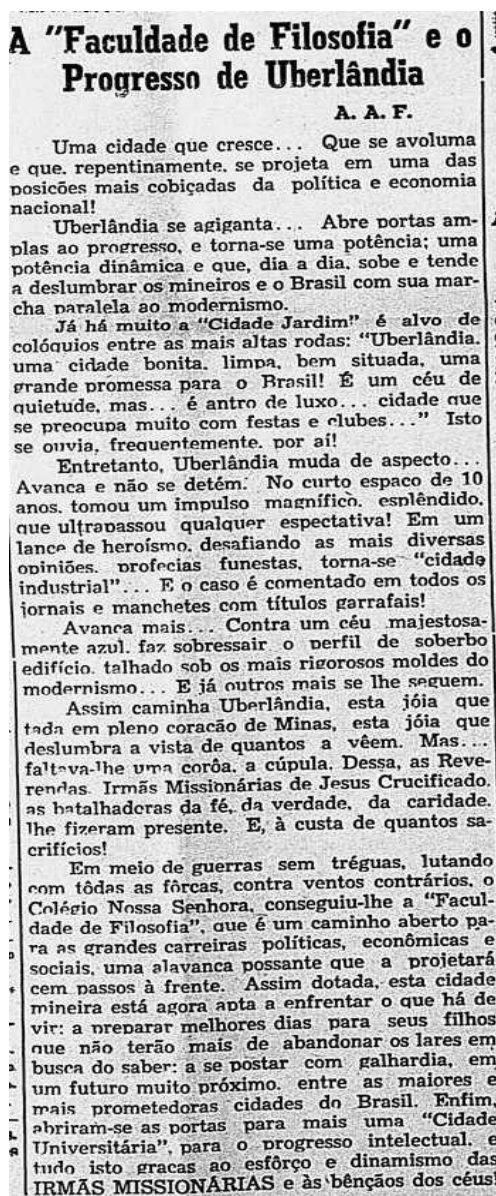
Figura 16 - Foto da fachada externa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras



Fonte: Acervo CDHIS.

A imprensa exerceu o papel que vinha desempenhando com maestria: noticiou a criação da Faculdade de Filosofia, enalteceu o município de Uberlândia, vinculou a criação do ensino superior ao progresso do município e não reportou as dificuldades e problemas vinculados à sua implementação. Para ilustrar tal afirmação, segue notícia divulgada no Jornal “O Repórter”:

Figura 17 - Jornal O Repórter, 09 de fevereiro de 1960 – A “Faculdade de Filosofia” e o Progresso de Uberlândia



Fonte: Jornal O repórter (1960).

Transcrição da matéria veiculada:

A “Faculdade de Filosofia” e o Progresso de Uberlândia

A. A. F.

Uma cidade que cresce... Que se avoluma e que, repentinamente, se projeta em uma das posições mais cobiçadas da política e economia nacional!

Uberlândia se agiganta... Abre portas amplas ao progresso, e torna-se uma potência; uma potência dinâmica e que, dia a dia, sobre e tende a deslumbrar os mineiros e o Brasil com sua marcha paralela ao modernismo.

Já há muito a “Cidade Jardim” é alvo de colóquios entre as mais altas rodas: “Uberlândia, uma cidade bonita, limpa, bem situada, uma grande promessa para o Brasil! É um céu de quietude, mas... é antro de luxo... cidade que se preocupa muito com festas e clubes...” Isto se ouvia, frequentemente, por aí!

Entretanto, Uberlândia muda de aspecto... Avança e não se detém. No curto espaço de 10 anos, tomou um impulso magnífico, esplêndido, que ultrapassou qualquer expectativa! Em um lance de heroísmo, desafiando as mais diversas opiniões, profecias funestas, torna-se “cidade industrial”... E o caso é comentado em todos os jornais e manchetes com títulos garrafais!

Avança mais... Contra um céu majestosamente azul, faz sobressair o perfil de soberbo edifício, talhado sob os mais rigorosos moldes do modernismo... E já outros mais se lhe seguem.

Assim caminha Uberlândia, esta jóia que tuda em pleno coração de Minas, esta jóia que deslumbra a vista de quantos a vêem. Mas... faltava-lhe um corôa, a cúpula. Dessa, as Reverendas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, as batalhadoras da fé, da verdade, da caridade, lhe fizeram presente. E, à custa de quantos sacrifícios!

Em meio de guerras sem tréguas, lutando com tôdas as fôrças, contra ventos contrários, o Colégio Nossa Senhora, conseguiu-lhe a “Faculdade de Filosofia”, que é um caminho aberto para as grandes carreiras políticas, econômicas e sociais, uma alavanca possante que a projetará cem passos à frente. Assim dotada, esta cidade mineira está agora apta a enfrentar o que há de vir: a preparar melhores dias para seus filhos que não terão mais de abandonar os lares em busca do saber: a se postar com galhardia, em um futuro muito próximo, entre as maiores e mais prometedoras cidades do Brasil. Enfim, abriram-se as portas para mais uma “Cidade Universitária”, para o progresso intelectual, e tudo isso graças ao esforço e dinamismo das IRMÃS MISSIONÁRIAS e às bênçãos dos céus!

Assim como na Faculdade de Direito, as dificuldades relacionadas a recursos humanos e financeiros estavam presentes, bem como a influência tecnicista do ensino; ou seja, havia escassez de professores com requisitos mínimos para ministrarem as aulas, poucos recursos financeiros para manter o corpo docente atuante e a faculdade tinha por finalidade prover a região com professores.

De acordo com Sr. Durval Garcia,

Eu me lembro muito bem que quando implantou a Faculdade de Filosofia não havia ninguém, diríamos assim, habilitado a ser professor na nova faculdade e aqueles que lá estavam, alguns sacerdotes, alguns professores da rede estadual, da rede particular é que foram convocados para serem os professores [...]. Deveríamos apresentar títulos ao MEC, ao Conselho Federal de Educação. Os títulos apresentados praticamente foram alguns discursos feitos em algumas solenidades, algumas poesias, alguns contos que tínhamos publicado e alguns apresentaram também uma experiência no magistério. Com isso o Conselho afinal aprovou a nossa turma e iniciou-se a Faculdade de Filosofia. (CAETANO; DIB, 1988, p. 32)

Os recursos financeiros eram insuficientes não só para garantir uma boa remuneração aos docentes, mas também para manter uma biblioteca minimamente adequada para atender aos cursos ministrados. Os recursos destinados à faculdade eram provenientes de sua mantenedora,

que os recebia por meio das anuidades, donativos, subvenções e renda da entidade mantenedora (VIEIRA FILHO, 1993).

A Faculdade iniciou com três cursos: Pedagogia, Letras Anglo-Germânicas e Letras Neo-Latinas, sendo que no decorrer de sua história novos cursos foram criados. De acordo com Vieira Filho (1993, p. 60), “Estes cursos, mesmo visando, primeiramente, a formação de profissionais, possibilitou que a área das ciências humanas se expandisse, e que se criasse um espaço onde o desenvolvimento do saber erudito ou técnico fosse possível”.

A exemplo do ocorrido com a Faculdade de Direito, houve na implementação da Faculdade de Filosofia não só o empenho da elite local, mas também uma grande dose de idealismo e vontade política para que as faculdades se concretizassem, fato que se repetiu na criação das escolas superiores vindouras.

5.3.3 Ciências Econômicas

Em 1960 havia, em Uberlândia, duas escolas Superiores: a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dirigidas por mantenedoras distintas. Em 1961, por meio da Lei nº 3.864 de 24 de janeiro, foi criada a Faculdade de Engenharia, primeira instituição federal de ensino em Uberlândia, porém só começou a funcionar realmente em 1965. Seguindo essa trajetória, constatamos a criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FACEU) em dezembro de 1962, tendo como mantenedora a Instituição Uberlandense de Ensino que veio a ser a Fundação Educacional de Uberlândia, mesma mantenedora da Faculdade de Direito.

Os mesmos idealizadores da Faculdade de Direito e professores da instituição trabalharam em prol da Faculdade de Ciências Econômicas na cidade de Uberlândia. Segundo relato do professor Juarez Altafin em Altafin (1997), o Dr. Jacy de Assis – que já o havia convidado a ministrar aulas na Faculdade de Direito – foi quem o convidou para criar e ser o diretor na nova faculdade. Após aceitar o convite, mesmo não tendo formação profissional na área, foi nomeado diretor pelo presidente da Instituição Uberlandense de Ensino de uma escola que ainda não existia nem no papel. O Dr. Régis Elias, então promotor substituto da cidade, foi convidado para exercer o cargo de secretário da instituição.

Ana Lúcia Borges (2020), em sua tese de doutorado que versa sobre a gênese da Faculdade de Ciências Econômicas, apresenta uma das primeiras publicações sobre esta faculdade, veiculada no Jornal O Triângulo em 21 de dezembro de 1961, intitulada “Nas Mãos do 1º Ministro a Sorte da FCE”:

Os organizadores da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia estão envidando todos os esforços no sentido de que seja instalada, ainda no princípio do próximo ano, a referida Escola em nosso meio. Para tal, esteve no Rio de Janeiro, o seu secretário Dr. Regis Elias Simão, levando todos os documentos necessários para a sua devida autorização de funcionamento. Depois de alguns entendimentos que manteve com o Diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia, Dr. Jacy de Assis, que lá também se encontrava, resolveu aquele Secretário, seguir para Brasília, onde manteve contacto com o Deputado Afrânio Rodrigues da Cunha. Por intermédio deste ilustre parlamentar, o Dr. Regis conseguiu facilmente uma audiência com o Primeiro Ministro, Dr. Tancredo Neves, do qual teve prontamente a certeza do cumprimento de sua promessa, feita ainda quando em Uberlândia esteve, no sentido de fazer funcionar a nossa Faculdade de Ciências Econômicas. Todos os documentos necessários ao pedido de funcionamento ficaram com o Primeiro Ministro, que no seu dizer, encaminhá-los-ia ao Ministro da Educação e Cultura, com uma ordem sua, para que se cumprisse o determinado. Ontem a nossa reportagem manteve amistosa palestra com o Diretor da Faculdade, Dr. Juarez Altafin, o qual manifestou o desejo de realizar os exames de vestibular no princípio do próximo ano, dependendo somente do Ministro Tancredo Neves dar cumprimento à sua promessa. (BORGES, 2020, p. 44)

Borges (2020) elucida que, na matéria veiculada acima, o Dr. Tancredo Neves foi tratado por Primeiro Ministro pois o Brasil viveu um curto período de parlamentarismo (08 de setembro de 1961 a junho de 1962).

Entre os desafios a serem enfrentados podemos citar: a falta de estrutura, não havia prédio e nem mobiliário; a deficiência de recursos humanos, não havia professores capacitados para ministrarem as disciplinas exigidas pelo Conselho Federal de Educação; e a falta de recursos financeiros, não havia verba para seu funcionamento. A sua gênese foi como das demais faculdades criadas até então, por iniciativa de um grupo de pessoas, representantes da elite local em conjunto com a colaboração política propiciada pelas conjunturas nacional e local.

Nessa empreitada, o professor Juarez Altafin destaca a ajuda que obteve no meio político,

Merece destaque a valiosa ajuda de duas pessoas. Em primeiro lugar, a do Prof. Clóvis Salgado, que tinha sido Ministro da Educação e, na época, era membro do Conselho Federal de Educação. A sua atuação foi decisiva naquele colegiado, para que a autorização de funcionamento do primeiro curso fosse concedida, porta aberta para os demais. Ainda na fase de autorização, consegui que o deputado federal Afrânio Rodrigues da Cunha colocasse, no orçamento para o ano seguinte, verba para a Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia que ainda nem existia. (ALTAFIN, 1997, p. 30)

A exemplo do ocorrido com as outras faculdades, o vereador Homero Santos apresentou na Câmara Municipal de Uberlândia um projeto para destinar o valor de Cr\$ 300.000,00 por três anos à Faculdade de Economia, fato noticiado no Jornal O Triângulo em 2 de dezembro de 1961. No outro dia, em 03 de dezembro de 1961, o mesmo jornal publica uma matéria informando que o então deputado federal Afrânio Rodrigues da Cunha havia conseguido incluir

no orçamento do governo federal a verba de 1 milhão para o próximo ano destinada à Faculdade de Economia de Uberlândia (BORGES, 2020).

Fato notório é que a criação da Faculdade de Ciências Econômicas coadunava com o projeto global de desenvolvimento, na medida em que propicia formação de mão de obra adequada às necessidades regionais demandadas pelo desenvolvimentismo, tais como administradores e contabilistas, justificativa essa encontrada no processo de reconhecimento do curso.

[...] será amplamente justificado pelo próprio sentido da expansão econômica de Uberlândia, centro de irradiação para o interior do país, em pleno florescimento. O currículo adotado é mais para formar um gerente empresarial do que o economista reclamado para os grandes centros industriais. Está adequado às necessidades regionais. (VIERA FILHO, 1993, p. 61)

Apesar dos idealizadores solicitarem e se prepararem para o curso de Ciências Econômicas, foi o curso de Ciências Contábeis o primeiro a ser criado, em 5 de dezembro de 1962, seguido pelo de Ciências Econômicas em 3 de novembro de 1966 e o de Administração em 2 de abril de 1969.

De início a Faculdade de Ciências Econômicas funcionou no prédio da Faculdade de Direito, depois passou para o prédio onde funcionava a Faculdade de Filosofia; mais tarde alugou um prédio para seu funcionamento no edifício do Colégio Brasil Central.

Figura 18 - Foto do edifício ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas



Fonte: Acervo CDHIS.

A faculdade mudou para um prédio na Praça Dr. Duarte, o prédio foi adquirido e reformado para abrigar a faculdade e lá permaneceu até sua incorporação à Universidade de Uberlândia. Segundo o professor Juarez Altafin, “Interessante é salientar que compramos o prédio e o adaptamos sem recurso federal, sem recurso estadual, sem recurso municipal, sem

dinheiro do aluno, sem dinheiro do professor, só com ajuda do povo de Uberlândia” (CAETANO; DIB, 1988, p. 36).

Com as Faculdades de Direito, Filosofia Ciências e Letras e Ciências Econômicas instaladas e em funcionamento, mesmo com todas as dificuldades e desafios, cumpriu-se a missão inicial de implementar o ensino superior no município de Uberlândia, e vislumbrava-se um projeto maior: a criação de uma Universidade.

A implantação das faculdades em Uberlândia permitiu que as concepções sobre o ensino superior e seus benefícios fossem vivenciados na prática, além de propiciar aos seus idealizadores as experiências burocráticas para a criação e reconhecimento de novas escolas e cursos. Os caminhos percorridos foram marcados; criou-se elos entre pessoas, grupos e instituições com interesses comuns; e contatos com lideranças políticas locais e nacionais ligadas, principalmente, às áreas de ensino, foram viabilizados. As ambições em relação ao ensino em Uberlândia foram ampliadas e a Universidade em Uberlândia passa a ser uma possibilidade concreta.

Nesse cenário, a instalação da Faculdade de Engenharia, criada em 1961, seria fundamental para atender as exigências do Ministério da Educação e Cultura, explicitadas no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender as seguintes exigências:

I - Congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras. (BRASIL, 1931, s/p)

Tendo em vista que Uberlândia já havia implantado as Faculdades de Direito e de Filosofia Ciências e Letras o próximo passo era a implementação da Faculdade de Engenharia (criada em 1961) e a criação da Faculdade de Medicina. É necessário ressaltar que o intuito era constituir uma universidade federal, como veremos mais adiante, e a Escola de Engenharia criada detinha esse status.

5.3.4 Faculdade de Engenharia

A Escola de Engenharia esteve no ideal uberlandense por anos antes de sua criação em 1961 e permaneceu no ideário até sua efetiva implementação em 1965. No decorrer da década de 1950, os políticos e a elite local se movimentaram em prol da Escola de Engenharia. A exemplo do fato, dentre outras fontes, relatamos aqui a Ata da Câmara Municipal, divulgada no Jornal O Repórter em 03 de janeiro de 1956, segunda página, que:

Coloca em discussão a indicação do vereador Angelino Pavan solicitando a remessa de um telegrama ao senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira sobre a criação de uma escola de engenharia nesta cidade, usa a palavra para justificar a indicação o vereador Homero Santos afirmando que apesar de haver sido prometida a sua criação em Uberlândia tomara conhecimento por jornal de Uberaba que a sua instalação estava sendo preparada para aquela cidade. O vereador Renato de Freitas diz-se favorável à indicação [...]. Afirma que para se obter a instalação de uma escola de Engenharia em Uberlândia não basta apenas que a Câmara se movimente com pedidos e telegramas, mas que o uberlandense se empenhe de todos os modos numa campanha no mesmo sentido promovendo e conseguindo a instalação desejada. (JORNAL O REPÓRTER, 1956a, p. 2)

Em 1957 foi aprovado o Projeto de Lei nº 1.108, de autoria do deputado federal Vasconcelos Costa, que “Autoriza o poder executivo a criar a Escola Federal de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais, e dá outras providências”, conforme matéria publicada ilustrada abaixo.

Figura 19 - Jornal O Repórter, 15 de maio de 1957 – Escola Federal de Engenharia de Uberlândia

REAL EXPRESSO

UMA NOVA ORGANIZAÇÃO A SERVIÇO DO POVO

VIAGENS DIRETAS A GOIÂNIA — VIA CIATUBA VIAGEM A GOIÂNIA COM PERNOITE EM BURITI ALEGRES
 VENDAS DE PASSAGENS EM UBERLÂNDIA, PRAÇA DA REPÚBLICA. NÚMERO 181— E EM GOIÂNIA AV. ANHANGUERA, 93

O REPORTEER

Diário Vespertino Independente Telefonia. 250 Diretor-Proprietário: João de Oliveira

ANO XXV Uberlândia, Quarta-Feira, 15 de Maio de 1.957. N.º 2.723.

NEON SULSI LTDA.

A mais perfeita fábrica de Luminosas a Gás Neon e Iluminação, desta zona. Sob a direção técnica do competente profissional: —

MORUM SIMÃO
 AVENIDA AFONSO PENA, 167 — 1.º and.
 UBERLÂNDIA — MINAS

Escola Federal de Engenharia de Uberlândia

Para conhecimento dos nossos leitores, passamos a estampar, por nos ter sido enviado, pelo deputado Vasconcelos Costa, o substitutivo aprovado, com referência à criação de um estabelecimento do ensino superior nesta cidade.

Chamamos, pois, a atenção de todos os uberlandenses, para o importante documento, que é o seguinte:

PROJETO N. 1.108 DE 1.956
 "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Federal de Engenharia de Uberlândia, Minas Gerais, e dá outras providências".

Art. 1.º — É ao Poder Executivo autorizado a criar a Escola Federal de Engenharia de Uberlândia, com sede no município desse nome, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — A Escola manterá cursos de nível superior e de nível médio.

Art. 3.º — No curso superior de engenharia, as disciplinas serão agrupadas em catédricas; nos cursos técnicos, as disciplinas serão lecionadas por professores contratados.

Art. 4.º — O Ministério da Educação e Cultura providenciará a instalação e o funcionamento sucessivo dos cursos, do modo seguinte:

1.º — os cursos industriais

2.º os cursos técnicos

3.º os cursos superiores de engenharia

Art. 5.º — Para atender às despesas iniciais com obras e instalações da Escola, fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de cincoenta milhões de cruzeiros.

Art. 6.º — O Ministério da Educação e Cultura promoverá a construção dos prédios da Escola Federal de Engenharia, em terrenos que sejam doados pelo Estado, pela municipalidade ou por particulares ao governo Federal, livres de qualquer ônus.

Art. 7.º — O Poder Executivo, dentro de 120 dias, expedirá o regulamento da Escola, que disporá acerca de todas as atividades escolares, inclusive currículo.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NEON SULSI LTDA.

A mais perfeita fábrica de Luminosas a Gás Neon e Iluminação, desta zona. Sob a direção técnica do competente profissional: —

MORUM SIMÃO
 AVENIDA AFONSO PENA, 167 — 1.º and.
 UBERLÂNDIA — MINAS

A VISO

A Companhia de Telefones do Brasil Central avisa que seus atuais e futuros assinantes que não tem, ainda, nenhuma pessoa autorizada a confeccionar a sua nova LISTA DE ASSINANTES e que esse serviço será feito oportunamente por pessoas devidamente credenciadas para esse fim.

A DIRETORIA

— VENDE-SE —

Vende-se o stok da antiga "Casa Allianca" situada na Avenida Floriano Peixoto, 1670. — Aluga-se, também, a parte residencial. — Ver e tratar no mesmo endereço.

AS SUAS ORDENS o NOVO POSTO ESSO TRIANGULO

Um estabelecimento que honra a vida comercial da cidade — Os automobilistas desta cidade já dispõem, para atender às necessidades de seu carro, de um novo: **POSTO DE SERVIÇO "ESSO TRIANGULO"** Devidamente aparelhado e com pessoal especializado, para proporcionar serviços de qualidade e os afamados produtos ESSO.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA & CIA. — Tratores à gasolina MINNEAPOLIS-MOLINE — A óleo Diesel — Arados de catraca ou hidráulicos — Grades de discos — Cultivadores — Semeadoras.

Para importação direta e financiada com três anos ao Agricultor pelos Vendedores. **AV. VASCONCELOS COSTA, 1384 — TEL. 1993 — UBERLÂNDIA**

Obra monumental o Hospital Santa Cecilia de Uberaba

Em dias da semana passada, visitamos, na cidade de Uberaba, o grande e importante estabelecimento de maior amplitude e de melhor organização, como sem dúvidas, pelo Brasil Central. Anetamos, ali, além de inúmeros outros e das mais perfitas, setenta quartos, inclusive apartamentos, para internamento de doentes.

Entramos em contato com os seus capangas e competentes diretores, o ilustre médico Reme Cecilio, que age auxiliado, dentro de suas especialidades, pelos Drs. Joaquim Alves de Oliveira, Odon Termin, Anis Abdala, Aziz Miguel Hub e Samir Cecilio.

A oportunidade de nossa visita, podemos ser presentes a uma operação de correção, pelo cirurgião Reme Cecilio, assistido pelo cardiologista Reme Cecilio, tendo, ainda, como auxiliares, os Drs. Joaquim José de Oliveira e Anis Abdala, além dos acadêmicos Milton Staff e Anésio Dan.

Tratava-se de uma estocando, como conta, com nosse mitral e a nascente era a sônhorta Florisane Fernandes Carneiro, filha do casal João Fernandes Cândido Primo e Gerarda Carneiro Nogueira, residente em Lagoa Formosa, do município de Patos de Minas.

A operação obteve completo êxito, e o doente, ao acordar, no dia seguinte, veio a dormir, em que o magnífico estado geral, como se não tivesse passado por uma melindrosa comissurtonia.

D: parabens está, não há cimente.

Estradas para o Brasil

ESCRITÓRIO "TUIZA" DE CONTABILIDADE

— de —

BENONE BORGES

Coniador — Escrit. Avulsas e Deuts Serviços Concernant. à Sua Profissão. Rua Miranorara, 107 — Cx. Postal, 275 UBERLÂNDIA — MINAS

Fonte: Jornal O Repórter (1957).

Transcrição da matéria veiculada:

Escola Federal de Engenharia de Uberlândia

Para conhecimento dos nossos leitores, passamos a estampar, por nos ter sido enviado, pelo deputado Vasconcelos Costa, o substitutivo aprovado, com referência à criação de um estabelecimento do ensino superior nesta cidade.

Chamamos, pois, a atenção de todos os uberlandenses, para o importante documento, que é o seguinte:

PROJETO N. 1.108 DE 1956

“Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Federal de Engenharia, de Uberlândia, Minas Gerais, e dá outras providências”.

Art. 1.º - É ao Poder Executivo autorizada a criar a Escola Federal de Engenharia de Uberlândia, com sede no município desse nome, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º - A Escola manterá cursos de nível superior e de nível médio.

Parágrafo único – Os cursos de nível superior serão de engenharia industrial e os de nível médio serão o industrial e o técnico.

Art. 3.º - No curso superior de engenharia, as disciplinas serão agrupadas em cátedras e lecionadas por catedráticos; nos cursos médios, as disciplinas serão lecionadas por professores contratados.

Parágrafo único – O provimento inicial das cátedras deverá ser feito por professores contratados.

Art. 4.º - O Ministério da Educação e Cultura providenciará a instalação e o funcionamento sucessivo dos cursos, do modo seguinte:

1.º – os cursos industriais

2.º os cursos técnicos

3.º os cursos superiores de engenharias

Parágrafo 1.º - O curso de nível médio industrial deverá, inicialmente, abranger três modalidades: a) mecânica de máquinas; b) máquinas e instalações elétricas; c) aparelhos elétricos e telecomunicações, e o técnico deverá, inicialmente, abranger duas modalidades: a) construção de máquinas e motores; b) eletrotécnica.

Parágrafo 2.º - Serão instituídos, inicialmente, os cursos de nível superior de engenharia industrial das seguintes modalidades: a) mecânica; b) eletrotécnica.

Art. 5.º - Para atender às despesas iniciais com obras e instalações da Escola, fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de cinquenta milhões de cruzeiros.

Art. 6.º - O Ministério da Educação e Cultura promoverá a construção dos prédios da Escola Federal de Engenharia em terrenos que forem doados pelo Estado, pela municipalidade ou por particulares ao govêrno Federal, livres de qualquer ônus.

Art. 7.º - O Poder Executivo, dêntro de 120 dias, expedirá o regulamento da Escola, que disporá acêrca de tôdas as atividades escolares, inclusive currículo, sistema de promoções, de graduações e especialização.

Art. 8.º - Esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Inúmeras campanhas em prol da criação da Escola de Engenharia em Uberlândia foram veiculadas na imprensa, políticos e empresários locais se embrenharam no processo de implementação da escola, uma vez que a cidade ambicionava alcançar o ritmo de progresso do país e acalentava o sonho da construção de um Distrito Industrial no município. A Escola de Engenharia representava uma resposta adequada às expectativas políticas e econômicas da cidade, formaria mão de obra qualificada, capaz de suprir as necessidades das possíveis indústrias que viessem a se instalar na região.

Os objetivos para a criação da Engenharia em Uberlândia, segundo Tito Teixeira (1970 *apud* VIEIRA FILHO, 1993, p. 71), eram os seguintes:

Atender as necessidades sempre crescentes de técnicos industriais, engenheiros mecânicos ou químicos de que tanto carece o país e, principalmente, nesta região, de que Uberlândia tornou-se centro de convergência, devido à sua situação geográfica, trevo de comunicações terrestres e aéreas.

A justificativa de criar mão de obra capacitada para o desenvolvimento da região também foi utilizada na criação dos primeiros cursos superiores, demonstrando, novamente, o caráter tecnicista que acompanhou a instalação do ensino superior em Uberlândia. Também, a exemplo das escolas criadas anteriormente, para sua efetiva implementação foi necessário o

empenho de lideranças e políticos locais, com destaque maior para o então deputado Rondon Pacheco que, por ter contatos na esfera federal, por ter o instrumento legal de criação das escolas por meio de emendas do executivo e por saber aproveitar dessas benesses conseguiu implantar em Uberlândia as escolas de ensino superior.

Conforme relato do Dr. Jacy de Assis sobre a criação da Faculdade de Direito, descrito aqui nesse trabalho, quando da visita ao gabinete do Dr. Jurandyr Lodi, Diretor de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, este propôs ao então deputado Rondon Pacheco que intercalasse a criação da Faculdade de Engenharia em Uberlândia no projeto de lei que tramitava no Congresso para a criação de uma Universidade no Rio Grande do Sul, e assim foi feito.

Diante do exposto, em 1961, por meio da Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961 que “Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais” (BRASIL, 1961a, p. 1), criou-se a Escola de Engenharia de Uberlândia. Apesar de constar no seu artigo 4º que “[...] Dentro de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta Lei, o Poder Executivo tomará as providências legais para a sua instalação”, isso só ocorreu em 1965.

A Faculdade Federal de Engenharia foi criada como Escola de Engenharia, integrante da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Sua denominação foi mudada por meio do Decreto-Lei nº 379 de 23 de dezembro de 1968, tornando-a unidade pertencente ao Sistema Federal de Administração Pública, subordinada ao Ministério da Educação.

Ocorrida a criação da Escola de Engenharia fazia-se necessário definir os recursos orçamentários destinados a seu funcionamento. Segundo Dr. Genésio de Melo Pereira⁵⁹, em entrevista dada ao projeto Pró-memória UFU:

A história da Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia surgiu de uma emenda feita pelo Sr. Rondon Pacheco na gestão do presidente Juscelino Kubistchek. Essa emenda foi assinada meio “às pressas” e não deu acesso a que a Faculdade de Engenharia obtivesse recursos financeiros porque ela exigia um pessoal permanente quando não tínhamos ainda. Nossa Faculdade nos primeiros dois anos ficou sem recursos para que pudéssemos realizar o pagamento das despesas e ela só evoluiu porque empresas e pessoas jurídicas colaboraram e a sustentaram e também porque vinte e dois professores trabalharam, nesse período, sem receber. Só mais tarde conseguimos verbas com o Ministério da Educação e Cultura para pagarmos aos professores. (CAETANO; DIB, 1988, p. 41)

⁵⁹ Fundador e primeiro Diretor da Faculdade Federal de Engenharia.

Para a destinação de recursos, o então deputado Rondon Pacheco apresentou nova lei que foi aprovada em 05 de dezembro de 1962, a Lei nº 4170, que “Dispõe sobre funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia, e dá outras providências” (BRASIL, 1962, p. 1). A lei traz em seu artigo 1º que “[...] manterá os cursos de engenharia industrial, modalidade química e mecânica e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI)”, e em seu artigo 5º autoriza o poder executivo a abrir crédito especial para pessoal permanente, pessoal do quadro extraordinário, material, despesas de adaptação do prédio, despesas de manutenção do IPOI e para despesas de instalação, direcionando valores específicos para cada item.

Logo, foi formada uma comissão composta pelos professores Genésio de Melo Pereira, Galba Gouveia Porto, Vinícius Vasconcelos e José Pepe Júnior, que ficou responsável pela elaboração de um projeto de estatuto e regimento e pela organização do vestibular. Também foi criada uma comissão no MEC, denominada Comissão de Estudos de Implantação de Escolas de Engenharia, que objetivava analisar as condições regionais para instalação de cada tipo de escola.

De acordo com o depoimento de José Pepe Júnior, em março de 1988, ao projeto Pró-memória UFU,

Na realidade, no Brasil, todas as faculdades isoladas nasceram simplesmente de um esforço político, de pedidos na comunidade. [...] Voltando à comissão⁶⁰, esta não entendia, e eu fui testemunha de conversas nesse assunto [...] o que Uberlândia tinha para que fosse instalada aqui uma Faculdade de Engenharia Química. [...] Eles não entendiam isso e estendiam o caso para Medicina também. “– Vocês já estão querendo criar lá uma escola de Medicina, e nós achamos um absurdo porque a cem quilômetros existe uma Escola Federal de Medicina para servir a região”. [...] Essa comissão pensava assim e evidentemente influía nas autoridades do MEC. Com a Revolução⁶¹ as nossas atividades foram cessadas. E estou ligando esse fato talvez a má vontade do Ministério. [...] Aí entra novamente o esforço parlamentar do deputado Rondon Pacheco, que trabalhou incansavelmente, conseguiu superar essas dificuldades, e a Faculdade acabou retornando à sua vida. (CAETANO; DIB, 1988, p. 44)

Assim como ocorreu com as outras faculdades, para que a Escola de Engenharia fosse colocada em funcionamento era necessária a doação de um terreno e suas instalações, porém, nesse caso, a medida foi estabelecida na Lei 4170, em seu artigo 4º “A Escola de Engenharia e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial serão instalados em prédios e terrenos a serem doados a União, mediante escritura pública” (BRASIL, 1962, p. 1).

A esse fato já havia se adiantado a elite uberlandense; a matéria divulgada pelo Jornal O Repórter em 07 de abril de 1956, com o título de “Escola Federal de Engenharia em

⁶⁰ Referindo-se à comissão composta pelos membros do Ministério da Educação e Cultura.

⁶¹ Referindo-se ao golpe civil-militar de 1964.

Uberlândia” enfatiza a necessidade de se conseguir uma área relativamente grande para ser disponibilizada à Escola de Engenharia. A matéria ressalta a importância de se desenvolver uma campanha para consecução de um terreno por doação, e conclama as grandes empresas imobiliárias a se pronunciarem a respeito e então delinarem um plano, em conjunto com a prefeitura municipal, para que todos concorressem.

Após a criação da Escola, a classe política e a elite local, em conjunto com a comissão designada, conseguiram os recursos necessários para adquirir um prédio cuja construção estava paralisada e abandonada, sendo que foi necessário efetuar a reforma para início das atividades. O antigo Ginásio Salesiano⁶² de Uberlândia, na Vila Saraiva, foi a instalação inicial da Faculdade; o prédio deveria ser doado à União. Em 1964, antes do golpe civil-militar, o presidente João Goulart veio ao município de Uberlândia e o engenheiro Galba Gouveia Porto, membro da comissão local, conseguiu a sua assinatura pública de aceitação do terreno e do prédio destinado à Escola de Engenharia.

Figura 20 - Foto do prédio da Faculdade Federal de Engenharia no Santa Mônica



Fonte: Acervo CDHIS.

É importante observar que,

[...] a área em que a Engenharia se instalou, transformou-se no campus Santa Mônica, [...] um dos mais bem servidos por transporte, rede de esgoto, água e outros tipos de serviços. Seus doadores, [...] bem sabiam que o desenvolvimento de um campus universitário traria melhorias para os terrenos vizinhos, o que realmente ocorreu. (VIEIRA FILHO, 1993, p. 77)

⁶² Atualmente o prédio é o Centro de documentação e Pesquisa em História (CDHIS). Espaço importante para o desenvolvimento dessa pesquisa, além do atendimento e assessoramento a professores e pesquisadores(as), desenvolve atividades educativas e culturais diversas.

A falta de recursos humanos, ou seja, de professores especializados para ministrarem aulas em determinadas disciplinas, essencialmente nas disciplinas práticas, também esteve presente na gênese da Faculdade Federal de Engenharia; um problema recorrente na criação das escolas superiores que a antecederam.

Para corroborar com a afirmação, segue o relato dado pelo professor Antonino Martins da Silva Junior⁶³ em entrevista concedida ao Projeto Pró-Memória UFU em março de 1998,

Eu chegava em Uberlândia nem era para trabalhar na Faculdade, não pretendia trabalhar nessa área de ensino, mas fui convidado porque eu era o único engenheiro metalúrgico que existia na região [...]. Foram criados dois cursos, o de Engenharia Mecânica e o de Engenharia Química e aqui em nossa cidade não existiam profissionais preparados para lecionar estas disciplinas profissionalizantes. [...] não sou engenheiro mecânico, sou engenheiro de minas, metalurgia e civil e, naquela época, não havia nenhum engenheiro mecânico lecionando no curso de Engenharia Mecânica, assim como não havia nenhum engenheiro químico lecionando no curso de Engenharia Química. [...] Infelizmente, em nosso país, não existe uma prioridade clara para a educação e todo processo inicial é de conquista e as primeiras turmas são heróicas (CAETANO; DIB, 1988, p. 52)

Todas as faculdades criadas até então sofreram com a falta de condições mínimas para seu funcionamento, sobretudo no que se refere aos recursos humanos e financeiros. O município de Uberlândia apresentava o empenho político e social necessário, contudo, como de praxe no país, primeiro se cria e depois organiza e, quiçá, planeja.

5.3.5 Faculdade de Artes

O Conservatório Musical de Uberlândia, reconhecido oficialmente pelo Decreto nº 62.261, de 14 de fevereiro de 1968, deu origem à Faculdade de Artes. A criação do Conservatório remonta ao final da década de 1950, processo desenvolvido por Dona Cora Pavan Oliveira Caparelli⁶⁴, uma uberlandense que, depois de se formar em São Paulo, voltou para seu município e começou a lecionar História e Geografia no Colégio Nossa Senhora e Música em sua residência. Depois de dez anos lecionando música em seu domicílio, em 1957, optou por abrir uma escola de música.

Para tanto, contou com apoio de pessoas influentes, dentre elas o então Ministro da Educação Dr. Clóvis Salgado, que mantinha vínculos de amizade com a família, e encaminhou o processo no Conselho Superior de Educação. O conservatório nasceu como Conservatório

⁶³ Ex-vice-reitor da UFU e ex-diretor da Faculdade Federal de Engenharia.

⁶⁴ Fundadora e ex-diretora da Faculdade de Artes.

Superior de Educação, uma escola privada. Segundo D. Cora Caparelli, em entrevista gravada ao projeto pró-memória UFU em dezembro de 1987,

Fundei o Conservatório como a primeira escola superior de Uberlândia, porque foi uma escola já autorizada pelo Ministério da Educação. Funcionou a partir do dia 13 de julho de 1957. Começamos como uma pequena escola, mas eu tinha muitos alunos em casa, levei-os para o Conservatório e enfrentei uma série muito grande de dificuldades, inclusive com respeito à questão de sermos superior ou não (CAETANO; DIB, 1988, p. 15)

Segundo Vieira Filho (1993), a demora em reconhecer o conservatório como a primeira escola superior de Uberlândia se deve, essencialmente, ao fato do ensino ministrado pertencer às Artes, área de pouco prestígio com a elite, que reivindicava escolas superiores mais técnicas como a escola de Direito e a de Engenharia, que, em sua visão, mereciam o status de escolas superiores; além do mais, o ingresso ao conservatório de música não se fazia via vestibular. Essa dificuldade em reconhecer os cursos, que ocorreu somente dez anos após a criação da escola, trouxe sólidos problemas no momento da necessidade de registrar os diplomas dos formandos.

Novamente, a participação dos professores Jacy de Assis, Juarez Altafin e Genésio de Melo Pereira se fez presente. O grupo se dedicou ao assessoramento de D. Cora Caparelli para que os cursos fossem reconhecidos, pois, apesar, do projeto educacional do Conservatório Musical não se constituir como peça fundamental no ideal desenvolvimentista, ele eleva o município ao status de polo de cultura e enriquece a imagem da cidade. Essa mudança cultural e artística cria um novo padrão no município.

Os fundadores das primeiras faculdades, por experiência, sabiam da importância dos meios de comunicação para enaltecer a instituição e a sua importância para comunidade. Assim, junto aos jornais e rádios propiciaram a divulgação das atividades desenvolvidas pela escola, movimentando a opinião pública; ou seja, uma vez mais a elite local se empenhou na busca de uma escola de ensino superior.

Em 1968, D. Cora Caparelli impetrou junto ao Conselho Federal de Educação um projeto para alterar o nome do Conservatório Musical de Uberlândia para Faculdade de Música. Segundo seu relato,

Eu havia entrado em 1968 no Conselho Federal de Educação com um projeto que mudava o nome do Conservatório Musical de Uberlândia para Faculdade de Música. Então, recebi um telefonema, aqui em minha casa, do Dr. Rondon Pacheco, que era na época ministro da Casa Civil da Presidência da República, dizendo que o ministro Tarso Dutra gostaria de falar comigo. Atendi ao ministro, e ele me disse que estava a par do processo que eu havia dado entrada no Conselho para mudar o nome do Conservatório Musical de Uberlândia para Faculdade de Música. Como estavam

organizando o processo de criação da universidade, ele me propunha mudar o nome para Faculdade de Artes e enviar-me alguns subsídios para abriremos, junto com os cursos de música, os cursos de artes plásticas. Respondi ao ministro que uma sugestão dele eu acatava como ordem e que, então, se mudasse o nome não para Faculdade de Música, mas para Faculdade de Artes. (CAETANO; DIB, 1988, p. 16)

Com efeito, problemas recorrentes nas outras faculdades criadas também estiveram presentes na gênese da Faculdade de Artes, essencialmente os problemas financeiros. A exemplo do ocorrido com as outras faculdades, para que a escola conseguisse funcionar foi necessária a colaboração da comunidade. De acordo com Vieira Filho (1993), o ex-prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha doou os móveis da secretaria e o pai de D. Cora Caparelli doou os dois primeiros pianos da escola. Também foi realizada a rifa de um carro para arrecadar fundos. Outro problema partilhado com as demais faculdades foi não ter uma sede definitiva; por não haver espaço físico próprio, a escola passou por vários endereços, até sua transferência total para o campus Santa Mônica.

Figura 21 - Conservatório Municipal, 1957



Fonte: Acervo CDHIS.

Figura 22 - Foto da Faculdade de Artes



Fonte: Acervo CDHIS.

A criação e o desenvolvimento do Conservatório Musical de Uberlândia, bem como das outras escolas de ensino superior, é caracterizada por grande empenho e idealismo de um grupo de pessoas, nomes que se repetem da história de cada uma das instituições implantadas, fato demonstrado na fala de D. Cora Caparelli,

[...] e nós trabalhamos muitos anos em total desprendimento financeiro, ninguém pensava em remuneração, a remuneração que nós fazíamos aos professores que trabalhavam ali, era assim, uma porcentagem muito pequena do que entrava dos alunos, porque nossa meta era ampliar o acervo, comprar instrumentos, comprar livros para biblioteca e podermos pagar os aluguéis das salas onde funcionava a escola. Então, assim, de uma maneira muito difícil, e os prédios precários. Nós fomos

contando com a boa vontade, com o desempenho de todos, destituídos de interesse pecuniário. Havia um interesse intelectual, artístico. (VIEIRA FILHO, 1993, p. 85)

Essa interpretação de que os pioneiros do ensino superior em Uberlândia foram idealistas e visionários, que tinham por meta ver o progresso cultura de Uberlândia, é compartilhada no relato de muitos de seus fundadores, está presente no relato de D. Cora e no do Sr. Durval Garcia,

E eu quero crer que se não fora a iniciativa desses idealistas aí do passado, de alguns que perceberam que o desenvolvimento material de Uberlândia era muito grande, iríamos ficar uma cidade, uma espécie assim de monstro, uma cidade com um corpo muito forte... e uma cabeça muito pequenina, quer dizer, culturalmente muito defasados. O idealismo desses pioneiros pôde, evidentemente, recuperar um pouco o tempo perdido, porque Uberlândia, sabemos disso, cresceu muito velozmente do ponto de vista material, do ponto de vista cultural foi muito lenta. [...] Todos aqueles que se puseram a campo para ajudar na implantação, inicialmente do Direito, depois da Filosofia, posteriormente Medicina, Economia, etc., todos tinham um grande idealismo: o desejo de ver uma cidade que cresce uniformemente, de uma maneira completa e não parcialmente, com alguns elementos muito desenvolvidos e outros muito pobres. (CAETANO; DIB, 1988, p. 34-35)

É certo e irrefutável que o idealismo esteve presente nas motivações de todo o grupo de pessoas que trabalharam em prol do ensino superior em Uberlândia, assim como é irrefutável também os ganhos políticos e econômicos advindos da implementação do ensino superior no município.

5.3.6 *Faculdade de Medicina*

O projeto de criação de uma Escola de Medicina em Uberlândia antecede em mais de uma década a sua efetiva implementação, fato esse fundamentado na matéria do Jornal O Repórter datado de 5 de fevereiro de 1952, noticiando que: “Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificar aqui uma Faculdade de Medicina, aliás uma ótima campanha em benefício à nossa culta e progressista cidade”, conforme mostra a Figura 13, anexada anteriormente neste trabalho.

Aluísio José Alves, em sua tese de doutorado datada de 2013, traz uma pesquisa sobre a gênese, a constituição e a implementação da escola de Medicina e cirurgia de Uberlândia, na qual aponta a importância do Dr. Homero Santos, à época candidato a vereador, para lançar a ideia e liderar a diligência em prol da Escola de Medicina; ele fez desse ideal um dos tópicos de sua campanha na década de 1950. Mesmo com pouca visibilidade ao longo da história de criação dessa escola, Homero Santos é indicado como marco em sua gênese.

Contudo, somente em 21 de julho de 1966 foi instituída oficialmente a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU), anteriormente denominada Fundação Beneficente e Educacional Vital Brasil, responsável pela criação da Faculdade de Medicina e apta a receber fundos financeiros para sua efetivação. No dia 14 de fevereiro de 1968, o Decreto nº 62.261 autorizou o funcionamento da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia e a inauguração aconteceu no dia 19 de março de 1968 pelo então Presidente da República Marechal Arthur da Costa e Silva.

Os fatos a seguir são narrados pelo Dr. José Olympio de Freitas⁶⁵, em entrevista gravada em abril de 1988 pelo projeto Pró-memória UFU: ele aponta maio de 1966 como início do processo de criação da Escola de Medicina, que surgiu decorrente de uma conversa com o Dr. José Bonifácio Ribeiro na qual ele propôs a organização de um grupo de trabalho para procurar o então deputado Rondon Pacheco, que estava na cidade, e solicitar o apoio para a criação da Escola de Medicina, e assim foi feito. O Dr. José Bonifácio Ribeiro contactou o deputado Rondon Pacheco que se prontificou a apoiar a criação de uma Escola de Medicina particular, visto que o governo não permitia a criação de uma escola pública naquele momento.

Em todos os momentos, o deputado Rondon Pacheco deu o seu apoio, não só com o aval perante o governo para liberação de recursos e para autorização da Escola em 1968, mas também pelo respaldo que deu à cidade, avalizando o projeto em relação à comunidade de Uberlândia. Na minha avaliação, a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia se deveu fundamentalmente a ele. Foi a pessoa chave e acompanhou todos os seus passos, foi a garantia de existência desta faculdade. (CAETANO; DIB, 1988, p. 54)

Nos cabe observar que os idealizadores das escolas de ensino superior criadas anteriormente fizeram também parte desse processo, fato atestado pela matéria veiculada no Jornal Tribuna de Minas, em 03 de agosto de 1966, na matéria intitulada “Faculdade de Medicina a Caminho”, conforme imagem a seguir.

⁶⁵ Fundador e ex-diretor da Escola de Medicina de Uberlândia.

Figura 23 - Jornal Tribuna de Minas, 03 de agosto de 1966 – Faculdade de Medicina a Caminho



Fonte: Jornal Tribuna de Minas (1966).

Transcrição da matéria veiculada:

FACULDADE DE MEDICINA A CAMINHO

No último dia primeiro a sociedade médica de Uberlândia reuniu os educadores, médicos, representantes de classe, o deputado federal Rondon Pacheco e o prefeito municipal Raul Pereira de Resende, com a finalidade de expor as providências já tomadas para a criação de uma faculdade de medicina na cidade e tratarem de novos planos.

Presenças

Estavam presentes à reunião os senhores deputado federal Rondon Pacheco, prefeito municipal Raul Pereira de Resende, dr. Jacy de Assis (Fac. Direito), dr. Juarez Altafim (Fac. C. Econ), dr. Genésio Melo Pereira (Fac. Eng), Irmã Ilar Garoti (Fac. Fil.), Cônego Durval Garcia, vereador Virgílio Galassi, dr. Primo Crosara, sr. Geraldo Mialorini (As Rural) prof. Milton Porto, sr. Helvécio Schiavinato, sr. Toninho Resende, sr. Benedito Modesto, sr. Namen Muchsil (Rotary), sr. Alexandre Garcia (Lions) e diversas outras personalidades.

Abertura da sessão,

O dr. Domingos Pimentel Ulhôa organizou a mesa que dirigiu os trabalhos convidando a presidi-la o dep. federal Rondon Pacheco que é um dos elementos que mais tem dado de si para a criação não só de Faculdades em Uberlândia mas, o ideal comum dos acadêmicos – a Universidade. O prefeito Raul Pereira de Resende também tomou assento a mesa, assim como os diretores de faculdade, srs. Dr. Jacy de Assis, dr. Juarez Altafim, Irmã Ilar Garoti e dr. Genésio Melo Pereira.

O Deputado Rondon Pacheco abriu a sessão expondo as finalidades da reunião falou nas grandes possibilidades de Uberlândia se tornar um centro de estudos importante e nas condições sócio-econômicas que lá permitem e exigem uma universidade com suas Faculdades de Medicina.

Outros oradores

Usaram da palavra o dr José Olímpio de Freitas, presidente da comissão coordenadora da criação da F.M. que expôs os trabalhos e conquistas após dois meses de estudos, contatos, viagens etc. A conclusão dos trabalhos da comissão é que há possibilidades de instalação da escola.

Falou ainda um apoio que tem recebido dos homens de empresa da cidade, que já doaram a futura faculdade 40 milhões de cruzeiros. E note-se que só foram procurados 25 até o momento. Foi ovacionado entusiasticamente o senhor Benedito Modesto de Souza um dos empresários doadores que se fazia presente e que tinha oferecido a significativa importância de 10 milhões de cruzeiros.

Dr. João Patruz falou em nome de S. Exa. Revma. o bispo Dom Almir Marques, que enviava seu apôio e sua bênção episcopal.

Dr. Primo Crosara apresentou um trabalho remetido em 1965 ao M. Educação, solicitando criação de uma Fac. de Medicina.

Dr. Jacy de Assis, em nome dos educadores presentes, ofereceu o apôio e trabalho das atuais escolas universitárias.

Dr. Fausto Gonzaga de Freitas apresentou aos assistentes números estatísticos que comprovam a necessidade da descentralização o estudo universitário, especialmente médico. Apresentou também números pelos quais se aquilata a atual doação de serviços do corpo médico da cidade aos menos favorecidos que, com criação da faculdade seria pelo menos dobrado. Concluindo, informou que dentro de breves dias, também com a colaboração do ilustre representante regional, à Câmara Federal, dr. Rondon Pacheco, será criado a Escola de Auxiliar de Enfermagem.

Dr. Simão de Carvalho Luz, presidente da Sociedade Médica, fêz alusão ao histórico de criação a F.M. desde a idéia inicial, com os primeiros trabalhos do dep. Homero Santos, até a cristalização do movimento com o apôio decisivo do dep. Rondon Pacheco e aquele momento histórico.

O prefeito Raul Pereira de Rezende, congratulou-se com os presentes e hipotecou sua colaboração pessoal e a do Executivo Municipal.

Encerrando a reunião o dep. Rondon Pacheco falou dos trabalhos que pretende executar não só em prol da F.M. mas da própria Universidade de Uberlândia.

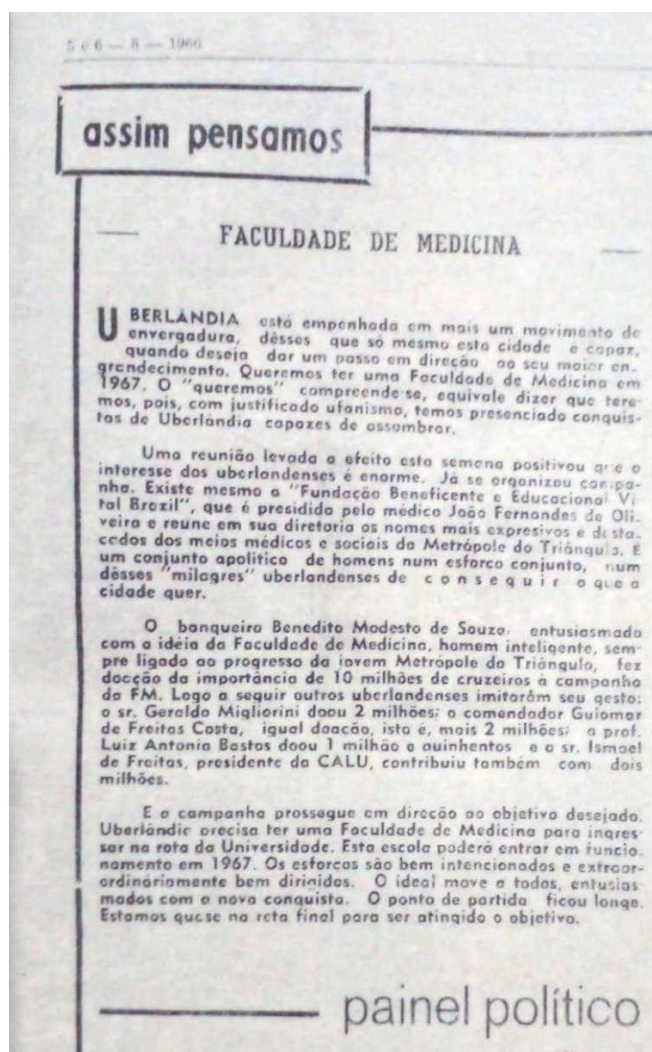
A matéria traz o informe da reunião ocorrida no dia 1º de agosto na Sociedade Médica de Uberlândia, com educadores, médicos, representantes de classe, prefeito municipal e o deputado Rondon Pacheco, cuja finalidade foi expor as providências já tomadas para a criação de uma Faculdade de Medicina na cidade e tratar de novos planos. Estiveram presentes na reunião todos os diretores das Escolas Superiores já criadas. Na ocasião, o deputado Rondon Pacheco externou a possibilidade de Uberlândia se tornar um centro de estudos importante e que com a Faculdade de Medicina as condições socioeconômicas permitem e exigem uma Universidade; encerrou a reunião informando que pretendia trabalhar não só em prol da Faculdade de Medicina, mas da própria Universidade de Uberlândia.

No caso da criação da Escola de Medicina, quando comparado com os processos anteriores, houve maior cooperação por parte do governo estadual. De acordo com Vieira Filho (1993), exemplo disso é que em 17 de setembro de 1966 o então governador de Minas Gerais Israel Pinheiro enviou um projeto de lei objetivando a doação de um terreno, situado em

Uberlândia e de propriedade do Estado, à instauração da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia.

Também trabalharam no intuito da implementação da escola médicos de grande prestígio na cidade e elementos de diversos setores da sociedade, que contribuíram com efetivas doações de terrenos, terraplanagem e construção de redes de água e de esgoto. Além disso, promoveram barraquinhas para vendas de rifas e fizeram bingos. Houve muito empenho na arrecadação de recursos para a construção da escola. O Jornal Correio de Uberlândia, em matéria divulgada em agosto de 1966, explicita os nomes e as doações feitas por cada uberlandense, a saber:

Figura 24 - Jornal Correio de Uberlândia, 05 de agosto de 1966 – Faculdade de Medicina



Fonte: Jornal Correio de Uberlândia (1966, p. 3).

Transcrição da matéria veiculada:
assim pensamos
FACULDADE DE MEDICINA

UBERLÂNDIA está empenhada em mais um movimento de envergadura, dêsses que só mesmo esta cidade é capaz, quando deseja dar um passo em direção ao seu maior engrandecimento. Queremos ter uma Faculdade de Medicina em 1967. O “queremos” compreende-se, equivale dizer que teremos, pois, com justificado ufanismo, temos presenciado conquistas de Uberlândia capazes de assombrar.

Uma reunião levada a efeito esta semana positivou que o interesse dos uberlandenses é enorme. Já se organizou campanha. Existe mesmo a “Fundação Beneficente e Educacional Vital Brazil”, que é presidida pelo médico João Fernandes de Oliveira e reúne em sua diretoria os nomes mais expressivos e destacados dos meios médicos e sociais da Metrópole do Triângulo. É um conjunto apolítico de homens num esforço conjunto, num dêsses “milagres” uberlandenses de conseguir o que a cidade quer.

O banqueiro Benedito Modesto de Souza, entusiasmado com a ideia da Faculdade de Medicina, homem inteligente, sempre ligada ao progresso da jovem Metrópole do Triângulo, fez doação da importância de 10 milhões de cruzeiros à campanha da FM. Logo a seguir outros uberlandenses imitaram seu gesto: o sr. Geraldo Migliorini doou 2 milhões; o comendador Guiomar de Freitas Costa, igual doação, isto é, mais 2 milhões; o prof. Luiz Antonio Bastos doou 1 milhão e quinhentos e o sr. Ismael de Freitas, presidente da CALU, contribuiu também com dois milhões.

E a campanha prossegue em direção ao objetivo desejado. Uberlândia precisa ter uma Faculdade de Medicina para ingressar na rota da Universidade. Esta escola poderá entrar em funcionamento em 1967. Os esforços são bem intencionados e extraordinariamente bem dirigidos. O ideal move a todos, entusiasmados com a nova conquista. O ponto de partida ficou longe. Estamos quase na reta final para ser atingido o objetivo.

Nos chama a atenção nessa matéria, para além do montante das doações feitas em benefício da implementação da Faculdade de Medicina, o trabalho feito pela imprensa em promover a cidade de Uberlândia: o sentimento de ufanismo reverberado pela imprensa impressiona o leitor e instiga o pesquisador. A grandiosidade do anseio de se implementar uma Escola de Medicina se perde diante da grandiosidade glorificada do município. Esse artigo, publicado em 1966, apresenta a maneira como Uberlândia foi mostrada ao mundo, um local destinado ao progresso, ao desenvolvimento, cidade digna de receber uma Faculdade de Medicina e ia além, apta a abrigar uma Universidade.

O município é apresentado como um todo, uma unidade; afasta-se a ideia de haver divisões ou discordâncias em torno dos projetos aventados, de forma que buscava-se transmitir, por meio do discurso, uma coesão entre todos os segmentos. Porém, confrontamos fontes que nos mostram que nem todos coadunavam com o mesmo ideal; nesse caso em específico, havia discrepâncias com o projeto de uma Escola de Medicina. Segundo Dr. José Olympio de Freitas,

Onde tivemos muita resistência foi na Sociedade Médica, não pudemos criar, inclusive, a Escola de Medicina como obra desta sociedade porque os médicos, ansiosos, com medo da concorrência resistiram a ideia de ter um curso de Medicina aqui. Alguns médicos da cidade acabaram assumindo a diretoria da Sociedade Médica com a finalidade de resistir à ideia de criação da Escola de Medicina. (CAETANO; DIB, 1988, p. 58)

Contudo, conforme já explicitamos em momento anterior, as forças políticas atuantes em Uberlândia, mesmo não coadunando em todos os ideais, se articulavam em favor do ideal progressista e desenvolvimentista do município. Uma intensa campanha foi feita junto à comunidade e ao poder público em todas as suas esferas; era necessário vender a ideia da Escola de Medicina em Uberlândia. Muitos foram os encontros e reuniões com sindicatos rurais, Associação Comercial, Sociedade Médica, escolas públicas, fábricas, comércios, clubes, etc., uma peregrinação para mobilizar a opinião pública.

Os meios de comunicação, principalmente os jornais, configuraram como ferramentas fundamentais de todo o processo, pois foram responsáveis por alimentar a empatia da população para o projeto de criação da Escola. Os atos da campanha eram prontamente divulgados na imprensa, como mostra a Figura 25 abaixo:

Figura 25 - Desfile das escolas de Uberlândia em 7 de setembro de 1966



Fonte: Acervo CDHIS – Projeto Pró-Memória UFU.

A imagem divulgada acima é uma mostra do empenho em atrair a opinião pública em benefício da Faculdade de Medicina: são alunos das escolas de Uberlândia participando do desfile de 07 de setembro de 1966, evento com efetiva participação da população uberlandense e cobertura da imprensa, ações articuladas para conferir maior visibilidade à campanha.

Com a campanha se avultando, o deputado Rondon Pacheco, valendo-se de sua influência junto ao presidente Costa e Silva, conseguiu que o presidente viesse a Uberlândia no dia 30 de setembro de 1966 para participar de um banquete, no qual ele prometeu que a Escola de Medicina seria uma realidade no município.

A Escola de Medicina, assim como as outras instituições criadas anteriormente, se manteve fiel ao projeto de desenvolvimento do município. Em seu estatuto encontramos como objetivo: promover a elevação do padrão técnico científico da profissão médica em nosso meio e o desenvolvimento socioeconômico da Região do Brasil Central. Diferente das outras escolas criadas, é dado enfoque regional ao invés de municipal à finalidade da escola, fato explicado pelo Dr. José Olympio de Freitas,

Argumentávamos junto ao MEC e ao Conselho Federal de Educação que faríamos um curso regional de medicina voltado para as patologias, para as endemias, para os problemas da região. Mas isso era uma falácia, não era uma coisa séria. Era uma justificativa que o MEC exigia, inclusive orientava, para que fosse instrumentalizado o processo. Era preciso argumentar que a faculdade iria servir à solução de problemas específicos, próprios da região. (CAETANO; DIB, 1988, p. 62)

Os idealizadores e fundadores do ensino superior em Uberlândia seguiram os preceitos exigidos pelo governo federal, acompanharam as conjunturas da política nacional e teceram uma teia de interesses locais, regionais e nacionais para conseguirem o intento de fazer do município um centro universitário.

Contudo, problemas relativos a recursos humanos, financeiros e de infraestrutura estiveram presentes durante o percurso de implementação do ensino superior, e não foi diferente no processo da Escola de Medicina. Segundo Dr. José Olympio de Freitas, “Nessa fase pioneira, todos os professores da cidade, todas as pessoas que se dedicavam não tinham salários, lecionavam de graça” (CAETANO; DIB, 1988, p. 58). Os médicos do município não estavam preparados para assumir o magistério: alguns já haviam lecionado, porém romperam com a vida acadêmica para clinicar; outros estiveram ligados ao então denominado ensino de segundo grau, contudo, o curso de Medicina exigia profissionais com habilitação específica para as aulas práticas. Alguns médicos se prontificaram a fazer um treinamento para, assim, assumir algumas disciplinas, entretanto, era necessário trazer profissionais de fora, mas não havia recursos financeiros, outro problema recorrente.

Também faltavam recursos para começar a edificação do prédio. O governo estadual havia doado o terreno, mas eram necessários recursos para começar a obra; muitos empresários e fazendeiros fizeram doações, e incentivaram outros a doarem. A imprensa serviu de instrumento para fortalecer a campanha de arrecadação de recursos.

Chegamos inclusive a notificar nos jornais que 4.000 fazendeiros pertencentes ao Sindicato Rural dariam, cada um, uma cabeça de gado, um boi, para financiar a Escola, apenas para criar impacto na opinião pública, inclusive nacional, para repercutir nos membros do Conselho Federal de Educação junto ao Ministério. (CAETANO; DIB, 1988, p. 64)

Figura 26 - Um boi por uma escola

N. 2 15/6/67 MINAS GERAIS

UM BOI POR UMA ESCOLA

Em várias cidades mineiras vão surgindo, nesses últimos tempos, escolas superiores. Já se não limitam à Escola de Minas de Ouro Preto, de justo renome e de tradições gloriosas, nem ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, que lhe sucedeu, depois de longo intervalo. Juiz de Fora integra-se, há muito, entre os Centros Universitários do País. Santa Rita de Sapucaí tem a sua escola de eletrônica. Divinópolis, Itaúna, Montes Claros, vão congregando as suas escolas superiores em outras tantas unidades, da mesma forma que Varginha, Uberlândia e Uberaba. A Universidade do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina, já vai passando de aspiração a realidade. Sem ser um levantamento, mas simples enumeração necessariamente incompleta, esses dados patenteiam um dos mais promissores sinais do progresso mineiro, ultimamente verificado: — a descentralização da Universidade.

Entre os fatos mais recentes, nessa ordem de traços, é de registrar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. A metrópole triângulina, além de sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de nome feito e tradição firmada, vai ter agora sua Escola de Medicina. A sociedade local, aberta a todas as formas de progresso, aguarda com alvoroço o admo acontecimento cultural. Em cursos intensivos, quatrocentos candidatos preparam-se, com zelo e entusiasmo, para disputarem as oitenta vagas.

O patrimônio da Escola, cujas aulas se iniciarão em 1968, já ultrapassa novecentos milhões de cruzeiros antigos. Sempre tem sido assim, nessa grande cidade, em pleno surto de desenvolvimento. O povo, com exemplar orgulho de sua terra e dotado de rara compreensão do benefício da cultura, corresponde ao apelo de educadores idealistas. Desta vez, à semelhança do que se deu em outras ocasiões, cada fazendeiro se dispõe a doar um boi para o patrimônio da Escola de Medicina.

Pelo visto, todos compreendem o que representa a formação de médicos, de que tanto necessita o nosso "hinterland", na própria região onde devem atuar. E o mesmo caberia dizer, até certo ponto, das outras profissões liberais.

Como quer que seja, essa descentralização está corrigindo, pelo menos duas anomalias: o excesso de população estudantil da Capital, e, principalmente, a ideia de a ela ficarem circunscritas os progressos dessa natureza. Efetivamente, sem melhorar as condições de vida do interior, não haverá meio de evitar a constante affluência de famílias para os grandes centros. Em sentido rigorosamente sociológico, o chamado êxodo dos campos não é um mal nem um bem, mas sim a solução inevitável, em face da má distribuição dos bens do progresso e da cultura. Essa verdadeira revolução na esfera do ensino superior, que já agora não é privilégio da Capital, representa expressivo fator de equilíbrio.

Um boi por uma escola! Esse gesto dos fazendeiros de Uberlândia tem de ser divulgado para servir de exemplo. Distintamente se encontrará mais acabada integração da comunidade com uma iniciativa cultural, que tanto a serve e a dignifica.

Fonte: Caetano; Dib (1988, p. 67).

Transcrição da matéria veiculada:

UM BOI POR UMA ESCOLA

Em várias cidades mineiras vão surgindo, nesses últimos tempos, escolas superiores. Já se não limitam à Escola de Minas de Ouro Preto, de justo renome e de tradições gloriosas, nem do instituto eletrotécnico de Itajubá que lhe sucedeu, depois de longo intervalo – Juiz de Fora integra-se há muito, entre os Centros Universitários do país. Santa Rita de Sapucaí tem sua escola de eletrônica. Divinópolis, Itaúna, Montes Claros, vão congregando as suas escolas superiores em outras tantas unidades da mesma forma que Varginha, Uberlândia e Uberaba. A Universidade do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina, já vai passando de aspiração a realidade. Sem ser um levantamento, mas simples enumeração necessariamente incompleta, esses dados

patenteiam um dos mais promissores sinais do progresso mineiro, ultimamente verificado: - a descentralização da Universidade.

Entre os fatos mais recentes, nessa ordem de trunfos, é de registrar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. A metrópole triangulina além da sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, de nome feito e tradição firmada, vai ter agora sua Escola de Medicina. A sociedade local, aberta a todas as formas de progresso, aguarda com alvoroço o novo acontecimento cultural. Em cursos intensivos, quatrocentos candidatos preparam-se com zelo e entusiasmo, para disputarem as oitenta vagas.

O patrimônio da Escola, cujas aulas se iniciaram em 1968, já ultrapassa novecentos milhões de cruzeiros antigos. Sempre tem sido assim, nessa grande cidade, em pleno surto de desenvolvimento. O povo com exemplar orgulho de sua terra e dotado de pura compreensão do benefício da cultura, corresponde ao apelo de educadores e idealistas. Desta vez, à semelhança do que se deu em outras ocasiões, cada fazendeiro se dispõe a doar um boi para o patrimônio da Escola de Medicina.

Pelo visto, todos compreendem o que representa a formação de médicos, de tanto que necessita o nosso “hinterland” na própria região onde devem atuar. E o mesmo saberia dizer, até certo ponto, das outras profissões liberais.

Como quer que seja, essa descentralização está corrigindo, pelo menos duas anomalias: o excesso de população estudantil da Capital, e, principalmente, a ideia de a ela ficarem circunscritos os progressos dessa natureza. Efetivamente, sem melhorar as condições de vida do interior, não haverá meio de evitar a constante afluência de famílias para os grandes centros. Em sentido rigorosamente sociológico, o chamado êxodo dos campos não é um mal nem um bem, mas sim a solução inevitável em face da má distribuição dos bens do progresso e da cultura. Essa verdadeira revolução na esfera do ensino superior, que já agora não é privilégio da Capital, represente expressivo fator de equilíbrio.

Um boi por uma escola! Esse gesto dos fazendeiros de Uberlândia tem de ser divulgado para servir de exemplo. Difícilmente se encontrará mais acabada integração da comunidade com uma iniciativa cultural, que tanto a serve e a dignifica.

O teor dessa matéria oferece ao pesquisador múltiplas questões que caracterizam o período e a conjuntura uberlandense: faz referência ao projeto educacional de interiorização do ensino superior, com exemplos de cidades interioranas que conquistaram essa modalidade de ensino, incluindo Uberlândia, ao mesmo tempo em que a enaltece, denominando-a de “metrópole triangulina”, cuja sociedade local “está aberta a todas as formas de progresso”, demonstrando o sentimento ufanista presente. Além disso, exalta o seu povo, que “sempre responde ao apelo dos educadores e idealistas em benefício da cultura”, quando na realidade os educadores e idealistas poderiam ser denominados como elite local, grupos dominantes ou lideranças locais. Aponta para a necessidade de maior número de profissionais no interior do país para que, assim, o progresso chegue a todas as regiões, discurso que permeou a política nacional nas décadas de 1950 e 1960. Um boi por uma escola! Uma expressão que simboliza o movimento impetrado pela elite local de Uberlândia no anseio pelo ensino superior, pela universidade, pela concretização de um projeto educacional voltado para o desenvolvimento econômico e pelo tão aludido progresso.

No decorrer do processo de criação, a Escola de Medicina recebeu doações de alguns terrenos para a sua instalação. Por decisão de sua mantenedora – FEMECIU – o local escolhido foi na parte alta da cidade onde, mais tarde, seria o bairro Jardim Umuarama. Segundo o Prof.

José Olympio de Freitas Azevedo (CAETANO; DIB, 1988, p. 316), a área era considerada distante da cidade, porém, havia sido escolhida por um arquiteto por permitir a expansão e porque, sendo plana, iria baratear as construções em 30%.

Figura 27 - Foto da área do Umuarama das obras da Faculdade de Medicina



Fonte: Acervo CDHIS.

O projeto educacional almejado pelos idealizadores das primeiras escolas de ensino superior em Uberlândia, envidaram esforços para tornar o município um polo cultural, entreviam a possibilidade concreta de criar uma universidade e fazer do município um centro universitário, tornando-o atrativo. Nesse cenário, o desenvolvimento da educação é aliado a benefícios comerciais, industriais e políticos de toda a região.

O movimento, que foi engendrado pela elite local, políticos e grande parte da comunidade médica uberlandense, reverberou os discursos e projetos relacionados ao progresso e ao desenvolvimento, além de se manter na mesma linha ideológica do governo dos militares.

5.3.7 Autarquia Educacional de Uberlândia: Faculdades de Odontologia, Educação Física e Medicina Veterinária

Logo no início dos anos de 1960, um grupo de odontólogos, a maioria formados em Uberaba, empreendeu uma batalha contra o exercício ilegal da profissão e pelo aprimoramento da profissão, que culminou na ideia da instalação de uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia. A partir daí fez-se necessário encontrar adeptos para colocar a ideia em prática (PEREIRA, 2012).

Como recorrente nas outras faculdades, a influência do então deputado federal Rondon Pacheco foi requisitada e ele asseverou seu apoio, assim como foi requisitado o apoio da

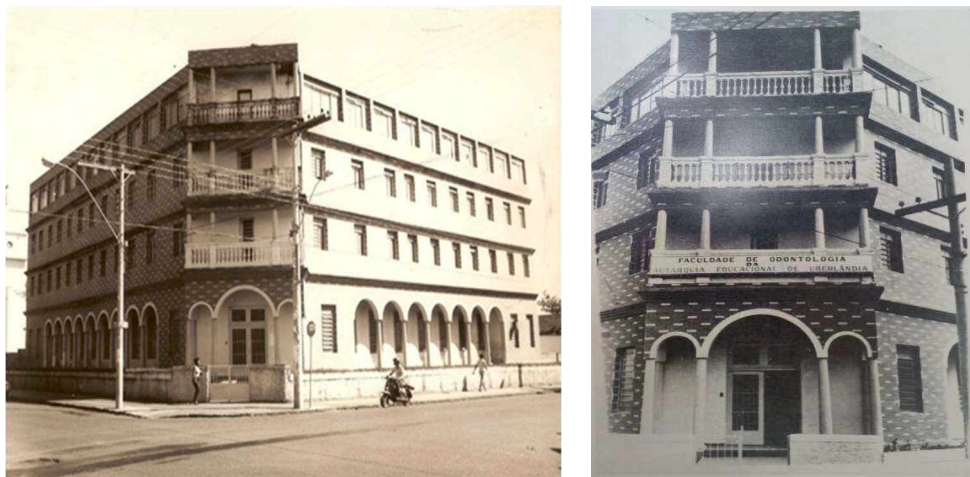
prefeitura municipal e, segundo Dr. Laerte Alvarenga Figueiredo⁶⁶, foi solicitada “uma reunião das forças vivas de Uberlândia, [...]. Todas as classes representativas da cidade” (CAETANO; DIB, 1988, p. 73). O intuito inicial era de instituir a Faculdade de Odontologia, Medicina e Medicina Veterinária, contudo a classe médica da cidade havia empreendido uma luta isolada pela Faculdade de Medicina e foram mais rápidos.

Sem uma dotação orçamentária, o deputado Homero Santos sugeriu criar uma Autarquia Educacional em Uberlândia (AEU), órgão independente e com dotação orçamentária própria. Assim, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio da Lei nº 4.257 de 27 de setembro de 1966, aprovou a criação da AEU com o objetivo de instaurar e manter as Faculdades de Odontologia, Medicina e Medicina Veterinária com orçamentos provenientes do governo estadual. A Faculdade de Medicina deixou de fazer parte da proposta da AEU pois foi criada antes pela FEMECIU.

A Faculdade de Odontologia foi autorizada a funcionar em 1967, porém, as dificuldades orçamentárias, bem como as de espaço físico atrasaram o início de suas atividades, fato ocorrido em 1970, em virtude de um convênio estabelecido com a Escola de Medicina que possuía os recursos humanos e físicos para fazer funcionar a Faculdade de Odontologia. Além disso, foi cedido um prédio na Av. Engenheiro Diniz para o funcionamento da faculdade, mais tarde o prédio foi doado pelo Estado para a universidade.

⁶⁶Fundador e ex-diretor da Faculdade de Odontologia, em entrevista gravada ao projeto Pró-memória UFU no ano de 1980.

Figura 28 - Fachada do Prédio onde funcionou a Faculdade de Odontologia



Fonte: Acervo CDHIS.

Com a Faculdade de Odontologia funcionando, o próximo passo era implementar a Faculdade de Medicina Veterinária, que começou a funcionar em 1971. Por questões de movimentação política, foi instituída no município de Tupaciguara, porém as aulas eram ministradas na Faculdade de Medicina em Uberlândia – dividiam o espaço e todo o curso básico estava vinculado à Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia.

Segundo Juarez Altafin,

A Faculdade só existia no papel. Eu ia no Ministério, pedia verba e eles mandavam uma comissão. Esta vinha, estudava e dizia o seguinte: Tupaciguara não tem condições para manter uma Faculdade de Veterinária, ela tem que vir para Uberlândia, mas a ARENA não deixava. Chegou um ponto que não deu mais e, numa tarde numa sessão histórica do Conselho Universitário, convidei os professores da Veterinária e, por proposta minha, o Conselho aprovou, por unanimidade de voto, a transferência da Faculdade de Tupaciguara para Uberlândia, pois era aqui que estava sendo ministrado o curso de Veterinária. (CAETANO; DIB, 1988, p. 81)

Importante ressaltar que os cursos criados pela Autarquia Educacional de Uberlândia entraram em funcionamento após a criação, ou aglutinação dos cursos existentes até 1969 na UnU, e só foram também incorporados à UnU em 1972.

No mesmo período em que se trabalhava pela implementação da Faculdade de Veterinária, um grupo de jovens liderados por Aramitam Paes Leme, procurou o Dr. Wilson Ribeiro da Silva, então diretor da AEU, solicitando que fosse criado, pela AEU, um curso de Educação Física. A ideia foi acatada pelo então deputado federal Homero Santos e pelo, então governador de Minas, Rondon Pacheco, quando consultados, além de contar com o prefeito municipal Renato de Freitas. O espaço físico foi adquirido com recursos doados: o antigo clube Napoleão.

Figura 29 - Área do antigo clube Napoleão adaptada à Faculdade de Educação Física



Fonte: Acervo CDHIS.

As três escolas foram incorporadas na Universidade de Uberlândia por meio da Lei nº 6053, de 11/12/1972, sendo que a transferência foi condicionada ao compromisso do Estado em continuar mantendo-as, compromisso assumido pelo então governador Rondon Pacheco, de acordo como o texto da lei:

Art. 2º Anualmente o Estado incluirá em seu Orçamento recursos para a Universidade de Uberlândia, nunca inferiores aos do ano imediatamente anterior, consignados em favor da Fundação Universidade de Uberlândia e necessários à manutenção das unidades integradas que ora se lhe incorporam, na forma desta lei. Parágrafo Único. Os recursos orçamentários destinados a Universidade deverão ser aplicados com observância dos princípios e objetivos da Reforma Universitária, contidos na legislação federal. (MINAS GERAIS, 1972, s/p)

Segundo Altafin (1997), o Dr. Rondon Pacheco, ao assumir o compromisso, pretendia passar o encargo para a União, visto que esta era responsável pelo ensino superior. Além disso, se a universidade era federal, porque ele a criou assim quando chefe da Casa Civil – fato que analisaremos na próxima seção –, o governo estadual não tinha a obrigação de mantê-la.

Por esse percurso histórico é possível perceber que as Faculdades isoladas em Uberlândia foram surgindo de acordo com os projetos de um grupo de pessoas, movidos por interesses políticos e econômicos, assim como a instituição da universidade no município.

5.4 Consolidação da Universidade de Uberlândia

Os mesmos idealizadores das primeiras faculdades em Uberlândia vislumbravam a criação de uma universidade como um elemento aliciador, uma forma de tornar o município um centro cultural capaz de atrair pessoas com interesse em adquirir conhecimento técnico-científico para exercer uma profissão. Acreditava-se também que, com a criação de uma universidade, a economia local seria depositária de recursos públicos.

É importante enfatizar que o Brasil vivia um regime de exceção iniciado em 1964, momento em que os militares assumiram o poder por meio do golpe de estado. A resistência ao governo vindo das universidades dos grandes centros e do movimento estudantil compeliu o governo a adotar medidas de contenção, conforme vimos no percurso dessa pesquisa. De acordo com Cunha e Góes (2002), entre as medidas adotadas estava o intuito de dispersar os estudantes para cidades do interior – com a criação de novas faculdades e universidades –, submetidos ao controle social da oligarquia local e distantes dos movimentos de resistência dos grandes centros. Além do mais, a interiorização das instituições de ensino superior atenderia aos anseios das elites locais.

As universidades traziam consigo o preceito do progresso, da modernidade e do desenvolvimento. Segundo a Professora Maria Clara Tomaz Machado (2023, p. 27), era esse o projeto de Uberlândia: “Cidade destinada a cumprir um papel teleológico na história regional, Uberlândia delineia na construção de imagens políticas um único alvo a atingir – o progresso”.

Intensas campanhas foram veiculadas na imprensa para que o “sonho uberlandense” de se tornar uma cidade universitária, um polo cultural, fosse concretizado. Os jornais locais glorificavam o município, seu povo, sua história e suas conquistas, a criação de uma universidade seria o arcabouço para o desenvolvimento da economia. A figura de Rondon Pacheco estampa os textos jornalístico, exaltando seu trabalho em prol de Uberlândia e no empenho de implementar uma universidade no município. Seguem abaixo matérias escolhidas, entre tantas outras, para corporificar o enunciado:

Figura 30 - Jornal Tribuna de Minas, 06 de junho de 1967 – Não Esqueçamos de Nossa Universidade

TRIBUNA DE MINAS

Uberlândia, terça-feira, 6 de junho de 1967 — ANO II — N.º 166

Não Esqueçamos de Nossa Universidade

Diretor: Ruy do Nascimento

Uberlândia, terça-feira, 6 de junho de 1967 — ANO II — N.º 166

Redator: Milton J. da Silva



dos acadêmicos de direito. Com a falta de líderes da mais, não fizemos ne- políticos do Ministro Rondon seus mais sentimentos fa- zem força e publicidade para a criação da Universidade da vizinha cidade berlândia, com fim de des- prestigiar o representante desta cidade, que trabalha não somente para sua cidade, como para toda região, isto é patente, pois em todas as cidades do Triângulo Mineiro registra-se o seu edificante serviço, porque ele não é baírrista é evoluído político.

Estes mesmos adversários para o contento de

Os acadêmicos das cinco faculdades deveriam impulsionar e ativar o movimento porque eles é que vão ser beneficiados em todos os pontos de vista com a federalização das faculdades desta terra.

A última movimentação a este respeito foi realizada, quando da vinda do marechal Costa e Silva aqui em cidade jardim, na sua campanha política; depois desta época tal interesse foi esquecido pelos uberlandenses fiando unicamente no eficiente trabalho do Ministro Rondon Pacheco.

Urge, no entanto por parte de todos os habitantes desta cidade mostrar mais interesse por esta simpática causa, que tornará a ser mais um adiantamento para a região de toda terra triangulina.

Com a falta de líderes com que Uberlândia passa esta cidade vem perdendo sua exuberância no cenário brasileiro; poderá perder tôdas as oportunidades com a máxima representação desta cidade, no governo Costa e Silva, que é o Ministro Rondon e agora outros valores desta urbe, que se engajam na atual administração.

Também é preciso compreender que eles têm que atender tôdas as reivindicações brasileiras e não somente as nossas, e ainda mais não fizemos nenhuma para reforçar trabalhos, em relação aquilo que eles já se movimentam para o engrandecimento desta nossa Uberlândia.

Portando, as associações classistas cidadinas podiam interessar-se mais nesse impolgante problema e oficializar o presidente e ao Ministro Rondon Pacheco, lembrando-lhes da Universidade de Uberlândia.

Por outro lado, existe elementos adversários políticos do Ministro Rondon Pacheco, que desejam a não realização da formação da Universidade de Uberlândia, com fim de desprestigiar o representante desta cidade, que trabalha não somente para sua cidade, como para toda região; isto é patente, pois em tôdas as cidades do Triângulo Mineiro registra-se o seu edificante serviço, porque ele não é baírrista é evoluído político.

Estes mesmos adversários para o contento de

Ação Administrativa do Governo é a Revolução em Marcha

Disse o Ministro Rondon Pacheco, comentando os trabalhos de desenvolvimento do sistema atual.

Planalto, o sr. Rondon Pacheco, em inúmeros

Fonte: Acervo CDHIS.

Transcrição da matéria veiculada:

Não Esqueçamos de Nossa Universidade

Surge novamente a necessidade de empreender novo movimento em pról da Universidade de Uberlândia, este assunto está completamente esquecido à não ser duas notas nos dois números do jornal dos acadêmicos de direito.

Os acadêmicos das cinco faculdades deveriam impulsionar e ativar o movimento porque eles é que vão ser beneficiados em todos os pontos de vista com a federalização das faculdades desta terra.

A última movimentação neste respeito foi realizada, quando da vinda do marechal Costa e Silva aqui em cidade jardim, na sua campanha política; depois desta época tal interesse foi esquecido pelos uberlandenses fiando unicamente no eficiente trabalho do Ministro Rondon Pacheco.

Urge, no entanto por parte de todos os habitantes desta cidade mostrar mais interesse por esta simpática causa, que tornará a ser mais um adiantamento para a região de toda terra triangulina.

Com a falta de líderes com que Uberlândia passa esta cidade vem perdendo sua exuberância no cenário brasileiro; poderá perder tôdas as oportunidades com a máxima representação desta cidade, no governo Costa e Silva, que é o Ministro Rondon e agora outros valores desta urbe, que se engajam na atual administração.

Também é preciso compreender que eles têm que atender tôdas as reivindicações brasileiras e não somente as nossas, e ainda mais não fizemos nenhuma para reforçar seus trabalhos, em relação aquilo que eles já se movimentam para o engrandecimento desta nossa Uberlândia.

Portando, as associações classistas cidadinas podiam interessar-se mais nesse impolgante problema e oficializar o presidente e ao Ministro Rondon Pacheco, lembrando-lhes da Universidade de Uberlândia.

Por outro lado, existe elementos adversários políticos do Ministro Rondon Pacheco, que desejam a não realização da formação da Universidade de Uberlândia, com fim de desprestigiar o representante desta cidade, que trabalha não somente para sua cidade, como para toda região; isto é patente, pois em tôdas as cidades do Triângulo Mineiro registra-se o seu edificante serviço, porque ele não é baírrista é evoluído político.

Estes mesmos adversários para o contentio de seus maus sentimentos fazem força e publicidade para a criação da Universidade da vizinha cidade aqui do Triângulo, que pretende a federalização de suas faculdades. Com o único fim de desmoralizar o político desta comarca.

Iniciemos portanto um trabalho inteligente sem alarme, sem bairrismo e consigamos a federalização de nossas faculdades, vamos aprender exigir mais para possuímos o que merecemos em Uberlândia.

A matéria veiculada conclama as associações classistas, cidadinas, a se empenharem de forma mais enérgica para a concretização do sonho uberlandense de ter uma universidade; enaltece a figura de Rondon Pacheco; demonstra apoio ao presidente da república; e culpabiliza adversários políticos da “cidade vizinha” por trabalharem pela não criação da Universidade de Uberlândia afim de desprestigiar Rondon Pacheco.

Figura 31 - Jornal Tribuna de Minas, 21 de setembro de 1967 – Universidade Significação Histórica



Fonte: Acervo CDHIS.

Transcrição da matéria veiculada:

Universidade Significação Histórica

Uberlândia está vivendo uma das fases de mais evidência e oportunidade para o seu desenvolvimento, intelectual, industrial, comercial e econômico-financeiro.

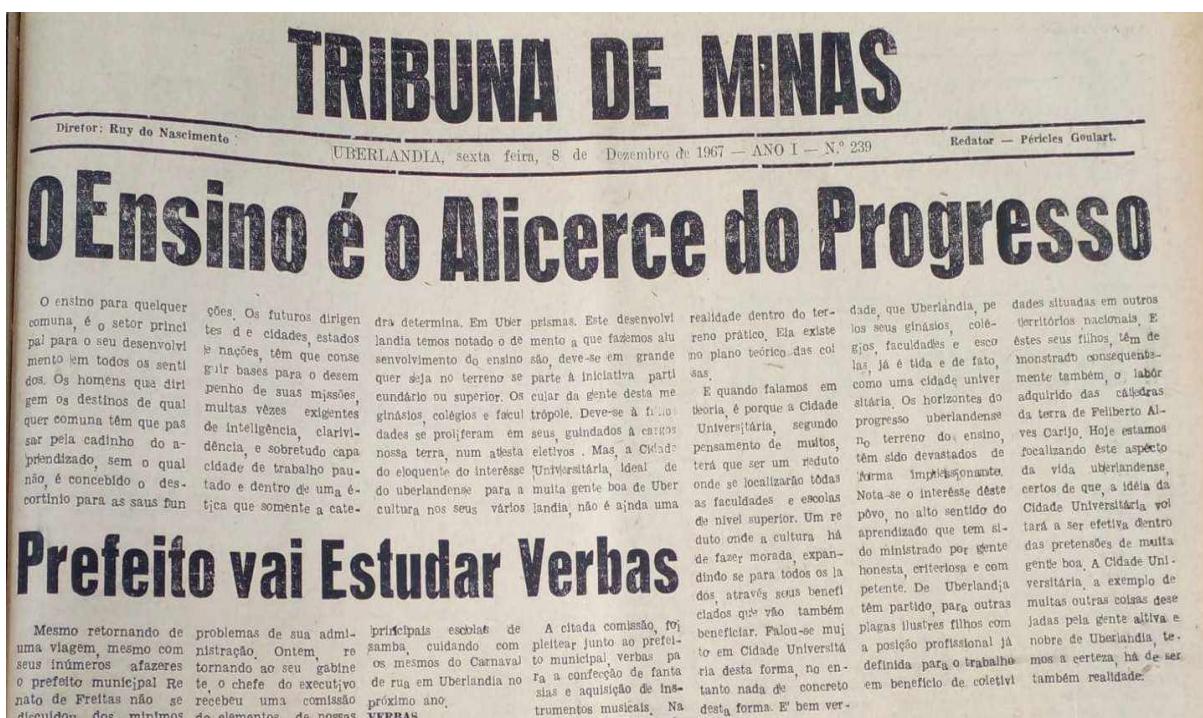
Intelectual: Esta cidade já possui inúmeros estabelecimentos, onde são ministrados os cursos primário, secundários, colegial, e as faculdades de Direito, Filosofia, Ciências Econômicas, Engenharia, conservatório Musical e no próximo ano funcionará a Faculdade de Medicina. Notícias que nos chegam de Brasília dão conta de que dentro em breve o presidente Costa e Silva assinará o ato, instituindo a Universidade Federal de Uberlândia. Sabemos que nossa terra situa-se em zona geo-econômica, colocada dentre as três mais férteis do globo; isto quer dizer que com o esforço e trabalho de seus habitantes, nossa região tem condições ímpares para produzir alimentos em grande quantidade, estando assim, garantida a economia desta cidade e do Triângulo Mineiro.

Universidade: - A Universidade Federal de Uberlândia será uma conquista de alta significação histórica para esta região e todo o Brasil; essa Universidade oferecerá meios e condições para que no mínimo dois mil estudantes possam seguir as várias profissões nela ministradas oferecendo o pão espiritual sobejamente distribuído entre

as criaturas através da cultura enquanto o cultivo agrícola oferecerá o alimento material.

É válido destacar que as matérias apresentadas apontam para um status de “federal” quando se referem à universidade em Uberlândia.

Figura 32 - Jornal Tribuna de Minas, 08 de dezembro de 1967- O Ensino é o alicerce do progresso



Fonte: Acervo CDHIS.

Transcrição da matéria veiculada:

O Ensino é o Alicerce do Progresso

O ensino para qualquer comuna, é o setor principal para o seu desenvolvimento em todos os sentidos. Os homens que dirigem os destinos de qualquer comuna têm que passar pela cadinho do aprendizado, sem o qual não é concebido o descortínio para as suas funções. Os futuros dirigentes de cidades, estados e nações, têm que conseguir bases para o desempenho de suas missões, muitas vezes exigentes de inteligência, clarividência, e sobretudo capacidade de trabalho pautado e dentro de uma ética que somente a catedra determina. Em Uberlândia temos notado o desenvolvimento do ensino quer seja no terreno secundário ou superior. Os ginásios, colégios e faculdades se proliferam em nossa terra, num atesta do eloquente do interêsse do uberlandense para a cultura nos seus vários prismas. Este desenvolvimento a que fazemos alusão, deve-se em grande parte à iniciativa particular da gente desta metrópole. Deve-se à filhos seus, guindados à cargos eletivos. Mas, a Cidade Universitária, ideal de muita gente boa de Uberlândia, não é ainda uma realidade dentro terreno prático. Ela existe no plano teórico das coisas.

E quando falamos em teoria, é porque a Cidade Universitária, segundo pensamento de muitos, terá que ser um reduto onde se localizarão tôdas as faculdades e escolas de nível superior. Um reduto onde a cultura há de fazer morada, expandindo se para todos os lados, através seus beneficiados que vão também beneficiar. Falou-se muito em Cidade Universitária desta forma, no entanto nada de concreto desta forma. É bem verdade, que Uberlândia, pelos seus ginásios, colégios, faculdades e escolas, já é tida

e de fato, como uma cidade universitária. Os horizontes do progresso uberlandense no terreno do ensino, têm sido devastados de forma impressionante. Nota-se o interesse deste povo, no alto sentido do aprendizado que tem sido ministrado por gente honesta, criteriosa e competente. De Uberlândia têm partido, para outras plagas ilustres filhos com a posição profissional já definida para o trabalho em benefício de coletividades situadas em outros territórios nacionais. E estes seus filhos, têm demonstrado conseqüentemente também, o labôr adquirido das catedras da terra de Felisberto Alves Carijo. Hoje estamos focalizando este aspecto da vida uberlandense, certos de que, a idéia da Cidade Universitária voltará a ser efetiva dentro das pretensões de muita gente boa. A Cidade Universitária, a exemplo de muitas outras coisas desejadas pela gente altiva e nobre de Uberlândia, temos a certeza, há de ser também realidade.

Após intensa campanha, em 1969, o ensino superior em Uberlândia estava implementado, tendo cinco faculdades isoladas instituídas no município, a saber: Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Artes contidas pertencentes à mesma mantenedora – Fundação Educacional de Uberlândia; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras mantida pelo Instituto Social de Instrução e Caridade; Escola de Medicina cuja mantenedora era a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia; e Faculdade de Engenharia, mantida pelo governo federal. Além disso, havia a Autarquia Educacional de Uberlândia, fundada em 1966, que abarcava as escolas superiores de Odontologia, Medicina Veterinária e Educação Física, instituídas no início dos anos de 1970. Todas eram faculdades particulares, exceto a Faculdade de Engenharia. Assim, criou-se a UnU.

Segundo relatos fornecidos ao projeto Pró-memória UFU e registradas por Caetano e Dib (1988), surgiu de Rondon Pacheco, então Ministro-Chefe da Casa Civil do governo Costa e Silva, a idealização de criar uma universidade por meio da aglutinação das faculdades existentes. Nas palavras de Rondon Pacheco,

No curso dessa vida pública, eu pude servir a Uberlândia porque fui convocado pelo presidente Costa e Silva, que sucedeu a Castelo Branco, para ser ministro-chefe da casa civil da Presidência da República. [...] Foi quando surgiu a ideia forte da **Universidade Federal de Uberlândia**. Veio um decreto do presidente Costa e Silva que cristalizou a **federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Foi quando se consolidou a nossa Faculdade de Engenharia, que na condição de escola federal, foi o primeiro embrião para criar a Universidade. Foi o núcleo que congregou as demais escolas. [...] Convidei Tarso Dutra para terminarmos a nossa luta, nós que tínhamos criado as duas Faculdades de Engenharia, criássemos, então, aquela ideia-força de meu povo, aquela palpitante aspiração de Uberlândia no sentido de criar a Universidade. Ele também tinha o problema da Universidade de Santa Maria. Recebemos o decreto que foi baixado pelo presidente Costa e Silva, ainda em vida, na parte final de seu governo, admitindo que, desde que fosse comprovada a existência de uma Escola Federal que conseguisse congregar mais quatro escolas de nível superior, criando, então no mínimo, cinco escolas, estas poderiam se transformar em Universidade. Esse decreto foi decisivo para a criação da Universidade de Uberlândia. Posteriormente a execução desse decreto possibilitou a federalização. (CAETANO; DIB, 1988, p. 92, grifos nossos)

Importante observar no relato de Rondon Pacheco que ao apontar para a criação da Universidade em Uberlândia, ele já a coloca na categoria de federal.

Para Juarez Altafin,

Criadas as escolas isoladas, num determinado momento, Rondon Pacheco, então chefe da Casa Civil, teve a ideia de criar uma universidade reunindo as escolas existentes. [...] Portanto, Rondon Pacheco é o pai da Universidade de Uberlândia. Se Homero Santos foi o autor da ideia de criação da primeira escola, Rondon Pacheco foi o criador de nossa Universidade. (CAETANO; DIB, 1988, p. 94)

Em que pese a influência política de Rondon Pacheco e a movimentação promovida pelos grupos dominantes locais, a concepção da UnU foi impulsionada também por dois fatores importantes: a aprovação da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540) e a política de interiorização dos cursos superiores no regime militar.

Diante do cenário promissor e favorável, Rondon Pacheco incumbiu ao professor Juarez Altafin o processo de criação da universidade, que prontamente o fez. Segundo Altafin (1997), a primeira providência foi reunir os diretores de todas as escolas superiores para se comprometerem a transferir os patrimônios das escolas para a futura universidade; todas as escolas aceitaram, exceto a Faculdade de Engenharia, pois, por ser federal, o diretor não tinha essa prerrogativa. O fato de as faculdades isoladas não pertencerem a uma pessoa ou família, e sim à comunidade uberlandense, facilitou o processo de doação dos patrimônios e a reunião dessas faculdades em uma universidade.

A doação do patrimônio das escolas superiores por seus fundadores foi uma demonstração de união de propósitos: a criação da universidade era um desejo comum. Porém, isso não significava uma propensão em perder o controle sobre os bens ou sobre as escolas, fato claro quando da elaboração do estatuto, os diretores colocaram como condição para se juntarem em uma universidade a elaboração de um estatuto que lhes conferissem autonomia administrativa e financeira.

Na proposta, as Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Filosofia Ciências e Letras, Conservatório Musical – que se tornou Faculdade de Artes – e Engenharia (única federal) se integrariam à Universidade de Uberlândia e a Faculdade de Medicina seria incorporada tão logo obtivesse seu reconhecimento. Ficou então o ministro Rondon Pacheco com a missão de levar o decreto-lei para a assinatura do Presidente Costa e Silva, assim relatado por Wilson Ribeiro da Silva,

O ministro Rondon Pacheco, muito inteligentemente, levou ao Presidente da República, num dia de inspiração, dois decretos-lei já redigidos: o Decreto-lei 761⁶⁷ e o Decreto-lei 762. O Decreto-lei 761 criava a Universidade da cidade do Rio Grande do Sul⁶⁸, terra natal do presidente Costa e Silva que tinha por coincidência cinco escolas superiores, uma das quais federal, igualzinho a Uberlândia. Ao apresentar o decreto-lei ao Presidente, este ficou entusiasmado: nunca havia pensado em criar uma Universidade em sua cidade. Ficou muito feliz com a ideia e assinou o Decreto-lei 761. Ele assinou e o ministro tirou outro papel, mostrou-lhe e disse: “– Bom, Presidente, agora temos esse outro aqui”. Ele riu e assinou, criando a Universidade de Uberlândia. (CAETANO; DIB, 1988, p. 102)

Assim, por meio do Decreto-Lei nº 762 de 14 de agosto de 1969, foi criada a Universidade de Uberlândia.

⁶⁷ Na verdade Decreto-lei nº 748; a diferença se deu pois o Presidente Costa e Silva assinou vários decretos-lei datados de 14 de agosto e que foram publicados no mesmo dia. A numeração final não seguiu a ordem em que foram assinados, mas a ordem em que foram publicados no Diário Oficial da União.

⁶⁸ Na verdade, cidade do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

Fax-símile do Decreto-lei n.º 762

Decreto-lei n.º 762 de 14 de agosto de 1969

Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o §1º do artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1.968;

CONSIDERANDO que a Reforma Universitária apenas a título precário e transitório admite a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

CONSIDERANDO a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessário ao desenvolvimento; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, e seu Parágrafo único, da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1.968, e no artigo 3º do Decreto-lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1.969;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Universidade de Uberlândia, com sede na cidade de mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A Universidade de que trata este artigo será uma fundação de direito privado, com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos seus estatutos.

§ 2º - O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º - São fins da Universidade de Uberlândia a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, a pesquisa e o estudo em todos os ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 3º - Integrarão a Universidade de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:

I – Faculdade Federal de Engenharia (Lei n.º 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei n.º 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei n.º 379, de 23 de dezembro de 1968);

II – Faculdade de Direito de Uberlândia (Decretos n.º 47.732, de 2 de fevereiro de 1960, e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos n.º 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 52.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos n.º 47.736, de 2 de fevereiro de 1960, e 53.477, de 23 de janeiro de 1964);

V – Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto n.º 61.479, de 5 de outubro de 1967) (...)

§ 2º. A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá integrar a Universidade de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto n.º 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

(...)

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. Costa e Silva

De acordo com a Constituição vigente à época, um decreto-lei era editado pelo presidente com força de lei, sem a exigência de ser respaldada pelo legislativo. A UnU foi criada sem a apreciação do Conselho Federal de Educação e sem sequer passar pelo Congresso Nacional, a decisão coube ao presidente. Nas palavras do professor Antonino Martins da Silva Júnior,

Criada sem passar no Congresso Nacional, sem ouvir o Conselho Federal de Educação e sancionada pela Junta Militar, com base no Ato Institucional 16. Foi a invejável visão de estadista de Rondon Pacheco de que seria possível, através de um ato de exceção, criar uma **Universidade Federal** aqui na região, que possibilitou Uberlândia ter uma Universidade. (CAETANO; DIB, 1988, p. 111, grifos nossos)

No relato do professor Antonino, a exemplo do ocorrido em outros depoimentos e de veiculação na imprensa, o status de federal é utilizado ao se referir à universidade criada em Uberlândia. Porém, coube à gestão do professor Juarez Altafin conscientizar o governo que ela era federal desde sua criação, trabalho que levou anos.

Com a Universidade de Uberlândia constituída, a política de expansão de cursos universitários na cidade continuou, outros cursos surgiram e foram incorporados às faculdades existentes. Em 1972, as Faculdades de Odontologia, Medicina Veterinária e a Escola de Educação Física, mantidas pela Autarquia Educacional de Uberlândia, pertencentes ao governo estadual, foram incorporadas à UnU, assim como seus patrimônios.

Assim que a universidade foi criada, os passos seguintes eram a efetivação da transferência de patrimônio das faculdades para a universidade – que ocorreu nos anos seguintes – e a elaboração do estatuto e regimento geral da instituição. O professor Juarez Altafin ficou incumbido de redigir o seu estatuto e depois seu regimento geral, além de redigir também o estatuto da fundação mantenedora; os estatutos foram submetidos ao Ministério da Educação, que os acatou. O Parecer nº 512/70, de 25 de junho de 1970, do Conselho Federal de Educação, consubstanciou a aprovação do estatuto da UnU.

Segundo o relato de Juarez Altafin,

Na estruturação da universidade a grande dificuldade consistiu na recusa de muitas Escolas de abrir mão de sua autonomia financeira e administrativa em favor da nova entidade. Concordaram em compor a universidade, mas continuando com sua autonomia. Então redigimos o estatuto atendendo a essa exigência. Fui convidado a participar de uma reunião [...]. No gabinete de Rondon estavam presentes o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, o Dr. Genésio e eu. Então o ministro disse ao Rondon Pacheco: - **“Olha, Ministro, o que vocês querem com esse estatuto não é uma Universidade, porque não se concebe uma universidade com Faculdades com autonomia administrativa e financeira”**. Expliquei que sem aquela estrutura algumas Escolas não aceitariam a Universidade ou pelo menos uma Escola não aceitaria. Tarso Dutra disse: “- **Bom, se é assim vamos aprovar este estatuto, mas isso não é uma universidade, depois vamos consertar”** (CAETANO; DIB, 1988, p. 94-96, grifos nossos)

A necessidade de manter a autonomia das faculdades isoladas que compuseram a universidade reforça a fala do Ministro da Educação aqui relatada pelo professor Juarez Altafin, de que não se trata de uma universidade – criou-se uma federação de escolas, um ajuntamento de faculdades, que depois deveria ser “consertado”. Contudo, esse “ajuntamento” feito em

Uberlândia não constituiu um fato isolado, e sim diretrizes políticas para o ensino superior em toda América Latina, no início do século XX. Segundo Darcy Ribeiro (1969, p. 87), “O modelo inspirador das universidades latino-americanas de hoje foi o padrão francês da universidade napoleônica que, em realidade, não era uma universidade, mas um conglomerado de escolas autárquicas”. Este modelo inspirou as primeiras universidades brasileiras, a exemplo da Universidade do Rio de Janeiro.

Contudo, é preciso notar que, no mesmo período em que era gestada a UnU, ocorria a tramitação do projeto de instalação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também em uma cidade do interior, que veio responder à crescente demanda por pessoal qualificado em uma região do país com elevada capacidade industrial, similar ao almejado em Uberlândia. Porém, uma característica da Unicamp foi ter escapado à tradição brasileira da criação de universidades pela simples acumulação de cursos e unidades – ela foi criada a partir de uma ideia que englobava todo o seu conjunto atual. O estado de São Paulo, em consonância com a política federal, almejava uma universidade inspirada nos centros de tecnologia norte-americanos, uma universidade de pesquisa; houve um projeto de universidade.

Assim como no momento dos movimentos de criação da USP nos anos de 1930, houve a concepção de um projeto de universidade enquanto instituição de estudos que pudesse abranger a totalidade dos conhecimentos humanos em detrimento de uma instituição de ensino profissional, ambicionava-se implementar o ideal de universidade moderna no país. De acordo com Castilho (2008, p. 111), “A reflexão sobre o experimento pombalino, a proposta humbolditiana de universidade e a formação do sistema brasileiro de ensino superior direta ou indiretamente, se encontraram em pauta na elaboração do projeto da USP”.

Também, no início dos anos de 1960, quando da criação da UNB, Darcy Ribeiro se empenhou em estudar os casos da Universidade de São Paulo (anos 1930) e da Universidade do Rio de Janeiro (anos 1920), e contribuiu no feitiço de um projeto de universidade levando em consideração a experiência brasileira e uma série de informações e influências estadunidenses. A UnB foi gestada sob um projeto de universidade.

Por outro lado, a Universidade de Uberlândia, como tantas outras, foi criada sem a devida preocupação com a qualidade, infraestrutura ou estudo do impacto no município e região; não havia um projeto de universidade delineado. Foi criada no imediatismo da elite local e autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura em atendimento a interesses políticos, fato constatado nos relatos já apresentados nesse trabalho.

A criação da UnU, caracterizada pela ausência de um projeto de universidade, reflete, para além do imediatismo desses grupos dominantes locais, o perfil tecnocrático da política

educacional do governo dos militares, impulsionada pelas influências norte-americanas e pela grande demanda por vagas e matrículas no ensino superior, mesmo que de maneira precária.

A história da UnU reproduz os problemas recorrentes da educação superior brasileira, marcada por influências políticas, instituídas por meio de decretos-leis que autorizavam o funcionamento de instituições superiores de ensino em condições de precariedade nas estruturas físicas, destituídas de recursos financeiros e de recursos humanos, liderados pela iniciativa privada.

O quadro abaixo apresenta alguns fatos que marcaram a trajetória da universidade, da criação das primeiras faculdades à federalização. Destacamos que até o momento de sua federalização a universidade não conseguiu implementar a pesquisa, permaneceu como uma instituição voltada para o ensino e formação de mão de obra ao mercado.

Quadro 4 - Linha do tempo – Fatos que marcaram a gênese da UFU

Ano	Fatos marcantes
1957	Criação do Conservatório Municipal de Uberlândia, a primeira escola de ensino superior da cidade.
1960	Criação da Faculdade de Direito. Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
1961	Criação da Faculdade Federal de Engenharia, a primeira escola de ensino superior pública de Uberlândia.
1963	Criação da Faculdade de Ciências Econômicas.
1964	Assinatura pública de aceitação do terreno onde hoje está situado o Campus Santa Mônica, feita pelo então presidente João Goulart.
1966	Doação do terreno onde hoje se situa o Campus Umuarama, feita por Rui Santos.
1966	Criação da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (Femeciu), que viria a ser a Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (Faepu).
1968	Criação da Autarquia Educacional de Uberlândia, que possibilitaria a criação das faculdades de Odontologia e Medicina Veterinária.
1969	Criação da Universidade de Uberlândia (UnU), que integrava as seis escolas de ensino superior existentes na cidade.
1970	Criação da Faculdade de Odontologia da Autarquia Educacional de Uberlândia. Criação do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU/UFU).
1971	Criação da Faculdade de Medicina Veterinária da Autarquia Educacional de Uberlândia. Criação da Faculdade de Educação Física da Autarquia Educacional de Uberlândia.
1972	Criação da Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas, que viria a ser a Escola Técnica de Saúde (Estes/UFU).
1977	Criação da Escola Pré-Fundamental Nossa Casinha, como escola benefício para atender aos servidores da universidade, que viria a ser a Escola de Educação Básica (Eseba/UFU).
1978	Federalização da UnU, que passou a se chamar Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Organização dos cursos da UFU em três centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cetec), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (Cehar) e Centro de Ciências Biomédicas (Cebim).

Fonte: <http://www.ufu.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 4 ago. 2022.

5.5 Antinomias da Universidade de Uberlândia

A Universidade de Uberlândia foi concebida contrariando ao disposto na lei da Reforma Universitária de 1968, que estabeleceu: “Art. 4º As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações” (BRASIL, 1968, s/p)

A UnU foi criada como uma fundação de direito privado, contudo tinha em sua constituição a Faculdade Federal de Engenharia, uma escola subordinada ao Ministério da Educação e, portanto, pertencente a um órgão da administração pública. Assim, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.540 – lei da Reforma Universitária – a Faculdade, por ser oficial, deveria ser uma autarquia de regime especial ou uma fundação de direito público.

Para que a Faculdade de Engenharia mantivesse seu status de federal, o artigo 6º do decreto de criação da UnU trouxe:

Art. 6º São transferidos à universidade de Uberlândia os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinadas as instituições de ensino que lhes são incorporadas, mantidos os direitos e vantagens dos atuais professores, auxiliares de ensino e servidores da Faculdade Federal de Engenharia, que continuaram regidos, para esse fim, pela legislação federal em vigor. (BRASIL, 1969a, p. 2)

Ao elaborar o Estatuto da recém-criada Universidade, essa contradição de origem desencadeou sérios atritos. Foi colocado em questão se a Faculdade de Engenharia, sendo federal, continuaria subordinada à administração federal ou se, ao ser incorporada à uma fundação de direito privado, pessoa jurídica, se sujeitaria à coordenação didático-científica e às normas dela. O problema se agravou quando da incorporação das Faculdades de Odontologia, Veterinária e Educação Física, pois eram escolas pertencentes a uma Autarquia Estadual, subordinadas ao governo estadual e incorporadas a uma universidade fundacional de direito privado.

Para Vieira Filho (1993), grandes atritos adivinham da questão da autonomia financeira e da batalha pela manutenção do poder travada pelos fundadores das escolas superiores. A centralização do poder decisório e do controle de verbas na reitoria significaria a dependência dessas escolas ao poder central da UnU, cenário que desagradava os dirigentes. O propósito de muitos, essencialmente no início, pós-criação, era continuar com a autonomia administrativa independente, mantendo o arquétipo das escolas isoladas e, ao mesmo tempo, usufruindo do status de ser uma universidade.

Ao primeiro estatuto criado, coube a função de atender as exigências das escolas em manterem a sua autonomia financeira e administrativa, como condição de juntarem-se em uma universidade. Assim, o cenário posto era de um agrupamento de faculdades isoladas, sendo que o poder decisório estava com seus diretores – que eram também os fundadores –, composto por quatro escolas particulares e uma federal, assomadas a três escolas estaduais em um segundo momento, todas com autonomia didática e financeira. A universidade foi inserida em uma fundação de direito privado, categoria jurídica da mantenedora que lhe conferia o status de particular, e o reitor era nomeado pelo presidente da fundação; antinomias oficializadas pelo seu estatuto.

As contradições estavam também refletidas nos valores das mensalidades: as faculdades privadas cobravam valores distintos e na Faculdade de Engenharia, por ser federal, havia isenção. Havia discrepância nos salários dos professores, nas estruturas físicas separadas e nos recursos financeiros. Diante desse quadro, podemos afirmar que a universidade existia somente no papel; era necessário reestruturar o projeto recém-criado, a começar por um novo estatuto.

De acordo com José Pepe Júnior,

[...] a legislação referente à Universidade de Uberlândia, naquela ocasião, era simplesmente esdrúxula. [...] Era uma organização jurídica de direito privado na qual as unidades isoladas estavam participando, cada uma delas com a sua própria administração, com seus níveis salariais bem diferentes, cada uma com seu diretor e embutida nessa instituição da UnU estava a faculdade de engenharia, uma entidade federal e que nasceu federal [...]. Por incrível que possa parecer, o próprio ministério da educação e cultura não entendia bem a legislação da universidade. (CAETANO; DIB, 1988, p. 110)

Para ocorrer a unificação da universidade era necessário também fortalecer a reitoria; ela deveria ser o centralizador das atividades e não um item solto no organograma. Porém, não havia funcionários, segundo Altafin (1997) havia uma datilógrafa e o reitor, não havia orçamento próprio e as faculdades isoladas tinham autonomia financeira e administrativa. A reitoria ficou em uma posição de isolamento, o único elo era o status de universidade conferido às faculdades.

O Dr. José Pires de Oliveira, em entrevista gravada ao projeto Pró-memória UFU, faz a seguinte observação:

É interessante notar que, no começo, a universidade não tinha nenhuma renda nem receita. As faculdades todo mês é que destinavam da sua receita uma importância X para manter a reitoria, de modo que essa era mantida pela subalterna. Numa situação absolutamente humilhante. (CAETANO; DIB, 1988, p. 102)

O professor Juarez Altafin, que assumiu a reitoria após a renúncia do primeiro reitor, assim que houve a instalação da universidade, relata:

Então meu trabalho como reitor foi estruturar a universidade como universidade e para isso eu passei 4 anos brigando. [...] encontrei uma Universidade onde as escolas eram autônomas e a Reitoria isolada. Esta não tinha dotação orçamentária, as escolas é que tinham, era um órgão praticamente decorativo e muitas escolas queriam a universidade somente por causa do nome de universidade, mas não queriam abrir mão da comodidade, da autonomia financeira e administrativa. (CAETANO; DIB, 1988, p. 96)

A reestruturação administrativa e financeira passava pela elaboração de um novo estatuto para a universidade, e o MEC aconselhava para uma estrutura cêntrica, assim as escolas desapareceriam como faculdades, ficariam os cursos que seriam integrados em três centros, com seus respectivos colegiados de curso e departamentos. O poder decisório seria transferido para a reitoria e não haveria mais a figura do diretor da faculdade e sim do chefe de departamento e coordenador de curso.

O modelo de universidade proposto pelo MEC e acatado pelos responsáveis em redigir um novo estatuto estava em consonância com as diretrizes proposta pelo governo federal e atendia à Lei 5.540 – reforma universitária de 1968 – que, dentre outros temas, previa a estrutura departamentalizada, os colegiados, e admitia a reunião de escolas e faculdades em universidades. Além do mais, a reestruturação da instituição era o caminho para a federalização.

5.6 Considerações parciais

A criação da Universidade de Uberlândia não foi resultado de um único ato fundador, sequer foi resultado de ação governamental isolada, ela foi gerada por obras e feitos de grupos dominantes uberlandenses, respaldados por parte da sociedade e em conjunto com o poder político. A Universidade foi constituída pela junção das escolas isoladas fundadas no decorrer da década de 1960, impulsionada por interesses e projetos distintos sob o baluarte da política desenvolvimentista.

A implementação das escolas superiores isoladas foi a primeira fase do processo de criação da universidade, seguida pelo ajuntamento dessas escolas na Universidade de Uberlândia, quando o patrimônio das escolas foi doado à União. A universidade passou a ter uma organização proveniente de uma aglutinação de faculdades, cada qual conservando sua estrutura interna, sua autonomia administrativa, didática e financeira, e sobretudo garantindo a soberania e “poder” de seus fundadores. Pelo decreto-lei de criação, a Universidade de Uberlândia é uma fundação de direito privado, uma organização jurídica, composta por quatro

instituições particulares e uma federal, somadas a posteriori a três instituições pertencentes a uma autarquia estadual. Segundo Newton Sucupira, então diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), tratava-se de uma verdadeira “teratologia jurídica” (CAETANO; DIB, 1988, p. 108).

Nesse cenário a reitoria era meramente ilustrativa, considerando que o seu fortalecimento representaria o término do poder decisório local e fragmentado das faculdades. É certo afirmar que desse aglomerado de faculdades não proveio de uma estrutura universitária.

O percurso traçado pela pesquisa até aqui nos permite afirmar que as discussões presentes na pauta nacional, sobre o modelo de universidade a ser implementado no Brasil, não fez parte da pauta uberlandense, já que não houve um projeto de universidade a ser instalado. Os primeiros cursos superiores foram criados por decisão e escolha de seus fundadores, cujos interesses estavam centrados no projeto desenvolvimentista local, visando o fortalecimento econômico da cidade e, por consequência, maiores ganhos financeiros para um grupo seletivo, além das projeções políticas individuais e partidárias.

A criação da universidade atendeu aos anseios políticos da elite local, respaldados pela política nacional de interiorização do ensino superior e favorecida pelas alianças políticas das três esferas de poder em conluio com os grupos dominantes locais.

Não existe aqui a afirmação de que não houve benefícios à comunidade uberlandense, tampouco estamos afirmando que a universidade não foi um ganho para o município e região, nossa afirmação é que essa comunidade macro não esteve envolvida nas discussões e nem detinha o protagonismo das ações em seu nome. Mesmo porque é necessário ponderar que as faculdades criadas e, em seguida, a universidade, eram particulares, com exceção da Faculdade de Engenharia, e atendiam uma pequena parte da população detentora de recursos financeiros.

6 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: OS MOVIMENTOS QUE IMPULSIONARAM A FEDERALIZAÇÃO

Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a de educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, a educação. Com efeito, todas as demais funções do Estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesma para a sua existência.

— ANÍSIO TEIXEIRA, 1947

A federalização da Universidade de Uberlândia acontece dez anos após sua criação, também por decreto-lei, resultando em uma instituição híbrida: federal e fundacional. Neste capítulo intentamos levantar e organizar os dados e as bases legais que nos permitam traçar um panorama evolutivo para compreender o processo de federalização da Universidade Federal de Uberlândia, situando-a no cenário da educação superior regional em confluência com as políticas públicas do governo Federal.

Considerando que, mesmo após dez anos de sua criação, a universidade não possuía uma infraestrutura adequada e os cursos estavam dispersos em endereços diversos, esse capítulo evidencia os movimentos feitos pela elite uberlandense em designar um local para a universidade.

No percurso do processo de federalização fez-se necessário a construção de um novo estatuto destinado a superar as incongruências advindas da criação da Universidade de Uberlândia, sobretudo a autonomia das primeiras faculdades que continuava mesmo após a implementação da universidade, condição essa imposta pelos dirigentes das faculdades isoladas – mesmo grupo que protagonizou os movimentos em prol do ensino superior no município – para manter a soberania sobre as faculdades existentes. A resistência dos dirigentes das faculdades isoladas em renunciar à autonomia administrativa em prol da universidade acarretou uma federalização tardia.

Quanto ao novo estatuto, ele atribuiu uma estrutura cêntrica à constituição universitária, alicerçado nas diretrizes do Ministério da Educação e em consonância com a organização universitária estabelecida na Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 da Reforma Universitária. Porém, diferente do preconizado na Reforma Universitária de 1968, a pesquisa – parte integrante dos fins da universidade – não configurava uma realidade na instituição, apesar de fazer parte do decreto-lei de criação, esteve dissociada do ensino tanto no processo de criação quanto no de federalização da UFU. A UFU foi federalizada com todas as características de uma universidade voltada ao ensino, uma formadora de mão de obra para atender ao mercado.

6.1 Um ideal: a universidade federalizada

Ao analisar fontes históricas que antecedem a criação da UnU é possível afirmar que existia pela elite local a aspiração de uma universidade federal para Uberlândia, como podemos atestar nas matérias publicadas pelo Jornal Tribuna de Minas. A matéria intitulada “Não esqueçamos de Nossa Universidade” (Figura 30) traz o seguinte texto: “Iniciemos, portanto, um trabalho inteligente sem alarme, sem bairrismo e consigamos a federalização de nossas faculdades. Vamos aprender exigir mais para possuímos o que merecemos em Uberlândia” (TRIBUNA DE MINAS, 1967c, p. 1).

Observamos que a menção a uma universidade federal surge também na matéria intitulada “Universidade Significação Histórica” (Figura 31), com o texto: “Notícias que nos chegam de Brasília dão conta de que dentro em breve o presidente Costa e Silva assinará o ato, instituindo a Universidade Federal de Uberlândia” (TRIBUNA DE MINAS, 1967f, p. 1).

De acordo com Gomes, Warpechowski e Sousa Netto (2003, p. 21-22):

O projeto de criação da UnU (Universidade de Uberlândia) foi pensado desde o início para alcançar a federalização sem perder o controle político da mesma, utilizando-a como “cartão de visitas”, elevando o “status” e o poder de atração da cidade, caracterizando-a como uma cidade universitária e conseguindo, ao mesmo tempo, a injeção de volumosas verbas federais na economia local.

Rondo Pacheco (CAETANO; DIB, 1988, p. 92) relata que desde o início a ideia era criar a Universidade Federal de Uberlândia, tendo em vista que a Faculdade de Engenharia era federal e constituiria o núcleo agregador das demais escolas. Esse entendimento é fortalecido quando observamos que concomitantemente ao decreto de criação da UnU tem-se também a criação da Universidade do Rio Grande, ambas possuíam as mesmas características: um ajuntamento de quatro faculdades de natureza privada e uma escola federal. Contudo, a Universidade do Rio Grande, mesmo não tendo o título de federal, assim foi tratada pelo MEC desde sua criação, essencialmente por conluíus políticos.

De acordo com o Prof. Antonino Martins da Silva,

(...) a Universidade tinha sido criada para ser federal, com todas as características de Universidade Federal, tanto é verdade que a outra Universidade criada na mesma data, no mesmo ato, no Rio Grande do Sul [na cidade de Rio Grande], nunca mais teve necessidade de qualquer mudança legal para ser uma Universidade federal com as mesmas características que a nossa, com uma diferença, ela teve tratamento de Universidade federal desde 1969. A Universidade Federal de Uberlândia perdeu um tempo precioso, de 1969 a 1975, porque ela poderia ter tido um comportamento de universidade federal e não teve, por falta de visão, de confiança das pessoas. (CAETANO; DIB, 1988, p. 111)

Além do mais, a legislação federal da época determinava que as universidades eram autorizadas a funcionar por simples decreto e não por decreto-lei, que tinha efeito de lei ordinária, conforme artigo 47 da Lei nº 5.540/1968. Há de se observar, também, que o primeiro reitor a responder pela UnU foi nomeado pelo presidente da república, ato que corresponde ao tratamento dado a uma universidade federal.

Nas palavras do Dr. Wilson Ribeiro da Silva,

Eu me lembro que enquanto o diretor da Artes, participava do conselho universitário e lá recebemos dezenas de comissões do Ministério da Educação e Cultura que tinham por objetivo descobrir o momento em que adquiriríamos vocação para sermos Universidade. – “O dia que tivermos convicção de que vocês têm vocação de ser universidade, vocês vão ser uma universidade federal”. Eles sabiam que a nossa universidade já era federal, mas nós não estávamos ainda reivindicando essa posição. E eles tinham essa preocupação porque sabiam que o decreto-lei de criação não falava que era uma universidade federal, mas eles tinham conhecimento da sua responsabilidade, pois era uma instituição criada pelo governo federal e o instituidor é responsável pelo instituído e isso é conhecido de lei (CAETANO; DIB, 1988, p. 116)

Contudo, os dirigentes das instituições que compunham a universidade, e formavam a maioria, entendiam que as decisões, inclusive para reitor, deveriam ser locais para garantir maior autonomia. Dessa forma, o primeiro estatuto aprovado dava à Universidade de Uberlândia uma característica de universidade particular com todas as decisões locais. A necessidade dos dirigentes e fundadores das primeiras escolas que compuseram a universidade de garantir as autonomias das faculdades isoladas desencadeou um atraso no reconhecimento da UnU como universidade federal, e conseqüentemente de recebimentos de verbas federais para toda instituição.

Este fato foi evidenciado em 1973, quando a UnU apresentou o Plano Global de Desenvolvimento com o intuito de adquirir recursos financeiros provenientes do convênio MEC/BID (Ministério da Educação e Cultura e Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a construção de um único campus universitário; a proposta enviada foi rejeitada e a justificativa foi que a universidade não tinha a definição de seu status, não era possível identificar se era particular ou pública.

Altafin (1997) elenca as premissas que justificam a tese de que a UnU nasceu federal: ela foi criada por lei e não por simples decreto; está inclusa no decreto-lei de criação a obrigatoriedade de dotação orçamentária da União para a Faculdade de Engenharia; o reitor pró-tempore da universidade foi designado no decreto-lei assinado pelo presidente da república; além de instituir a participação de um representante do MEC na assembleia geral da fundação

mantenedora. Estes fatos, segundo Altafin, comprovam que a UnU tinha as características de uma instituição federal desde que foi implementada.

Mesmo porque, de acordo com Juarez Alafin,

O importante é que do primeiro ao último ato da minha gestão, que foi a nomeação do meu sucessor, Dr. Gladstone, não houve alteração alguma dos documentos fundamentais da Universidade, do decreto-lei que a criou, pois este subtendia que, desde o início, ela era federal (CAETANO; DIB, 1988, p. 98)

Relato endossado por Salma Nasser⁶⁹

Acho importante ressaltar que durante a gestão do Dr. Juarez Altafin nenhuma lei ou decreto mudou a natureza jurídica da universidade de Uberlândia, e que neste período, devido à “crise do estatuto” o governo federal tomou o conhecimento de que, desde o seu nascimento, a Universidade de Uberlândia era federal, e nessa qualidade assumiu a mesma (CAETANO; DIB, 1988, p. 104)

Uma comissão do MEC veio, em 1974, estudar a UnU e suas finanças para, assim, analisar a possibilidade de inclusão no orçamento federal. No caso da UnU, a Faculdade de Engenharia recebia verbas da União, mas também eram destinadas verbas para obras e equipamentos das demais unidades; a destinação de recursos do orçamento da União para instituições particulares configurava uma prática comum do governo federal, respaldados pela Lei 1.254 de 1950 e intensificada no governo dos militares. O resultado, diante da necessidade e incentivo pela ampliação das vagas, foi uma expansão das universidades particulares, amparada pelos incentivos públicos.

Ademais, segundo Cunha e Góes (2002), a privatização do ensino superior, durante o governo militar, atingiu patamares tão estarrecedores que até consultores norte-americanos no Brasil passaram a criticá-la. Em 1976, segundo a USAID, o governo drenava recursos públicos para as escolas privadas em montantes elevadíssimos: 40% do total de recursos alocados para 2º grau e 39% do superior eram transferidos para estabelecimentos particulares (CUNHA; GÓES, 2002, p. 51).

Os dirigentes locais, ao se depararem com os estudos feitos pela comissão enviada pelo MEC e os impactos financeiros para a instituição, se movimentaram na busca de um entendimento com o governo. Entretanto, o MEC não reconhecia a UnU como instituição federal, razão pela qual dirigentes da universidade e políticos locais envolveram-se em um longo processo para federalização da instituição.

⁶⁹ Diretora executiva da Fundação de Apoio Universitário e coordenadora de despesas da UFU. Entrevista gravada em 1988.

6.2 A política nacional de federalização das universidades

Desde 1931, com o primeiro Estatuto das Universidades – Decreto 19.851/31 –, o ensino superior no Brasil tinha no sistema universitário o modelo preferencial de organização da oferta dessa modalidade de ensino no país, embora tenha sido admitido e praticado mais largamente em escolas isoladas e a maior parte delas de caráter privado. Após duas décadas de promulgação do Estatuto das Universidades, é sancionada uma lei que versa especificamente sobre a federalização das universidades no Brasil, em 1950, a Lei 1.254/50 que “Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior”. Importante mencionar que em 1951 a Lei nº 1.523 de 26 de dezembro concedeu autorização ao poder executivo a abrir um crédito especial para atender “a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior, de que trata a Lei nº 1.254/1950” (BRASIL, 1951, p. 1).

A Lei 1.254/50 discorre sobre o a forma como se organizaria a federalização das instituições de ensino superior:

Fax-símile do Lei n.º 1.254/50**LEI No 1.254, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1950.**

Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Art. 2º Os estabelecimentos subvencionados, na forma desta Lei, pelo Governo Federal poderão ser, por lei, mediante mensagens do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menor de 20 (vinte) anos, ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro.

Art. 3º A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

[...]

Art. 4º Independente de qualquer indenização, são incorporados ao Patrimônio Nacional todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela presente Lei.

Parágrafo único. Os bens inalienáveis continuarão a integrar o patrimônio dos estabelecimentos e a ser por eles administrados, somente podendo suas rendas ser empregadas em conservação, melhoramento ou ampliação dos mesmos e em pesquisas, estudos, divulgação cultural e cursos de aperfeiçoamento, extensão ou doutorado.

Art. 5º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal, a partir da publicação desta Lei, do pessoal dos estabelecimentos ora federalizados nas seguintes condições:

I - Os professores catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério.

II - Os demais empregados, como extranumerários, em tabelas criadas para esse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do Art. 192 da Constituição Federal.

[...]

Art. 7º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde os seguintes cargos:

[...]

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA
Pedro Calmon
Guilherme da Silveira

De acordo com a lei, no artigo 1º, fica assegurada a possibilidade das instituições mantidas pelos poderes públicos locais ou por entidades de caráter privado com economia própria receberem verbas oriundas do poder público federal para seu funcionamento. A lei determina ainda, no artigo 2º que os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal poderiam ser incluídos na categoria de mantidos pela União, ou seja, possibilita a vinculação de instituições de ensino superior, mesmo que privadas, ao poder público federal, promovendo, assim, a federalização dessas instituições.

A legislação traz ainda a necessidade da incorporação ao Patrimônio Nacional de todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela lei, independentemente de qualquer indenização. Além disso, assegura o aproveitamento, no serviço público federal, do pessoal e dos estabelecimentos ora federalizados, e estabelece a criação de toda uma estrutura de cargos para atender à organização dessas novas universidades. Outro ponto tratado foi a vinculação dos fundos orçamentários e créditos especiais para o custeio de pessoal permanente, de pessoal de funções gratificadas, de pessoal extranumerário e em material para as universidades e escolas federalizadas.

A lei também federaliza várias escolas de diferentes localidades, entre elas a Escola de Engenharia de Juiz de Fora. A matéria vinculada abaixo auxilia e exemplifica o momento vivenciado.

Figura 33 - Jornal Folha Mineira, 11 de dezembro de 1950 – Consagração da Lei n. 1.254/50

Está de parabens a Escola de Engenharia

A lei n. 1254, recém-sancionada, consagrou o seu grande merecimento e justo renome

RIO, 11 — Acaba de ser publicada no "Diário Oficial" a lei n.º 1254 sancionada pelo presidente da República, estabelecendo as bases e diretrizes do ensino superior no nosso país.

Essa lei federaliza várias escolas, de acordo com a indicação do executivo, em mensagem enviada ao Congresso, e subvenciona outras.

No seu artigo 9.º, está incluída a Escola de Engenharia de J. de Fora com a subvenção anual fixa de Cr\$ 5.387.400,00, sendo-lhe atribuída ainda para o segundo semestre de 1950 a dotação de Cr\$ 2.693.700,00.

Como se vê o grande estabelecimento de ensino técnico-científico de Juiz de Fora está de parabens, que são particularmente dirigidos aos seus ilustres diretores, drs. Christiano Degwert e Josué Lage Filho, ao seu dedicado corpo docente e ao seu Inspetor Federal, que há 15 anos, como delegado do governo, vem tam-

São meninos que se fazem homens e vão agora ao encontro do destino, por mais ásperas estradas nem sempre batidas de sol.

São como aqueles rapazes que as lendas nórdicas exaltam, lançando-se destemidamente ao mar bravo em frágeis embarcações em busca da aventura e que bem cedo, aprendem captar as mensagens da terra por meio de sinais misteriosos, guiados por sua fé e pelas estrelas distantes.

... bem trabalhando ativamente para o justo renome de que hoje goza todo o Brasil que hoje goza a Escola, com larga projeção em todo o país.

Fonte: Jornal Folha Mineira (1950).

Transcrição da matéria veiculada:

Está de parabens a Escola de Engenharia

A lei n. 1254, recém-sancionada, consagrou o seu grande merecimento e justo renome

RIO, 11 – Acaba de ser publicada no “Diário Oficial” a lei n.º 1254, sancionada pelo presidente da República, estabelecendo as bases e diretrizes do ensino superior no nosso país.

Essa lei federaliza várias escolas, de acordo com a indicação do executivo, em mensagem enviada ao Congresso, e subvenciona outras.

No seu artigo 9.º, está incluída a Escola de Engenharia de J. de Fora com a subvenção anual fixa de Cr\$ 5.387.400,00, sendo-lhe atribuída ainda para o segundo semestre de 1950 a dotação de Cr\$ 2.693.700,00.

Como se vê o grande estabelecimento de ensino técnico-científico de Juiz de Fora está de parabens, que são particularmente dirigidos aos seus ilustres diretores, drs.

Christiano Degwert e Josué Lage Filho, ao seu dedicado corpo docente e ao seu inspetor federal, que há 15 anos, como delegado do governo, vem também trabalhando ativamente para o justo renome de que hoje goza todo o shrdlu que hoje goza a Escola, com larga projeção em todo o país.

Contudo, é importante observar que, pelo aspecto legal, a federalização não necessariamente promoveria a constituição de um espaço destinado à valorização da educação pública e gratuita, com maior acesso a todas as parcelas da sociedade.

A federalização das instituições de ensino superior pelo poder público configurava-se em uma forma de superação da organização inicial pautada no ajuntamento de escolas e faculdades. Em 1950 ocorreu o principal surto de federalizações de escolas isoladas, e em 1960 e 1961, o de criação de universidades federais e a federalização de universidades estaduais e particulares.

A forte relação entre o fortalecimento das universidades e o processo de industrialização do país, defendida principalmente, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, por intelectuais, políticos e consultores norte-americanos, fortalecia a crítica ao surgimento desequilibrado de escolas superiores e de universidades que não se configuravam como centros de educação aptos a atender as novas estruturas econômicas almejadas pelo projeto desenvolvimentista.

Assim, a necessidade de ajustamento das arcaicas estruturas educacionais vigente no país impulsionou os discursos em prol da modificação do ensino superior, da modernização de todo o sistema universitário, para possibilitar o atendimento às demandas da expansão industrial e a inserção do país na era desenvolvimentista, além de que fazia-se urgente a ampliação do número de vagas oferecidas por esses estabelecimentos.

Cunha (1983) assinala ainda que a maioria das universidades federais são provenientes da aglutinação dos estabelecimentos superiores sob uma nova condição estatutária, e que até a promulgação da Constituição Federal de 1988 são raras as exceções. O autor afirma que,

O papel do Estado na manutenção do ensino superior foi outra questão disputada. Ao mesmo tempo em que o Estado aumentava sua participação pela *gratuidade de fato* nas escolas federais, a partir de 1950, pelas “federalizações” e pelo aumento das vagas nos estabelecimentos oficiais, reconhecia o *pagamento de direito* do ensino superior público [...]. O lado privatista da política educacional teve seu ponto alto na criação da Universidade de Brasília como fundação e não autarquia [...], na qual o ensino deveria ser pago, apesar da *gratuidade de fato*. (CUNHA, 1983, p. 99-100, grifo do autor)

Alguns estudiosos como Cunha (1983), Sguissardi (2009) e Chauí (2001) apontam que, na instalação e manutenção de uma universidade pública, o processo de definição da localização geográfica da instituição resulta de intensas batalhas para mensurar a força políticas dos

demandantes que relacionavam a instalação de uma universidade à impulsão do desenvolvimento regional de suas bases eleitorais. Governadores, prefeitos, deputados e senadores tiveram papel primordial nas negociações para implantação de universidades federais em suas regiões de origem, motivo pelo qual, muitas vezes, seus nomes figuram como nomes de bibliotecas, auditórios, edifícios e ruas no interior e no entorno de algumas instituições.

Isamara Martins Vasconcelos (2007), em sua dissertação de mestrado, ao analisar o histórico de federalização das instituições brasileiras, assinala que a implementação de uma universidade federal em determinado local é resultado de profundos movimentos políticos de indivíduos que buscam prestígio junto à opinião pública, almejam cargos públicos e que vislumbram o engrandecimento econômico da região e ganhos individuais; ora, se a presença do ensino superior – mesmo que de estabelecimentos privados – nas décadas de 1950, 1960 e 1970 em uma cidade ou região já configurava um fator de prestígio para as elites locais – a exemplo de Uberlândia –, o que dizer da instalação de uma universidade pública e gratuita?

Logo, os estados que regiam a política e centralizavam o poder econômico do país estavam em condições privilegiadas para prover, com melhores recursos, o sistema educacional, enquanto os Estados mais pobres, em condições desiguais de reivindicar maior intervenção do poder público, ficavam à margem das negociações.

O custo financeiro da federalização era uma preocupação recorrente para o governo. Vasconcelos (2007, p. 91) traz em sua pesquisa a posição adotada pelo ministro do planejamento de 1966, Roberto Campos, documentada no Boletim Capes nº 185 de abril de 1968, onde ele afirmava que, diante do montante de investimento federal no ensino superior brasileiro, era “escandalosamente baixo o seu rendimento” e computava esse baixo rendimento dos gastos públicos federais com o ensino superior no Brasil à falta de planejamento educacional ao longo dos anos até 1960.

O então ministro reconheceu que as universidades e faculdades foram criadas ou encampadas por conluios políticos, sem prévia análise do custo previsível por aluno, ou classificação das prioridades de investimentos. Isso porque um dos “motivos” para a federalização de instituições de ensino superior se pautava na premissa de se considerar um “desprestígio político para um Estado não ter sua Universidade Federal”, sendo que, no ano de 1968, “Piauí e Mato Grosso eram os únicos desprivilegiados, enquanto o Rio Grande do Sul tinha nada menos que três” (VASCONCELOS, 2007, p. 91).

Nesse cenário, no período compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, diversas escolas de ensino superior, institutos isolados e faculdades, amparadas pela legislação, encontraram na federalização um caminho para dirimir as dificuldades financeiras; além do

mais, o status de federal garantia maior ascensão no cenário acadêmico. Vasconcelos (2007, p. 111) traz que a federalização das instituições de ensino superior configura-se na história do país como uma “vocação nacional” e sua inserção em determinada localidade como “um modo de consolidar os ideais desenvolvimentistas e construir um diferencial para o setor a partir da vinculação e pertencimento ao sistema federal”.

A Universidade de Uberlândia consta no rol de universidades que empreenderam uma força tarefa em prol de sua federalização. Dentre as primeiras providências para o reconhecimento da UnU como uma instituição federal estava a elaboração de um novo estatuto que atendesse as diretrizes determinadas pelo MEC, além da busca por um campus que reunisse todas as faculdades.

6.3 A fundação da nova universidade pública

Para superar as incongruências advindas da criação da Universidade de Uberlândia, sobretudo a autonomia das primeiras faculdades, que continuava mesmo após a implementação da universidade, um novo estatuto foi elaborado atribuindo à constituição universitária uma estrutura cêntrica. Na nova configuração as faculdades deixariam de existir e os cursos seriam agrupados em centros, por meio de departamentos; com a extinção das faculdades o poder de seus dirigentes seria deslocado para os órgãos da administração superior da universidade.

O novo estatuto seguiu as diretrizes do Ministério da Educação, respaldado pela organização universitária constante na Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 da Reforma Universitária:

Art. 11 As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica, com base em departamentos, reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; [...] (BRASIL, 1968, p. 2)

O patrimônio das faculdades foi doado à União e havia uma reitoria constituída – mesmo que ineficaz –, assim o primeiro item “unidade de patrimônio e administração” estava instituído. O próximo passo era a reestruturação orgânica com base em departamentos.

O Conselho Universitário, depois de um longo período de discussões e debates, aprovou em 1975 o novo estatuto, que previa a criação de três centros: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CEHAR), Centro de Ciências Biomédicas (CEBIM) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC). As faculdades deixariam de existir e os cursos seriam reunidos nos centros.

Contudo, houve forte resistência da Faculdade de Engenharia ao novo estatuto, pois temiam que com a extinção das faculdades a Faculdade Federal de Engenharia também desapareceria e, conseqüentemente, os seus cursos não teriam mais a condição de federais, acarretando a perda da gratuidade; ou seja, temiam que com a nova estruturação a Faculdade de Engenharia fosse “desfederalizada”. Houve intenso movimento nos jornais por parte dos estudantes, professores e lideranças locais, uma crise que resultou no “congelamento” do estatuto que já estava no Conselho Federal de Educação.

Porém, na verdade, segundo Altafin,

A minha tese era outra: de que a universidade de Uberlândia tendia para a federalização desde o seu início. Assim, eliminadas as Faculdades, inclusive as que originariamente eram particulares, um sistema de vasos comunicantes seria implantado em todos os cursos. Nosso objetivo era mostrar ao governo federal que a Universidade era federal desde o início, porque foi criada por uma lei federal. (ALTAFIN, 1997, p. 78)

Assim,

O meu trabalho foi no sentido de aprovar um estatuto com estrutura cêntrica e conscientizar o governo da República de que ela era federal e que o reitor tinha que ser nomeado pelo Presidente da República. Entre a minha posse e a do Gladstone, o governo federal tomou consciência de que a universidade era federal e assumiu, mas isso não foi fácil. (CAETANO; DIB, 1988, p. 98)

No mesmo ano de aprovação e “congelamento” do novo estatuto, em 1975, outro passo foi dado em direção à federalização da Universidade: a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia foi incluída no orçamento da União para o ano de 1976. Isso porque foi retirada parte da verba que seria destinada à Faculdade de Engenharia e colocada na Escola de Medicina, exatamente para incluí-la no orçamento da União. Com isso, os recursos destinados à Faculdade Federal de Engenharia e à Escola de Medicina somariam mais do que 50% (cinquenta por cento) dos gastos da UnU.

Concomitantemente aos acontecimentos, o mandato de reitor do Dr. Juarez Altafin terminava no final do ano de 1975, e a nomeação do novo reitor configurava um importante fator no movimento para federalização da Universidade. A questão colocada era se a nomeação deveria estar a cargo da Fundação Universidade de Uberlândia, como previa o primeiro estatuto, ou do Presidente da República, a exemplo do ocorrido em 1969 na nomeação do primeiro reitor por meio do decreto-lei de criação da UnU. O entendimento era de que, havendo a nomeação do reitor pela União, a universidade no todo deveria ser caracterizada como federal.

Segue a ordem dos fatos de acordo com o professor Antonino Martins da Silva Júnior,

O mandato do Dr. Juarez Altafin venciu no final do ano de 1975. O conselho universitário estava reunido para fazer a lista tríplice, de acordo com estatuto da universidade, quando chegou em Uberlândia um telex emitido pelo Dr. Edson Machado de Souza, diretor da DAU, determinando ao reitor que fizesse lista sêxtupla e não tríplice. Apoiado no parecer do assessor jurídico do MEC, argumentava-se que no instante em que a Escola de Medicina entrava no orçamento da união, além da Faculdade de Engenharia, o dinheiro gasto com essas faculdades correspondia a mais de 50% do orçamento total da universidade. E onde a União entrava com mais de 50% do orçamento, o dirigente tinha que ser nomeado pelo governo central. Foi esse o argumento que levou a universidade a ter uma lista sêxtupla em 1975 e em 1976 o reitor nomeado pelo presidente da república. (CAETANO; DIB, 1988, p. 114)

Neste contexto, o Presidente Ernesto Geisel, em janeiro de 1976, nomeou o Prof. José de Paulo Carvalho como Reitor *pro tempore* da UnU. Após elaboração de lista sêxtupla, naquele mesmo ano, o Presidente da República nomeou o professor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho para administrar a universidade.

A nomeação do Reitor pelo chefe do executivo federal foi um passo decisivo para o reconhecimento da UnU como universidade federal. Além do mais, a presença do Dr. Edson Machado na direção do DAU também foi de deveras importância no processo de federalização da universidade, pois em seu entendimento a Universidade era federal desde sua criação, diferente da interpretação de seu antecessor, que a entendia como particular; afirmação essa feita pelo próprio Dr. Edson em entrevista realizada no ano de 1987,

Nos primeiros anos em que assumi a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), entendia que a Universidade Federal de Uberlândia, apesar de ter sido criado por um decreto-lei do governo federal a partir do conglomerado de várias unidades particulares, estaduais e uma única federal [...], já havia sido federalizada no momento em que foi baixado o decreto-lei. No entanto, não tinha sido esse o entendimento do ministério da educação e cultura, principalmente nas gestões que nos antecederam. (CAETANO; DIB, 1988, p. 130)

A mudança de interpretação possibilitou que o projeto de federalização apresentado pelo deputado federal Homero Santos tivesse uma aceitação favorável no MEC e no Congresso. A figura de Homero Santos fica em evidência no processo de federalização pois foi o interlocutor dos dirigentes locais com a Câmara, e foi por meio dele que entrou na Câmara o projeto de lei que efetivou a federalização da UnU. Segundo o professor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho⁷⁰

Ao nível político, eu diria que o Dr. Rondon Pacheco e o Deputado Homero Santos são os maiores responsáveis pela federalização da universidade; ao nível de Ministério da Educação seria o Edson Machado [...]. Edson Machado teve uma grande responsabilidade nesse processo, ele interpretou e permitiu ao Presidente nomear o Reitor e colocar a Universidade toda no orçamento da união. (CAETANO; DIB, 1988, p. 128)

⁷⁰ Professor da Escola de Medicina. Ex-reitor da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 1976 a 1980. Entrevista gravada em dezembro de 1986.

O trabalho dos políticos locais nas três esferas do poder foi o fator decisivo para a federalização da instituição; o prefeito da cidade, Dr. Renato de Freitas, em conjunto com o deputado Federal Homero Santos e o governador do estado Aureliano Chaves estavam em constante diálogo com o Diretor da DAU, Edson Machado, para definir a situação e o status da universidade.

Havia discordâncias e dúvidas de vários lados, um grupo de dirigentes almejavam a federalização e outro grupo tinha inúmeras ressalvas: alguns membros da Faculdade de Engenharia temiam que a federalização de toda a instituição traria prejuízos para a faculdade; dentro da Faculdade de Medicina havia algumas pessoas que viam na federalização uma diminuição de sua autonomia e, portanto, da capacidade decisória de seus dirigentes, configurando-se um problema à época; mesma questão colocada pela Faculdade de Direito. Estes problemas, na realidade, retratavam as “incertezas” da comunidade universitária, essencialmente seus dirigentes, de como seria estabelecida a interação entre o governo federal e a universidade; a federalização total significaria a subordinação da Universidade ao Conselho Federal de Educação e ao Departamento de Assuntos Universitários.

Além do mais, havia as dúvidas referentes ao financiamento da instituição: quando a faculdade passasse à qualidade de federal ela seria gratuita e o governo federal garantiria o envio de verbas? A federalização acarretaria um aumento nas despesas do governo e isto era um ponto de discussão.

Para Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, em entrevista realizada em Uberlândia, em 06 de novembro de 2008:

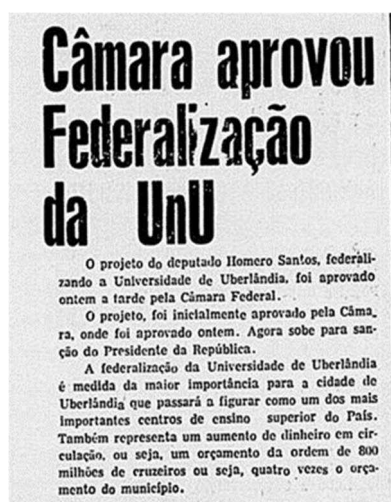
O Deputado Homero ainda fez um grande trabalho local, pois era preciso convencer as entidades particulares a abrir mão de qualquer indenização. Isso é uma condição *sine qua non* para a federalização, pois o Ministério da Educação não tinha verbas disponíveis para isso. Foi um trabalho difícil de articulação, de pedir gestos de grandeza aos proprietários das escolas em função dos sonhos de ter a Universidade Federal no interior, numa cidade de porte médio. O Deputado Homero Santos teve um papel importante na área do direito para convencer as lideranças que abrir mão do patrimônio seria interessante para a vida acadêmica e para o futuro de Uberlândia. (NEVES, 2010, p. 106)

Mesmo com as discordâncias e as dúvidas ainda existentes, fazia-se necessário tomar uma decisão e definir qual caminho percorrer: ou a Universidade de Uberlândia assumiria a qualidade de universidade federal e se submeteria às regras de subordinação do governo da União, ou todo o processo seria interrompido e a Universidade assumiria a qualidade de

universidade privada, acarretando uma desfederalização da Faculdade de Engenharia, pois ela fazia parte do conjunto. Assim, ou a Universidade era toda federal, ou então nada seria federal.

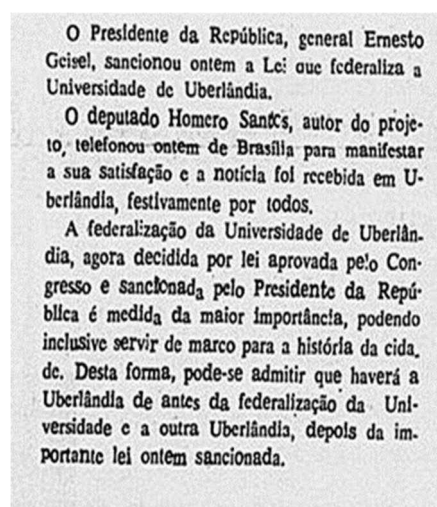
A situação foi legalmente definida em 24 de maio de 1978, por meio da Lei nº 6.532, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel; o Decreto-lei nº 762/69 foi alterado e a Universidade de Uberlândia passou a ser Universidade Federal de Uberlândia. O fato foi comemorado pela imprensa, conforme divulgação feita pelo Jornal O Triângulo, em maio de 1978,

Figura 34 - Jornal O Triângulo, 09 de maio de 1978 – Câmara aprovou Federalização da UnU



Fonte: Jornal O Triângulo (1978b).

Figura 35 - Jornal O Triângulo, 25 de maio de 1978 – Lei federalizando Universidade



Fonte: Jornal O Triângulo (1978e).

Transcrição da matéria veiculada:

Câmara aprovou Federalização da UnU

O projeto do deputado Homero Santos, federalizando a Universidade de Uberlândia, foi aprovado ontem a tarde pela Câmara Federal.

O projeto, foi inicialmente aprovado pela Câmara, onde foi aprovado ontem. Agora sobe para sanção do Presidente da República.

A federalização da Universidade de Uberlândia é medida da maior importância para a cidade de Uberlândia que passará a figurar como um dos mais importantes centros de ensino superior do País. Também representa um aumento de dinheiro em circulação, ou seja, um orçamento da ordem de 800 milhões de cruzeiros ou seja, quatro vezes o orçamento do município.

Transcrição da matéria veiculada:

O Presidente da República, general Ernesto Geisel, sancionou ontem a Lei que federaliza a Universidade de Uberlândia.

O deputado Homero Santos, autor do projeto, telefonou ontem de Brasília para manifestar a sua satisfação e a notícia foi recebida em Uberlândia, festivamente por todos.

A federalização da Universidade de Uberlândia, agora decidida por lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República é medida da maior importância, podendo inclusive servir de marco para a história da cidade. Desta forma, pode-se admitir que haverá a Uberlândia de antes da federalização da Universidade e a outra Uberlândia, depois da importante lei ontem sancionada.

Assim, a partir de maio de 1978, a Universidade de Uberlândia passou, definitivamente, a ser reconhecida como instituição pública federal de ensino superior. Contudo, ainda uma fundação, dotada de personalidade jurídica de direito privado; então, a federalização lhe conferiu a condição de uma instituição híbrida: federal e fundacional.

Fax-símile da Lei n.º 6.532/78

Lei n.º 6.532 de 24 de maio de 1978

Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, que “autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia” e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, passa a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - A Universidade é uma fundação, com personalidade jurídica de direito privado, e gozará de autonomia nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

Art. 2º - Além das modificações introduzidas no art. 1º e seu §1º, os dispositivos do Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 5º - São recursos financeiros da Universidade Federal de Uberlândia:

I – dotação que lhe for anualmente consignada no Orçamento da União;

II – doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e

Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênio ou contratos específicos;

IV – taxas, emolumentos e anuidades que forem fixados pelo Conselho Diretor, com observância da legislação específica sobre a matéria;

V – resultado das operações de crédito e juros bancários; VI – receitas eventuais.

Art. 6º - Serão transferidos à Universidade Federal de Uberlândia a totalidade dos bens patrimoniais das instituições incorporadas nos termos deste Decreto-lei.

Parágrafo Único. O Ministério da Educação e Cultura adotará as medidas administrativas necessárias à integração dos bens patrimoniais previstos neste artigo, providenciando, inclusive, a transcrição, no Cartório competente, das respectivas escrituras de doação, comodato ou cessão.”

Art. 3º A Universidade Federal de Uberlândia prestará contas de sua gestão financeira ao Tribunal de Contas da União e quando receber dotações, subvenções ou auxílios dos Estados e Municípios, obedecerá à legislação destes na comprovação das despesas efetuadas.

(...)

Art. 5º O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, obedecidas as disposições do art. 16 e parágrafos da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, serão nomeados pelo Presidente da República.

(...)

Art. 7º Os bens e direitos da Universidade serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados os imóveis e os bens que forem gravados de inalienabilidade, sem prévia autorização, obedecidas, também, as disposições da Lei n.º 6.120, de 15 de outubro de 1974.

(...)

Brasília, 24 de maio de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

Ernesto Geisel

Segundo Tomaz Machado (2003, p. 29),

O ano de 1978 constituiu-se em mais um grande marco político para a cidade de Uberlândia. Fruto da ação das classes empresariais, detentoras do capital, e de seus representantes políticos, com grande poder de penetração e ingerência junto ao poder central, foi criada a Universidade Federal de Uberlândia, através da Lei 6.532, de 24 de maio de 1978.

A história da criação da Universidade Federal de Uberlândia apenas reflete as grandes mazelas por que passava a educação em nível nacional quando, por decretos-leis e influências políticas, se autorizavam, sem nenhuma estrutura física e competência acadêmica, o funcionamento de cursos superiores.

A federalização da universidade, assim como sua criação, foi fruto de movimentações políticas nas três esferas de poder em conjunto com um grupo dominante local que, alicerçados em projetos desenvolvimentistas para a cidade e região, estimulados por interesses políticos e particulares, principalmente no que se refere a ganhos financeiros, tiveram seus anseios atendidos.

A Universidade Federal de Uberlândia, na data de sua federalização, possuía estimado patrimônio acadêmico, dispunha de 24 cursos de graduação, conforme mostra o Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 - Cursos pertencentes à Universidade Federal de Uberlândia em maio/1978

Curso	Início das Atividades	Faculdade	Centro
Música	1957	Faculdade de Artes	CEHAR
Direito	1960	Faculdade de Direito	CEHAR
Letras	1960	Faculdade de Filosofia	CEHAR
Pedagogia	1960	Faculdade de Filosofia	CEHAR
Ciências Contábeis	1963	Faculdade de Ciências Econômicas	CEHAR
História	1964	Faculdade de Filosofia	CEHAR
Engenharia Química	1965	Faculdade Federal de Engenharia	CETEC
Engenharia Mecânica	1965	Faculdade Federal de Engenharia	CETEC
Ciências Econômicas	1966	Faculdade de Ciências Econômicas	CEHAR
Medicina	1968	Escola de Medicina	CEBIM
Administração	1969	Faculdade de Ciências Econômicas	CEHAR
Ciências	1970	Faculdade de Filosofia	CEHAR
Odontologia	1970	Faculdade de Odontologia	CEBIM
Engenharia Civil	1971	Faculdade Federal de Engenharia	CETEC
Engenharia Elétrica	1971	Faculdade Federal de Engenharia	CETEC
Geografia	1971	Faculdade de Filosofia	CEHAR
Medicina Veterinária	1971	Faculdade de Medicina Veterinária	CEBIM
Artes Plásticas	1972	Faculdade de Artes	CEHAR
Educação Física	1972	Faculdade de Educação Física	CEBIM
Estudos Sociais	1972	Faculdade de Filosofia	CEHAR
Matemática	1972	Faculdade de Filosofia	CETEC
Ciências Biológicas	1973	Faculdade de Filosofia	CEBIM
Química	1974	Faculdade de Filosofia	CETEC
Psicologia	1975	Faculdade de Filosofia	CEHAR

Fonte: Prieto, 2005.

Porém, não havia infraestrutura adequada, os cursos estavam dispersos em endereços diversos e não existia um projeto de universidade a ser implementado. A Pesquisa, que é parte integrante dos fins da universidade conforme consta do no Decreto-lei 762/1969 de criação da Universidade de Uberlândia – “Art. 2º São fins da Universidade de Uberlândia a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, a pesquisa e o estudo em todas as os ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural” –, ainda não era uma realidade na instituição, existia só no papel. A UFU foi federalizada com todas as características de uma universidade voltada ao ensino, uma formadora de mão de obra para atender ao mercado.

Castilho (2008, p. 129) argumenta que designar uma universidade como sendo uma “instituição de ensino superior”, termo utilizado pela LDB, é um retrocesso na conceituação de universidade,

[...] soa como um despropósito em face dos esforços que se desenvolveram nos últimos decênios, especialmente no estado de São Paulo, para manter associados a pesquisa e o ensino. É como se, oficialmente, o ensino voltasse a ser a única atribuição obrigatória da universidade – mesmo a pública, ficando a investigação relegada, como antes, à condição de atividade meramente facultativa.

Essa citação de Castilho condiz com a gênese da UFU, de sua criação à sua federalização coube ao ensino desempenhar a função de esteio da universidade. A pesquisa, apesar de fazer parte do decreto-lei de criação, esteve dissociada do ensino nestes dois processos, tanto de criação quanto de federalização da UFU, mesmo porque o capital humano necessitava de complementar sua formação e obter os títulos concedidos a pesquisadores para, assim, corporificar a pesquisa na instituição.

6.4 UFU: uma fundação com personalidade jurídica de direito privado

A Lei nº 6.532/78, que alterou o Decreto-Lei nº 762/69 e federalizou a universidade, dispôs em seu artigo 1º que a Universidade de Uberlândia passaria a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, mantendo o status de fundação, com personalidade jurídica de direito privado.

As disposições trazidas no Decreto-Lei nº 762/69 que criou a Universidade de Uberlândia foram mantidos; o termo “Federal” foi acrescido à denominação da universidade, contudo ela manteve-se como fundação de natureza privada. Conforme trouxemos no primeiro capítulo desse trabalho, as fundações privadas enquanto agências educacionais surgiram com a educação superior de massa nos EUA, introduzindo na educação superior os princípios que regem a grande empresa capitalista.

O regime jurídico das universidades, quando do trabalho do GTRU e da consolidação da Reforma Universitária de 1968, foi um dos diversos itens de conflito. O regime de fundações foi defendido pelo MEC e pelos consultores norte-americanos e rechaçado por grupos de intelectuais, que entendiam a medida como uma forma de privatização das universidades federais, e também pelo movimento estudantil. Para manter uma linha conciliatória a Reforma Universitária de 1968 – Lei 5.540/68 – não determinou um sistema único, conforme consta em seu artigo 4º: “As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações” (BRASIL, 1968b, p. página).

Contudo, a UFU foi criada e federalizada como uma fundação de direito privado, mantendo a divergência com o texto da lei. O professor Nestor Barbosa de Andrade⁷¹, ex-Reitor da UFU, explana sobre esse assunto:

A nossa Universidade é fundacional. Ela se estrutura como Fundação de caráter privado. A própria Fundação Universidade Federal de Uberlândia é uma entidade pública de caráter privado. Aparentemente contraditória, mas é assim a sua conformação jurídica. O governo federal, após a reforma universitária de 68, impôs esse projeto das Fundações, tendo como base um modelo muito mal construído pelos técnicos do acordo MEC-USAID com o objetivo de adquirir instituições de ensino superior de autodinamismo gerencial que se relacionasse de forma desburocratizada com os projetos de maior relevância social. Porém, o que vimos com o passar do tempo é que as Universidades estruturadas como Fundações foram aquelas que receberam a maior intervenção autoritária ditada pelo MEC. Isso no âmbito político. No âmbito gerencial elas também foram sufocadas através de mecanismos burocratizadores da administração, à semelhança do que ocorria com as autarquias. Então aquilo que era, vamos dizer assim, o objetivo inicial declarado da estrutura fundacional se perdeu ao longo do tempo. (CAETANO; DIB, 1988, p. 230)

Quando da criação da UnU muito se questionava sobre uma fundação privada possuir uma Faculdade – Engenharia – de natureza pública, e quando houve a federalização os questionamentos eram sobre a natureza privada de uma fundação que se tornou pública. Em primeira análise, bastava a desfederalização da Faculdade de Engenharia e toda a Universidade de Uberlândia passaria a ser um ente privado, uma universidade particular; assim, a natureza jurídica seria corrigida automaticamente. Porém, o intuito era contrário, a meta era federalizar todas as faculdades.

Para que a federalização ocorresse em 1978, algumas medidas postas pelo MEC deveriam ser cumpridas, entre elas o ensino pago, medida essa que o governo federal intentava implementar em todo o sistema federal de ensino a posteriori. Então, embora federalizada, a

⁷¹ Professor do curso de Medicina da UFU, diretor da Fundação de Assistência ao Estudante Universitário (FAESU). Entrevista gravada em novembro de 1987.

Universidade Federal de Uberlândia não passou a ser gratuita de imediato. Outra medida foi o impeditivo da construção de um Restaurante Universitário, mesmo com a federalização o MEC não iria se comprometer ou se responsabilizar com um restaurante para os alunos.

Nesse cenário, mesmo após a federalização, a UFU continuava cobrando tarifas de seus alunos, na busca de introduzir uma nova concepção de universidade pública, de natureza privada que intentava reduzir gastos da União, além de se abster de ações inclusivas, como é o caso da não construção do Restaurante Universitário. Importante observar que as verbas provenientes de anuidades e outras taxas constam no artigo 5º da lei de federalização, como competência do Conselho Diretor da universidade. Segundo relato do professor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho:

Quando saiu a lei, em 1978, algumas medidas que o Ministério gostaria de fazer no sistema federal como um todo, tivemos que acatar e implantar para conseguir a federalização, como, por exemplo, o ensino pago, como queria o ministro Golbery. Então, essa universidade já deveria, embora federalizada, continuar cobrando dos alunos porque era o que deveria acontecer nas outras Universidades posteriormente [...]

Outra condição imposta foi a não criação do restaurante universitário. Essa Universidade não teria restaurante universitário porque os alunos que estudavam na rede particular não tinham restaurante universitário. Como essa nunca teve, pela federalização o restaurante universitário não teria tratamento ao nível do Ministério [...]

Enfim, eram as dificuldades normais de implantação de uma instituição que era híbrida e que começou a se definir para se tornar pública. (CAETANO; DIB, 1988, p. 122)

De acordo com Juarez Altafin (1988, p. 10), “juridicamente as universidades não só podem assumir estruturas organizacionais diversas, como variáveis podem ser os tipos do seu relacionamento com o Estado”. Os modelos de universidades vindos da Europa e a sua relação com o Estado são exemplos dessa afirmação; a universidade alemã caracterizada por Humboldt defende a universidade pública isenta das interferências do Estado, mesmo estando sob os seus cuidados, ou seja, uma relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade. Ao contrário da universidade francesa napoleônica que é mantida pelo Estado, com pouca autonomia em relação aos poderes políticos, um aparelhamento ideológico.

Isto significa que a discussão posta sobre o regime e a natureza jurídica das universidades está diretamente ligada com a discussão de sua relação com o Estado. No caso da criação da UnU, era uma instituição majoritariamente privada, que recebia recursos públicos, e, após sua federalização, passa a ser uma universidade pública, mantida pela União, porém com a possibilidade de receber recursos advindos, também, de iniciativas privadas.

Em termos administrativos, o princípio da federalização é transformar as instituições de ensino superior em órgãos da administração indireta do Estado – seja a transformação de instituições federais em uma universidade federal; ou a transformação mista pela junção de instituições federais, estaduais e privadas; ou pela federalização em si de escolas ou faculdades privadas, estaduais ou municipais.

Aqui faz-se necessário compreender os conceitos básicos de administração direta e indireta em nível da União: a administração direta compreende as atividades integradas na estrutura da Presidência da República e dos Ministérios; já a administração indireta é composta pelas fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que exercem um poder descentralizado da administração direta. Destarte, a Universidade Federal de Uberlândia, após a federalização, passa a fazer parte – como fundação – da administração indireta.

Nesse cenário, o objetivo da administração indireta é a execução de algumas tarefas de seu interesse por outras pessoas jurídicas; no caso das federalizações das instituições de ensino superior, as universidades, criadas ou não por aglutinação de escolas e faculdades, passaram a ser fundações públicas ou autarquias⁷², ambas com personalidade jurídica própria. A despeito de serem reguladas pela administração indireta, estão ligadas à administração direta, assim as universidades federais estão vinculadas à União.

As fundações – caso da UFU – são caracterizadas pelo fato de atribuir personalidade jurídica de direito privado a um patrimônio preordenado com finalidade social e objetivos que, de alguma forma, proporcionem benefícios à sociedade. Nas palavras de Vasconcelos (2007, p. 46): “As características básicas das fundações centram-se na figura do instituidor, no fim social da entidade e na ausência de fins lucrativos. Quando tratamos de fundações públicas o instituidor é o Estado”.

O Decreto-Lei nº 200 de 1967⁷³ define:

Art. 5º [...]

IV - Fundação pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

⁷² É o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (Artigo 5º do Decreto-Lei nº 200/67). Ver: CARVALHO FILHO, José S. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

⁷³ Complementado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

De acordo com Prieto (2005, p. 105), a fundação “instituída pelo poder público caracteriza-se por ser um patrimônio, total ou parcialmente público, a que a lei atribui personalidade jurídica de direito público ou privado, para consecução de fins públicos”. Ao passo que instauração de uma fundação de natureza pública implica em atribuições, controle, fiscalizações e até mesmo limites inerentes a qualquer órgão da administração direta ou de autarquias. Do outro lado, se a natureza jurídica da fundação for privada ela se submete a um regime híbrido: “público e privado ao mesmo tempo – organização e funcionamento estatutária e de registro conforme Código Civil, mas necessidade de realizar licitação pública, por exemplo” (PRIETO, 2005, p. 105).

Assim caracterizava-se a UFU, a Lei nº 6.532/1978 atribuiu personalidade jurídica de direito privado à universidade, para prestar um serviço público de educação superior. Os bens patrimoniais doados à União, quando houve a federalização, são provenientes tanto de doações particulares, quanto doações feitas por órgãos públicos, além de aquisições por meio de verbas recebidas tanto por subvenções e dotações públicas quanto por mensalidades e taxas pagas pelos particulares.

As universidades fundacionais compunham a política educacional do governo dos militares, pois, diferentes das universidades autárquicas, deveriam buscar recursos em parcerias com a comunidade local, regional e nacional. Uma política para a educação respaldada nos estudos de Rudolph Atcon, cujo modelo administrativo ideal para as universidades era o da empresa privada em detrimento da repartição pública, nas palavras de Atcon: “conseguir o máximo de rendimento com a menor inversão de dinheiro” (1966, p. 4). De acordo com ele, “é um fato inescapável de que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não uma repartição pública”, portanto “um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira, tem que se dirigir ao propósito de implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não do serviço público” (ATCON, 1966, p. 82).

A Universidade Federal de Uberlândia serviria como um experimento, que posteriormente se adequaria às demais instituições federais, interpretação coadunada pelo relato do professor Gladstone, mencionado anteriormente. Uma universidade que exigia da comunidade externa uma coparticipação na manutenção de suas atividades; previa dotações orçamentárias oriundas de entes externos à União, o ensino pago, uma hierarquização administrativa e a normatização acadêmica exercidas pelo MEC.

O ex-diretor do DAU, Edson Machado de Souza, traz o seguinte argumento:

Sempre achei que a Universidade de Uberlândia poderia ser um exemplo para outras Universidades do Brasil, porque ela já nasceu de um esforço da comunidade no sentido de obter meios de sobrevivência. Sempre pareceu que uma boa universidade além de receber verbas do governo federal que se destinaria principalmente para manter seu pessoal, a sua carreira docente, ela poderia também captar recursos junto à comunidade. E uma das coisas que sempre me preocupou, no caso específico de Uberlândia, tendo em vista a sua história passada, era que a partir do momento em que a Universidade fosse tida como federal, a comunidade retirasse o apoio que até então vinha prestando. (CAETANO; DIB, 1988, p. 225)

O início da UFU foi marcado pelo empenho dos grupos dominantes locais em instituir uma universidade no município, não seremos ingênuos em afirmar que os interesses particulares estiveram fora do processo, contudo, as lideranças locais souberam se movimentar e exigir do governo federal (democrático e, sobretudo, dos militares) responsabilidades pelo custeio e manutenção do ensino superior implantado.

Em 1978 o presidente Figueiredo, quando esteve em Uberlândia, prometeu que, ao assumir a presidência do país garantiria aos alunos a gratuidade do ensino na UFU. Ele cumpriu sua promessa, conforme matéria a seguir.

Figura 36 - Jornal O Triângulo, 16 de novembro de 1978 – Fim das Anuidades na Universidade Federal de Uberlândia

PORTO PAGO
AUTORIZ. Nº 12 DR-URA
IMPRESSO CATEGORIA 1
AG. DE UBERLÂNDIA-MG.

O TRIANGULO
— Propriedade da "Empresa Gráfica Triângulo S/A" —

Uberlândia — quinta-feira, 16 de novembro de 1978 Número 4.127

ANO 50
CIRCULAÇÃO REGIONAL

Reitor da Universidade anunciou o fim do pagamento das anuidades pelos estudantes

O general João Baptista Figueiredo, ao pronunciar seu discurso no Parque de Exposições do Sindicato Rural, declarou que ao tomar posse iria resolver o problema do pagamento das anuidades pelos alunos da Universidade Federal de Uberlândia. O assunto foi depois abordado pelo deputado Homero Santos que contou com o apoio do vice-presidente eleito, Aureliano Chaves, e, segundo informações do deputado uberlandense, o general prometeu destinar recursos para acabar com o pagamento das anuidades.

Sábado passado, através do TV Triângulo, o reitor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho informou que após reivindicação do deputado Homero Santos, junto ao presidente e vice-presidente eleito, João Baptista Figueiredo e Aureliano Chaves, estou satisfeito em saber da decisão do futuro presidente, em suplementar à Universidade Federal de Uberlândia, recursos necessários à sua manutenção, tornando possível a dispensa do pagamento das anuidades, que dar-se-á, portanto, após a posse do novo presidente.

Falando na ocasião, o deputado Homero Santos disse que «confero so que esta notícia dado agora pelo nosso reitor, Dr. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, foi realmente motivo de muita alegria para mim, porque ao pedir a S. Excia. o Sr. presidente Figueiredo e ao vice-Aureliano Chaves, recebi deles a confirmação de que após a posse, eles poderão suplementar a verba da Universidade, tornando possível o cancelamento do pagamento das anuidades pelos estudantes, medida que tor na efetiva a federalização da Universidade de Uberlândia, que foi projeto de nossa autoria. É mais uma conquista do povo de Uberlândia».

A Retoria da Universidade prestou homenagem ao deputado pelo seu trabalho em favor do Ensino Universitário na região e na cidade. A solenidade, presidida pelo reitor Gladstone Rodrigues da Cunha foi realizada no salão nobre da Faculdade de Direito, com a presença de todos os diretores de Centros de Ensino da Universidade, professores e chefes de setores.

Na ocasião, o professor Jacy de Assis, diretor da Faculdade de Direito, lembrou a luta travada por ele e pelo deputado Homero Santos, para implantar a primeira escola superior em Uberlândia. O diretor da Escola de Medicina, Dr. Arnaldo Godoy de Souza, entregou uma placa de prata em nome da UFU ao deputado, como sinal de agradecimento, por seus esforços em favor da implantação da Universidade em Uberlândia.

A mãe do deputado Homero Santos, dona Jovelina dos Santos foi também homenageada com um ramallete, que recebeu das mãos do professor Jacy de Assis, também simbolizando os agradecimentos da comunidade universitária de Uberlândia.

Fonte: Jornal O Triângulo (1978j).

Transcrição da matéria veiculada:

Reitor da Universidade anunciou o fim do pagamento das anuidades pelos estudantes

O general João Baptista Figueiredo, ao pronunciar seu discurso no Parque de Exposições do Sindicato Rural, declarou que ao tomar posse iria resolver o problema do pagamento das anuidades pelos alunos da Universidade Federal de Uberlândia. O assunto foi depois abordado pelo deputado Homero Santos que contou com o apoio do vice-presidente eleito, Aureliano Chaves, e, segundo informações do deputado

uberlandense, o general prometeu destinar recursos para acabar com o pagamento das anuidades.

Sábado passado, através da TV Triângulo, o reitor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho informou que “após reivindicação do deputado Homero Santos, junto ao presidente e vice-presidente eleitos, João Baptista Figueiredo e Aureliano Chaves, estou satisfeito em saber da decisão do futuro presidente, em suplementar à Universidade Federal de Uberlândia, recursos necessários à sua manutenção, tornando possível a dispensa do pagamento das anuidades, que dar-se-á, portanto, após a posse do novo presidente”.

Falando na ocasião, o deputado Homero Santos disse que “confesso que esta notícia dada agora pelo nosso reitor, Dr. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, foi realmente motivo de muita alegria para mim, porque ao pedir a S. Excia, o Sr. presidente Figueiredo e ao vice Aureliano Chaves, recebi deles a informação de que após a posse, eles poderão suplementar a verba da Universidade, tornando possível o cancelamento do pagamento das anuidades pelos estudantes, medida que torna efetiva a federalização da Universidade de Uberlândia, que foi projeto de nossa autoria. É mais uma conquista do povo de Uberlândia”.

A Reitoria da Universidade prestou homenagem ao deputado pelo seu trabalho em favor do Ensino Universitário na região e na cidade. A solenidade, presidida pelo reitor Gladstone Rodrigues da Cunha foi realizada no salão nobre da Faculdade de Direito, com a presença de todos os diretores de Centros de ensino da Universidade, professores e chefes de setores.

Na ocasião, o professor Jacy de Assis, diretor da Faculdade de Direito, lembrou a luta travada por ele e pelo deputado Homero Santos, para implantar a primeira escola superior em Uberlândia. O diretor da Escola de Medicina, Dr. Arnaldo Godoy de Souza, entregou uma placa de prata em nome da UFU ao deputado, como sinal de agradecimento, por seus esforços em favor da implantação da Universidade em Uberlândia.

A mãe do deputado Homero Santos dona Jovelina dos Santos foi também homenageada com um ramallete, que recebeu das mãos do professor Jacy de Assis, também simbolizando os agradecimentos da comunidade universitária de Uberlândia.

A universidade passa a ser gratuita, uma fundação de natureza privada prestando um serviço público com patrimônio e recursos públicos, portanto, uma universidade pública. Assim se caracteriza a Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

6.5 Um lugar para a instituição

A constituição de uma cidade universitária fazia parte do ideário de grupos pertencentes à comunidade uberlandense, representado por seus políticos, antes mesmo das faculdades se consolidarem, o que levou a Câmara Municipal a aprovar a Lei nº 783 de 23 de outubro de 1959, que cria a cidade universitária. Pela lei aprovada, a cidade universitária seria construída em uma área doada pela Prefeitura, próxima de onde hoje está o Praia Clube, com recursos municipais.

Fax-símile da Lei n.º 783 de 23 de outubro de 1959

LEI n.º 783, de 23 de outubro de 1959

Cria a Cidade Universitária e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Uberlândia decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Cidade Universitária de Uberlândia em terrenos da Prefeitura, na Pedreira n.º 1 e tôda área circunjacente.

Art. 2º - A área da cidade Universitária de Uberlândia será delimitada pelo serviço competente da Prefeitura, que traçará ruas e cuidará da sua urbanização.

Art. 3º - Dentro da Cidade Universitária de Uberlândia serão destinadas áreas para a construção de faculdades, dando-se preferência, no momento à Faculdade de Direito, já criada, e subseqüentemente às de maior interesse para a região.

Art. 4º - O Município incluirá em seus orçamentos, em 4 anos consecutivos, em subvenções extraordinárias, a quantia de Cr\$300.000,00 para a Faculdade.

§ Único – As Escolas de nível superior que se fundarem e legalmente funcionarem gosarão, em igualdade de condições, do mesmo benefício.

Art. 5º - As escolas beneficiadas com a presente lei colocarão à disposição do Município 10 (dez) bolsas de estudo, cada uma, que serão indicadas, no preenchimento, pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - As despesas com a criação da Cidade Universitária de Uberlândia, abertura de ruas e competente urbanização, correrão por doação própria do orçamento de 1960.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Uberlândia, 23 de Outubro de 1959.

Moacyr Lopes de Carvalho
Presidente em exercício

Fonte: Prieto (2005).

A lei não foi revogada até então, apesar de ter perdido sua eficácia e a universidade ter trilhado outros caminhos.

A doação de terras e de recursos financeiros para a implementação do ensino superior era incentivada pela imprensa, de forma que os jornais de grande circulação local conduziam campanhas em prol dessas doações para que as faculdades pudessem se consolidar e novas faculdades se instalassem no município. É o que nos mostra a matéria intitulada “A Faculdade de Engenharia necessita de prédio para funcionar” do Jornal O Triângulo, em 17 de fevereiro de 1963.

A lei que autoriza o funcionamento da Faculdade de Engenharia em Uberlândia, num de seus artigos, esclarece que o prédio para as instalações de mais esta faculdade na

Cidade Jardim deve ser doado pelos uberlandenses. Sabemos que há em nossa cidade homens progressistas e trabalhadores que desejam ver essa metrópole galgar a passos largos em seus melhoramentos. Agora, mas esta oportunidade de unirem corifeus dessas boas causas da Cidade Jardim, é oferecer esse prédio para mais esta faculdade. [...] É de conhecimento de todos que existem homens que podem fazer essa doação, contribuindo com mais essa realização para com a nossa próspera cidade, sem alterar suas economias. Vocês homens deste quilate, não deixem mais prorrogar esta instalação. Uberlândia, esta terra generosa e acolhedora, merece o apoio de seus filhos. Tudo o que for feito em prol da grandeza dessa admirada terra, ainda é pouco para alcançar o almejado para essa rica comuna. Você que está lendo este apelo e pode oferecer essa dádiva, não espera amanhã para concretizar essa contribuição à essa Uberlândia. Concretize hoje. Você certamente compreenderá logo qual será o resultado. Uberlândia, Minas, o Brasil, ficarão gratos. Os uberlandenses receberão de suas mãos, com rigor e aplausos, a sua generosidade. (JORNAL O TRIÂNGULO, 1963, p. 1)

As doações também eram noticiadas e condecorava-se os doadores: “A Cidade Universitária será um conjunto de seis edifícios que se erguerão no bairro Santa Mônica ao lado do edifício da Escola de Engenharia [...]. O terreno foi doado pela família Segismundo Pereira” (JORNAL CORREIO UBERLÂNDIA, 1964a, p. 4).

A imprensa não só apoiava como cobrava o incremento de um espaço para os cursos superiores em Uberlândia. Em 13 de agosto de 1967, o Jornal Tribuna de Minas trazia a manchete: “A Cidade Universitária é esquecida”, relatando que a ideia de criação de uma cidade universitária não era mais pautada pela comunidade.

Figura 37 – Jornal Tribuna de Minas, 13 de agosto de 1967 – A Cidade Universitária é esquecida

TRIBUNA DE MINAS

Diretor: Ruy do Nascimento UBERLÂNDIA, domingo, 13 de agosto de 1967 — ANO II — N.º 192 Redator — Pericles Goulart.

A Cidade Universitária é Esquecida

Hoje vamos discutir um assunto que parece completamente esquecido de muita gente. Trata-se da Cidade Universitária, que há muito tempo, foi estudada e colocada em pauta até mesmo pelo nosso legislativo, com leis que a aprovaram. Muita coisa se falou há cinco anos atrás.

Uma comissão foi organizada para cuidar do assunto da criação e fundação da Cidade Universitária, composta de elementos os mais atuantes em vários setores de atividades. Uma grande área foi doada para a instalação de todas as nossas faculdades, para a composição da Cidade Universitária. A área ainda está completamente limpa de construção, na expectativa de que, os homens que querem a Cidade Universitária, a queiram no terreno prático e não apenas teórico.

DR JACY DE ASSIS

Depois que o dr Jacy de Assis, illustre diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia, foi nomeado Procurador Geral do Estado de Goiás, assumindo consequentemente o cargo, o trabalho em nível da construção da Cidade Universitária foi esquecido por completo. Era ele o maior incentivador da luta para a realização do núcleo que vai congregará num local, todas as escolas de ensino superior.

De público queremos cumprimentar o dr Jacy de Assis pois que, o seu trabalho representou muita coisa para a tomada de posição no sentido da Cidade Universitária.

AO TRABALHO

Lamentamos que a iniciativa de muitos uberlandenses de visão e desercínio, não venha encontrando por parte de muitos também, o merecido apoio para a edificação o mais rápido possível, de nossa Cidade Universitária. É preciso uma recuperação da luta, para que a ideia da Cidade Universitária não se perca na expectativa improduti-va. O trabalho não pode ser deixado às margens do caminho já encostado. Acreditamos e com justas razões, que este trabalho a todos os níveis, que fazemos aluzio será retomado com vigor e vontade por um grande número de homens, resolu- tos no sentido da criação da Cidade Universitária.

Escola Fazenda Rio das Pedras

BALANCETE

Na edição do dia 6 passado, o nosso confrade, Correio de Uberlândia publicou em sua sexta página, um balanço da Fazenda Escola Rio das Pedras, fazendo um apenso da composição, e sim do conteúdo da Escola Rio das Pedras.

P o s s u i m o s em nossos escritórios, o original do balanço, te publicando em nosso jornal, onde pode ser constatada a fidelidade do mesmo. Portanto,

SUBETRIM Ainda é Assunto

A Assembléia Econômica da Presidência da República deu parecer sobre o Projeto do deputado uberlandense setri-

Transcrição da matéria veiculada:

A Cidade Universitária é Esquecida

Hoje vamos focalizar um assunto que parece completamente esquecido de muita gente. Trata-se da Cidade Universitária, que há muito tempo, foi estudada e colocada em pauta até mesmo pelo nosso legislador com leis que aprovaram. Muita coisa se falou há cinco anos atrás.

Uma comissão foi organizada para cuidar do assunto da criação e fundação da Cidade Universitária, composta de elementos os mais atuantes em vários setores de atividades. Uma grande área foi doada para a instalação de todas as nossas faculdades, para a composição da Cidade Universitária. A área ainda está completamente limpa de construção na expectativa de que, os homens que querem a Cidade Universitária, a queiram no terreno prático e não apenas teórico.

DR. JACY DE ASSIS

Depois que o dr. Jacy de Assis, ilustre diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia, foi nomeado Procurador Geral do Estado de Goiás, assumindo conseqüentemente o cargo, o trabalho em prol da construção da Cidade Universitária foi esquecido por completo. Era ele o maior incentivador da luta para a realização do núcleo que vai congrega num local, todas as escolas de ensino superior.

De público queremos cumprimentar o dr. Jacy de Assis pois que, o seu trabalho representou muita coisa para a tomada de posição no sentido da Cidade Universitária.

AO TRABALHO

Lamentamos que a iniciativa de muitos uberlandenses de visão e descortínio, não venha encontrando por parte de muitos também, o merecido apoio para a edificação o mais rápido possível, de nossa Cidade Universitária. É preciso uma recuperação de luta, para que a idéia da Cidade Universitária, não se perca na expectativa improdutivo. O trabalho não pode ser deixado as margens do caminho já acertado. Acreditamos e com justas razões, que este trabalho a que fazemos alusão será retomado com vigor e vontade por [...] de homens resolutos no sentido da realização da Cidade Universitária.

Contudo, é necessário pontuar alguns elementos que caracterizaram a ocupação de espaços físicos pelas escolas e faculdades e depois pela universidade. Prieto (2005) afirma que a constituição dos territórios que a universidade ocupa hoje foram determinados por quatro elementos, são eles: o surgimento de escolas autônomas, isoladas e com patrimônio próprio; o interesse imobiliário determinante da localização dos espaços; a ausência de planejamento institucional; e a precariedade das instalações físicas.

6.5.1 O surgimento de escolas autônomas, isoladas e com patrimônio próprio

No processo de criação dos cursos superiores em Uberlândia os espaços foram ocupados de maneira improvisada, por meio de doações de imóveis tanto da iniciativa privada quanto de entidades públicas, além de aluguéis dispersos no município. Os cursos demandavam poucos espaços, contudo com as faculdades em funcionamento e seu ajuntamento em uma universidade houve o aumento da pressão por espaços adequados e capazes de comportar a estrutura universitária e sua iminente expansão.

O Dr. Arnaldo Godoy de Souza⁷⁴ opina que:

Não resta dúvida de que a não formação de um só campus é devida à formação inicial. Primeiro foram faculdades criadas em casas particulares, como de Direito; a de Filosofia foi criada num colégio de Irmãs; a Faculdade de Engenharia foi um antigo prédio do colégio dos padres; quer dizer, cada qual localizada num ponto isolado. E quando se pensou numa universidade, elas já estavam isoladas. (CAETANO; DIB, 1988, p. 336)

A implementação da UnU, em 1969, fomentou a ânsia por um espaço único de agregação e integração de todos os cursos universitários, despertando a intenção de parte da comunidade universitária em promover medidas para patrocinar a integração física com a integração acadêmica. Entretanto, não houve entendimento sobre qual seria esse lugar único, segundo o professor Antonino Martins da Silva:

A criação da Escola de Medicina e a doação das terras para a sua construção no Umuarama gerou a primeira discussão aqui nesta cidade a respeito da futura Universidade que se pretendia e a importância de ter um único lugar pra funcionar essa universidade. Mas a escola de medicina recebeu doações de terras 4 ou 5 quadras somente lá em cima. A Faculdade de Engenharia estava instalada aqui em 105m² de área, mas só havia aquele prédio ali no Mineirão, onde era o colégio Salesiano. Naquela época, discutiu-se onde é que íamos fazer a Faculdade de Engenharia, onde é que íamos fazer a Universidade, porque a Escola de Medicina também estava começando a suas construções. Então houve a tentativa de fazer tudo num lugar só. Infelizmente não houve entendimento. É que para colocar a Escola de Medicina aqui, teríamos que expandir a área e não havia dinheiro. Para fazer a Engenharia lá era longe demais, seis quilômetros do centro da cidade e naquela época era longe mesmo, não tinha nada ali. Precisava-se também expandir aquela área e, realmente, não existia essa possibilidade de expansão. Então não houve entendimento entre as partes. Depois, era uma fundação particular. aqui era federal, havia uma série de questões complicadas. As pessoas não se entenderam e no ano de 1973 começamos a construir aqui e lá. (CAETANO; DIB, 1988, p. 314)

Assim, deu-se início à construção de dois espaços para a Universidade: o campus Santa Mônica e o campus Umuarama, além do espaço adquirido para a Faculdade de Educação Física, o antigo clube Napoleão, que após ser reestruturado transformou-se no campus Educação Física.

⁷⁴ Fundador e ex-diretor da Escola de Medicina. Entrevista gravada ao Projeto Pró-memória UFU em 1988. A entrevista está disponível no CDHIS.

Figura 38 - Campus Santa Mônica, 1970



Vista aérea do Campus Santa Mônica - Acervo CDHIS, década de 1970.

Fonte: Acervo CDHIS.

Figura 39 - Campus Umuarama, 1980



Fonte: Acervo CDHIS.

Figura 40 - Campus Educação Física, 1980



Fonte: Acervo CDHIS.

6.5.2 O interesse imobiliário determinante da localização dos espaços

Os campi Santa Mônica e Umuarama surgiram por meio de doações da comunidade de Uberlândia, essencialmente de proprietários de extensas áreas no município; a Urbanizadora Segismundo Pereira foi responsável pela doação no Santa Mônica e a Imobiliária Bom Jardim no Umuarama. Vale ressaltar que a imprensa uberlandense adotou o papel de enaltecer as doações feitas como ato de desprendimento, de nobreza, não proferindo sobre quaisquer outras motivações que poderiam estar por trás de tais atos.

Contudo, é necessário ponderar que a consolidação dos espaços pertencentes hoje à universidade veio, para além do desprendimento de muitos indivíduos que se envolveram no projeto desenvolvimentista da cidade, de doações que tinham como característica o interesse imobiliário que permeava a instalação de um campus universitário em determinada localidade.

O interesse imobiliário sempre esteve estreitamente relacionado com a implantação de equipamentos públicos e grandes empreendimentos urbanos. Esses grandes investimentos em áreas específicas de uma cidade trazem grandes valorizações imobiliárias que beneficiam os proprietários de terras. (PRIETO, 2005, p. 119)

Nesse cenário, prevalecia o interesse de proprietários imobiliários em levar as escolas superiores e a universidade para áreas onde se constituiriam futuros loteamentos residenciais, atraindo investidores e moradores e valorizando suas propriedades. Ou seja, as doações das terras para a instalação dos futuros campi Santa Mônica e Umuarama foram realizadas tendo em vista o planejamento de loteamentos das terras adjacentes.

De acordo com o Professor José Olympio de Freitas,

O início da Universidade foi marcado pela disputa dos donos de loteamento em Uberlândia para localizar a Universidade. O campus Santa Mônica foi aí localizado

porque a família Pereira, proprietária da firma que estava fazendo o loteamento do Santa Mônica, atraiu a instalação do curso de Engenharia com a doação de áreas. Houve uma vinculação estreitada administração municipal com o processo de loteamento da cidade. Uberlândia é uma cidade muito curiosa, porque os donos de loteamentos tiveram um peso político muito grande. Praticamente todos os prefeitos foram donos de loteamentos [...]. Então, é engraçado esse processo, pessoas com patrimônio grande na periferia da cidade e que tinham interesse em seu desenvolvimento, logicamente, mas que tinham também interesse pessoal em desenvolver o seu loteamento. Tanto assim que a área do Umuarama, uma área nobre, foi doada pelo dono do loteamento, o Rui Santos, cunhado do Virgílio Galassi que se tornou prefeito depois. Havia um interesse muito grande em sediar as faculdades isoladas que tinham expectativa de crescimento e desenvolvimento, propiciando o loteamento das periferias. (CAETANO; DIB, 1988, p. 330-332)

Segundo o professor Antônio Andrada Prieto⁷⁵,

Se analisarmos a história de Uberlândia, o seu crescimento foi sempre em função do interesse imobiliário. Por que a Engenharia está no Santa Mônica? Tecnicamente seria o melhor lugar? Não, inclusive houve estudos, na época, não tenho como fazer referência, mas eu tenho notícia de que houve estudos de uma comissão técnica, por exemplo, do MEC que dizia o seguinte: **que todo campus universitário teria que ser no sentido oposto ao crescimento geográfico da cidade.**

Então, pelo estudo da época, o ideal para a Universidade seria, por exemplo, a Tubalina, Caraíba, qualquer coisa assim. A cidade crescia para o lado oposto. Mas não vamos julgar a validade disso. O fato é que na época precisava-se instalar uma Faculdade de Engenharia. Então os donos do loteamento aqui no Santa Mônica naturalmente viram a oportunidade de fazer um crescimento populacional, o assentamento demográfico da sua área de loteamento. E assim deve ter sido o raciocínio que precedeu à doação. (CAETANO; DIB, 1988, p. 332, grifos nossos)

E sobre a área do Umuarama diz:

Quando foram fazer a Escola de Medicina, também os donos dos lotes, do que é hoje o Jardim Umuarama, entenderam que era uma oportunidade e doaram os terrenos. Depois houve pessoas que doaram os prédios. Enfim, é por isso que os câmpus ficaram separados. O Umuarama é um lugar bom para um campus? Acho que é o pior que podia haver. Você tem tudo o que não podia ter perto de um hospital: tem ferrovia passando, cidade industrial poluindo, rodovia interrompendo o fluxo. Mas na época era o lugar que havia porque não tinha dinheiro. (CAETANO; DIB, 1988, p. 334)

Para contextualizar o relato dado pelo professor Antônio Andrada Prieto, quando ele diz que era orientação do MEC “que todo campus universitário teria que ser no sentido oposto ao crescimento geográfico da cidade”, Cunha (1989, p. 100) traz que a localização das universidades, quando da instalação das primeiras cidades universitárias, transferindo as universidades para os campi – inspiradas nos campi das universidades norte-americanas – implicava em um movimento de integração e segregação. A reunião das escolas e faculdades

⁷⁵ Professor do Departamento de Ciências Contábeis e ex-secretário Municipal, em entrevista gravada ao Projeto Pró-memória UFU em novembro de 1987.

demandava grandes espaços, disponíveis nas periferias das cidades, fazendo com que os campi fossem retirados dos centros citadinos, impactando na questão da urbanização.

Prieto (2005) defende o argumento que a expansão urbana de Uberlândia se deu pela proliferação de loteamentos, valorizados por uma política, quase governamental, de especulação imobiliária, período que coincide com a implementação da Escola de Medicina no bairro Umuarama e a consolidação da Faculdade de Engenharia no bairro Santa Mônica e doação de vasta área contígua a ela para a universidade.

O autor complementa:

A especulação imobiliária como forma de valorizar os terrenos da cidade é um dos maiores problemas urbanos, sobretudo pelas relações promíscuas entre os agentes públicos e proprietários das glebas urbanas. Uberlândia é um caso exemplar dessa relação. Desde a década de 1970, poucos prefeitos – dos últimos apenas Zaire Resende que administrou a cidade duas vezes – não eram proprietários de imobiliária. (PRIETO, 2005, p. 121)

É notório que o município de Uberlândia reuniu o interesse imobiliário dos particulares em valorizar suas terras, com a atuação do poder público municipal; a construção dos campi universitários – receptores de grande investimento público – valoriza as propriedades privadas adjacentes a eles.

As imagens abaixo mostram os campi Santa Mônica, Umuarama e Educação Física após a consolidação da Universidade Federal de Uberlândia e deixam explícita a urbanização em todo o entorno.

Figura 41 - Campus Santa Mônica



Fonte: Acervo UFU.

Figura 42 - Campus Umuarama



Fonte: Acervo UFU.

Figura 43 - Campus Educação Física



Fonte: Acervo UFU.

Portanto, a localização dos campi da UFU foi escolhida de forma a valorizar propriedades particulares de grupos políticos da cidade, a Urbanizadora Segismundo Pereira – responsável pela doação dos terrenos no bairro Santa Mônica – tinha como proprietário Raul Pereira, que foi prefeito da cidade; já a Imobiliária Bom Jardim – doadora dos terrenos no bairro Umuarama – pertencia a Rui Santos, cunhado de Virgílio Galassi, também ex-prefeito de Uberlândia.

6.5.3 A ausência de planejamento institucional

A UFU experienciou aquilo que comumente aconteceu em diversas universidades brasileiras: a ausência de um planejamento institucional.

Contudo, para se haver um planejamento institucional, primeiro seria necessário existir uma instituição, e no caso da UFU o que havia eram várias faculdades autônomas aglutinadas sob a forma de uma universidade, sob a ingerência de políticos locais e do governo militar, preocupados em atender os membros da elite uberlandense, de convencer a comunidade macro dos benefícios de suas ações e aumentar o eleitorado. Importante repetir aquilo que em momento anterior foi escrito neste trabalho: não existe nesta pesquisa a alegação de que a universidade não trouxe benesses para o município e região, e sim a afirmação de que as ações empreendidas foram à revelia da participação da maior parte dos cidadãos.

A ausência de um planejamento estrutural físico para a universidade refletiu de forma negativa na ocupação dos espaços no município. O ex-arquiteto da UFU, Paulo de Freitas, relata que:

Tudo que nasce de uma forma desordenada, sem projeto, na medida que vai atendendo às necessidades, vai se expandindo, evidentemente, da mesma forma. Essa expansão, por não ter tido um plano diretor, vai com o tempo aumentando essa área física construída e vai gerando conflitos porque não existe uma definição. (CAETANO; DIB, 1988, p. 370-371)

As circunstâncias e as urgências do cotidiano substituíram o planejamento, sendo que ficou sob a incumbência da administração superior quais as prioridades a serem atendidas. Paulo de Freitas, arquiteto, atesta a afirmação,

Os blocos foram construídos, foram sendo edificadas na medida da necessidade de cada curso, havendo esfacelamento do plano. Isso pode ser constatado no Umuarama e no campus Santa Mônica, apesar de que, evidentemente, os blocos atendem às necessidades de cada curso. A Universidade se constitui a partir de um aglomerado de faculdades. E esse espírito de unidades isoladas permaneceu durante certo tempo e foi o que causou esse esfacelamento. (CAETANO; DIB, 1988, p. 352)

O primeiro Plano Diretor Físico da UFU foi elaborado pela primeira vez em 1991, quando os três campi – Santa Mônica, Umuarama e Educação Física – já estavam consolidados.

6.5.4 A precariedade das instalações físicas

A ausência do planejamento físico para a universidade – entendendo a redundância de que não houve sequer planejamento para a universidade – acarretou a constituição de espaços inadequados para funcionamento dos cursos. Ora por serem improvisados que se tornaram quase que permanentes, como é o caso da Faculdade de Direito, que permaneceu por quinze anos em uma antiga residência particular, ora pela construção de blocos mais baratos e mais fácil de serem edificadas, porém com arquitetura inapropriada. Em outros casos, projetos de obras grandiosas e modernas sequer saíram do papel, a exemplo do Hospital de Clínicas e da Faculdade de Engenharia.

Para além desses elementos que conduziram a ocupação dos espaços físicos da UFU, é necessário ponderar também que na conjuntura nacional havia o receio de que a unificação de todos os estudantes em um só espaço aumentaria os riscos de resistência política contra o governo dos militares. Gomes, Warpechowski e Sousa Netto (2003, p. 26) argumentam que a natureza da divisão das universidades em três campi foi uma decisão política tomada para minorar os efeitos da unificação dos estudantes em um só espaço:

Essa decisão, em parte, é costumeiramente justificada pela doação dos terrenos. Mas, na verdade, havia o receio de que a proximidade pudesse favorecer a unificação dos estudantes, aumentando os “riscos” de reivindicações políticas e sublevações contra o regime militar – conforme estava acontecendo no resto do país.

Essa argumentação é embasada no contexto político em que o ensino superior em Uberlândia é desenvolvido, sob a égide do governo militar, quando as universidades se configuravam como foco de resistência ao regime político vigente.

Contudo, de acordo com os relatos de personagens que vivenciaram o processo de consolidação dos espaços da UFU, muitos constantes aqui nesta pesquisa, o espaço fragmentado da universidade é resultado de movimentações e decisões políticas locais, influenciadas principalmente por razões de ganhos e investimentos financeiros da elite local.

A desarticulação do movimento estudantil era pauta do governo militar, conforme já mostramos, contudo, estava direcionado a estimular a consolidação dos espaços universitários afastados dos centros das cidades, o ideal era que as universidades fossem inseridas em campus suburbanos e/ou em cidades do interior.

No caso da UFU, a conjuntura de sua criação e consolidação apensados aos interesses financeiros da elite local levaram os espaços da Universidade para longe do centro da cidade.

6.6 A importância social da universidade na comunidade uberlandense

A imprensa propagava discursos enaltecedores sobre a importância da universidade para o município de Uberlândia e região, conclamando pela participação do povo e do poder público para promover o engrandecimento da instituição. É o que podemos comprovar na matéria do Jornal Tribuna de Minas que pontuou a importância da Universidade para o desenvolvimento do município, com destaque às conquistas alcançadas desde a criação das primeiras escolas de Ensino Superior e sua atuação beneficiando a cidade com fornecimento de mão de obra qualificada, atendimento médico-odontológico, oportunidades de trabalho, bibliotecas, pronto socorro, hospital, entre outros:

Por que cresce tanto Uberlândia? Essa pergunta é a primeira que ocorre aos visitantes, surpreendidos com o dinamismo do progresso de nossa cidade e com sua expansão notada a olhos vistos. **Já não é desconhecido que muito desse progresso é devido ao espírito laborioso do povo e à visão de suas classes dirigentes**, mas uns anos para cá a grande alavanca do crescimento de Uberlândia pode-se afirmar sem receio de dúvida que é à sua briosa universidade. Sendo uma das mais novas do País, a Universidade de Uberlândia, segundo dados estatísticos recentes fornecidos por ela própria, pode gabar-se das cifras que apresenta, com 5.600 alunos matriculados, um acervo na biblioteca de 40.000 mil volumes que serve à pesquisa de nossos profissionais, com 450 professores de comprovado gabarito e mais de 1.200 dedicados funcionários, com uma área construída de 51.000 m², onde se encontram laboratórios completos, Pronto Socorro, Hospital com 250 leitos e 20 mil atendimentos mensais, Policlínica odontológica com excelente equipamento, Oficina, Marcenaria completa, Laboratórios de Língua, Recursos Audio-visuais, Circuito-fechado de TV, Processamento de Dados, Gráfica, Ginásium de esportes, estádio de futebol, fazenda

experimental, atendimento médico-odontológico aos estudantes. (TRIBUNA DE MINAS, 1977, p. 1)

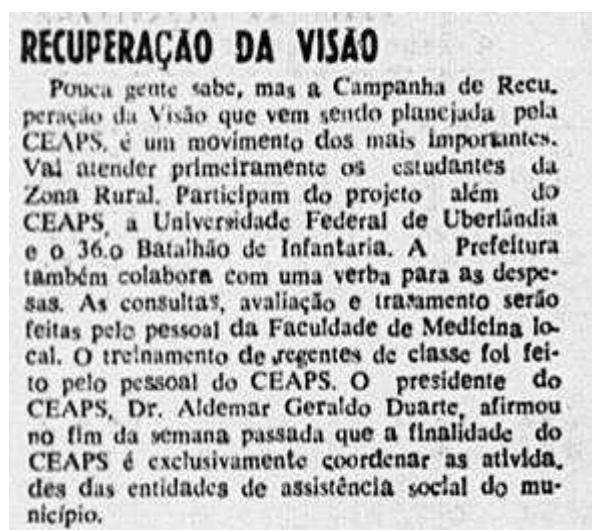
Na reportagem citada é possível averiguar, como comumente acontecia, que o discurso propagado era de que o desenvolvimento da cidade provém da atuação dos grupos dirigentes e do espírito trabalhador de seu povo. Vale ressaltar que no decorrer dessa pesquisa nos deparamos com inúmeras reportagens e relatos que colocaram de forma hegemônica as vontades da comunidade com as ações e intensões da elite local, como se os objetivos fossem os mesmos. Para além disso, a matéria destacou as atividades disponibilizados pela universidade: formar profissionais qualificados e oferecer serviços diretos à cidade.

Durval Garcia, em entrevista concedida ao Projeto Pró-Memória UFU, avaliou a relação de prestação da universidade para com a população uberlandense,

Hoje a universidade cede muito de seu pessoal ao poder público, e de outro lado, em contrapartida, o poder público também cede muita gente sua, aos diversos campos de atuação da universidade. [...] Ela hoje está a serviço dos que a compõem, no sentido de que ela é uma prestadora de serviços ao seu alunado, ela é uma prestadora de serviços aos seus docentes, e ela é um engajamento de trabalho para os seus funcionários, para os seus administrativos. Mas, aquela prestação de serviço aberta em várias áreas, não existe ainda, existe alguma coisa na área da Medicina, na área médica já existe alguma coisa do ponto de vista das pesquisas. A universidade está servindo a sociedade, mas eu acho que ainda falta. (CAETANO; DIB, 1988, p. 17-18)

A despeito do discurso e dos interesses políticos velados no processo de construção do Ensino Superior em Uberlândia é possível afirmar que a criação da UFU tem uma atuação marcante na sociedade uberlandense e na região, além de se configurar como uma grande prestadora de serviços para a comunidade. As matérias do Jornal O Triângulo de 05 de julho e de 11 de novembro do ano de 1978 corroboram com tal afirmação, divulgando ações que envolvem as Faculdades de Medicina e de Odontologia servindo à população.

Figura 44 - Jornal O Triângulo, 05/07/1978 -
Recuperação da visão



Fonte: Jornal O Triângulo (1978g, p. 2).

Figura 45 - Jornal O Triângulo, 11/12/1978 –
Odonto Encerra “Operação Boca Rocha”



Fonte: Jornal O Triângulo (1978k, nº 4.125).

Transcrição das matérias veiculadas:

RECUPERAÇÃO DA VISÃO

Pouca gente sabe, mas a Campanha de Recuperação da visão que vem sendo planejada pela CEAPS, é um movimento dos mais importantes. Vai atender primeiramente os estudantes da Zona Rural. Participam do projeto além do CEAPS, a Universidade Federal de Uberlândia e o 36.º Batalhão de Infantaria. A Prefeitura também colabora com uma verba para as despesas. As consultas, avaliação e tratamento serão feitas pelo pessoal da Faculdade de Medicina local. O treinamento de regentes de classe foi feito pelo pessoal do CEAPS. O presidente do CEAPS, Dr. Aldemar Geraldo Duarte, afirmou no fim da semana passada que a finalidade do CEAPS é exclusivamente coordenar as atividades das entidades de assistência social do município.

ODONTO ENCERRA "OPERAÇÃO BOCA ROCHA"

A Faculdade de Odontologia, dentro do programa de Saúde Bucal, desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia, encerrou anteontem a campanha "Operação Boca Rocha", que teve como principal finalidade, orientar a comunidade em métodos para evitar a cárie dentária.

A campanha foi desenvolvida em várias escolas com aplicação em crianças de um teste à base de violeta de genciana para levantar a incidência de cáries dentárias e esclarecimentos para um tratamento especialmente preventivo.

Os estudantes do segundo ano (quarto período) da Faculdade de Odontologia, orientados por seus professores, realizaram palestras ensinando às crianças como devem escovar os dentes.

Também é possível afirmar que a UFU contribuiu para o desenvolvimento da cultura no município; é o que nos mostram as matérias veiculadas na imprensa e colocadas abaixo:

Figura 46 - Jornal O Triângulo, 09/11/1978 – UnU difunde arte no festival



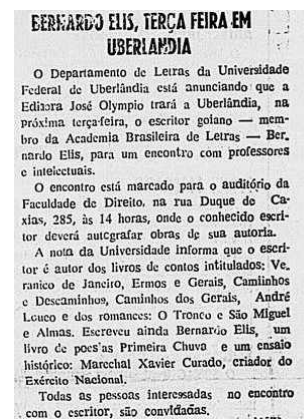
Fonte: Jornal O Triângulo (1978i).

Figura 47 - Jornal O Triângulo, 10/05/1978 – Recital de flauta e piano



Fonte: Jornal O Triângulo (1978i).

Figura 48 - Jornal O Triângulo, 11/06/1978 – Presença do escritor Bernardo Elis



Fonte: Jornal O Triângulo (1978f).

Transcrição das matérias veiculadas:

UnU difunde a arte no festival

O Departamento de Formação Musical e Artes da Universidade Federal de Uberlândia realizou este mês extensa programação visando “dar apoio e promover manifestações artísticas, buscando principalmente transformar a Universidade em um polo de difusão da cultura na região centro-oeste do País”.

Para a realização desse objetivo foram mantidos contatos com artistas de renome e estudadas suas obras, com vista à aquisição de conhecimentos gerais relacionados com a arte contemporânea e assim possibilitar à comunidade regional, especialmente às crianças, um maior conhecimento de arte.

O programa, em forma de festival, está chegando ao fim. Foram promovidos recitais, debates e apresentações de estudantes, além de conferencistas de renome convidados. O encerramento se dá atualmente com os cursos: sobre pintura a cargo do artista José Moraes e “Música nas Américas”, pela pianista uberlandense, Cristina Capparelli.

FLAUTA E PIANO

A extraordinária Marly Bernardes Chaves, Chefe do Departamento de Formação Musical da Universidade de Uberlândia, trouxe-nos ontem mais uma agradável notícia: o recital de flauta e piano por Eliane Salek e Maria Beatriz, dia 29 deste mês, no anfiteatro do Campus Umuarama, da UnFU, às 20 horas. Mais uma promoção do MEC, Funarte, Instituto Nacional de Música e Universidade Federal de Uberlândia.

BERNARDO ELIS, TERÇA FEIRA EM UBERLÂNDIA

O Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia está anunciando que a Editora José Olympio trará a Uberlândia, na próxima terça-feira, o escritor goiano – membro da Academia Brasileira de Letras – Bernardo Elis, para um encontro com professores e intelectuais.

O encontro está marcado para o auditório da Faculdade de Direito, na rua Duque de Caxias, 285, às 14 horas, onde o conhecido escritor deverá autografar obras de sua autoria.

A nota da Universidade informa que o escritor é autor dos livros de contos intitulados: Veranico de Janeiro, Ermos e Gerais, Caminhos e Descaminhos, Caminhos dos Gerais, André Louco e dos romances: O Tronco e São Miguel e Almas. Escreveu ainda Bernardo Elis, um livro de poesias Primeira Chuva e um ensaio histórico: Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional.

Todas as pessoas interessadas no encontro com o escritor, são convidadas.

As matérias aqui divulgadas são exemplos de formas distintas de incentivo à cultura no município: um festival de artes; um recital de flauta e piano; e um encontro com famoso escritor goiano. Ademais, o esporte também configurou uma área de atuação da universidade frente à comunidade uberlandense, é o que nos mostra a matéria abaixo:

Figura 49 - Jornal O Triângulo, 28/04/1978 – Alunos da Faculdade de Educação Física promovem torneio de atletismo

Torneio de Atletismo
<Maria José Mamede>

Os alunos do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade de Uberlândia promoverão um torneio de Atletismo, no Dia 06 de MAIO, às 8 horas, nas dependências da Escola de Educação Física, com a participação dos colégios:

- Escola Estadual de Uberlândia
- C.E. Professor José Ignácio de Souza
- Escola Estadual Bueno Brandão
- C. E. Américo Renê Gianetti
- Escola Estadual Polivalente

Os atletas participantes estão sendo preparados pelos estagiários do 3.º Ano, nas dependências da Escola de Ed. Física.

Este trabalho está sendo feito dentro da cadeira de Prática de Ensino, coordenado pela professora Neusa Barbosa Neto.

Este torneio tem como objetivos principais:

- A — dar ao estagiário do 3.º ano aptidão para organização de um torneio
- B — habilidades para exercer qualquer função num torneio.
- C — proporcionar aos alunos do 1.º e 2.º períodos, estágio de observação.
- D — incentivar mais o Esporte no meio estudantil.

SÓCIMENTO
TUDO PARA SUA CONSTRUÇÃO

Av. Engenheiro Diniz, 1.051
Fone: 234-5329 — Uberlândia — MG.

Fonte: Jornal O Triângulo (1978a, p. 8).

Transcrição da matéria veiculada:

Torneio de Atletismo “Maria José Mamede”

Os alunos do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade de Uberlândia promoverão um torneio de Atletismo, no Dia 06 de MAIO, às 8 horas, nas dependências da Escola de Educação Física, com a participação dos colégios:

- Escola Estadual de Uberlândia
- C. E. Professor José Ignácio de Souza
- Escola Estadual Bueno Brandão
- C. E. Américo Renê Gianetti
- Escola Estadual Polivalente

Os atletas participantes estão sendo preparados pelos estagiários do 3.º Ano, nas dependências da Escola de Ed. Física.

Este trabalho está sendo feito dentro da cadeira de Prática de Ensino, coordenado pela professora Neusa Barbosa Neto.

Este torneio tem como objetivos principais:

- A – dar ao estagiário do 3.º ano aptidão para organização de um torneio
- B – habilidades para exercer qualquer função num torneio.
- C – proporcionar aos alunos do 1.º e 2.º períodos, estágio de observação.
- D – incentivar mais o Esporte no meio estudantil.

A Universidade Federal de Uberlândia está inserida e atuante no município e região. O professor Aaulfo Marques Martins, reitor da UFU nos períodos de 1980 a 1988 (dois mandatos), em entrevista gravada ao projeto pró-memória UFU em 1987, explana:

Temos uma gama de projetos que beneficiam várias áreas da Universidade e isso faz com que a instituição uma atuação marcante na sociedade de Uberlândia e na região.

Se você olhar quanto ao aspecto da saúde, a participação da universidade Federal de Uberlândia é fundamental para que essa cidade e região tenham um programa de saúde para a população. O trabalho do nosso hospital, o trabalho dos nossos ambulatórios, do nosso pronto-socorro é muito conhecido, e as cidades vizinhas se servem disso. A quantidade de pessoas que recebemos em Uberlândia em função da existência Hospital, dos nossos ambulatórios, do nosso pronto-socorro é assombrosa.

Se você focalizar na área de Exatas e Tecnologia, da mesma forma, os trabalhos que os nossos cursos de Engenharia desenvolvem na área tecnológica, são muito importantes. No campo das Letras, das Artes, da mesma forma, não há projeto importante nessa região que não tenha uma participação da Universidade Federal de Uberlândia. Isso há consolidado como uma das instituições mais importantes a nível regional.

Se você analisar do ponto de vista da quantidade de pessoas que emprega, temos hoje quatro mil funcionários. Isso representa uma comunidade de vinte mil pessoas que vive diretamente em função da Universidade. Se você considerar que temos oito mil alunos, nós vamos ter uma outra comunidade, se consideramos que cada pessoa dessas deve estar numa família de cinco pessoas. Se analisarmos apenas o contingente estudantil, são quarenta mil pessoas que indiretamente estariam gravitando em torno da Universidade Federal de Uberlândia. Com os outros vinte mil ligados aos quatro mil funcionários que temos, são sessenta mil pessoas. É uma cidade. Então é uma instituição de muito peso, de muita importância. (CAETANO; DIB, 1988, p. 377)

A narrativa do professor Ataulfo é corroborada pelo depoimento do professor Geraldo de Carvalho⁷⁶,

Acho que o povo de Uberlândia não tem noção da grandeza da universidade, não sabe dos benefícios que ela trouxe para essa cidade em termos de crescimento, densidade demográfica, crescimento econômico-financeiro, porque a Universidade Federal de Uberlândia é a maior empresa que tem essa região em termos de pessoal, de emprego, de dinheiro. A folha de pagamento da universidade é uma fábula e esse dinheiro fica todo aqui. Em termos de atendimento hospitalar, temos o Hospital de Clínicas com 30 mil receitas, 30 mil consultas mensais. Assistência judiciária atende todos os dias 70, 80 pessoas. É o pai que deixa a mulher com filho; pequenos inventários; uma série de coisas e serviços sociais que a universidade oferece. Instalamos aqui em Uberlândia, primeiro que em Belo Horizonte, o juizado de pequenas causas, que tem uma estrutura montada como se fosse um juizado. É a universidade que oferece, a pessoa não paga absolutamente nada. Acho que temos pouca divulgação da universidade. Sei que a população não sabe, por exemplo, que temos aqui Apicultura, Ranicultura, Suinocultura. Poucas pessoas sabem o que as fazendas da Universidade produzem, pouca gente sabe que a universidade é uma potência. (CAETANO; DIB, 1988, p. 384)

A Universidade atua diretamente na sociedade, contudo, apesar do propagado na imprensa e da opinião de alguns de seus integrantes, a avaliação sobre essa relação e as ações impetradas na comunidade não configuram uma unanimidade entre os envolvidos; faz-se necessário considerar que as atividades promovidas estavam aquém da capacidade da instituição. Em entrevista gravada em 1987, Cássia Valéria, então aluna do 8º período do curso de Artes Plásticas, relata:

⁷⁶ Vice-reitor da UFU e professor do Departamento de Direito. Entrevista gravada ao Projeto Pró-memória UFU em novembro de 1987.

Comunidade e universidade não se integram. Por exemplo, a comunidade não fica sabendo o que acontece na universidade, embora a gente tente mandar cartinha para o povo para que ele saiba o que está acontecendo [...]. É como lá em casa: eu tenho meu muro para proteger a casa contra o ladrão, acontece que me protejo de todo o mundo. Eu não me protejo só de ladrão. Eu me protejo do meu vizinho que está do lado. Eu me protejo do meu vizinho que está no fundo, do meu vizinho que está na frente e das pessoas que passam. A universidade é assim. O que se passa aqui dentro é diferente da nossa realidade lá fora. (CAETANO; DIB, 1988, p. 398)

De acordo com o professor Nestor Barbosa de Andrade, ex-reitor da UFU;

Temos visto decantar que a UFU trabalha muito com a sociedade, que tem uma extensão muito grande, que presta diversos serviços e etc., mas ela presta um serviço não transformador, tem uma inserção acomodada na sociedade, apenas revalidando práticas e contradições. E, esse, a meu ver, não é o papel pretendido por uma universidade. Ela acaba, num certo momento, mesmo se formos fazer uma caracterização do papel solicitado pela classe dominante, ela acaba sendo insuficiente, ela acaba sendo retalhada, exatamente porque fica presa a certas práticas e não viabiliza nem sequer o passo modernizador da sociedade. (CAETANO; DIB, 1988, p. 402)

A interação da universidade com a comunidade e o papel que lhe cabe cruzam com as discussões de qual a função da universidade, sua missão e objetivos, discussão apresentada no primeiro capítulo, aludida na composição da Reforma Universitária e que permeou a composição da universidade em Uberlândia, sem, contudo, assumir o protagonismo. Discussão que perpassa décadas e ainda se faz atual.

6.7 A extensão à cidade

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi estabelecida somente na Constituição Federal de 1988. A Reforma Universitária de 1968 estabeleceu a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, a extensão foi referida no artigo 17 como modalidade de curso a ser ofertado:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular;
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso;
- c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;
- d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.** (BRASIL, 1968b, p. 3, grifos nossos)

Estabeleceu ainda no artigo 20 que “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior **estenderão à comunidade**, sob forma de cursos e serviços especiais, as

atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968b, p. 4, grifos nossos).

A Universidade Federal de Uberlândia foi criada essencialmente focada no Ensino, as atividades de pesquisa e extensão tinham caráter secundário, apesar de que seu estatuto, quando houve a federalização, incluía a Pró-reitoria Estudantil e de Extensão e havia proposta de “educar em nível superior, através de um sistema integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão” (MACHADO CARRIJO; MORAES FILHO, 2000, p. 22).

Na UFU, assim como nas outras universidades brasileiras, essencialmente naquelas surgidas na primeira metade do século XX, os projetos de extensão desenvolvidos são, muitas vezes, encarados como prestação de serviços e assistencialismo, como mostrado nas Figuras 44 (Recuperação da visão) e 45 (Odonto Encerra “Operação Boca Rocha”), ilustradas no tópico anterior. Contudo, a extensão se mostra presente também de outra forma, como poderemos averiguar nas matérias colocadas abaixo:

Figura 50 - Jornal O Triângulo, 18/5/1978 – Curso de Extensão Universitária sobre Ensino Religioso

UnU promove curso de ensino religioso

A Pró-Reitoria Estudantil e de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, atendendo solicitação da 26ª Delegacia Regional de Ensino, e com a colaboração da Diocese local, fará realizar no período de 20 de maio a 28 de outubro, aos sábados, um Curso de Extensão Universitária sobre Ensino Religioso. O Curso abordará os temas relacionados com: Religião como fenômeno social; a Filosofia da Religião; História das Religiões; História da Salvação; A Graça; Cristo; A Igreja; Sacramentos; Pedagogia Catequética e Psicologia Religiosa. Os participantes receberão, durante a realização do Curso, apostilas de todas as aulas ministradas e, ao final, um certificado de extensão de curso. As aulas serão ministradas no antigo Colégio Cristo Rei, a Av. Afonso Pena, 1815, no período das 13:30 às 17 horas. Maiores informações na Delegacia de Ensino de Uberlândia.

Fonte: Jornal O Triângulo (1978d, nº 4.006).

Figura 51 - Jornal O Triângulo, 23/05/1979 – Curso de Extensão Universitária sobre subdesenvolvimento

UFU ministra curso sobre Subdesenvolvimento

A Universidade Federal de Uberlândia, através da equipe de Sociologia do Departamento de Estudos Sociais, em convênio com o Projeto Rondon, promoverá um Curso de Extensão Universitária abordando o tema — de grande interesse — «Subdesenvolvimento e Dependência». O Curso, de caráter pioneiro nessa área de estudos em nossa região, será oferecido aos universitários e às pessoas interessadas da comunidade. Os trabalhos serão coordenados pelo professor Francisco de Oliveira, Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — CEBRAP — e se estenderá por toda a semana de 28 de maio a 2 de junho, com palestras e debates no Auditório da UFU no Campus Umuarama, diariamente, às 19 horas. A problemática geral a ser ventilada está relacionada com «classes sociais no Brasil, subdesenvolvimento, dependência, Mercado Interno e Mercado Externo, Endividamento e Multinacionais».

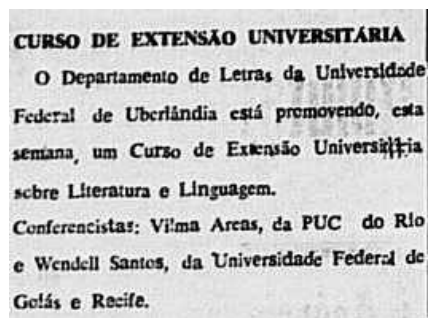
A verificação de aprendizagem para concessão de Certificados, ocorrerá no sábado, dia 2, às 14 horas, no mesmo local. Os universitários terão inscrição gratuita e os não universitários pagarão a taxa de inscrição de 100 cruzeiros, a serem previamente depositados em nome da Universidade Federal de Uberlândia, no banco Comand-gência central.

COMUNICADO

Comunicamos aos nossos clientes, amigos, a praça de Uberlândia e a toda região do Triângulo Mineiro, que, com a finalidade de aperfeiçoar ainda mais a nossa prestação de serviços técnicos, criamos uma DIVISÃO DE CONSULTORIA E PROJETOS e transformamos o escritório de Uberlândia em SEDE REGIONAL. Estamos agora em novo endereço — RUA TENENTE VIRMONTES, 526 — CONJUNTO 112 (ESQUINA COM FLORIANO PEIXOTO) COM ESTE NOVO TELEFONE: 226.0110.

Fonte: Jornal O Triângulo (1979, nº 4.162).

Figura 52 - Jornal O Triângulo, 16/09/1978 – Curso de Extensão Universitária sobre Literatura e Linguagem



Fonte: Jornal O Triângulo (1978h, p. 4).

Transcrição das matérias veiculadas:

UnU promove curso de ensino religioso

A Pró-Reitoria Estudantil e de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, atendendo solicitação da 26ª Delegacia Regional de Ensino, e com a colaboração da Diocese local, fará realizar no período de 20 de maio a 28 de outubro, aos sábados, um Curso de Extensão Universitária sobre Ensino Religioso.

O Curso abordará os temas relacionados com: Religião como fenômeno social; a Filosofia da Religião; História das Religiões; História da Salvação; A Graça; Cristo; A Igreja; Sacramentos; Pedagogia Catequética e Psicologia Religiosa.

Os participantes receberão, durante a realização do Curso, apostilas de todas as aulas ministradas e, ao final, um certificado de extensão de curso.

As aulas serão ministradas no antigo colégio Cristo Rei, a Av. Afonso Pena, 1815, no período das 13:30 às 17 horas. Maiores informações na Delegacia de Ensino de Uberlândia.

UFU ministra curso sobre Subdesenvolvimento

A Universidade Federal de Uberlândia, através da equipe de Sociologia do Departamento de Estudos Sociais, em convênio com o Projeto Rondon, promoverá um curso de extensão Universitária abordando o tema – de grande interesse – “Subdesenvolvimento e Dependência”.

O Curso, de caráter pioneiro nessa área de estudos em nossa região, será oferecido aos universitários e às pessoas interessadas da comunidade.

Os trabalhos serão coordenados pelo professor Francisco de Oliveira, Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP – e se estenderá por toda a semana de 28 de maio a 2 de junho, com palestras e debates no Anfiteatro da UFU no Campus Umuarama, diariamente, às 19 horas.

A problemática geral a ser ventilada está relacionada com “classes sociais no Brasil, subdesenvolvimento, dependência, Mercado Interno e Mercado Externo, Endividamento e Multinacionais”.

A verificação de aprendizagem para concessão de Certificados, ocorrerá no sábado, dia 2, às 14 horas, no mesmo local.

Os universitários terão inscrição gratuita e os não universitários pagarão a taxa de inscrição de 100 cruzeiros, a serem previamente depositados em nome da Universidade Federal de Uberlândia, no banco Comind-agência central.

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia está promovendo, esta semana, um Curso de Extensão Universitária sobre Literatura e Linguagem.

Conferencistas: Vilma Areas, da PUC do Rio e Wendell Santos, da Universidade Federal de Goiás e Recife.

A função da extensão universitária e sua aplicabilidade fizeram parte das discussões do papel da universidade brasileira. O Jornal da Universidade, órgão oficial da UFMG, em julho de 1970, traz o significado da extensão universitária.

Figura 53 - O Jornal da Universidade, julho de 1970 – Significado de Extensão Universitária

A extensão universitária, no seu genuíno significado, visa não só à integração interna da Universidade — fazendo com que esta seja mais aberta e atuante — mas, principalmente, à integração da Universidade em seu meio, propiciando o ajustamento à Comunidade. De modo automático, pois, a instituição torna-se mais acessível e flexível. E porque não fica presa aos padrões habituais, ao ensino rígido, estatuído pelas normas corriqueiras, é possível adquirir dimensão nova. A Extensão é «idéia-fôrça» que vem da própria Universidade e tem por objetivo fazer com que suas portas sejam abertas a todos, alcançando pessoas que jamais sonhariam com o beneficiar-se de suas atividades.

Mas não tem apenas essa direção: «a Universidade para a Comunidade». Também há uma recíproca: possibilitar a «participação da Comunidade na Universidade». E esta é de extrema importância, pois, de modo habitual, — e talvez por culpa da própria Universidade — esta é olhada como algo distante, voltada para si mesma, inatingível. Exatamente por isso a Extensão é idéia generosa e de alcance ilimitado. A Universidade adquire, aos poucos, consciência de seu valor, colocando a Extensão em lugar de relevo. Se a Universidade não quiser ficar fora do mundo que a cerca, não pode limitar-se apenas ao ensino tradicional. Gradativamente, transforma-se o ensino, o nível da graduação, e, de modo intenso, a pós-graduação e a pesquisa vão adquirindo expressão no meio universitário. Mas a Universidade não se moderniza, não se ajusta à realidade, se não der também lugar a Extensão. É o que vem fazendo a Universidade Federal de Minas Gerais, que a considera função básica.

Fonte: O Jornal da Universidade (1970, p. 2).

Transcrição da matéria veiculada:

A extensão universitária, no seu genuíno significado, visa não só à integração interna da Universidade – fazendo com que esta seja mais aberta e atuante – mas, principalmente, à integração da Universidade em seu meio, propiciando o ajustamento à Comunidade. De modo automático, pois, a instituição torna-se mais acessível e flexível. E porque não fica presa aos padrões habituais, ao ensino rígido, estatuído pelas normas corriqueiras, é possível adquirir dimensão nova. A Extensão é “idéia-fôrça” que vem da própria Universidade e tem por objetivo fazer com que suas portas sejam abertas a todos, alcançando pessoas que jamais sonhariam com o beneficiar-se de suas atividades.

Mas não tem apenas essa direção: “a Universidade para a Comunidade”. Também há uma recíproca: possibilitar a “participação da Comunidade na Universidade”. E esta é de extrema importância, pois, de modo habitual, – e talvez por culpa da própria Universidade – esta é olhada como algo distante, voltada para si mesma, inatingível. Exatamente por isso a Extensão é idéia generosa e de alcance ilimitado. A Universidade adquire, aos poucos, consciência de seu valor, colocando a Extensão em lugar de relevo. Se a Universidade não quiser ficar fora do mundo que a cerca, não pode limitar-se apenas ao ensino tradicional. Gradativamente, transforma-se o ensino, o nível da graduação, e, de modo intenso, a pós-graduação e a pesquisa vão adquirindo expressão no meio universitário. Mas a Universidade não se moderniza, não se ajusta à realidade, se não der também lugar a Extensão. É o que vem fazendo a Universidade Federal de Minas Gerais, que a considera função básica.

A Universidade Federal no município de Uberlândia, por meio da extensão, se insere na comunidade de toda região: na área de medicina social foram construídos ambulatórios

periféricos para servir à comunidade; o Hospital de Clínicas passa a atender a comunidade de toda região; a Psicologia passa a ofertar atendimento clínico para a população de baixa renda; o curso de Direito oferece assistência judiciária gratuita à comunidade; na área de Educação, programas de alfabetização foram desenvolvidos junto às escolas; assim como projetos da Faculdade de Educação Física para atendimento de pessoas com deficiência; o departamento de Artes Plásticas desenvolveu projetos para trabalhar com pessoas cegas, com menores em situação de abandono; entre outros (CAETANO; DIB, 1988, p. 378-400). A universidade existe no seio da comunidade, e é necessário que a inter-relação seja constantemente fortalecida.

Contudo, essa relação da universidade com a comunidade em que está inserida desperta a reflexão de que poderia se fazer mais, que existe espaço para uma atuação maior e melhor, é o que nos mostram trechos de entrevistas com alunos e funcionários gravadas em 1987:

A Universidade anda bastante desvinculada da realidade. Ela deveria participar mais da comunidade, não só com a Pró-Reitoria de Extensão (Aluno 7º período curso de Música).

Mas mesmo assim está muito aquém do que deveria ser feito, por uma série de fatores, como a falta de verbas e falta de uma estruturação da Universidade para atender a comunidade à nível de extensão. [...] a distância entre a Universidade e a população se mede em anos-luz, tal é a distância que existe (Aluno do curso de Artes Plásticas). A universidade teria que dar mais assistência para a comunidade, informações, qualquer tipo de informação para o pessoal lá fora e, principalmente, para o pessoal de baixa renda (Funcionário do CETEC). (CAETANO; DIB, 1988, p. 392-399)

O professor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho, ex-reitor da UFU, traz a seguinte avaliação:

Considero que a Universidade Federal de Uberlândia desempenha uma função importante, altamente eficaz dentro da comunidade e acredito que ela crescerá ainda muito, trazendo os benefícios desse crescimento. Hoje vejo que a Universidade Federal, aliás, acho que já tinha consciência disso há muito tempo, é uma instituição de ensino superior que tem que liderar essa região do estado a nível de ensino, a nível de pesquisa, a nível de extensão, pelo seu comprometimento social. E pelo conhecimento que tenho das outras universidades do país, temos condições excepcionais de integração com a comunidade. Nesta universidade, o potencial de aproximação com as pessoas e com a sociedade através do Hospital, com realidade local através das Artes ou através da prestação de serviços à prefeitura municipal ou às prefeituras da região é muito grande, eu diria que é ímpar a sua situação na região do Triângulo Mineiro. E acredito que essa universidade poderia dar exemplo enorme ao país de resposta aos problemas do nosso povo, do nosso meio, da nossa cultura e das nossas dificuldades para superar o subdesenvolvimento, graças a fatores de aproximação muito grandes que aqui existem, e que não se encontram nenhuma outra instituição do país. (CAETANO; DIB, 1988, p. 404)

Outrossim, de acordo com Machado Carrijo e Moraes Filho (2009), mesmo após a Constituição de 1988 garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a

origem dos recursos financeiros para garantir a realização das duas últimas não é indicado, tão somente faz alusão a uma possibilidade de fomento governamental, deixando as universidades com dificuldades para cumprir seu papel social de interação com a sociedade.

6.8 A dissociabilidade do Ensino e da Pesquisa

No momento da criação das faculdades isoladas e o posterior ajuntamento na Universidade de Uberlândia, muitos foram os problemas com o capital humano. Enquanto faculdades isoladas, a maioria dos professores foram contratados como horistas e muitos deles nem ao menos residiam em Uberlândia devido à escassez que havia no município de professores com qualificação para ministrar disciplinas no ensino superior.

Além do mais, os professores contratados ministravam aulas em cursos distintos para melhor aproveitamento, ou seja, a título de exemplificação: um professor do curso de Direito dava aulas na Economia, o professor que ensinava na Engenharia Mecânica ensinava também na Engenharia Química, o professor de Medicina ensinava na Odontologia. Com a federalização da universidade e a exigência de concurso para a contratação de professores para atuar na instituição dá-se início a uma alteração desse quadro.

Todavia, as consequências dessa forma de contratação de docentes e a escassez de qualificações básicas e necessárias impossibilitavam a prática da pesquisa, outrossim, o tempo de permanência dos docentes na instituição correspondia aos períodos de aulas. Na interpretação do professor Antonino Martins da Silva, em entrevista gravada em 1988:

Numa universidade jovem como a nossa, temos um corpo docente ainda muito jovem, a idade média é de trinta e cinco anos e temos origem bastante complicada, resultante do processo de criação da universidade. Essa origem leva a um corpo docente não muito ligado a produção da pesquisa, porque ou é formado ou é advindo da escola particular e, na maioria das vezes, o professor formado na escola particular nunca conviveu com o ambiente de pesquisa [...].

Inicialmente, tinha-se carência de gente para trabalhar no ensino, quer dizer, o professor era contratado para dar aula, não para fazer pesquisa. Consequentemente, não introduzimos aqui a tradição da pesquisa. (CAETANO; DIB, 1988, p. 171)

A instituição fica cativa dos planos de aulas por um bom período, sendo que o ensino caracterizou-se como o fio condutor das atividades diárias dos professores. É possível perceber que durante muito tempo a UFU se valia apenas do ensino como sendo sua maior expressão acadêmica, mesmo porque a ausência de títulos de mestres e doutores na formação dos docentes configurava um obstáculo para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e produção de novos conhecimentos.

Ademais, as universidades voltadas para o ensino e formação de mão de obra faziam parte da política de governo, conforme apresentado no decorrer dessa pesquisa. O professor Aldo Luís Colesanti⁷⁷ discorre sobre o fato:

Quem trabalha na Universidade sabe que existe um projeto que pretende transformar as Universidades mais novas e mais imaturas em Universidades de ensino, acabando, portanto, com o que ela possa representar de pesquisa e de extensão. É assim que eu sinto muito a nossa Universidade. Se é alguém fazendo pesquisa, e há, é claro, não existe uma boa relação entre os três setores, o que eu acho fundamental, pois são atividades inseparáveis. (CAETANO; DIB, 1988, p. 179)

Somente no decorrer da vida que emergia da UFU vai se construindo a ideia de universidade; a indissociabilidade do ensino e da pesquisa apregoados na Reforma Universitária de 1968 começa a ser considerada na UFU após a federalização e o preenchimento das vagas de docentes por meio de concursos públicos. Para acompanhar o desenvolvimento da universidade e acompanhar os novos docentes ingressantes, inicia-se um movimento da própria categoria na busca por qualificação. O professor Wenceslau Gonçalves Neto – Professor Titular aposentado do Instituto de História – relata, por experiência, como se deu essa passagem na história da instituição:

Durante muitos anos, a UFU foi uma universidade “auleira”, o que não a apequenava naqueles tempos heroicos. O que se esperava, então, era uma universidade de formação de profissionais, com transmissão competente de conteúdos. O número de mestres e doutores da UFU era muito baixo, sendo irrisórios na área de humanidades. Estavam mais concentrados nas engenharias e nas biomédicas. Mas já estava instaurado o espírito da pós-graduação em grupos significativos de professores, que impulsionou a busca desse nível de estudos nas mais diferentes universidades do país e do exterior. [...] a UFU organizava minhas aulas de uma forma que me permitia ficar 1 ou 2 dias na Unicamp, concluindo as atividades em 1982 e defendendo em 1983 uma dissertação na área de História sobre o desenvolvimento da cafeicultura em Araguari na década de 1970. Para o doutorado, contei com bolsa da CAPES e liberação do meu departamento, defendendo minha tese em História na Universidade de São Paulo (USP) em 1991, sobre a política agrícola brasileira entre 1960 e 1980. Ao mesmo tempo que ocorria o processo de capacitação dos professores da UFU, avançava a determinação pela implementação de projetos de pesquisa e pela abertura de programas de pós-graduação, tentando alterar a condição de simples transmissora de saber já feito para a de produtora e transmissora de conhecimento. Isso ocorrerá principalmente a partir da segunda metade da década de 1980. Nos anos 1990, houve um significativo avanço e podemos considerar que, na primeira década do século XXI, a UFU se consolidou como uma universidade destacada no campo da pesquisa, o que lhe abriu as portas para outros voos e, conseqüentemente, novos desafios. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2018, p. 15)

⁷⁷ Professor do Departamento de Letras da UFU. Entrevista gravada em maio de 1988 para o projeto Pró-memória UFU.

A professora Marilena Schneider⁷⁸ também traz seu relato:

Em relação à estrutura administrativa da universidade, sinto que, a partir de 1984, a qualificação do professor com sua ida para a pós-graduação, passou a ser vista de uma forma mais séria; foi como se a necessidade da pós-graduação fosse institucionalizada na Universidade. E eu senti que a estrutura adquiriu um fortalecimento. [...] A questão da pesquisa entrou na mentalidade do corpo docente, que compreende hoje muito mais o que é pesquisa, compreende as dificuldades do trabalho e que esta é uma carga pesada. Mas, ainda vejo a Universidade Federal de Uberlândia muito voltada para o ensino. (CAETANO; DIB, 1988, p. 170)

A falta de experiência e de qualificação dos professores foi uma das barreiras para que de fato a pesquisa passasse a integrar a Universidade Federal de Uberlândia, uma realidade que foi se alterando à medida que a universidade se desenvolvia permitindo uma ampliação no significado da docência universitária.

Para melhor visualizar o percurso da qualificação docente na UFU, apresentamos a Tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Evolução do corpo docente e titulação da UFU

	1995	2001	2002	2003	2004
Corpo Docente - Titulação (ensino superior, profissionalizante e fundamental)	969	1.264	1.272	1.248	1.252
Graduação	109	146	133	140	135
Especialização	329	278	264	234	202
Mestrado	339	383	371	347	351
Doutorado	192	457	504	527	564
	531	840	875	874	915
Mestrado + Doutorado	(54,8%)	(66,4%)	(68,7%)	(70,0%)	(75,0%)

Fonte: INEP – sinopse estatística da educação superior 1995. UFU, Resolução nº 07/2005.

O intuito da tabela é demonstrar que a qualificação dos docentes a instituição segue um quadro evolutivo, passando de 54,8% de docentes com mestrado e doutorado em 1995 para 75% em 2004.

O ensino de pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia teve suas atividades iniciadas em 1985, dezesseis anos após a criação da Universidade e sete anos pós sua federalização. Foram instituídos dois cursos de mestrado: Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica.

De acordo com o professor Ataulfo Marques Martins,

⁷⁸ Professora do Departamento de Geografia da UFU. Entrevista gravada ao projeto Pró-memória UFU em maio 1988.

Inicialmente foram criados o Mestrado em Engenharia Elétrica e em Engenharia Mecânica. A criação desses cursos veio em decorrência de um trabalho de base feito na UFU durante muito tempo. Foi necessário primeiramente que enviássemos um grande número de professores para os cursos de mestrado e doutorado, para que pudéssemos, então, desenvolver a massa crítica necessária à criação desses dois cursos. (CAETANO; DIB, 1988, p. 188)

A UFU, instituída e federalizada após a Lei 5.540/66, não logrou êxito, a priori, em estabelecer a indissociabilidade do ensino e da pesquisa na instituição; fato é que o ensino precedeu a pesquisa. Contudo, faz-se importante ponderar que para as pessoas adquirirem uma familiaridade com os mecanismos da investigação e conseguirem ter um olhar reflexivo que a pesquisa necessita, elas precisam ter a oportunidade de aprender esses processos, vivenciar ambientes que lhes deem segurança de se libertar, de pensar diferente. A universidade, por meio dos movimentos que a constituíram, conseguiu compor novos movimentos que a consolidaram.

6.9 A UFU consolidada

A Universidade Federal de Uberlândia – uma fundação pública de educação superior, integrante da Administração Federal Indireta, com sede na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, e federalizada pela Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei. Sua organização e funcionamento regem-se pela legislação federal, por seu Estatuto, Regimento Geral e por normas complementares.

A UFU é resultado de intensos movimentos políticos, impulsionados pela elite local que direcionaram os processos de criação e federalização da instituição. Esses movimentos apensados à condições e conjunturas locais e nacionais, entre elas: a rivalidade entre os municípios de Uberlândia e Uberaba, essencialmente nas décadas de 1950, 60 e 70; o ajuntamento das faculdades isoladas em uma universidade, inspirado no modelo napoleônico; o governo dos militares e a Lei 5.540/68 da Reforma Universitária, sob a influência norte-americana de universidades direcionadas à formação de mão de obra para o mercado; configuram os parâmetros sobre os quais a UFU foi fundada e embasam as características filosóficas, administrativas e pedagógica da instituição.

A UFU, universidade pública federal criada e federalizada no Regime Militar, após a Reforma Universitária de 1968, fundada por grupos que coadunavam com a política nacional vigente, nasce esvaída de conflitos ideológicos – diferente de Universidades como UNB, USP

e Unicamp – resultando em uma universidade, originariamente, voltada para o ensino, cuja inexistência de um projeto de universidade reflete o imediatismo da elite local ajudada pelo perfil tecnocrático da política educacional do regime militar preocupados em atender a grande demanda por matrículas em instituições de ensino superior.

Contudo, as instituições são fluídas, mesmo com a demora na desassociação da Universidade Federal de Uberlândia com o grupo que a criou, ela se desenvolve e junto com ela cresce as expectativas da comunidade. Ou seja, a universidade passa a ser maior do que o grupo que a fundou. Seguem alguns números da universidade pós federalização e final do século XX que demonstram o desenvolvimento da instituição.

A Tabela 9 apresenta o número de participantes dos vestibulares da Universidade Federal de Uberlândia.

Tabela 9 - Número de inscrições no vestibular da UFU – 1978-1986

Ano		Nº inscritos	Vagas
1978	Janeiro	4.569	1.070
	Julho	5.405	1.070
1979	Janeiro	4.947	1.070
	Julho	7.022	1.070
1980	Janeiro	7.294	1.070
	Julho	9.699	1.070
1981	Janeiro	6.465	1.070
	Julho	8.158	1.070
1982	Janeiro	7.007	1.070
	Julho	7.633	1.070
1983	Janeiro	5.842	1.070
	Julho	7.952	1.070
1984	Janeiro	5.544	1.070
	Julho	6.318	1.070
1985	Janeiro	5.570	1.070
	Julho	6.499	1.070
1986	Janeiro	5.232	1.070

Fonte: Arquivo Reitoria UFU, Prestação de Contas UFU, exercício 1985.

Observamos que houve variações no número de inscritos, prevalecendo um aumento de modo geral, enquanto o número de vagas ofertadas permaneceu o mesmo. O Relatório de Prestação de Contas do exercício 1985 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 1986, p. 28) assim justifica este fato: “em benefício do nível do ensino, tem conservado, desde 1978, o mesmo número de vagas, até que se torne possível ampliá-las [...]”.

A ampliação efetiva no número de vagas na graduação se deu na década de 1990, os números serão apresentados ao longo da pesquisa.

A Tabela 10 apresenta os números do balanço orçamentário, eles refletem o crescimento da instituição e sua consolidação na década de 1980, pós-federalização; os valores foram apresentados em cruzeiros – moeda brasileira no período.

Tabela 10 - Balanço orçamentário da UFU – 1980-1985

Ano	Balanço orçamentário – Cr\$ (cruzeiro)	
	Receita prevista	Receita arrecadada
1980	1.485.526.000,00	1.466.767.025,07
1981	4.070.641.000,00	3.985.080.905,00
1982	8.622.126.000,00	8.421.463.578,00
1983	20.036.808.000,00	18.337.921.090,00
1984	56.640.528.000,00	53.560.342.658,00
1985	169.851.629.344,00	164.656.863.685,00

Fonte: Arquivo Reitoria UFU.
Prestação de Contas UFU, exercícios 1980 a 1985.

Apresentamos os números dos anos de 1980 a 1985 pois a moeda era a mesma; em 1986 a moeda brasileira deixa de ser cruzeiro para ser cruzado, em 1989 cruzado novo, em 1991 (novo) cruzeiro, e 1993 o cruzeiro real – transição para o real (IPEA). O intuito da Tabela 10 foi de demonstrar que os números orçamentários retratam o crescimento efetivo da instituição; além da receita orçamentária arrecadada, todas as prestações de contas analisadas, apresentam receitas extraorçamentárias, elevando os números apresentados.

A efetiva consolidação da UFU se dá a partir de 1985, com a implementação dos cursos de pós-graduação, foram instituídos dois cursos de mestrado, a saber: Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Contudo, no relatório de Prestação de Contas do exercício 1988 consta: “Registre-se que os cursos de pós-graduação, de Mestrado em Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica foram consolidados definitivamente em 1988” (UFU, 1989, p. 10).

Assim, seguem abaixo os números da instituição em 1988, dez anos após sua federalização:

Tabela 11 - Números da UFU em 1988

Cursos	Quantidade	Alunos Matriculados
Graduação	31	6.254
Extensão	80	2.500
Especialização	10	300
Mestrado	2	110

Fonte: Arquivo Reitoria UFU, Prestação de Contas UFU, exercício 1988.

Em 1988 observamos um aumento na quantidade de cursos de graduação; os dois cursos de mestrado estavam consolidados, e a extensão passa a ser indissociável do ensino e da pesquisa neste ano, por meio da Constituição Federal de 1988.

Tabela 12 - Demonstrativo das atividades de pesquisa em 1988

Centro	Concluídas	Em andamento
CEHAR	30	103
CEBIM	60	300
CETEC	32	105
TOTAL	122	508

Fonte: Arquivo Reitoria UFU, Prestação de Contas UFU, exercício 1988.

O Relatório de Prestação de Contas de 1988 descreve o quadro de atividades de pesquisa como “bastante expressivas”, visto que a pesquisa na universidade ainda era recente. Conforme pontuamos nesse estudo, a universidade foi criada para atender os anseios desenvolvimentistas de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, além de conferir o status de cidade universitária ao município de Uberlândia.

Tabela 13 - Demonstrativo de atendimentos realizados no complexo hospitalar – 1985 a 1989

Ano	Atendimentos	Internações
1985	642.005	13.496
1986	549.970	12.443
1897	439.064	12.259
1988	567.824	15.362
1989	692.978	18.453

Fonte: Arquivo Reitoria UFU, Prestação de Contas UFU, exercício 1985-1989.

Segundo o relatório de Prestação de Contas da UFU, exercício 1989:

A vasta região do Triângulo Mineiro, sul e sudeste de Goiás e a zona limítrofe com o Estado de Mato Grosso do Sul conta com um único Pronto Socorro público e com uma única maternidade pública, que funcionam no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

A participação, de boa qualidade, desses estabelecimentos no reduzido conjunto de equipamentos assistenciais da região, possibilita o acesso de uma grande população aos serviços de saúde, aliviando as carências regionais e as tensões sociais.

Tais serviços foram estruturados e são prestados através da reunião de esforços da Universidade Federal de Uberlândia e da FAEPU – Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia e vem experimentando notável crescimento ao longo dos últimos anos. (UFU, 1989, p. 223)

O relatório faz alusão à desproporção entre os preços pagos pelo governo e o valor dos serviços prestados, afirmando a necessidade de maiores recursos financeiros para o complexo hospitalar. A demanda por maiores recursos aumenta na proporção em que a universidade, em conjunto com o Hospital Universitário, cresce.

A universidade, consolidada, apresenta os seguintes números:

Tabela 14 - Números da UFU em 1995

Especificação	Quantidade
Campi	03
Centros Acadêmicos	03
Cursos de Graduação	27
Cursos de Mestrado	07
Cursos de Doutorado	02
Departamentos	43
Docentes	1198
Técnico-Administrativo	3571
Laboratórios	269
Bibliotecas	03
Vestibular	02
Vagas Oferecidas	1990
Ingressantes	2.051
Alunos Matriculados	11.077
1º Grau	1.037
2º Grau	322
Graduação	9.360
Mestrado	321
Doutorado	37
Especialização	1246
Alunos Formados	1.814
1º Grau	100
2º Grau	65
Graduação	1.175
Mestrado	51
Doutorado	37
Especialização	423

Fonte: Relatório de gestão orçamentária da UFU – 1996.

A UFU, na ocasião de sua federalização, dispunha de 28 cursos de graduação dispersos em endereços distintos no município, com a oferta de 1070 vagas na graduação, e nenhum curso

de pós-graduação instituído. Já no final do século XX a universidade estava consolidada em três campi distintos; houve aumento na quantidade de cursos e na quantidade de vagas ofertadas e novos cursos de mestrado foram instituídos, bem como de doutorado, impulsionando a pesquisa na universidade.

Na virada do século, no ano 2000, novos números são apresentados:

Tabela 15 - Atividades de Graduação e Pós-Graduação em 2000, 2003 e 2005

	Especificação	2000	2003	2005
Graduação	Número de cursos	30	30	32
	Vagas oferecidas no ano	2.200	2.205	2.301
	Vagas preenchidas	2.191	2.237	2.428
	Alunos matriculados	12.439	12.377	12.431
	Alunos formados	2.034	1.987	1.858
	Pós-Graduação	Número de Cursos	19	27
Mestrado		15	21	22
Doutorado		04	06	10
Alunos matriculados		740	2.011	1.871
Mestrado		586	1.790	1.594
Doutorado		154	221	277
Recursos Humanos	Docentes	1.220	1.252	1.276
	Técnicos-administrativos	3.052	3.230	3.325

Fonte: Relatório de Gestão da UFU, de 2000 a 2006.

Ao confrontarmos os números da Tabela 14 (1995) com os da Tabela 15 (2000-2003-2005), verificamos que houve aumento no número de cursos da graduação e consequente aumento no número de vagas; além disso, o número de cursos de mestrado e doutorado dobraram, aumentando também o número de alunos.

As atividades de pesquisa e extensão refletem a busca pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão garantida da Constituição Federal de 1988. No ano 2000 foram 1577 trabalhos publicados – além de 508 projetos de pesquisa registrados. Na extensão foram 63 cursos ofertados, 46 eventos organizados e 34 prestações de serviços registradas (UFU, 2000).

O crescimento da instituição se comprova em números. A evolução do patrimônio líquido da UFU é estrondosa, conforme demonstrado na Tabela 16 abaixo. Os números foram apresentados até 2005, pois após essa data dá-se início a um novo período de expansão universitária, por meio do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Tabela 16 - Evolução do Patrimônio líquido da UFU – 1995/2005

Ano	R\$
1995	17.751.002,70
1996	24.511.390,86
1997	28.032.164,38
1998	32.119.318,81
1999	56.429.157,91
2000	62.978.491,97
2001	87.185.363,83
2002	92.317.585,38
2003	103.720.057,41
2004	145.028.246,09
2005	156.559.721,68

Fonte: Relatório de Gestão da UFU, de 1995 a 2006.

Apresentamos os números do patrimônio líquido da universidade em Reais, moeda corrente utilizada a partir de 1994; contudo, é importante evidenciar que os Relatórios de Prestação de Contas disponíveis nos Arquivos da UFU possuem as informações referentes ao patrimônio da universidade na moeda corrente do ano em que foram apresentados.

Os quadros apresentados nesse tópico objetivaram demonstrar a real consolidação da UFU e a importância dessa instituição nas esferas local, regional e nacional. A universidade gestada na década de 1960 estava, em 2022, entre as 28 melhores instituições de Ensino Superior do Brasil e aparece listada como uma das melhores universidades do mundo, entre as posições 1.201 e 1.400 (UFU, 2022).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra.

O passado é extremamente importante, mas como luz que ilumina o presente e nos ajuda a vê-lo melhor, e a evitar os erros e omissões da experiência anterior.

— ANÍSIO TEIXEIRA

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar os movimentos políticos nacionais e locais que impulsionaram a criação e federalização da UFU, uma consolidada instituição de ensino superior com reconhecimento nacional e internacional, e o papel desempenhado pelas lideranças locais em todo o processo. Para tanto, fez-se necessário uma revisita na trajetória histórica percorrida pela educação superior no Brasil, de seu surgimento à sua consolidação. Esse percurso nos instigou a conhecer as concepções e modelos de organização universitária que temos na história, as influências exercidas na gênese das universidades brasileiras e os reflexos em nosso objeto de estudo.

Os modelos clássicos de organização universitária – alemão/humboldtiano, francês/napoleônico e norte-americano – estabeleceram novas concepções de organização universitária e, no Brasil, influenciaram na formação do ensino superior e das primeiras universidades.

As universidades brasileiras surgiram provenientes da aglutinação de faculdades ou escolas superiores já existentes, respaldadas pela influência francesa, a exemplo da UFRJ; a concepção alemã inspirou a criação de universidades direcionadas para a pesquisa a exemplo da USP em 1931; após a segunda guerra mundial e a ascensão dos EUA, o modelo norte-americano de universidade passou a ser almejado em terras brasileiras sob o baluarte de desenvolvimento e modernização da nação – dá-se início à federalização de universidades existentes, cresce o número de escolas superiores privadas e instiga-se as discussões em torno de uma Reforma Universitária no país.

O ensino superior brasileiro chega à década de 1960 como um aglomerado de faculdades denominadas universidades; a necessidade da reforma era consenso entre grupos heterogêneos, mas a divergência existiu no que concerne ao projeto a ser executado. As universidades faziam parte dos planos desenvolvimentistas do país, pois por meio dela formava-se mão de obra qualificada para o crescimento urbano e industrial, aludido como essencial para o progresso da nação. Nesse contexto, o projeto educacional da Reforma Universitária foi alicerçado em

aspectos racionalistas visando o aumento de produtividade dos sistemas econômicos e a expansão industrial. O intuito foi propiciar a ampliação no número de vagas para a formação de jovens em um saber eficaz de forma que ficassem aptos ao exercício das numerosas profissões técnicas, próprias das sociedades industriais.

A efetivação da Reforma Universitária se deu em 1968, sob a égide do governo civil-militar instituído pelo golpe de 1964, seguindo os preceitos instituídos por consultores norte-americanos e em consonância com os acordos MEC-USAID. A Lei 5.540/68 tinha como diretrizes: o custo reduzido na formação profissional com o intuito de atender ao mercado capitalista que crescia de forma rápida; o desmonte político dos campi universitários existentes, por meio de ataques aos movimentos estudantis e da fragilização das organizações intelectuais docentes; o enfraquecimento do ideal de ensino superior público e conseqüente fortalecimento para o ideal de privatização do ensino; além da ampliação de ofertas de cursos profissionalizantes para as massas – cenário apresentado por Germano (2000). É nesse contexto político nacional que é implementada a Universidade no município de Uberlândia, em 1969.

Ao caminharmos pela história da educação superior brasileira, percebemos que a imprescindibilidade da educação superior pública e gratuita não figurava entre as prioridades governamentais. As universidades públicas, patrimônio da sociedade brasileira, desempenham (no passado e no presente) papel estratégico na redução das desigualdades sociais, regionais e econômicas que caracterizam negativamente nosso país. Esse exercício de revisita da literatura nos permitiu entender que as universidades foram criadas para atender interesses da elite brasileira que representava uma minoria da sociedade, e que ao longo da história para atender conjunturas econômicas foi necessário ampliar o acesso às universidades.

O município de Uberlândia, por meio de sua classe política e de parte da sociedade uberlandense, em consonância com Plano Nacional de Desenvolvimento, envidou esforços para implementação do Ensino Superior no município. O projeto de cidade industrializada e moderna bradado por esse grupo de indivíduos, de origem e campos de atuação diversos, necessitava de uma universidade, não só como o caminho para a modernização e para formação de mão de obra qualificada para o mercado, mas, também, para elevar o status do município e de seus políticos.

É possível afirmar que a implementação do ensino superior em Uberlândia adveio da confluência de dois processos: o projeto local de desenvolvimento e modernização do município e a política nacional de fomento e interiorização do ensino superior no país. Contudo, é preciso ressaltar que os ideais e as movimentações políticas engendradas pelos fundadores

das primeiras escolas superiores, motivados por interesses profusos, foram catalisadores de todo o percurso.

Ao direcionarmos o olhar para o projeto local de desenvolvimento do município de Uberlândia é imprescindível ressaltar que o grupo responsável pela sua idealização e implementação foi constituído por uma consociação de pessoas pertencentes a múltiplos setores da sociedade: indivíduos relacionados ao setor econômico – comerciantes, empresários e industriais; intelectuais – educadores, magistrados e religiosos; e políticos – nas três esferas de poder. Além disso, é necessário fazer notar que esses sujeitos, muitas vezes, disputavam os mesmos espaços políticos e sociais no município de Uberlândia, ou seja, eram adversários locais, porém coadunavam no ideal desenvolvimentista e modernizador da cidade e se tornavam aliados na causa.

As diretrizes fundamentais do ensino superior implementado no município foram estabelecidas pelas lideranças locais, assim como o tipo de curso e áreas pertencentes, de forma que atendesse aos anseios locais e às políticas nacionais e seus preceitos. Destarte, o intento foi de formar mão de obra para atuar no mercado de trabalho, estabelecendo uma estreita relação entre a criação das faculdades e a imediata utilização dos egressos na conjuntura local, atribuindo a Uberlândia um ensino com características utilitaristas.

A pesquisa nos permitiu entrever no município de Uberlândia a legitimação local dos movimentos instituídos nacionalmente: o ideal desenvolvimentista e modernizador coadunado com a expansão do ensino superior na função de formar profissionais para o mercado, estimulando o surgimento de instituições superiores com papéis tecnicistas. Sob esse aspecto, as escolas superiores implementadas na década de 1960, em Uberlândia, cumpriram com o propósito estabelecido, colocou no mercado de trabalho novos advogados, contabilistas, professores, engenheiros, médicos, etc.

Isto posto, o ensino superior de Uberlândia teve seu início no final da década de 1950 com o curso superior de Música (1957); se corporificou na década de 1960 com a criação da Faculdades de Direito (1960), Filosofia Ciências e Letras (1960), Ciências Econômicas (1963), Escola Federal de Engenharia (1965) e Artes (1969); depois, da aglutinação desses cursos superiores, surgiu em 1969 a UnU. Observamos que a UnU foi concebida na fase na qual as universidades federais eram fundadas nos grandes centros urbanos; discutia-se em âmbito nacional qual modelo de universidade deveria ser implementado no país, contudo, a criação da universidade em Uberlândia manteve os parâmetros prevalentes nas primeiras instituições brasileiras – aglutinação de faculdades ou escolas superiores já existentes, a influência francesa mostrava-se presente. Não houve uma discussão em torno de propostas de organização

universitária, função da universidade, modelo almejado ou de como a instituição poderia responder às necessidades sociais.

Assim, é oportuno deixar manifesto a ausência de um projeto de universidade no processo de aglutinação das faculdades isoladas existentes para a formação da UnU. Esse hiato reflete o imediatismo do grupo instituidor da universidade, respaldado pelo perfil tecnicista do governo civil-militar empenhado em promover a expansão do número de vagas no ensino superior brasileiro. Desse modo, a implementação da UnU atendeu aos anseios políticos da elite local, em consonância com a política nacional de expansão e interiorização do ensino superior, mas foi, antes de tudo, resultado de um movimento orquestrado pelas lideranças locais, endossado por parte da sociedade, fortalecido pelo discurso ufanista da imprensa e beneficiado por alianças políticas nas três esferas de poder.

A universidade ora criada advém com incongruências gestacionais: os fundadores e dirigentes das primeiras faculdades isoladas estabeleceram como condição para o ajuntamento na universidade, a garantia estatutária de que a autonomia financeira e administrativa das faculdades seria mantidas, mesmo após a corporificação da universidade. É lícito afirmar que a relutância por parte dos dirigentes das faculdades isoladas em renunciar à autonomia administrativa em prol da universidade acarretou uma federalização tardia.

A pesquisa aponta que a Universidade de Uberlândia foi criada dentro dos parâmetros para ter o status de federal desde sua concepção, contudo seu primeiro estatuto lhe conferiu características de universidade particular pois todas as decisões, inclusive para reitor, deveriam ser locais, garantindo aos seus dirigentes o controle político sobre a instituição. Porém, ausência de definição do status da universidade suscita em dificuldades na obtenção de recursos financeiros federais, pois o MEC não reconhecia a UnU como uma instituição federal, razão pela qual, deu-se início a um novo movimento político local: o processo de federalização da universidade. Esse processo tem início com a elaboração de um novo estatuto, em consonância com a Lei 5.540 da Reforma Universitária, as faculdades deixaram de existir e os cursos foram agrupados em centros, com base em departamentos – seguindo as diretrizes dos consultores norte-americanos, ratificadas pelo governo militar brasileiro.

A federalização da universidade foi legalmente definida em 24 de maio de 1978, e assim como em sua criação, foi resultado de movimentações políticas locais em conjunto com a esfera estadual e nacional, fundamentadas em projetos desenvolvimentista, impulsionadas por interesses políticos e particulares. Novamente como em sua implementação, a federalização da universidade não advém de um projeto universitário, a instituição foi federalizada com diretrizes voltadas para a formação de mão de obra necessária ao mercado. A pesquisa

universitária, apesar de fazer parte do decreto-lei de criação, esteve dissociada do ensino nos dois processos.

É imprescindível observar que o mesmo grupo que instituiu o ensino superior no município de Uberlândia foi também responsável pela implementação da universidade e por sua teratologia estatutária, bem como foram os mesmos que empreenderam o movimento em prol de sua federalização.

Enfim, ao estudar os movimentos políticos nacionais e locais que levaram à criação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia percebemos que a eles foram orquestrados pelas lideranças locais uberlandenses em prol de um projeto de construção de uma cidade industrial e moderna. Esses movimentos coadunaram com a política nacional desenvolvimentista de expansão e interiorização do Ensino Superior com características tecnicistas voltado para a formação mão de obra necessária ao mercado. Assim, a universidade foi criada e federalizada pelos movimentos oriundos de um grupo mandatário uberlandense, que em contrapartida também foi responsável pela demora na concretização da federalização.

O trabalho aqui posto procurou oferecer ao leitor e ao pesquisador elementos que permitam um vislumbre de parte da História da Universidade Federal de Uberlândia e dos agentes que a integraram, uma instituição com múltiplas características, inserida em uma sociedade heterogênea e dinâmica.

Ademais, o processo de pesquisa suscitou novas inquietações que se configuram em novos universos de estudos. Nessa perspectiva, configura-se num novo projeto para futuras pesquisas a afirmação contida em alguns depoimentos – que integram esse trabalho – de que a Universidade Federal de Uberlândia serviria como exemplo, para posteriormente ser aplicado às demais instituições federais do país: um protótipo de instituição federal com dotações orçamentárias provenientes de entidades externas à União, tendo como característica o ensino pago; condições essa *sine qua non* para concretização do processo de federalização.

Parafraseando Prost (2012, p. 80) “a escrita da história nunca está encerrada”.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Thaienn Paes Leme. **A Expansão, Democratização e Interiorização da Educação Superior: impactos dos programas expansionistas na UFU (2003 a 2012)**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2018.
- ALTAFIN, Juarez. **Primeiros tempos: depoimentos sobre pessoas e fatos do início da Universidade Federal de Uberlândia**. Diretoria de Imprensa Universitária. Uberlândia: UFU, 1997. 154p. il.
- ALVES, Aluísio José. **A gênese, a constituição e a implementação da escola de medicina e cirurgia de Uberlândia – 1954 a 1978**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Área de concentração: História e Historiografia da Educação. Uberlândia, 2013.
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Edições Gernasa. Rio de Janeiro, 1968.
- AMARAL, Patricia Aparecida. **Uma empresa de comunicação no cerrado: a TV Triângulo em tempos de ditadura militar**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2021.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Concepções de universidade e de educação superior no Inquérito de 1926 de Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s. l.], v. 8, n. 2 [17], p. 73-102, 2008.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Universidade brasileira segundo o inquérito de 1928: ensino, pesquisa e extensão. **Revista HISTEDBR On-line**, [s. l.], v. 13, n. 51, p. 373, 2013.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. O projeto de Humboldt (1767-1835) como fundamento da pedagogia universitária. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 65-81, 2009.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. O ensino superior em Minas Gerais entre 1889 e 1968: cenários, problematizações e desafios para a pesquisa. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (org.). **História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República: volume 3**. Uberlândia: EDUFU, 2019.
- ATCON, Rudolph P. **Rumo a reformulação estrutural da universidade brasileira: estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a diretoria do ensino superior do ministério da educação e cultura**. Rio de Janeiro: MEC – Diretoria de Ensino Superior, 1966.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 4 ed. Revista e ampliada. Brasília: UnB, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de *et al.* **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Massangana, 2010.

BERTOLUCCI JÚNIOR, Luiz (org.). **Aspectos Gerais: População Residente do Município de Uberlândia – MG.** Cepes UFU. Jun. 2003. Disponível em: http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/boletim_uberlandia_dados_demograficos_2003.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 19 mar. 1915.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 08 set. 1920.

BRASIL. **Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília, 1931.

BRASIL. **Constituição (1946).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Lei nº 1.254 de 04 de dezembro de 1950.** Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 dez. 1950. Seção 1, p. 23023.

BRASIL. **Lei nº 1.523 de 26 de dezembro de 1951.** Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei n. 1254, de 04 de dezembro de 1950. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1951. Seção 1, p. 23775.

BRASIL. **Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961.** Cria as Escolas Agrícolas de Bambui e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jan. 1961a. Seção 1, p. 823.

BRASIL. **Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 1961b. Seção 1, p. 11165.

BRASIL. **Lei nº 4170, de 05 de dezembro de 1962.** Dispõe sobre funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 dez. 1962. Seção 1, p. 10606.

BRASIL. **Decreto nº 1872, de 12 de dezembro de 1962.** Aprova o Estatuto da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103726/decreto-1872-62>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 53 de 18 de novembro de 1966.** Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 1966. Seção 1, p. 11779.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 1967a. Seção 1, p. 2945.

BRASIL. **Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 mar. 1967b. Seção 1, p. 3143.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Diretrizes de Governo** – Programa Estratégico de Desenvolvimento. Brasília, 1967c. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/17>. Acesso 18/03/2023.

BRASIL. **Decreto nº 62.937 de 2 de julho de 1968**. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 jul. 1968a. Seção 1, p. 6731.

BRASIL. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 dez. 1968b. Seção 1, p. 14211.

BRASIL. **Decreto-lei nº 762 de 14 de agosto de 1969**. Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 1969a. Seção 1, p. 9631.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Programa estratégico de desenvolvimento 1968-1970**. Área estratégica IX — infraestrutura social: educação e recursos humanos, v. 1. Brasília, 1969b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior**. Brasília: MEC - EAPES, 1969c.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Administração de tempos e espaços em universidades brasileiras**. Brasília: MEC-PREMESU, 1974.

BRASIL. **Lei nº 6.532 de 24 de maio de 1978**. Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei n.º 762, de 14 de agosto de 1969, que “autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia” e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 1978. Seção 1, p. 6383.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Relatório**. O Ensino Superior no Brasil 1974/1978. Brasília: MEC - Secretaria da Educação Superior, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Reforma Universitária**. Relatório do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto nº 62.937/68. Brasília: MEC - Secretaria da Educação Superior, 1983, 3ª ed.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Evolução do Ensino Superior no Brasil, 1962-1990**. Trabalho elaborado por Maria das Graças Moreira Costa. Brasília: MEC – Secretaria de Administração Geral, 1992.

BRITO, Talamira Taita Rodrigues. A Universidade Federal de Uberlândia: dos fios que originaram suas inspirações às reflexões sobre sua criação e o modelo filosófico-administrativo pedagógico. **XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**. Vitória-ES, 2009.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, Ana Lúcia Araújo. **Gênese, implantação e consolidação da FACEU – Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia-MG (1962-1978)**. 2020, 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Uberaba – UNIUBE, 2020.

BORGES, Luciana Tavares. **A Universidade Federal de Uberlândia: interesses e conflitos na sua formação (Uberlândia 1957-1978)**. 2007, 84 f. Trabalho de conclusão de curso, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **A Aventura da Universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAETANO, Coraly Gará; DIB, Mirian Michel Cury (ed.). **A UFU no imaginário social**. Uberlândia: EDUFU, 1988. 588 p.

CAMPOS, Francisco. **Exposição de motivos apresentada ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório, em 02 de abril de 1931**. Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. Campinas: Unicamp, 2008.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA – UFU (CDHIS). **A História de Uberlândia**. Uberlândia, UFU. 1988. (Mimeo).

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Unesp, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Apresentação. *In*: LEFORT, Claude; CASTORIADIS, Cornelius; MORIN, Edgar. **Maior de 68 – A Brecha**. Tradução e organização: Anderson Lima da Silva & Martha Coletto Costa. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

COSTA, M. J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. **I Conferência Nacional de Educação**. Brasília: INEP, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual a universidade?** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 151-204.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: o ensino superior, da colônia a era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade & Poder. Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo, EdUSP, 2004.

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. **Uberlândia Impressa**: a década de 1960 nas páginas de jornal. 2008, Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia.

FIALHO, Nádia Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília, DF: Plano, 2005.

FRANZON, Sadi. Os Acordos MEC-USAID e a Reforma Universitária de 1968 - as garras da água na legislação de ensino brasileira. **EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação**. Curitiba, 2015.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GARCIA, Durval. Entrevista. **A UFU no imaginário social**. Uberlândia, 1988.

GAROTTI, Ilar. **O momento da criação das faculdades**. Uberlândia, s/d. (Mimeo).

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (org.) **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. O Triângulo Mineiro: História e Emancipação – Um estudo sob a perspectiva da História Regional. **Caderno de História Especial**, Uberlândia: UFU/LEAH, v. 4 n. 4, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. *In*: CASPER, G.; HUMBOLDT, W. **Um mundo sem universidades?** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de Minas Gerais – 1940-1950-1960-1970-1980**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 4 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 1995**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1995.xls. Acesso em: 4 jun. 2023.

LABOURIAU, Ferdinando. O problema universitário brasileiro. *In*: **O problema universitário brasileiro: Inquérito promovido pela Secção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Encadernadora, 1929.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v.10, spe, 2007

LOPES, José Leite. **Universidade Brasileira**. Fundação Memorial da América Latina, São Paulo, 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZURIAGA, Lorenzo. **A História da Educação Pública**. São Paulo: Nacional, 1959.

MACHADO CARRIJO, Inês Luci; BARROS MORAES FILHO, Waldenor. Extensão na UFU: algumas dificuldades e perspectivas. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20489>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **UFU: a dinâmica de uma história**. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (org.). **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr., 2009.

MENDES, Raimundo Teixeira. A universidade. **Apostulado Positivista do Brasil**. Artigos Publicados na Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1903. Disponível em: <https://archive.org/details/n.6auniversidade/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Coleção Memória Política de Minas** – Entrevista Rondon Pacheco. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/livraria_legislativo/arquivos/memoria_rondon_pacheco.html. Acesso em: 09 fev. 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Lei nº 4.257 de 27 de setembro de 1966**. Cria uma Autarquia Educacional na cidade de Uberlândia e contém outras providências. Diário do Legislativo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 28 set. 1966.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Lei nº 6053, de 11 de dezembro de 1972**. Incorpora ao patrimônio da Universidade de Uberlândia os bens que menciona. Diário do Legislativo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 12 dez. 1972.

MOROSINI, Marília. **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEIVA, Arthur. O problema universitário brasileiro. In: **O problema universitário brasileiro**: Inquérito promovido pela Seção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: Encadernadora, 1929.

NEVES, Isabella Verdolin. **A vida de Homero Santos**. Brasília: Escritório de Histórias, Biografias, 2010.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **ECCOS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez, 2005.

OLIVEIRA E SILVA, Arlette Pinto de (Org.). **Páginas da história**: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Cinquenta anos em cinco**: meu caminho para

Brasília. Rio de Janeiro: Bloch, 1978. v. 3.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. **Minas Gerais na ditadura militar: lideranças e práticas políticas (1971-1983)**. Uberlândia: Rápida, 2002, p. 18.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. **Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFF, 1992.

PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PAIM, Antonio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, v. 14, n. 2, p. 147-161, 2002.

PAULA, Maria de Fátima de. Reforma da Educação Superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco. **Revista Argentina de Educacion Superior**, v. 1, n. 1, 2009, p. 152-172.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, n. 1, p. 71-84, 2008.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, n. 1, p. 29-52, 2008.

PEREIRA, Wander. **As representações e práticas sociais acerca da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1966-1978)**. 2006, 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

PEREIRA, Wander. **A ordem política e a reforma universitária: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968-1978)**. 2012, 311 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

PORTO, Rubens. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior**. Brasília: MEC - EAPES, 1969.

PRIETO, Élisson César. **Os desafios Institucionais e Municipais para implantação de uma cidade universitária: o Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Uberlândia, 2005.

PRIETO, Élisson Cesar. Os 50 anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia** v. 38, n. 2, p. 383-406, 2010.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2012.

PUGA DE SOUSA, Vera Lúcia. **Universidade Federal de Uberlândia: Projetos e perspectivas para o ensino de qualidade**. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (org.). **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003. pp. 60-64.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, v. 07.

RIBEIRO, Maria das Graças. Educação superior norte-americana: gênese de um modelo. **História da Educação [Online]**. Porto Alegre v. 20 n. 48 Jan./abr., 2016 p. 75-93.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Ribeiro; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. **Cadernos de História da Educação** – v. 13, n. 1 – jan./jun, páginas, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986, 8. ed.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 453-475, 2008.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR (On-line)**, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009 - ISSN: 1676-2584.

SANTO, Éder Fernando. **O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá- UEM, Maringá, 2005.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, [s. l.], v. 8, n. 2, ago/dez. 2010, p. 4-17.

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. **Estado da população: Resultados preliminares do recenseamento geral de 1950**. março 1951, Rio de Janeiro. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao_1950aeb_09_a_19.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SGUISSARDI, V. **Universidade, Fundação e Autoritarismo: O Caso da UFSCAR**. São Carlos: UFSCAR, 1993.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião**. In: MOROSINI, Marília. **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SILVA, Ruth de Souza Ferreira. **Genealogia do curso superior de música da Universidade de Uberlândia, MG (1957-69)**. 2021, Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia.

SILVEIRA, Zuleide Simas. Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior. **Movimento – Revista de Educação**, Niterói, ano 7, n. 14, Edição Especial, p.280-287, 2020.

SILVEIRA, Zuleide Simas; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: Dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educacao**, v. 21, n. 64, p. 79-99, 2016.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da cidade Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. 1995, 366 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo, 1995.

SOUZA, Luciene Maria de. **Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. 224 f. 2012.

SUCUPIRA, Newton. A Condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira. **I Encontro de reitores das universidades públicas**, p. 79, 1972.

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 85, jan./mar. 1962. p. 181-188.

TEIXEIRA, Anísio. A Universidade de ontem e de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 27-47, 1964.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2007.

VIEIRA FILHO, Geraldo. **O ensino superior no município de Uberlândia 1957 a 1978, o papel das lideranças locais e do Governo Federal**. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.

Fontes jornalísticas:

JORNAL A TRIBUNA. **Uberlândia**: A cidade jardim através dos seus dias de nascimento e ressurgimento. Uberlândia, 12 de outubro de 1937, p. 50, 51. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=808962&pasta=ano%201937&pesq=vertiginoso&pagfis=986>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **Costa recebe relatório da reforma**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1968a. Hemeroteca Digital. Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=94840. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **Relatório Meira Mattos mostra situação do ensino universitário**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1968b, p. 2. Hemeroteca digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/94970. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Relatório da Comissão de Estudos Econômicos**. Tese: Economia do Município em relação à região; Relator: Lauro Teixeira. Uberlândia, 07/10/1948. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830470&Pesq=Industrializa%c3%a7%c3%a3o&pagfis=3504>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Ensino Superior**. Uberlândia, 13 de setembro de 1959, p. 3. Disponível no Arquivo Público Municipal.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Cidade Universitária**: Planificação da Obra. Uberlândia, 01 de março de 1964a, p. 3. Disponível no Arquivo Público Municipal.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Milhares de uberlandenses na marcha pela liberdade**. Uberlândia, 5 e 6 de abril de 1964b, p. 1. Disponível no Arquivo Público Municipal.

JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Assim Pensamos**: Faculdade de Medicina. Uberlândia, 05 de agosto de 1966, p. 03. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL DA UNIVERSIDADE. **O Festival de Inverno**. Belo Horizonte, julho de 1970. Órgão oficial da UFMG, p. 02. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=874760&pesq=%22festival%20de%20inverno%22&pagfis=2>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL DO BRASIL. **Acordo MEC-USAID**. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1969.

Fonte: Hemeroteca Digital. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/142261. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Gustavo Werneck. **Aos 94, ex-governador Rondon Pacheco relembra os primeiros anos da ditadura**. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2014, p. 1. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/golpe-militar-50-anos/2014/02/23/noticias-internas-golpe-militar-50-anos,511656/aos-94-ex-governador-rondon-pacheco-relembra-os-primeiros-anos-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2023.

JORNAL FOLHA MINEIRA. **Está de parabéns a Escola de Engenharia**. Juiz de Fora, 11 de dezembro de 1950, nº 1059, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=361763&pesq=%22lei%20n.%201244%22&pagfis=283>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL GAZETA DO TRIÂNGULO. José Correa Guimarães. **Nossa opinião**. Araguari, 05 de dezembro de 1955, p. 2. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029653&pesq=%22descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20ensino%20superior&pagfis=421>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Revestiu-se de grande sensação o ineditismo da campanha pró faculdade de Medicina em Uberlândia**. Uberlândia, 05 de fevereiro de 1952. nº 1.468.

Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL O RÉPORTER. **Uberlândia, centro de atração cultural**. Uberlândia, 03 de maio de 1955a, p. 1. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=%22sem%20a%20boa%20sorte%20de%20Uberaba%22&pagfis=210>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Escola de Engenharia**. Mas, para Uberaba e não para Uberlândia. Uberlândia, 21 de dezembro de 1955b, p. 1. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pasta=ano%20195&pesq=%E2%80%9CEscola%20de%20Engenharia.%20Mas%20para%20Uberaba%20e%20n%C3%A3o%20para%20Uberl%C3%A2ndia%E2%80%9D&pagfis=766>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Câmara Municipal de Uberlândia**. Ata da terceira sessão da reunião extraordinária de dezembro de 1955. Uberlândia, 03 de janeiro de 1956a, nº 2.408, p. 2. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=&pagfis=823>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Uberlândia e seus políticos**. Uberlândia, 03 de janeiro de 1956b, p. 1. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=%22Uberl%C3%A2ndia%20e%20seus%20pol%C3%ADticos%22&pagfis=901>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Escola Federal de Engenharia de Uberlândia**. Uberlândia, 07 de abril de 1956c, nº 2.468, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=&pagfis=1002>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Escola de Engenharia para Uberaba.** Uberlândia, 14 de dezembro de 1956d, p. 4. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pasta=ano%20195&pesq=%2020ensino%20superior%22&pagfis=1395>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Promessa eleitorista.** Uberlândia, 19 de dezembro de 1956e, p. 1, nº 2.628. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pasta=ano%20195&pesq=%2020ensino%20superior%22&pagfis=1400>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Escola Federal de Engenharia de Uberlândia.** Uberlândia, 15 de maio de 1957, nº 2.723, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=&pagfis=1700>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Vem aí o SAMDU.** Uberlândia, 22 de março de 1958, p. 1, nº 2.985. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pasta=ano%20195&pesq=%2020ensino%20superior%22&pagfis=2365>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **Vitoriosa a Marcha dos 3 milhões.** Uberlândia, 21 de julho de 1959, p. 2. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=&pagfis=3394>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O REPÓRTER. **A “Faculdade de Filosofia” e o Progresso de Uberlândia.** Uberlândia, 09 de fevereiro de 1960, nº 3.440, p. 04. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138835&pesq=&pagfis=3738>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **O governo de Vasco Giffoni tem-se caracterizado pela confiança e operosidade do povo uberlandense.** Araguari, 26 de março de 1939, p. 02. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765090&pasta=ano%20193&pesq=carancismo&pagfis=24>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Torneio de Atletismo.** Uberlândia, 28 de abril de 1978a, nº 3.993, p. 08. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=%22Recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20vis%C3%A3o%22&pagfis=320>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Câmara aprovou Federalização da UnU.** Uberlândia, 09 de maio de 1978b, nº 3.999, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=Federaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=379>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Destaque:** Flauta e Piano. Uberlândia, 10 de maio de 1978c, nº 4.000, p. 02. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=%22Recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20vis%C3%A3o%22&pagfis=392>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **UnU promove ensino religioso**. Uberlândia, 18 de maio de 1978d, nº 4.006, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=4.006&pagfis=463>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Presidente sancionou lei federalizando: Universidade**. Uberlândia, 25 de maio de 1978e, nº 4.011, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=Federaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=495>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Bernardo Elis, terça feira em Uberlândia**. Uberlândia, 11 de junho de 1978f, nº 4.021, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=%22Recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20vis%C3%A3o%22&pagfis=597>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Recuperação da visão**. Uberlândia, 05 de julho de 1978g, nº 4.038, p. 02. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=%22Recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20vis%C3%A3o%22&pagfis=738>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Curso de Extensão Universitária**. Uberlândia, 16 de setembro de 1978h, nº 4.087, p. 04. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=4.162&pagfis=1142>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **UnU difunde arte no festival**. Uberlândia, 09 de novembro de 1978i, nº 4.123 p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=%22Recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20vis%C3%A3o%22&pagfis=1421>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Reitor da universidade anunciou o fim do pagamento das anuidades pelos estudantes**. Uberlândia, 16 de novembro de 1978j, nº 4.127, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=Federaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=1453>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **Odonto Encerra “Operação Boca Rocha”**. Uberlândia, 11 de dezembro de 1978k, nº 4.125, p. 01. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=%22Recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20vis%C3%A3o%22&pagfis=1437>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL O TRIÂNGULO. **UFU ministra curso sobre subdesenvolvimento**. Uberlândia, 23 de maio de 1979, nº 4.162, p. 03. Hemeroteca Digital. Disponível em:
<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761869&pesq=4.162&pagfis=1755>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Faculdade de Medicina a Caminho.** Uberlândia, 03 de agosto de 1966. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Homenagens a Rondon Pacheco na posse de ministro de estado.** Uberlândia, 18 de março de 1967a, p. 1, nº 128. Disponível no acervo do CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Jacy de Assis na Guanabara.** Uberlândia, 04 de abril de 1967b, p. 01. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Não Esqueçamos de Nossa Universidade.** Uberlândia, 06 de junho de 1967c, nº 166. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **A Cidade Universitária é esquecida.** Uberlândia, 13 de agosto de 1967d, nº 192, p. 01. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Rondon Pacheco é intocável.** Uberlândia, 19 de agosto de 1967e, p. 1, n. 194. Disponível no acervo do CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Universidade Significação Histórica.** Uberlândia, 21 de setembro de 1967f, nº 208. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **O Ensino é o alicerce do progresso.** Uberlândia, 08 de dezembro de 1967g, nº 239. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **Escolha para reitor da Universidade de Uberlândia.** Uberlândia, 03 de maio de 1975, p. 01. Disponível no Acervo CDHIS.

JORNAL TRIBUNA DE MINAS. **UnU Federalizada.** Uberlândia, 31 de maio de 1978, p. 06. Disponível no Acervo CDHIS.

Fontes institucionais:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Tomada de Contas da UFU do Exercício 1980.** Uberlândia, 06 de maio de 1981. Processo 87/81 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Prestação de Contas UFU do Exercício de 1981.** Uberlândia, 28 de março de 1983. Processo 21/83 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Prestação de Contas UFU do Exercício de 1982.** Uberlândia, 28 de março de 1983. Processo 23/83 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Prestação de Contas UFU do Exercício de 1983.** Uberlândia, 12 de abril de 1984. Processo 29/84 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Proposta de Resolução que Aprova Prestação de Contas da Universidade Federal de Uberlândia, relativa ao exercício de**

1984. Uberlândia, 02 de abril de 1986. Processo 20/86 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Proposta de Resolução que Aprova Prestação de Contas da UFU – exercício 1985.** Uberlândia, 23 de abril de 1986. Processo 26/86 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Informações Complementares à Prestação de Contas Relativas ao Exercício 1987.** Uberlândia, 23 de junho de 1988. Processo 95/88 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Prestação de Contas UFU do exercício 1988.** Uberlândia, 19 de março de 1989. Processo 18/89 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Prestação de Contas Relativa ao Exercício de 1989.** Uberlândia, 27 de março de 1990. Processo 77/90 do Conselho Universitário. Disponível no Arquivo da Reitoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Relatórios de Gestão Orçamentária – 1992, 1996 e 1999.** Diretoria de Planejamento. Disponível no Arquivo Geral da UFU.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Relatórios de Gestão Orçamentária – 2000 a 2006.** Transparência e Prestação de Contas, 2020. Disponível em: <https://ufu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução nº 07/2005 do Conselho Universitário.** Aprova o Plano de Gestão 2004-2008 da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 29 de abril de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **UFU 40 anos, uma história de transformações.** Uberlândia, Jornal da UFU, janeiro/ março de 2018 n° 180. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/midia/jornal-ufu/2018/03/janeiro-marco-2018-numero-180>. Acesso em: 4 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **UFU entre as melhores universidades do país, aponta ranking internacional.** Portal de Notícias da Universidade Federal de Uberlândia – Comunica UFU. Uberlândia, 18 de outubro de 2022. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticia/2022/10/ufu-entre-melhores-universidades-do-pais-aponta-ranking-internacional>. Acesso em: 4 jun. 2023.